

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA



**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

ALESSANDRO RASTELI

**MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS:
CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS**



**Marília
2019**

Alessandro Rasteli

MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Formentini Caldas.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP).

**Marília
2019**

Ficha Catalográfica

R229m Rasteli, Alessandro

Mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais / Alessandro Rasteli – Marília: Unesp, 2019.
276 f. : il., tabs., fotos

Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

Orientadora: Prof. Dr. Rosângela Formentini Caldas

1. Mediação cultural. 2. Mediação cultural - bibliotecas. 3. Biblioteca – atividades culturais. I. Autor.
II. Título.

Alessandro Rasteli

**MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS:
CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS**

Banca Examinadora

Titular 1 – Profa. Dra. Rosângela Formentini Caldas – UNESP/Marília

Titular 2 – Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior – UNESP/Marília

Titular 3 – Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo

Titular 4 – Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes – UFBA/Salvador

Titular 5 – Profa. Dra. Amanda Leal de Oliveira – USP/São Paulo

Suplente 1 – Cláudio Marcondes de Castro Filho – UNESP/Marília

Suplente 2 – Palmira Petratti Teixeira – FEAC/USP

Suplente 3 – Adair de Aguiar Netzel – UNIVALI/Itajaí

**Marília
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À minha orientadora Rosângela Formentini Caldas pela valiosa orientação e contribuição ao meu desenvolvimento como pesquisador.

À Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação, em especial ao Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Prof. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, por terem me aceitado como aluno e acreditado no projeto de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio concedido para o desenvolvimento da pesquisa.

À orientadora na França, Cécile Tardy, pelo acolhimento e experiências proporcionadas.

Aos membros da banca de qualificação e defesa pela inestimável contribuição ao desenvolvimento da pesquisa e da temática.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI/Marília).

Aos meus familiares e amigos, pelo carinho e incentivo durante toda a jornada.

RESUMO

Os debates sobre a mediação cultural na Ciência da Informação no Brasil despontaram no início do século XXI. Contudo, no contexto das bibliotecas constata-se a existência de poucas publicações acerca de sua função cultural. No Brasil, a lacuna de pesquisas sobre o tema relacionado à biblioteca pode ser atribuída a uma concentração de estudos sobre mediação cultural em museus, exposições de arte e na área pedagógica, de modo que, são muitas as atuações envolvidas na mediação cultural, porém, sua paisagem conceitual e o fazer da mediação em diferentes situações e lugares é ainda nova e sedenta de pesquisas e reflexões. Ao se falar sobre a mediação cultural, leva-se em conta de que se trata de uma área complexa, transdisciplinar, necessitando de investigações e devendo ser melhor concebida no plano conceitual. As publicações existentes não aprofundam o *status* científico da mediação cultural em bibliotecas. Diante disso, traçou-se como objetivo geral de pesquisa a construção de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas com base na Ciência da Informação. Para alcançar o objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: realizar um retrospecto sobre a sociedade e bibliotecas no Brasil: primórdios e evolução; descrever sobre as perspectivas em torno do conceito de cultura e informação, destacando-se a relação entre cultura e informação; explorar a função cultural das bibliotecas, observando-se as perspectivas da animação cultural e ação cultural; investigar sobre os modos de atividades culturais em bibliotecas; verificar as perspectivas conceituais sobre a mediação cultural na literatura da Ciência da Informação no Brasil e na França. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória-descritiva, adotando-se os métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando-se da análise de conteúdo como procedimento para a análise dos dados coletados. As categorias de análise estabelecidas buscaram abranger e percorrer o caminho do conhecimento produzido sobre a mediação cultural nos contextos do Brasil e França. Foram delimitados como universo de pesquisa os pesquisadores brasileiros envolvidos com a temática da mediação cultural; o Grupo de Estudos e de Pesquisas Interdisciplinares em Informação e Comunicação (GÉRiiCO), a *Bibliothèque Municipale de Lille*, bibliotecários franceses e as bases de dados relacionadas ao tema de pesquisa. Os resultados da análise de conteúdo por categorias em conjunto com os resultados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo deram fundamentação para a contribuição de um conceito de mediação cultural em bibliotecas. Como resultado, a pesquisa identificou perspectivas conceituais que possibilitaram na colaboração para a construção de um conceito de mediação cultural em bibliotecas.

Palavras-chave: Mediação cultural. Mediação cultural - biblioteca. Biblioteca – atividades culturais.

Rasteli, Alessandro. **Cultural mediation in libraries: conceptual contributions**. 2019. 276 f. Thesis (Ph.D.) – Ph.D. Program in Information Science, Faculty of Philosophy and Sciences, São Paulo State University (Unesp), Marília, 2019.

ABSTRACT

The debates about cultural mediation in Information Science in Brazil emerged at the beginning of the 21st century. However, in the context of libraries, there are few publications about their cultural function. In Brazil, the research gap on the theme related to the library can be attributed to a concentration of studies on cultural mediation in museums, art exhibitions and in the pedagogical area, so that there are many activities involved in cultural mediation, its conceptual landscape and the mediation in different situations and places is still new and thirsty for research and reflection. When talking about cultural mediation, it is taken into account that it is a complex area, transdisciplinary, requiring investigations and should be better conceived in the conceptual plane. Existing publications do not deepen the scientific status of cultural mediation in libraries. In view of this, the general objective of research was the construction of a concept for cultural mediation in libraries based on Information Science. To carry out a retrospective on the society and libraries in Brazil: beginnings and evolution; describe the perspectives around the concept of culture and information, highlighting the relationship between culture and information; explore the cultural function of libraries, observing the perspectives of cultural animation and cultural action; investigate the modes of cultural activities in libraries; to verify the conceptual perspectives on cultural mediation in the literature of Information Science in Brazil and in France. The research has a qualitative, exploratory-descriptive approach, adopting the methods of bibliographic research and field research, using content analysis as a procedure for the analysis of the data collected. The established categories of analysis sought to cover and follow the path of knowledge produced on cultural mediation in the contexts of Brazil and France. The Brazilian researchers involved with the subject of cultural mediation were delimited as research universe; the Group of Studies and Interdisciplinary Research in Information and Communication (GÉRIICO), the Bibliothèque Municipale de Lille, French librarians and databases related to the research theme. The results of the analysis of content by categories together with the results of the bibliographical research and the field research gave grounds for the contribution of a concept of cultural mediation in libraries. As a result, the research identified conceptual perspectives that enabled collaboration in the construction of a concept of cultural mediation in libraries.

Keywords: Cultural mediation. Cultural mediation – librar. Library - cultural activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O ciclo constitutivo da cultura no universo comunicacional	52
Figura 2 – Evolução das funções das bibliotecas	81
Figura 3 – Contação de histórias e seus desdobramentos	114
Figura 4 – Biblioteca: espaços de cultura e artes	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paradigmas históricos das bibliotecas	46
Quadro 2 – Diferenças de classes na produção cultural	55
Quadro 3 – Políticas Públicas e Ações para o livro, leitura e bibliotecas	66
Quadro 4 – Atividades de integração cultural, educacional e informacional	77
Quadro 5 – Definições sobre a animação cultural	89
Quadro 6 – Definições sobre a ação cultural	95
Quadro 7 – Diferenças conceituais das atividades culturais em bibliotecas	100
Quadro 8 – Exemplos de atividades culturais em biblioteca	108
Quadro 9 – Denominação de profissionais relacionados à cultura	123
Quadro 10 – Plano de cultura para a biblioteca: eixos de atuação	125
Quadro 11 – Definições sobre a mediação cultural na Ciência da Informação	144
Quadro 12 - Perspectivas conceituais para a mediação cultural	153
Quadro 13 - Mediação cultural em língua francesa: conceitos	180
Quadro 14 – Amostra de atividades culturais nas <i>Médiathèques</i> de Lille	202
Quadro 15 – Pesquisadores brasileiros da área de Mediação Cultural	205
Quadro 16 – Pesquisadores brasileiros da área de Mediação Cultural	206
Quadro 17 – Sujeitos envolvidos com a área de mediação cultural	207
Quadro 18 – Bibliotecários franceses	208
Quadro 19 – Etapas para a elaboração do referencial bibliográfico	209
Quadro 20 – Categorias de análise e inferências	215
Quadro 21 – Apresentação cronológica das práticas culturais na França, século XX	232
Quadro 22 – Fenômenos socioculturais relacionados às noções de mediação cultural	236
Quadro 23 – Mediação cultural na França e perspectivas conceituais de mediação cultural	237

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Reprodução fictícia da Biblioteca do Colégio da Bahia	25
Imagem 2 – Frontispício da Biblioteca Nacional – inauguração 12/11/1910	29
Imagem 3 – Salão de leitura da Biblioteca Pública da Bahia em 1811	31
Imagem 4 – Frontispício da Biblioteca Mário de Andrade em 1947	36
Imagem 5 – Fauna, flora e elementos culturais representativos do Brasil	59
Imagem 6 – Operários - Tarsila do Amaral (1933)	78
Imagem 7 – Atrizes na passeata dos cem mil – Ditadura Militar - 1968	88
Imagem 8 – Hora do conto na biblioteca	112
Imagem 9 – O Semeador de Livros	120
Imagem 10 – Monumento em homenagem a Condorcet, Paris	185
Imagem 11 – Espaço infantil: <i>Médiathèque de Five</i>	200
Imagem 12 – Caixa coletora externa de materiais bibliográficos: <i>Médiathèque Jean Levy</i>	200
Imagem 13 – Serviço de extensão: Bibliobus	201
Imagem 14 – Hora do conto na <i>Médiathèque Jean Lévy</i>	202

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI – Base de dados em Ciência da Informação

CI – Ciência da Informação

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

GÉRüCO – Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire em Information et Communication

INEP – Instituto Nacional de Educação Popular

MC – Mediação Cultural

MCB – Mediação Cultural em Biblioteca

PC – Plano de Cultura

SNC – Sistema Nacional de Cultura

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFF – Universidade Federal Fluminense

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SOCIEDADE E BIBLIOTECAS NO BRASIL: PRIMÓRDIOS E EVOLUÇÃO	24
2.1 Os primeiros acervos no Brasil colonial	24
2.2 Século XIX: a expansão das bibliotecas	28
2.3 Primeira República: entre o analfabetismo e as influências estrangeiras	32
2.4 O Departamento de Cultura da cidade de São Paulo	35
2.5 Século XX: bibliotecas, leitura e a expansão da indústria cultural	37
3 CULTURA E INFORMAÇÃO	48
3.1 Acepções do termo cultura	49
3.2 Debate contemporâneo da cultura	52
3.3 Cultura e informação	60
3.4 Bibliotecas e políticas culturais	64
3.5 Biblioteca e a diversidade cultural	74
4 A FUNÇÃO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS	79
4.1 Animação cultural	85
4.2 Ação cultural	93
4.3 Animação cultural e ação cultural: diferenças conceituais e perspectivas	98
5 ATIVIDADES CULTURAIS E BIBLIOTECAS	103
5.1 Biblioteca e ação cultural	117
5.2 Plano de cultura para a biblioteca	122
6 MEDIAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	130
6.1 Mediação cultural: perspectiva histórica	130
6.2 Mediação cultural e Ciência da Informação	134
6.3 Mediação Cultural: perspectivas conceituais	143
6.4 Mediação cultural: vertentes expandidas	152
6.4.1 Apropriação cultural	153
6.4.2 Construção de sentidos	155
6.4.3 Dispositivos produtores de sentidos	157
6.4.4 Interação social	158
6.4.5 Negociação cultural	160
6.4.6 Protagonismo cultural	161
7 MEDIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO FRANCÊS	164
7.1 Cultura e educação popular na França: breve retrospecto	164
7.2 Animação cultural	166
7.3 Ação cultural	170
7.4 Mediação cultural: origens e percurso histórico	174
7.5 Mediação cultural: perspectivas conceituais	178
8 METODOLOGIA	191
8.1 Universo da pesquisa	195
8.1.1 Contexto brasileiro	195
8.1.2 Contexto francês	197

8.2 Sujeitos da pesquisa	204
8.2.1 Pesquisadores brasileiros	204
8.2.2 Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication (GÉRiiCO)	206
8.2.3 Bibliotecários franceses	208
8.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados	208
8.3.1 Referencial bibliográfico	209
8.3.1.2 Instrumentos de coleta de dados	210
8.3.2 Questionários	210
8.3.2.1 Brasil	211
8.3.2.2 França	212
8.3.3 Observação direta	213
9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	215
9.1 Apresentação das Categorias Construídas para a Análise de Dados	215
9.2 Análise dos questionários	216
9.2.1 Análise do questionário aplicado aos pesquisadores envolvidos com a temática no Brasil	216
9.2.3 Análise do questionário aplicado aos bibliotecários franceses	228
9.3 Mediação cultural, animação cultural e ação cultural: resultados e discussões	231
9.4 Mediação cultural: complexidade e construção do conceito	239
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS	250
APÊNDICES	272

1 INTRODUÇÃO

O século XX notabilizou-se por sucessivas transformações, tensões, disputas e embates. Guerras sucessivas, conflitos civis, invenções em vários domínios, desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Conquistas e retrocessos foram alguns dos vetores que influenciaram mudanças políticas, sociais e culturais no cenário mundial.

No final da Segunda Guerra, a esperança por dias de paz suscitou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estabelecendo-se pela primeira vez a proteção universal em relação aos direitos humanos.

A Declaração Universal emergiu após a libertação dos países envolvidos e as atrocidades acometidas pela Segunda Guerra, consagrando os direitos humanos, dos quais a cultura se tornou um fator de singularização da pessoa humana, promovendo sua dignidade.

Uma série de tratados internacionais entre outros instrumentos adotados desde 1945 expandiram o escopo dos direitos humanos, incluindo ações sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, o combate à discriminação contra as mulheres, os direitos da criança e os direitos culturais, apenas para citar alguns.

Machado (2007) traça um retrospecto refletindo que os direitos humanos remontam à Revolução Francesa e à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), sustentando serem os indivíduos portadores de direitos inerentes ao ser humano, tais como direito à vida, à liberdade e à educação.

Nessa tônica, o artigo 216 da Carta Magna brasileira assevera que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 96).

No entanto, grande parte da população mundial, como também a brasileira, sofre privações referentes aos elementos formadores da cultura. São sujeitos culturalmente fragmentados: não estão inseridos e não participam de suas culturas porque são analfabetos e não possuem habilidades em torno da cultura escrita e das ferramentas digitais, por exemplo.

Nesse aspecto, acredita-se que o pleno exercício da cidadania esteja vinculado às práticas culturais estabelecidas como as atividades de produção e recepção cultural: ler, escrever, compor, pintar e dançar, entre outras manifestações culturais.

Sob esse ângulo, as práticas culturais referem-se, também, à participação cultural dos sujeitos no acesso às informações, como também em frequentar teatros, museus, arquivos, cinemas e bibliotecas.

Desse modo, o acesso à cultura torna-se condição prévia que facilitaria (ou não) a produção e a apropriação de produtos culturais efetivados por processos mediadores, situação em que as bibliotecas se enquadram fazendo parte do amplo sistema cultural.

Entretanto, desde o Brasil colônia, as bibliotecas brasileiras pouco contribuíram para o acesso e a democratização cultural, conforme atesta Suaiden (2000).

Por outra via, documentos norteadores, como os manifestos da Unesco para a Biblioteca Pública (1994), Biblioteca Escolar (2006), Biblioteca Multicultural (2008) e Bibliotecas Digitais (2010) referem-se às bibliotecas como equipamentos culturais e informacionais indispensáveis para o acesso às informações, aprendizagens contínuas, tomadas de decisões independentes e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais.

De tal modo, o papel das bibliotecas assume vital relevância na medida em que podem se estabelecer como centros de informação e cultura, atuando essencialmente na diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

As bibliotecas, enquanto componentes do sistema cultural, têm relações intrínsecas com todas as esferas que cercam o termo informação, verificando-se que a base de toda atividade cultural é a criação, disponibilidade, circulação e apropriação das informações oriundas de qualquer âmbito da criatividade humana, de qualquer expressão, linguagem, estando registradas em algum suporte informacional ou não.

Desse modo, a informação é tratada como um fenômeno intensamente relacionado à ordem do conhecimento, à interação social e à comunicação, “sendo produto de uma construção social que ocorre num contexto cultural-histórico-político, marcado por diferenças e disputas de classe, não só de natureza econômica e material, mas também simbólica” (AZEVEDO; MARTELETO, 2008, p. 277).

Nessa vertente, tem-se a informação como artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura. Podendo-se, então, entender junto a Ramos (2006) que a informação é matéria-prima para a elaboração da cultura.

A informação é o elemento primordial para a prática social e a construção da cultura. Tem-se, desse modo, que a cultura é constituída por agentes e instituições sociais

em constantes interações baseada no acesso, produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos.

Nesse aspecto, as informações emergem nos quadros culturais, cujos fluxos resultam de necessidades informacionais nos equipamentos de informação e cultura, onde as bibliotecas situam-se num complexo imbricado sistema de produção cultural e de informação.

Aliar a cultura à ideia de desenvolvimento, de instrumento para se galgar a cidadania e ainda como vetor de adiantamento econômico, direito do cidadão, de inclusão social e ação integradora com potencial transformador foi, em grande parte, preconizada pela Unesco, fazendo reverberar preceitos dessa natureza nas esferas políticas internacionais como segmento protagonista do desenvolvimento humano (CUÉLLAR, 1997).

Concomitante, generalizou-se a ideia de que o acesso à cultura deveria ser encarado como um elemento de cidadania contemporânea, constituindo um importante instrumento de reforço da integração e coesão social (QUINTELA, 2011).

Durante a segunda metade do século XX, a UNESCO exerceu crescente influência em torno de discussões sobre cultura, difundindo conceitos e terminologias para a orientação de políticas públicas culturais, suscitando temas como patrimônio cultural, diversidade cultural e linguística, multiculturalismo, direitos culturais, identidades culturais locais, gestão cultural e o acesso a bens e serviços culturais, entre outros.

Nesse contexto, considera-se que o fortalecimento das instituições culturais depende também de políticas culturais públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; à proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território e a visão e inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Yúdice (2004, p. 26) exhibe a noção de que a cultura deve ser entendida como um recurso, como algo a ser utilizado para finalidades múltiplas, sobretudo em contextos que envolvem desenvolvimento econômico, promoção da cidadania, lutas por justiça social e resgate da identidade coletiva.

Percebe-se, desse modo, a cultura como a base para a construção da história de um povo - elemento essencial para o progresso social (LESSA; GOMES, 2017).

O papel da biblioteca amplia-se quando colocado sob a perspectiva da cultura, pois, de acordo com Almeida (2013, p. 42), uma das formas convencionais de uso da cultura é seu direcionamento como um recurso para a melhoria das condições sociais,

como na criação de tolerâncias multiculturais e de participação cívica, e no crescimento econômico.

Mas como desenvolver esse papel?

A mediação cultural pode ser a solução. Esta se caracteriza, basicamente, por “processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte” (COELHO, 2012, p. 268).

Em se tratando de sua aplicação na área biblioteconômica, é preciso considerar, segundo Sandoz (2010, p. 4), que a mediação cultural significa os dispositivos que têm a finalidade de despertar, abrir aos usuários o novo, o desconhecido, trabalhando formas, ideias e novos conhecimentos.

Se a literatura estrangeira, principalmente a francesa aborda a temática da mediação cultural em bibliotecas, a bibliografia brasileira pouco evidencia essa discussão como também a função cultural das bibliotecas, como atesta Almeida Júnior (1997) ao proferir que a literatura da área preocupa-se muito pouco com a função cultural da biblioteca.

No Brasil, a lacuna de pesquisas sobre o tema relacionado à biblioteca pode ser atribuída a uma concentração de estudos sobre mediação cultural em museus, exposições de arte e na área pedagógica, de modo que, segundo Martins e Picosque (2012) são muitas as atuações envolvidas na mediação cultural, porém, sua paisagem conceitual e o fazer da mediação em diferentes situações e lugares é ainda nova e sedenta de pesquisas e reflexões.

A insipiência na literatura nacional sobre mediação cultural em bibliotecas pôde ser constatada examinando-se as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BDTD), Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e os Anais dos Encontros de Pesquisadores em Ciência da Informação (BENANCIB).

Além disso, também, foi possível perceber uma proliferação de textos que abordam a mediação da informação, como constata, por exemplo, o trabalho de Silva, J. (2015, p. 94), em que “pode-se, inclusive, afirmar que a mediação da informação vem se constituindo como um dos primados básicos da Ciência da Informação [...]”.

Entretanto, quais os benefícios que a mediação cultural traria para as bibliotecas? Perrotti (2012, p. 135) aponta caminhos promissores, dizendo que a mediação cultural “é experiência, é vivência, é compartilhamento; é participação, ação afirmativa na cultura”.

O movimento de extensão da biblioteca e a comunidade pela via cultural e artística vai ao encontro de novas expectativas colocadas por Quintela (2011, p. 64, grifo do autor) em que o “papel da *mediação* na formação da prática cultural e na relação que os indivíduos estabelecem com as artes e a cultura adquire um interesse renovado”.

Oliveira e Winer (2016), a seus modos, compreendem a mediação cultural como um campo expandido na atuação dialógica em diversos segmentos e dispositivos voltados para área de cultura, abrangendo instâncias culturais como bibliotecas, museus, teatros, escolas, espaços públicos e outras muitas localidades. Esses espaços garantem uma complexidade à área da mediação cultural no que diz respeito aos aspectos singulares em cada eixo de atuação.

Ainda que o tema mediação se faça cada vez mais presente em estudos e pesquisas no campo da Ciência da Informação, o enfoque da mediação cultural em bibliotecas ainda é púbere e sedento de pesquisas e reflexões, configurando-se como uma temática embrionária e premente de uma construção de sentidos mais sólidos.

Apesar de se encontrar na literatura alguns trabalhos relevantes sobre a temática da mediação cultural, Almeida Júnior (2008) apontou que se tem observado pouca discussão que envolva a definição desse termo ou mesmo sua aplicação como campo de trabalho.

Martins (2010) também observou que o termo mediação é muito utilizado na Ciência da Informação, mas, em grande parte, sem uma conceituação. Na maioria das vezes subentende-se o uso do senso comum, ou seja, de algo que está entre duas partes, um intermediário ou uma ponte.

Já os trabalhos que consideram a apropriação da informação, a mediação também é vista como um processo ou ação de transformação. Dessa maneira, a mediação permitiria um novo estado de conhecimento que geraria novas necessidades informacionais, criando um ciclo de processos mediadores.

Para tanto, Martins (2012) ressalta a mediação cultural como facilitadora do encontro entre arte e fruidor, precisando ser pensada como uma ação específica, como uma área de estudo singular.

Tébar (2011) comenta que devemos entender a mediação como uma posição humanizadora, positiva, construtiva e potencializadora no complexo mundo da relação educativa.

Nesse espectro, presencia-se, na atualidade, alguns fenômenos culturais decorrentes das sociedades pós-modernas que resultam em fatores que devem ser refletidos pelos profissionais de informação. Entre eles estão, por exemplo, o acesso à cultura, as necessidades culturais, as identidades culturais, as políticas de preservação cultural e artística, o fenômeno das imigrações, a apropriação da cultura e o protagonismo cultural.

Ao falar sobre a mediação cultural, leva-se em conta de que se trata de uma área complexa, transdisciplinar, necessitando de investigações e devendo ser melhor concebida no plano conceitual. As publicações existentes não aprofundam o *status* científico da mediação cultural em bibliotecas.

Perrotti (2016) acredita que definir a mediação cultural é uma tarefa que se encontra ainda em processo e que não se pode afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade, referindo-se a realidades e/ou fenômenos tomados num mesmo e preciso sentido.

Na análise dos pressupostos apresentados, pode-se elencar diversas problemáticas que cercam o objeto de pesquisa: **Quais os papéis que as bibliotecas podem desempenhar nesta atualidade? Quais os tipos de bibliotecas que podem ser mediadoras culturais? Quais os elementos que compõem os processos de mediação cultural? Como a mediação cultural se materializa nos espaços das bibliotecas? Quais os dispositivos de informação e cultura que se conjugam nos processos mediadores? Quais os modos de atividades culturais abarcados pela mediação cultural em bibliotecas? Qual pedagogia serviria à mediação cultural em bibliotecas? O que pensam os teóricos da área sobre a mediação cultural?**

Do ponto de vista científico, a presente pesquisa fomenta a transdisciplinaridade ao estabelecer diálogos entre a Ciência da Informação e demais áreas do conhecimento como Biblioteconomia, Sociologia, Antropologia, Gestão Cultural, Sociologia, Psicologia, Educação, História, Política Cultural, entre outros domínios que se conjugam na complexidade da mediação cultural.

Ao se levar em consideração a mediação cultural no contexto das bibliotecas pretende-se identificar os avanços teóricos no contexto do Brasil e da França.

Considerando-se a necessidade de se responder aos problemas de pesquisa delineados e dirigidos pelo olhar científico da pós-modernidade, traçou-se como **objetivo geral de pesquisa**: construir um conceito para a mediação cultural em bibliotecas com base na Ciência da Informação.

Para alcançar o objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um retrospecto sobre a sociedade e bibliotecas no Brasil: primórdios e evolução;
- Descrever sobre as perspectivas em torno do conceito de cultura e informação, destacando-se a relação entre cultura e informação;
- Explorar a função cultural das bibliotecas, observando-se as perspectivas da animação cultural e ação cultural;
- Investigar sobre os modos de atividades culturais em bibliotecas;
- Verificar as perspectivas conceituais sobre a mediação cultural na literatura da Ciência da Informação no Brasil e na França;

Diante disso, elegeu-se o seguinte mote central como **problema de pesquisa**: como colaborar na construção de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas observando-se os aspectos históricos e culturais em que as bibliotecas brasileiras estão inseridas?

O interesse pela problemática da pesquisa é oriundo da observação e da literatura científica sobre as dificuldades e indagações da área biblioteconômica perante a escassez da literatura e da complexidade que a mediação cultural está circunscrita.

O mundo contemporâneo – informações, mídias, contextos diversos, tecnologias, suportes, competências, necessidades e apropriações – impõe púberes olhares sobre o papel do bibliotecário diante de uma sociedade fraturada social e cultural.

Lima (2016, p. 18) entende a mediação cultural como categoria central da profissão de bibliotecário e dos processos de apropriação cultural, porém, [...] “tratada de forma insuficiente e confusa, tomando-se por base normas, diretrizes, orientações, concepções e caminhos percorridos pela formação de bibliotecários no Brasil”.

Ainda no universo complexo da cultura, a autora pensa a mediação como atividade para proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los.

Desse imbróglio, emerge a necessidade de referenciais teóricos e metodológicos que darão apoio ao trabalho do bibliotecário no vasto campo de atividades culturais que a sua atuação se enquadra.

Na possibilidade de se traçar hipóteses, considera-se, dessa forma, a mediação cultural em bibliotecas como um objeto/fenômeno de investigação de caráter social, histórico e marcado por diferentes processos, dispositivos e produções simbólicas do saber.

Ao descrever as mediações formuladas por Almeida Júnior (2009), as implícitas (gestão dos acervos) como a explícitas (atividades culturais e a comunidade), observa-se, de acordo com Lima (2016), obrigatoriamente, em paradigmas culturais, em lógicas que necessitam ser reconhecidas, observando-se as necessidades de superação, tanto do ponto de vista das condições históricas próprias das relações entre informação e sociedade no Brasil, como de outros problemas complexos decorrentes da chamada contemporaneidade.

Nesses termos, o conceito de mediação cultural surge como possibilidade reflexiva, absorvendo questões que precisam ser enfrentadas com urgência, já que os paradigmas da guarda e da democratização não se fazem suficientes para que ocorra a apropriação cultural.

Na perspectiva da mediação cultural, os profissionais de informação ocupam posição central nas dinâmicas culturais de que participam. Se eles foram historicamente reduzidos ou equivocadamente compreendidos apenas como técnicos especializados, profissionais de “apoio”, vale dizer, secundários em relação a outros, reaparecem agora redefinidos como mediadores culturais, sujeitos criativos e criadores, destinados a exercer papel central nas dinâmicas culturais (PERROTTI, 2016).

Destaca-se que este estudo ganha maior expressividade quando se observa o pequeno montante de pesquisas na área de Ciência da Informação relativas à cultura, às artes e ao lazer, ao mesmo tempo em que se percebe a centralidade da cultura nos processos mediadores em equipamentos de cultura e informação.

Nesse intuito, estruturou-se esta pesquisa da seguinte maneira:

Seção 1 – ‘Introdução’: apresentação do tema, do problema, dos pressupostos, das hipóteses, da justificativa, dos objetivos de pesquisa e a estruturação da tese.

Seção 2 – ‘Sociedade e bibliotecas no Brasil: primórdios e evolução’: apresenta uma retrospectiva da sociedade, resgatando-se as bibliotecas desde o período colonial, explicitando-se a implantação e a decadência das bibliotecas religiosas-escolares, a expansão das instituições leitoras e das bibliotecas públicas nos séculos XIX e XX, destacando-se o analfabetismo e a atuação na área cultural do Departamento de Cultura de São Paulo.

Seção 3 – ‘Cultura e informação’: descreve as perspectivas conceituais em torno do termo cultura e informação, destacando-se as noções contemporâneas do termo cultura e os paradigmas da informação pela ótica da Ciência da Informação (físico, cognitivo e social). Discorre-se sobre a relação da biblioteca e as políticas culturais, traçando-se um retrospecto das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. Destaca-se também questões acerca da biblioteca e da diversidade cultural, articulando-se a implantação de uma política cultural para as bibliotecas públicas.

Seção 4 – ‘A função cultural das bibliotecas’: explora a evolução das funções das bibliotecas, enfatizando-se sua função cultural e de lazer, explorando-se também as noções de animação cultural e de ação cultural e suas relações com a biblioteca.

Seção 5 – ‘Atividades culturais em bibliotecas’: expõe a atuação da biblioteca na área cultural, observando-se os modos de atividades culturais e artísticas, explorando a biblioteca e a ação cultural, apresentando-se também um plano de cultura para a biblioteca.

Seção 6 – ‘Mediação cultural e a Ciência da Informação no Brasil’: apresenta a mediação cultural no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, traçando uma perspectiva histórica do termo mediação e estabelecendo-se as vertentes conceituais trabalhadas pelos autores da área.

Seção 7 – ‘Mediação cultural no contexto francês’: descreve sobre o surgimento da mediação cultural na França, explorando-se as perspectivas conceituais adotadas pelos pesquisadores franceses. Também traça aspectos de fenômenos culturais fronteiriços a noção de mediação cultural como a animação cultural e ação cultural.

Seção 8 - ‘Procedimentos metodológicos’: explicita o delineamento da pesquisa, incluindo-se os métodos e técnicas escolhidos para a coleta e a análise de dados.

Seção 9 – ‘Síntese e discussão dos resultados obtidos”: através da análise da literatura e dos resultados da pesquisa de campo apresenta os indícios que colaboraram na construção de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas (MCB).

2 SOCIEDADE E BIBLIOTECAS NO BRASIL: PRIMÓRDIOS E EVOLUÇÃO

2.1 Os primeiros acervos no Brasil colonial

O alvorecer da dominação portuguesa em terras brasileiras principia-se a partir de 1549 com a instalação do governo-geral em Salvador. Ocasão também marcada pelas instaurações dos conventos dos franciscanos, carmelitas e beneditinos, e principalmente do corpo da Companhia de Jesus.

As primeiras bibliotecas brasileiras emergiram nos interiores das construções religiosas com livros trazidos nas bagagens pelos primeiros missionários portugueses. Data de 1568 a primeira biblioteca no Brasil, implantada no Colégio da Bahia, pelos Jesuítas.

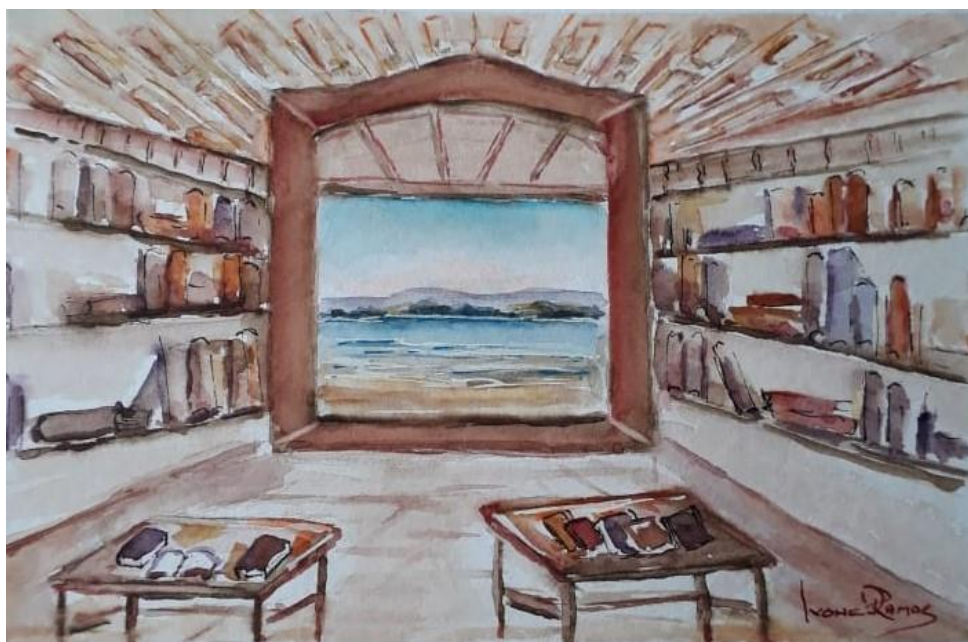
Aguiar (1958) relata que já em 1557, em epístola ao Padre Provincial Miguel Tôres, Manuel da Nóbrega mencionava a construção, em meio a muita dificuldade financeira, do Colégio, donde nele se ergueria uma repartição para o estudo.

Serafim Leite (2004, p. 389) diz que logo que os Jesuítas chegaram ao Brasil, começaram a pedir livros. “Em 6 de janeiro de 1550, já Nóbrega acusa a recepção de duas caixas de livros e ornamentos”.

Aguiar (1958) também direciona para o remoto, onde, no Terreiro de Jesus, no fundo da igreja da Companhia, hoje Catedral Basílica de Salvador, os Jesuítas reuniram os poucos volumes que se iriam ampliando. A Biblioteca do Colégio estava inserida, evidentemente, numa atmosfera tropical, de tons pastéis, silenciosa, de erudição e de paisagem deslumbrante:

Funcionava esta num largo salão de fôrro artesoadado, ambiente propiciatório de recolhimento e erudição, largas janelas de poiais, abrindo para o gôlfo largo e sereno, numa cenografia de tintas claras, esbatendo-se na linha do horizonte, nos longe pérola e cinza da vegetação das ilhas distantes (AGUIAR, 1958, p. 35).

Imagem 1 – Reprodução fictícia da Biblioteca do Colégio da Bahia.



Fonte: Acervo pessoal. Aquarela em papel, artista plástica: Ivone O. Ramos, 2018.

Contudo, pouco se distingue sobre esses primeiros acervos, como verifica Moraes (2006, p. 2), dizendo que “por enquanto, quase nada se sabe sobre a existência de livros na primeira metade do século XVI. Faltam documentos [...] a demanda de livros devia ser insignificante”.

O padre Manuel da Nobrega, em suas *Cartas do Brasil* (1549-1560) alude à falta que faziam, lamentando a escassez de livros. Em Portugal, a circulação de impressos também era precária, pois poucas eram as tipografias e limitado o número dos que sabiam ler (MORAES, 2006).

Com exceção dos religiosos, Mott (2010) relata que o maior proprietário de livros fora provavelmente Rafael Olivi, italiano natural de Florença, estabelecido em Ilhéus e dono de surpreendentes 27 volumes. A coleção de Rafael pode ser considerada a primeira biblioteca leiga que se tem notícia nesse primeiro período colonial. Incluía livros recentemente editados como o do cientista matemático Tartaglia, uma *Vita, gesti a costumi de Escócia*, um tratado sobre a arte de cavalgar, além de *O Príncipe*, de Machiavel. Nos idos de 1574, Olivi é perseguido e preso pelo Santo Ofício, acusado de possuir livros suspeitos e de blasfemar contra a fé católica (MOTT, 2010).

Mesmo assim, apesar da rigorosa censura pela Corte e pela Ordem, os impressos continuavam aportando nas terras do novo mundo clandestinamente, por intermédio de contrabando para a composição dos acervos particulares.

Paulatinamente, a insuficiência de livros foi se alterando. Em fins do século XVI, assim como os jesuítas, outras ordens religiosas também já possuíam seus acervos.

As obras que compunham essas primeiras bibliotecas eram evidentemente em sua maioria de cunho religioso, formadas por bíblias, liturgias, teologias, breviários, direito canônico e as das vidas dos santos padres, misturados com textos didáticos para o ensino do Latim.

A dimensão cultural na colônia restringia-se a legitimação da religião católica, a do Estado Português e a aculturação europeia do índio pelo vasto território tupiniquim. Envolvidos em assuntos espirituais, religiosos e temporais, os jesuítas catequizaram os índios, monopolizaram a educação, fundaram vilas, disputaram o controle da mão-de-obra indígena com os colonos e acumularam bens materiais, amigos, inimigos e poder.

O século XVII, contudo, não apresentou grandes alterações em relação à posse e ao tipo de livros disponíveis em relação ao período anterior: as bibliotecas eram ainda escassas e os livros católicos predominantes entre os acervos.

Hallewell (2005, p. 80) explora que em 1700 a pouca população brasileira não demonstrava qualquer interesse pela leitura: “os colonos investiam seus capitais em escravos e nas aventuras do comércio, e não em móveis, em pinturas ou em livros!”.

Muitos colonizadores portugueses vieram solteiros para a colônia. Ao manterem matrimônio com as nativas, adotaram-se de vários costumes indígenas, entre eles a utilização do guarani como língua geral. Em *Raízes do Brasil*, Holanda (1995, p. 122) nos diz que “os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi em seu trato civil e doméstico, exatamente como os dos nossos dias se valem do português”.

Os colonos mantinham suas esposas impotentes e confinadas aos lares. Um aspecto da servidão feminina era o analfabetismo forçado, fato que só começaria a alterar-se no Brasil independente.

Em questão de gênero, as muitas diferenças na educação básica entre homens e mulheres deviam-se ao fato de que a feminina tinha apenas como objetivo o aprimoramento e maior rentabilidade de duas funções primordiais: guardiã da economia doméstica e mentora dos filhos, permanecendo distantes das aulas de música, de línguas vivas (como o português) e de literatura.

O abismo entre a educação feminina e a masculina afigurava-se, portanto, mais profundo do que em Portugal, onde no país lusitano, ao menos na educação aristocrática, mancebos e moças recebiam cuidados semelhantes nos ensinamentos de seus preceptores.

Essas foram algumas das circunstâncias que dificultaram a apropriação de livros nesse período. Além do mais, outros fatores também contribuíram para a ausência no interesse pela leitura: até meados do século XVIII, qualquer escrita original que surgisse no Brasil deveria, forçosamente, ou permanecer na forma de manuscrito (por proibição de instalação de tipografias) ou ser publicada em países Europeus.

Instrumento herético, o livro foi no Brasil sempre visto com extrema desconfiança. Segundo Sodré (1999, p. 11) “só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas de particulares”.

Sabe-se que os entraves ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil impostas pela administração lusitana fazia parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem colocar em risco a estabilidade de seu domínio.

Além da ausência de tipografias e do grande contingente dos que não sabiam ler, a demanda pelos impressos esbarrava-se nas censuras exercidas pelo Santo Ofício da Inquisição, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço. O Santo Ofício e o Ordinário defendiam a Igreja, o Desembargo do Paço, o poder civil.

Moraes (2006) menciona que em 1551 os censores já dispunham de um índice expurgatório: o *Rol dos livros defesos*. Em 1581 elaborou-se a primeira edição do *Index Librorum Prohibitorum*.

Martins (2001) esclarece que informações sobre a introdução da imprensa no Brasil são poucas e deveras confusas. Especula-se que a primeira tipografia instalada na colônia deu-se nos inícios de 1700. No entanto, Barbosa (2010) afere que apesar das proibições de impressões na colônia antes de 1808, não se impediu a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer proliferar ideias e opiniões contrárias ao governo luso.

Ante a desvalorização incondicional dos costumes indígenas e africanos, desprezando-se também as características e realidades locais, levou Hollanda (1995, p. 31) a refletir que “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

Nas Minas Gerais de 1700, Villalta e Morais (2010) apontam que os clérigos formavam, em termos numéricos, a categoria mais expressiva dentre os que mantinham livros, seguidos pelos proprietários de terras e depois, pelos detentores de patentes militares, boticários, advogados e negociantes. Os autores constataram que em

inventários no período entre 1714-1874, os proprietários de livros apresentavam um perfil elitizado, sendo predominantemente constituído por pessoas livres, brancas e do sexo masculino. Muitos cidadãos mantinham acervos pequenos e restritos a um exemplar, ao passo que outros possuíam bibliotecas maiores, ultrapassando uma centena de obras.

A dissolução da Companhia de Jesus, expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759 pôde ser sentida no declínio e destruição das suas bibliotecas. Durante os anos que se seguiram, milhares de livros ficaram amontoados em lugares impróprios, outros foram roubados e demais se perderam.

Em função das instalações inóspitas e insalubres, muitos também se deterioraram ou foram vendidos como papéis velhos a boticários para se embrulhar unguentos. Com a decadência dos conventos, a umidade e os insetos encarregaram-se de destruir o restante.

Bruno (1950) destaca que em São Paulo, até o século XVIII, as bibliotecas não diferiam dos demais Estados, eram raras e estranhas. Apenas duas bibliotecas possuíam suas relevâncias: a do Convento dos Carmelitas e a do bispo D. Francisco Manoel da Ressureição.

2.2 Século XIX: a expansão das bibliotecas

Entre a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se uma lacuna de quase meio século que se caracterizaria pela decadência e desorganização do ensino colonial (AZEVEDO, 1976).

O que se persistiu, ainda de acordo com Azevedo (1976), por todo o território colonial, sob a pressão das circunstâncias, foram aulas isoladas de conteúdo fragmentados e dispersos. Essa paisagem educacional, sem colorido e sem relevo, somente iria se transformar com a chegada do Príncipe Regente.

Com a vinda de D. João VI e sua comitiva de 15 mil pessoas, o Rio de Janeiro, até então uma grande aldeia de 45 mil almas, despertou para uma nova vida. A urbe colonial, de ruas estreitas e tortuosas, transformou-se com a magnificência da corte e o impulso de seu comércio, tornando-se o centro da vida intelectual do País. Beneficiando-se com a transladação da corte portuguesa, a situação do livro, da leitura e das bibliotecas começou a apresentar melhoras, apesar ainda do grande número de analfabetos.

Entretanto, a cultura do impresso principiou-se em se expandir, intensificando a circulação de livros, jornais, panfletos, revistas, aumentando também o número de

livrarias, passando, de acordo com Hallewell (2005), de duas em 1808 para cinco em 1809, sete em 1812 e doze em 1816.

Em 1810 surgiu a primeira biblioteca pública, criada por D. João VI, com os próprios livros de que se desfez, sendo instalada e franqueada ao público em 1814, no Hospital dos Terceiros do Carmo. Essa biblioteca estava composta por várias preciosidades: mais de cem incunábulos, entre eles dois exemplares – um impresso em papel, outro em pergaminho – da Bíblia de Mogúncia de 1462, produzida por Fust e Schoeffer.

Apesar da vasta e rara coleção, a biblioteca carecia de obras atuais disponíveis. Ao lado da abundância de livros, a biblioteca sofria a ausência de usuários, atribuída ao desinteresse pela literatura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Após a Biblioteca Imperial ter permanecido nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo e o antigo cemitério da referida Ordem, em 1858 foi instalada no prédio da Rua do Passeio Público, passando a ser denominada oficialmente de Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1910. Após isso, a Biblioteca passou a ocupar edifício próprio e definitivo, à Avenida Rio Branco, hoje denominada Fundação Biblioteca Nacional.

Imagem 2 - Frontispício da Biblioteca Nacional no dia de sua inauguração 12/11/1910.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Nos porões da nau *Medusa* vieram os prelos que comporiam a Imprensa Régia, núcleo da nossa Imprensa Nacional e instalação oficial e definitiva da tipografia no Brasil.

Encetam a circular na sociedade fluminense, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (publicada no Brasil) e o *Correio Braziliense* (publicado em Londres). A *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) inaugurou a impressão em terras brasileiras e a circulação regular de periódicos, tornando gradativamente suas leituras acessíveis a um público um pouco mais amplo.

As produções literárias também começaram a circular publicadas pela Impressão Régia, de cujas oficinas, de 1808 a 1822, saíram 1154 impressos vários, entre os quais as poesias de Tomás Antônio Gonzaga.

Todavia, a Impressão Régia foi instalada na condição de monopólio do governo; prelos ilegais que surgissem na capital eram apreendidos pela polícia. Somente a partir de 1821, aboliu-se a censura terminando o monopólio estatal, o que possibilitou o funcionamento de outras tipografias (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Crescem então as oportunidades de leitura, sendo publicados outros jornais, livros, opúsculos e boletins.

Fernando de Azevedo narra:

A superfície lisa da cultura colonial, que mal chegava a formar, na praia monótona, um debrum de espumas literárias, enrugou-se pela primeira vez, encarneirou-se com a divulgação de obras estrangeiras que já entravam livremente nos portos do país, com as ações e reações de princípios opostos e sob a influência das novas ideias que encontraram na maçonaria um dos principais focos de irradiação (AZEVEDO, 1976, p. 69).

As mudanças de mentalidade e de costumes começavam a ser observadas, mesmo que lentamente, irradiando-se novidades da nova capital da monarquia para cidades distantes como Vila Rica, Salvador e Recife.

As lojas maçônicas, transplantadas de Portugal, se tornariam o centro mais importante de propaganda das novas tendências dominantes na Europa, ganhando extensão as teorias dos enciclopedistas.

O Rio de Janeiro vivenciou o centro da vida intelectual no país: já contava com a sua imprensa, o seu jornal, a sua biblioteca, o seu museu e suas escolas. Apesar dessas expansões, o Brasil em sua totalidade era um país de parca leitura e com um contingente de analfabetos assustador.

Em 1811 foi inaugurada em Salvador a segunda biblioteca pública brasileira. Não havia sido idealizada pela administração local, mas sim por iniciativa civil de um senhor de engenho e intelectual baiano Pedro Gomes Ferrão Castello Branco junto a um grupo

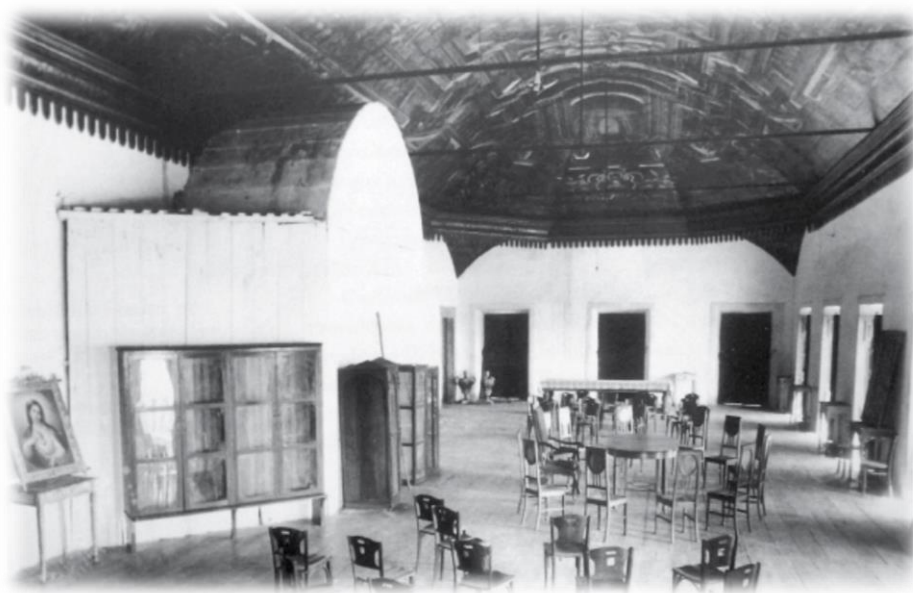
de homens letrados, que, segundo Silva (2010, p. 56) “às escondidas, liam em clubes maçônicos, livros franceses de ideias filosóficas e políticas”.

A Biblioteca Pública da Bahia tornou-se ponto de referência da cultura baiana. Todavia, a ação de se manter uma biblioteca sem a colaboração do governo, infelizmente não frutificou.

Em 1817, com o afastamento do Conde dos Arcos do governo provincial, a instituição começou a sofrer por falta de investimentos. Após sucessivos eventos de deterioração, incêndio, bombardeio, precariedade e peregrinação por vários locais, a Biblioteca Pública da Bahia foi inaugurada em sede própria em 1919.

Essa primitiva biblioteca baiana de acesso público foi segundo Milanesi (1997), talvez, a primeira tentativa de um centro de cultura onde o acesso ao conhecimento diversificado era o seu objetivo básico.

Imagem 3 – Salão de leitura da Biblioteca Pública da Bahia em 1811.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

No decorrer dos andamentos, outros espaços de leitura foram surgindo, como os gabinetes de leitura.

O Real Gabinete Português de Leitura, fundado em 14 de maio de 1837 no Rio de Janeiro por um grupo de imigrantes portugueses teve como finalidade ampliar o conhecimento de seus sócios e oferecer a oportunidade para ilustrarem os seus espíritos.

Em São Paulo, as riquezas derivadas da expansão cafeeira e do primeiro surto industrial, possibilitaram em fins do século XIX, que prósperos negociantes, barões e latifundiários contribuíssem com bibliotecas.

Essas bibliotecas, segundo Milanesi (1986, p. 75) “[...] foram criadas em sociedades literárias e recreativas e denominadas gabinetes de leitura”.

Nesse período, as instituições leitoras tornaram-se frutos, símbolos e ferramentas do progresso. Assim, bibliotecas, imprensa, livros e escolas foram surgindo como espaços para a realização futura do progresso utópico e sempre em conformidade com os paradigmas europeus vigentes (DENIPOTI, 2004).

Também outras bibliotecas foram surgindo como as estaduais: Biblioteca Pública da Província do Maranhão – 1831; Biblioteca Pública Provincial de Sergipe – 1851; Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco – 1852; Biblioteca Pública Provincial de Santa Catarina – 1855; Biblioteca Pública do Espírito Santo – 1855; Biblioteca Pública da Província da Paraíba – 1859; Biblioteca Pública da Província do Paraná – 1859; Biblioteca Pública do Estado de Alagoas – 1865; Biblioteca Provincial do Ceará – 1867; Biblioteca Provincial do Amazonas – 1883; Biblioteca Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1871; Biblioteca do Pará – 1846; Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro – 1873; Biblioteca Estadual do Piauí – 1883 (SUAIDEN, 2000).

Fonseca (2007) comenta que a maior parte dessas bibliotecas entrou em decadência, vítimas, talvez, da burocracia governamental.

Suaíden (2000) também assinala um panorama desolador: foram criadas sem a previsão da infraestrutura necessária, funcionaram em locais improvisados, seus acervos eram desatualizados e compostos de doações e careciam de recursos humanos adequados. A representação das bibliotecas passou a ser negativa pelo povo, sendo comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos.

2.3 Primeira República: entre o analfabetismo e as influências estrangeiras

Em fins do século XIX, a expansão da economia cafeeira, o fim da escravidão, o impulso dado à imigração europeia, o decorrente afluxo urbano e o primeiro surto industrial (1885) foram alguns dos movimentos que resultaram em várias alterações políticas-culturais no primeiro período republicano.

A partir da década de 1870, a entrada de trabalhadores europeus no Brasil passou a ser oficialmente organizada pelo governo e instrumentalizada com o apoio do catolicismo.

Italianos, alemães, espanhóis e posteriormente asiáticos, incidiram num vasto movimento migratório transoceânico. As fusões de povos de lugares distantes aliado aos que já habitavam no país, inauguram uma nova faceta social e cultural: a da diversidade.

Milanesi (2002) esclarece que nada de extraordinário ocorreu em relação à leitura e as bibliotecas nas primeiras décadas do século XX. O mesmo se estende ao ensino, como assegura Gomes, S. (1983, p. 33) ao proferir que “o regime de dominação oligárquica e o modelo agrário-mercantil das três primeiras décadas republicanas estimularam o completo desinteresse da população rural pela instrução”.

Nas capitais dos Estados e na maioria dos demais municípios, a população ainda mantinha nuances de comportamentos rurais. Pelo interior do país, a cultura cafeeira e a estrada de ferro prosseguiram juntas: derrubando matas e afrontando índios.

Nas administrações municipais, gerindo a máquina estatal, concentravam-se os donos de terras (coronéis), desinteressados sobremaneira pela educação do povo. Durante toda a Primeira República notou-se a inexistência de qualquer organismo nacional de ensino, alteração somente vista a partir da instalação do Estado Novo pelo golpe de Getúlio Vargas.

Os entraves à formação dos acervos nas bibliotecas resultavam na carência de editoras nacionais eficientes, na precariedade do comércio livreiro e de sua expansão no vasto território nacional, sem esquecer da ausência de políticas culturais.

Mesmo assim, alguns espaços de leitura já podiam ser percebidos em várias cidades. Nas associações civis, entre os livros, reuniam-se pessoas para ouvir palestras. Os instruídos liam os textos para os iletrados.

Pela imprensa e pela oralidade ampliavam-se a difusão da cultura literária. Fora esse contato com as letras, a maioria da população de analfabetos expressava-se por intermédio das tradições orais, das músicas e danças transmitidas através da herança cultural.

Sobre a condição de defasagem em vários níveis culturais que o país atravessava, Darcy Ribeiro apontou como fator reflexo, o próprio atraso cultural de Portugal, que não conseguindo integrar-se à Revolução Industrial caiu também na situação de dependência com relação à Inglaterra (RIBEIRO, 1995).

Em suas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 1905, Olavo Bilac relata uma certa abundância de jornais e de semanários, mas não a de leitores:

O forasteiro, que por aqui passasse, observando as nossas cousas pela rama, ficaria realmente admirando a nossa cultura: porque deveria ser intensamente culta uma cidade que sustenta oito jornais diários. Mas, se disséssemos a esse forasteiro que os analfabetos, na população d'esta cidade, estão na proporção de dois para um, - o homem escancararia os olhos, não podendo compreender a simultaneidade e a coincidência d'essa prosperidade da imprensa com a falta de instrução popular (BILAC, 1926, p. 187-188).

Durante a República Velha, era usual a imitação de costumes europeus, principalmente o francês, residindo na rejeição a tudo que fosse produto da criatividade nacional, sobretudo, segundo Gomes (1983, p. 12), “do que vinha das camadas mais simples, porque representava subalternidade e inferioridade”.

A elite brasileira buscava em outros países adiantados industrialmente os ideais de pensamentos, comportamentos, de moda e costumes. Sobre esses momentos, Ribeiro (1975, p. 161) diz: “É o tempo das casas burguesas, do fraque e cartola, da importação de bugigangas e de prostitutas francesas, e de toda sorte de manufaturas industriais inglesas”.

Nas primeiras décadas desse período, Gomes (1983, p. 59) afirma que a formação sociocultural brasileira não gerava informações em quantidade representativa, que necessitassem de ser organizadas em forma de bibliotecas. “A população brasileira, na sua grande maioria essencialmente agrícola e analfabeta, conservou-se marginalizada e afastada das questões políticas, econômicas e sociais do País”.

Gradativamente, o percurso da educação foi dividindo-se entre a laica e a católica, comportando também a penetração de educadores protestantes e de ideias pedagógicas norte-americanas.

A rede oficial de ensino, responsável pelas primeiras letras, oferecia também atividades culturais. Não existiam apenas aulas de música, mas externavam-se nas escolas conjuntos musicais e grupos de teatro, sob a supervisão de professores (MILANESI, 2002).

Em suma, as bibliotecas brasileiras da Primeira República refletiram também a condição de dependência cultural. Reuniram, conservaram e difundiram, limitadamente e de modo reflexo, a cultura estrangeira. Basearam-se em padrões estrangeiros, cujos acervos eram compostos de livros que eram veículos de uma cultura erudita importada, fundamentada nos ideais humanistas de desenvolver as virtualidades do homem (GOMES, 1983).

Até 1930, as bibliotecas públicas estiveram mais próximas das bibliotecas existentes no período colonial: apenas uma restrita parcela da sociedade era atendida, servindo como meio de distinção intelectual entre os seus criadores e a população. Seus acervos eram majoritariamente compostos por obras representativas da cultura erudita europeia e seus objetivos estavam restritos ao apoio às atividades de ensino.

A partir da criação do Departamento de Cultura de São Paulo em 1936, a função cultural e artística da biblioteca pública começa a ser evidenciada através de um repertório de atividades diversas abarcando desde a cultura popular até a erudita.

2.4 O Departamento de Cultura da cidade de São Paulo

Considera-se como marco inicial das políticas públicas culturais no Brasil relacionada às bibliotecas, a criação em 1934 do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Milanesi (1986) assinala que o Departamento surgiu pela ação de uma elite culta e obstinada que via na cultura uma forma de aperfeiçoamento social. Dentro dessa iniciativa, as bibliotecas ocuparam um espaço até então inédito para elas.

A ideia de se estruturar atividades culturais na cidade de São Paulo através da criação de um Departamento de Cultura, surgiu entre 1926 a 1931 em reuniões noturnas na residência de Paulo Duarte, fazendo parte um grupo de intelectuais paulistas como Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado e Tácito de Almeida.

Não se pretendia instaurar um departamento burocrático, mas um organismo vivo, ativo, que desse ao povo a oportunidade de contato com as atividades culturais, procurando resolver o problema da miséria cultural. Criado durante a gestão do prefeito Eduardo Prado, o Departamento de Cultura teve à frente Mário de Andrade e entregue a Rubens Borba de Moraes a Divisão de Bibliotecas.

Além de um Gabinete de Diretor, o Departamento teve cinco divisões: Expansão Cultural, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos e Divisão de Bibliotecas, sendo Rubens Borba de Moraes escolhido para a divisão de Cultura e para a divisão de Bibliotecas.

Em pouco tempo, a iniciativa prosperou e tornou-se conhecida abarcando eventos que iam do erudito ao folclórico, “as formas que propunha para pôr as artes ao alcance da população, crianças e operários, eram uma novidade no Brasil” (MILANESI, 1997, p. 98).

As políticas culturais do Departamento, tendo Mário de Andrade por dois anos a sua frente, tinha caráter não apenas inovador, mas modelar. As propostas desenvolvidas pelo grupo de intelectuais objetivavam oferecer serviços permanentes à população, procurando garantir além dos eventos, todas as possibilidades de acesso aos registros de informações.

Imagem 4 – Frontispício da Biblioteca Mário de Andrade em 1947.



Fonte: The Urban Earth¹.

Um dos projetos levados a efeito foi a construção da Biblioteca Municipal no centro da cidade, na Rua da Consolação. No entanto, em 1938, Prestes Maia assume a prefeitura e decide acabar com os objetivos do Departamento de Cultura como também suspende a construção da biblioteca.

Após muitos incidentes, a biblioteca foi enfim inaugurada em 1942, com luta incessante de Rubens Borba de Moraes. Entretanto, na inauguração, já sem a presença de Rubens Borba, assumiu o comando da biblioteca e das atividades culturais Sérgio Milliet. O edifício, projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon, foi considerado marco da arquitetura moderna na capital.

¹ The Urban Earth. Reflexões para um mundo urbanizado. Disponível em: <https://theurbaneearth.wordpress.com/2010/02/17/fotos-de-sao-paulo-em-1947/>.

A ditadura do Estado Novo em 1937 trouxe nova realidade política e administrativa, incidindo em modificações que influenciaram a administração estadual e municipal. Por intervenção de Prestes Maia, prefeito da cidade de São Paulo, os serviços oferecidos à comunidade pelo Departamento foram desativados. Mário de Andrade foi afastado da direção do departamento e, segundo Bandeira (2007, p. 50) “lentamente começou o processo de desagregação de um órgão que havia lançado bafejos de modernidade na cultura nacional”.

Findou-se com a Divisão de Expansão Cultural e suas seções, revogou-se a lei que permitia a construção da Casa de Cultura, dissolveu-se o conselho técnico que assessorava as seções de Teatro e Cinemas e Salas de Concerto. Findou a Sociedade de Folclore e desativou a biblioteca ambulante encerrando as atividades do carro-biblioteca.

A Biblioteca Mário de Andrade tornou-se centro dos principais acontecimentos políticos, e culturais da cidade, diz Milanesi (1987). Em 1952, com o começo da instalação das Bibliotecas de Bairro, a ação cultural, até então centralizada na Biblioteca Mário de Andrade, estendeu-se pelas comunidades do raio de atuação destas Bibliotecas.

Décadas depois, a experiência do Departamento de Cultura passou a ser um referencial. Durante as décadas de 1970 e 80 criaram-se os Departamentos de Bibliotecas-Públicas e Infanto Juvenis, cuja política cultural foi resgatada, adquirindo nova roupagem. Os serviços de carro-biblioteca, caixa-estante e extensão cultural foram retomados e difundidos, dentro de uma nova linha centrada, principalmente, na modernização das bibliotecas e de seus serviços (MILANESI, 1987).

2.5 Século XX: bibliotecas, leitura e a expansão da indústria cultural

As bibliotecas não podem ser apenas simples depósitos de livros, mais ou menos bem catalogados e arrumados, à espera do curioso pesquisador ou do bibliófilo insaciável.
(PINTO DE AGUIAR, 1958)

Apesar do crescimento de algumas cidades nas primeiras décadas do século XX, a grande maioria da população brasileira continuava sem instrução e o debate cultural e artístico ainda permanecia recluso entre as elites intelectuais e econômicas. Para Azevedo (1976, p. 85) “uma minoria de letrados e eruditos, e uma enorme massa de analfabetos”.

Por outra via, em vários municípios, as atividades culturais e artísticas estiveram sob os auspícios das igrejas, das escolas e da maçonaria.

Em 1938, no interior do Estado de São Paulo, em Marília, o movimento maçônico fundou O Clube “A União dos Treze”, formado por treze integrantes maçônicos que se reuniam mensalmente para promover e patrocinar ações relacionadas à cultura e as artes em geral.

As igrejas também puderam ser vistas como espaços culturais, cujas paróquias, dentro do espírito missionário ou da militância religiosa, criaram várias atividades, movimentos, associações, congregações, e muitos deles apoiados em atividades artísticas como o teatro, a dança e a música (MILANESI, 1997).

De acordo com Fonseca (1979, p. 37), um grande acontecimento na década de 1930 para as bibliotecas públicas foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL): “As bibliotecas municipais do Brasil devem-lhe, muitas, a própria existência e, todas, o enriquecimento de seus acervos”.

A visão do INL como instituição de apoio fundamental às bibliotecas públicas também é compartilhada por Moraes (1943), por ocorrência de sua conferência *O problema das bibliotecas brasileiras*, em que diz:

Possuímos centenas de bibliotecas públicas, espalhadas pelo país, recebendo o auxílio inestimável do Instituto Nacional do Livro. Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes? (MORAES, 1943, p. 38).

Opondo-se a essas visões, Milanesi (1997, p. 118) critica veementemente a ação do INL: “o programa objetivava, essencialmente, doar livros, criando bibliotecas ou ampliando acervos. A adoção caracterizava-se como atividade central e, por vezes, a única”.

O INL havia sido criado em 1937, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, representando a primeira política pública para o livro e biblioteca. Certamente que a política de distribuição de livros do INL, já que se tratava de um órgão estabelecido por um regime ditatorial, circunscrevia-se na censura literária, já que “as obras escolhidas por certo passavam pelo crivo das autoridades culturais [...]” (MILANESI, 1997, p. 118). Foram criadas centenas de bibliotecas, que na opinião de Milanesi (1997), pouco interessava o seu sentido em face da sociedade e mesmo das suas probabilidades de sobrevivência.

Nesse caráter, a política do INL, circunscrita apenas na criação de bibliotecas e na distribuição de acervos pré-determinados pela elite governamental, resultou numa

instituição precária que, frequentemente, não poderia ser identificada como biblioteca pública, mas sim como espaço de depósitos, de chatice, de mesmice e silêncios forçados.

Contudo, com a evolução dos meios de comunicação na sociedade industrial brasileira, estruturou-se o fenômeno denominado de comunicação de massa (*mass media*). Na segunda metade do decorrer do século XX verificou-se um crescimento exponencial dos meios de comunicação, através da ação da imprensa (jornais, livros e revistas), do cinema, do rádio e da TV.

Ortiz (1989) explana que foi somente na década de 1940 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade brasileira principiou-se em se modernizar em diferentes setores, principalmente na época da ditadura militar, após o golpe de 1964.

Com a reprodutibilidade da indústria cultural a rotina das bibliotecas brasileiras quanto aos suportes informacionais tornou-se mais complexa para os bibliotecários.

Por quatro séculos, o registro de informações havia sido possibilitado essencialmente pela imprensa: livros, revistas, jornais, enciclopédias e gibis eram basicamente os únicos suportes para disseminar as informações. Progressivamente, as imagens e os sons, ampliados para os audiovisuais, provocaram a propagação de documentos, fenômeno conhecido como “caos bibliográfico” (MILANESI, 2013, p. 74).

Mesmo levando-se em conta o índice de analfabetismo que continuava alto (ORTIZ, 1999), a indústria editorial, na sua totalidade, modernizou-se. O setor de publicações periódicas diversificou-se com o surgimento de leitores especializados, multiplicando-se revistas para o público masculino e feminino e as histórias em quadrinhos para o infantil.

Durante as décadas de 1960 e 70 consolidou-se o mercado de bens culturais, estruturando-se esferas da cultura popular de massa como a indústria do disco, a editorial e a publicitária (ORTIZ, 1989).

Ao mesmo tempo em que a indústria cultural se solidificava, o aspecto político, pós 1964, foi de repressão, censura, prisões e exílios, principalmente após o decreto do AI-5 em 1968. Várias produções culturais artísticas foram censuradas (livros) ou obrigadas a passar pelo crivo da censura prévia (peças de teatro, novelas, filmes, jornais e revistas). A sociedade recuou com medo. Instituições culturais como as bibliotecas ficaram paralisadas.

Cabral (1999) relata que apesar da grande efervescência dos movimentos sociais urbanos (teatrais, estudantis, operários) que proliferaram nas décadas de 50, 60 e 70, e que enquanto toda essa agitação política e cultural acontecia em várias partes do mundo, as bibliotecas brasileiras ficaram à parte desse processo evolutivo, como se fossem entidades a-históricas, neutras, imunes aos acontecimentos que ocorriam à sua volta.

A expansão dos cursos de Biblioteconomia que se acionou a partir da Biblioteca Nacional, acentuando-se nas décadas de 50 e 60, possibilitou um crescimento de profissionais da informação. Desde então, as reivindicações, menos humanistas e mais especializadas estiveram concentradas no reconhecimento profissional, na melhoria qualitativa e quantitativa das bibliotecas e na formação dos bibliotecários.

Para Castro (2000, p. 115), “consequentemente, os discursos nestas décadas privilegiaram as bibliotecas especializadas, enquanto que as públicas e escolares aparecem de modo bastante lacunar”.

Em 1962 foi aprovada a lei que regulamentou o exercício da profissão. Na mesma década assinalou-se o início do processamento eletrônico da informação, com preocupações voltadas apenas ao processamento técnico da informação e a automação dos acervos.

Junto à regulamentação da profissão de bibliotecário, surgiram publicações expondo a situação do ensino de biblioteconomia no país. Destaca-se, nesse caso, o artigo de Briquet de Lemos (1973), tecendo considerações relevantes frente à crescente tecnicização na profissão:

- a) Predominância do ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento do estudo dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos;
- b) Ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da Biblioteconomia/Documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as diversas disciplinas como um todo orgânico e não como partes isoladas e estanques;
- c) Fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com cegueira que não vislumbram os fins que devem servir e ignorância do processo de entropia a que estão sujeitos em face da dinâmica da informação documental, do avanço da tecnologia da informação e da psicologia dos usuários (LEMOS, 1973, p. 52).

Firmava-se a necessidade de superar a dependência dos modelos estrangeiros na formação do bibliotecário, principalmente a do pragmático norte-americano. As mudanças nos currículos de biblioteconomia deveriam privilegiar além da técnica, a cultura geral e humanística. Com o passar dos tempos, o ensino de biblioteconomia,

outrora enciclopédico, “converteu-se em eminentemente técnico” (FONSECA, 1979, p. 35).

Era necessário um ensino que privilegiasse as vertentes tanto humanista quanto técnica, por ser a biblioteconomia uma das profissões que “mais exige cultura geral dos profissionais” (PRADO, 1961, p. 2).

Contudo, Castro (2000, p. 204) discute que “a ausência de uniformidade dos saberes e a fragilidade teórica na formação do bibliotecário não eram privilégio do Brasil, mas de toda a Ibero-américa, [...]”.

Por várias décadas seguintes, na formação do bibliotecário não se estabeleceu uma relação entre o desempenho da profissão e a necessidade informacional, cultural e artística das comunidades.

Somando-se aos entraves quanto à formação do bibliotecário, a situação das bibliotecas no Brasil gerava desconforto e angústias. Em artigo de 1973, Esmeralda M. de Aragão comentou a situação das bibliotecas universitárias no país dizendo que em geral havia a falta de definição dos objetivos, carência de verbas e desatualização dos acervos. E ainda, a centralização necessitava de estruturação adequada e a falta de pessoal técnico e auxiliar capacitados, constituía um entrave ao seu desenvolvimento (ARAGÃO, 1973).

Ao focar na biblioteca escolar, Suaiden (2000) expressou que o acesso ao livro não era uma preocupação governamental. O governo estava mais preocupado em construir escolas, formar e contratar professores. A biblioteca escolar passou despercebida no processo de ensino-aprendizagem. Falta de livros, de profissionais e de uma consciência sobre a leitura fazia a biblioteca escolar ser sempre incluída nas últimas prioridades.

Através de pesquisa bibliográfica realizada em periódicos especializados², constatou-se que os textos publicados na década de 1970 mostraram que os debates biblioteconômicos versaram somente em assuntos sobre a organização das informações e não sobre as questões relacionadas à leitura.

Apenas em 1979, a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* publicou um artigo sobre a importância da leitura para o desenvolvimento social, veiculando o artigo de Cruz (1979, p. 178) argumentando que “a leitura, o conhecimento

² O levantamento bibliográfico foi realizado abrangendo a década de 1970 nos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*; *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*; *Revista de Biblioteconomia de Brasília* e *Revista Ciência da Informação*.

e a participação na vida cultural são alguns dos benefícios de que deve usufruir, indistintamente, toda a comunidade”.

Igualmente nessa época, firmava-se a noção da necessidade de leitura como fator decisivo no processo educacional e participação cidadã, em contraposição à crise da leitura.

Os imbróglis e contradições das bibliotecas em geral, como também da atuação dos bibliotecários em âmbito nacional se estendem sobremaneira. Enumerá-los a fim de uma análise é sempre tarefa parcial. Por isso, descreve-se abaixo alguns aspectos – inércia, crise e desafios – que persistiram até a década de 1980:

- a) Inexistências de políticas culturais públicas eficazes para o livro, leitura e biblioteca;
- b) A visão, tanto das áreas educacional e cultural, fragmentada da biblioteca;
- c) Em função da evolução dos meios de comunicação, com a expansão do capitalismo após a segunda grande guerra, as bibliotecas públicas e escolares não acompanharam as tecnologias que foram surgindo;
- d) A veiculação do conceito de cultura nos trabalhos bibliotecários atrelados à ideia de erudição, inteligência, intelectualismo, dificultando as atividades culturais e artísticas pelas classes populares e pelos iletrados;
- e) A adoção apenas do paradigma custodial, historicista e patrimonialista, cuja noção de ideia de preservação e de guarda da memória prevaleceu fortemente sobre a noção de acesso e democratização da informação, já que a prioridade esteve na guarda do patrimônio cultural incorporado e acumulado e não em sua disseminação e apropriação;
- f) O trajeto das bibliotecas públicas em rumo aos currículos escolares, perdendo-se a conexão com a população em geral em função da implantação da pesquisa escolar, inserida pela Reforma do Ensino em 1971. As bibliotecas transformaram-se quase que exclusivamente em bibliotecas escolares. As cópias dos verbetes enciclopédicos tornam-se a regra;
- g) Os períodos de ditadura (1937 e 1964) cerceando as expressões culturais e incidindo também na censura dos acervos bibliográficos e

nas demais manifestações culturais que poderiam acontecer nas bibliotecas;

- h) O alto custo de materiais bibliográficos, e mais tarde os valores excessivos de materiais de informática e tecnológicos em geral, deixaram as bibliotecas públicas e escolares distantes da evolução tecnológica;
- i) O paradigma tecnicista, com preocupações na formação do bibliotecário centradas nas técnicas (classificação, catalogação, indexação) em detrimento da ação social e cultural que os bibliotecários poderiam e deveriam assumir;
- j) A ausência de investimentos públicos, no que tange as bibliotecas públicas, escolares e universitárias como também nos salários dos bibliotecários;
- k) No início dos anos 80 surgiram os debates sobre a biblioteca como instrumento da animação e ação cultural. Nos fluxos dos processos comunicacionais nas bibliotecas era preciso discutir a informação por meio de diversas ações culturais e artísticas, cujas práticas emergiam conceitos, teorias e competências que os bibliotecários não detinham.

Todas essas problemáticas históricas resultaram no quadro que ainda persiste atualmente: ausência de bibliotecas na rede pública de ensino e milhares de bibliotecas públicas com a utilidade limitada pelo seu papel reduzido, servindo a um público restrito.

Algumas obras, de acordo com Suaiden (2000), procuraram justificar o fraco desempenho das bibliotecas públicas, apontando para o processo de colonização, a ideologia dominante, livro e leitura como instrumentos de dominação, a ditadura militar, e mais recentemente, para o neoliberalismo.

Se a biblioteca pública não teve o desenvolvimento esperado, isso se deve em parte, às dificuldades que o profissional de informação enfrentou e enfrenta para formar um público leitor, para elaborar diagnósticos consistentes, para vincular a biblioteca aos interesses comunitários, e principalmente, demonstrar a importância dos serviços bibliotecários para o grande público (SUAIDEN, 2000).

Analizando a trajetória da biblioteca pública no Brasil, Rabello (1987) comprova as contradições desse equipamento cultural na sociedade, observando que apesar de seu objetivo igualitário de ampliar o acesso à informação a todas as camadas sociais, a

biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíam a minoria de nossa população, opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia.

No embate em torno da empresa positivista, as bibliotecas, principalmente as públicas, incitaram mais críticas do que elogios. Suaiden (2000) diz que na verdade, foram esforços isolados, pois a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder. Através de um decreto estadual as bibliotecas eram legalmente criadas, no entanto, a falta de visão dos administradores era imensa, pois geralmente não havia previsão da infraestrutura necessária, por exemplo.

Historicamente, a biblioteca pública preocupou-se, em essência, com o paradigma conservacionista, ocupando-se na guarda, no armazenamento, na preservação bibliográfica. Almeida Júnior (2013, p. 68) corrobora em dizer “sem medo de cair em erro, que a maior parte desse tipo de biblioteca, até hoje, não alterou suas concepções em relação à dicotomia entre preservação e disseminação”.

Suaiden (1980) ao pesquisar o desempenho e perspectivas das bibliotecas públicas brasileiras, concluiu que as mesmas poderiam e deveriam dar uma parcela de contribuição bem maior ao desenvolvimento educacional e cultural das comunidades brasileiras.

Uma biblioteca deve satisfazer somente as necessidades daqueles que dominam a linguagem escrita? Tecendo críticas as atuações das bibliotecas públicas, Almeida Júnior (1997) alega que essa instituição não conseguiu representar, atender e disseminar os interesses das classes que a reivindicaram, tornando-se por parte das classes dominantes aparelhos ideológicos de dominação.

Bernardino e Suaiden (2011) acreditam que a efetivação da chamada sociedade da informação em um país com as disparidades culturais como o Brasil é uma relevante tarefa, que requer, acima de tudo, vontade política, de forma a viabilizar as ações das bibliotecas voltadas para a comunidade e suas diferenças.

Nesse quesito, exige-se um projeto de ação agressivo e regional, tendo em vista as particularidades de cada região brasileira, mas, sobretudo, determinando-se uma consciência geral de que é preciso acompanhar as mudanças da sociedade e que as bibliotecas são partes integrantes dessa evolução.

Ainda que ao longo da história as bibliotecas pouco tenham realizado para o avanço da sociedade no sentido de acesso, democratização, alfabetização e letramento, refleti-las e pondera-las como um organismo vivo e passível de mudanças é discerni-las como aparelhos de vital importância para a apropriação do conhecimento.

Nesse quadro em que se apresentam as bibliotecas no Brasil, pode-se dizer que a responsabilidade recai nas ações e na ausência de consciência de muitos: dos bibliotecários, das escolas que os formam, dos programas de pós-graduação, das entidades de classe e, sobretudo, no comportamento de diversos políticos locais, estaduais e federais.

Moraes (1943, p. 26) já dizia que “O descaso em que vivem as nossas bibliotecas resulta certamente do fato de não existir, ainda, no brasileiro, uma ‘mentalidade bibliotecária’”.

Ademais, os problemas se espalham e atingem outras questões: instalações mal adequadas, acervos desatualizados e sem sinalização, falta de equipamentos de informática e de terminais de consulta, desconhecimento e inexistência de uma política de leitura e de informação para a biblioteca em conjunto com os órgãos de educação e cultura.

Hoje em dia percebe-se pouca frequência nas bibliotecas, principalmente pelos estudantes, já que para a pesquisa escolar não há a necessidade de se ir à biblioteca.

Segundo dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)³, atualizado em 2015, existem 6.102 bibliotecas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal. Destaca-se que os números são expressivos, no entanto, para Milanesi (2013, p. 66), “a maioria delas não se vincula às atividades culturais e nem mesmo à informação. A tendência é que se extingam sem que haja decisões locais em busca da recriação de seu papel. Um dos motivos disso, talvez o principal, é a transferência da tarefa de pesquisar para os *sites* de busca”.

Com o intuito de se resolver os problemas das bibliotecas brasileiras, Moraes (1943, p. 63) já dizia que, antes de mais nada, “era preciso bibliotecários verdadeiros, com preparo técnico e cultura à altura do cargo”.

Neste momento, as escolas de biblioteconomia deverão repensar seus currículos, para que a mediação dos bibliotecários possa assumir uma das atividades fundamentais deste século: informar através das múltiplas linguagens, dos diversos suportes e das diversas atividades culturais e artísticas, absorvendo também, as tecnologias disponíveis.

As imagens e as representações contrárias às bibliotecas precisam permanecer no passado, distantes de nosso imaginário. Nesse sentido, Bernardino e Suaiden (2011)

³ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Acesso: <http://snbp.culturadigital.br/>.

resgatam que a história traça uma imagem da biblioteca, especificamente a pública, que vai do erudito ao desnecessário, dependendo da época e contexto.

Como qualquer outro equipamento cultural, as bibliotecas constroem suas imagens pela soma do cumprimento de funções, oferta de produtos e serviços e pelos membros de sua equipe. Essa projeção relaciona-se ao modo como as bibliotecas se estruturam em todas as suas esferas: técnicas, tecnológicas, serviços, produtos e ações.

Infelizmente, diversas bibliotecas brasileiras não possuem estruturas para se fazerem necessárias à população. A realidade nos mostra que entre tantas problemáticas envolvidas, as bibliotecas no Brasil ainda adotam apenas o paradigma da conservação cultural.

A consolidação da biblioteca pública em sua comunidade se dará, de acordo com Lessa e Gomes (2017) a partir da resignificação de sua imagem diante da sociedade à medida que for capaz de adaptar seu espaço físico às exigências do mundo contemporâneo.

Hoje, espera-se que todas as bibliotecas, independentemente de sua modalidade (pública, escolar, universitária, especializada ou centro cultural) possam desempenhar os três paradigmas apresentados por Perrotti (2016).

Quadro 1 – Paradigmas históricos das bibliotecas.

CARACTERÍSTICAS	PARADIGMAS
<i>Templum</i>	Conservação cultural
<i>Empórium</i>	Difusão cultural
<i>Fórum</i>	Apropriação cultural

Fonte: elaborado a partir de Perrotti (2016).

Perrotti (2016), reporta-se a pelo menos três paradigmas culturais que estão na base dos dispositivos de informação e que pautam o modo como eles são concebidos, configurados e funcionam historicamente: os paradigmas da conservação cultural, da difusão cultural e da apropriação cultural, mesmo se, algumas vezes e em função de uma série de razões, eles possam na prática se misturar.

De acordo com Perrotti (2016), a biblioteca *templum* teve como missão a guarda e preservação da memória social.

Na perspectiva da biblioteca *empórium*, a missão esteve agregada como distribuidora de cultura, cujas preocupações se deram apenas com o acesso à informação e cultura.

A biblioteca *fórum* é um dispositivo de mediação cultural que reconhece e coloca sujeitos e repertórios culturais diversificados em relações de negociação simbólica, em processos dinâmicos e afirmativos de apropriação e protagonismo cultural, tendo em vista a produção de sentidos.

Numa projeção da Biblioteconomia para o século XXI, Araújo (2017) destaca as novas missões: o gerenciamento do patrimônio cultural, a busca da diversidade e pluralidade pelas bibliotecas, a biblioteca como esfera pública, a biblioteca 2.0, as bibliotecas digitais e o movimento da competência informacional.

Além dessas missões, pode-se mencionar que além de reunir, conservar e difundir cultura, as bibliotecas precisam estar atentas com o protagonismo cultural, além de outros fatores como as políticas culturais vigentes, as vertentes pedagógicas no trabalho com a mediação (dialógica e negociação cultural), os paradigmas formadores das bibliotecas (preservação, difusão e apropriação), as múltiplas linguagens e os suportes informacionais, as atividades de incentivo à leitura, de marketing, de atividades artísticas, de ação cultural e da *advocacy*, cujos fatores resultarão no desenvolvimento sócio cultural das comunidades.

3 CULTURA E INFORMAÇÃO

O conceito de cultura refere-se a uma variedade infindável de fenômenos e a um conjunto de interesses que são, hoje, compartilhados por estudos de diversas disciplinas, multiplicando-se as áreas do conhecimento que se lançam na empreitada de alcançar uma conceituação plausível para o termo.

Williams (2014) fala que “culture” é uma das palavras mais complicadas da língua inglesa. Este fato pode ser observado em função de seu intrincado desenvolvimento histórico nas diversas línguas europeias, e principalmente, em função do termo ser usado para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas distintas.

Como lembra Sodré (1988, p. 43) quando a palavra cultura está em voga, “a multiplicidade das definições acompanha a diversidade dos interesses institucionais ou disciplinares”.

Além da Antropologia e Sociologia, outras áreas também se dedicam à problemática com o significado do conceito, como os Estudos de Comunicação, a Ciência Política, a História, a Geografia, a Crítica Literária e mais recentemente a Economia, a Política Cultural, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação.

Não se pretende aqui, todavia, tentar reproduzir exaustivamente as formulações e as reformulações a que a noção de cultura tem sido submetida ao longo dos tempos em cada uma das disciplinas científicas que lhe dedicam atenção e esforços de compreensão.

Para Ortiz (2017), encontrar uma definição do conceito de cultura é uma estratégia exaustiva e inútil, e que já foi tentada por dois antropólogos, Kroeber e Kluckhohn (1952), quando encontraram 164 significados para o termo em questão.

Contudo, ao discorrermos sobre a cultura, trataremos de algo tenso, construído do diálogo e do conflito, de trocas, manipulações, embates, negociações e, no caso brasileiro, de defasagens culturais.

Segundo Melo (2006), as definições de cultura, seus arranjos, suas ocorrências modificam-se no decorrer do tempo em conformidade com as relações de poder e os interesses envolvidos nos embates e tensões engendrados pelos sujeitos que, por motivos vários, transitam no campo gerador ao redor do conceito.

A seguir, vamos esclarecer o significado que estaremos emprestando a palavra cultura, além de discorrer sobre aspectos fundamentais subjacentes ao tema: a sociedade e as nuances culturais na atualidade, como também sobre as aproximações entre o binômio cultura e informação.

3.1 Acepções do termo cultura

A palavra cultura deriva-se do latim *colere*. Segundo Williams (2014), *colere* tinha uma gama de significados: habitar, cultivar, proteger e honrar com veneração.

Sodré (1988) fala da equivalência entre o significado atribuído a *paideia* pelos sofistas gregos desde o século IV a. C. – o estoque poético, artístico, científico e legal que nutre a educação do homem, o indivíduo-cidadão que irá habitar a *polis* – e aquele que os romanos, posteriormente, emprestaram ao termo *cultura animi* – o ato de cultivar o espírito, o trabalho de formação humanista do indivíduo.

Portanto, são a *paideia* grega e a *cultura animi* dos italianos que vão estar na origem da noção moderna de cultura que começou a se desenvolver a partir do Renascimento (SODRÉ, 1988).

Uma primeira acepção de cultura referia-se a um processo: o cuidado com algo, ao trabalho da terra, ao conjunto de operações próprias para se obter do solo os vegetais cultivados, referindo-se também aos cuidados com os animais (WILLIAMS, 2014).

Metaforicamente, o conceito passou a ser utilizado para definir instrução, conhecimentos adquiridos, como demonstrado no verbete *Kultur* no dicionário de Adelung⁴ em edição de 1793, o qual remete o seu significado para enobrecimento, de refinamento das forças espirituais do indivíduo ou de um povo.

Acreditava-se que aquele que era culto era também moralmente virtuoso, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvido pelo conhecimento das ciências, das artes e da filosofia. Culto era o indivíduo que, de certas maneiras, acumulou “cultura”.

No século XVII, na França e Inglaterra, utilizaram-se o termo civilização⁵ ao invés de cultura, para compreendê-la como um processo de progresso intelectual e espiritual, algo que podia ser pensado tanto nos indivíduos, quanto às sociedades.

Evidencia-se que o termo civilização era empregado em contextos colonialistas e imperialistas, para designar a cultura europeia, ocidental, como superior indiscutivelmente às outras. Acreditava-se que os povos passariam por etapas sucessivas

⁴ Johann Christoph Adelung (1732-1806) foi filólogo, bibliotecário, lexicógrafo e germanista alemão. Adelung publicou o dicionário *Grammatisch-kritisches Wörterbuch der hochdeutschen Mundart*, (Dicionário gramatical e crítico da língua alemã, em 5 volumes entre 1774-1786, reimpresso com correções e adições em 4 volumes, 1793-1801).

⁵ A palavra civilização deriva-se do latim *civilis*. No século XVI, Erasmo de Rotterdan estabeleceu a noção de civilidade para designar uma disciplina que ensinava às crianças regras de comportamento. O domínio e o manejo dessas regras é o que fazia da civilidade um traço distinto entre nobres e plebeus. Da noção de civilidade chega-se, posteriormente, à de civilização, sem que o termo abandone, no entanto, perspectiva original de estratégia de distinção social (SODRÉ, 1988).

de evolução social, o que os conduziriam desde um estágio primordial até a civilização tal como conhecida na Europa ocidental de então.

Conforme diz Newton Cunha:

No século seguinte, no entanto, os intelectuais alemães, comprometidos com as ideias políticas de transformação social, com as formas artísticas e as tradições populares, com os valores do romantismo estético, separaram os conceitos de civilização e cultura. Para civilização, conservaram apenas o sentido de urbanidade, polidez, educação de hábitos sociais e aprimoramento da sensibilidade. Enfim, os comportamentos sociais. E para cultura, um conjunto de produtos criados pela ciência, pela arte e pela religião (CUNHA, 2010, p. 24-25).

A partir de então, da Revolução Industrial e do Romantismo, século XIX afora, cultura vai significar, de forma alternada, ora um sistema de vida, ora uma realidade superior – propriedades de personalidades dotadas de espírito elevado e dessa forma, espaços proibidos às massas, aos pobres de espírito e de dinheiro (SODRÉ, 1988).

O ponto de partida para a concepção antropológica do conceito de cultura tem origem na famosa definição do britânico Edward Burnett Tylor, professor da Universidade de Oxford e considerado o pai da antropologia cultural, em que ofereceu de forma inédita a primeira definição formal e explícita do conceito.

Sua definição em *Primitive culture*, Tylor (1871) ensejou a oposição clássica entre natureza e cultura, na medida em que procurou definir as características diferenciadoras entre homem e animal a partir dos costumes, crenças e instituições, encaradas como técnicas que possibilitam a vida social.

Com esta definição, Tylor abrangeu todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos (LARAIA, 2002).

No âmbito da sociologia, o conceito de cultura elaborado por Bourdieu, segundo Passiani e Arruda (2017, p. 135), “a cultura refere-se aos elementos simbólicos da vida social, ou seja, um conjunto de representações, valores morais e ideais que institui e organiza a sociedade”.

Pensada dessa maneira, a cultura enquadra-se num processo social de objetivação, ganhando materialidade e tornando-se o domínio das práticas e bens culturais, que se posicionam como suportes dos sentidos.

Nessa instância, percebe-se a cultura como um processo relacionada a expressões significativas.

Todavia, o universo simbólico apreendido como cultura, espécie de instância metafísica e subjetiva, é objetivado em práticas que se relacionam com as posições de classe dos sujeitos, portanto, com suas condições materiais de existência (PASSIANI; ARRUDA, 2017).

Nesse sentido, as condições estruturais que fundamentam a nossa sociedade, denominada por Karl Marx (2012) como luta de classes, geram os embates culturais.

As classes dominantes exercem seu poder determinando o acesso e a circulação de bens culturais, interferindo, sobremaneira, nas possibilidades de apropriação cultural. O conhecimento cultural entre as classes sociais difere e se opõe no momento em que a classe dominada fica à margem das manifestações culturais (onde ocorre a defasagem cultural), como na ausência de competências para a leitura e escrita e não frequência à museus, teatros e bibliotecas.

Nesse aspecto, as capacidades de produzir, reconhecer, consumir, admirar, apreciar e se apropriar dos fenômenos culturais dependem de processos envolvidos por instituições sociais como o Estado, a família, a escola e a biblioteca, por exemplo.

As oposições entre as classes, portanto, não se restringem à posse de bens materiais, mas também se verificam nos estilos de vida configurados pelas práticas culturais, manifestações fenomênicas da cultura, principalmente o gosto estético (PASSIANI; ARRUDA, 2017).

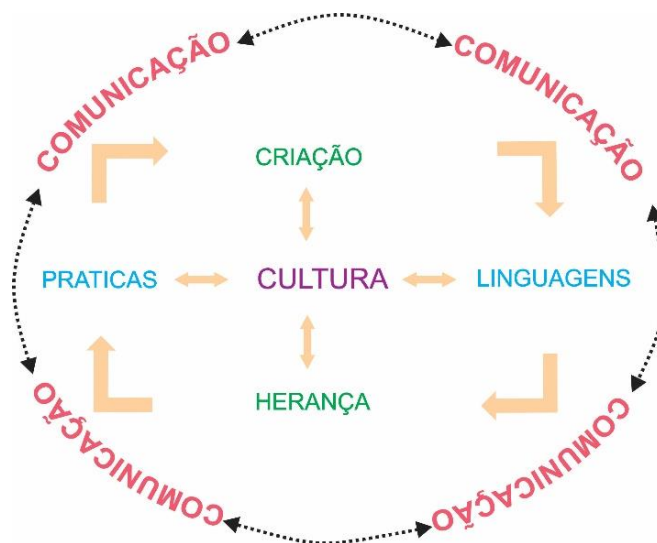
A dominação de classe, nos termos de Bourdieu, supõe a mobilização de um poder simbólico que consegue impor certas significações como legítimas. Dessa perspectiva, as relações sociais são igualmente relações de concorrência, são lutas que geram embates culturais.

Nesse caso, Perrotti (2016) narra que em países como o Brasil, convive-se com fraturas culturais históricas, cuja realidade produz cenários socioculturais marcadamente ambivalentes, onde o mais e menos se cruzam, se sobrepõem, convivem, sem cerimônia, produzindo conflitos de toda espécie.

Já na perspectiva comunicacional, ao traçar convergências entre a cultura e a comunicação, Caune (2014) refere-se a cultura como ato de comunicação e a linguagem como modo de transmissão e de interpretação das formas culturais.

Nesse estado, a cultura apresenta-se como um amplo sistema de significações permeada pela comunicação.

Figura 1 – O ciclo constitutivo da cultura no universo comunicacional.



Fonte: elaboração própria.

Para Cascudo (2004, p. 41), “A cultura compreende o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo do material herdado e acrescido pelas aportações inventivas de cada geração”.

Elabora-se cultura ao se produzir as condições materiais (habitação, vestuário, utensílios, instrumentos etc.) e imateriais de vida (modos de pensar, de agir, valores, significando ideias, conceitos etc.), mantendo, aperfeiçoando, modificando, traduzindo, criando e recriando a existência.

Desse modo, a cultura é um processo em permanente evolução, sendo produto e criação de um processo contínuo. A esfera da cultura é sempre uma fórmula de produção, um domínio dos símbolos. O símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas, neste sentido, o homem como um animal simbólico tem na linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define a sua humanidade.

3.2 Debate contemporâneo da cultura

No decorrer do século XX, os discursos legitimadores que instituíram um modelo universal de cultura, associado à noção de civilização, foram substituídos pelo discurso pretensamente neutro da razão científica (CASCUDO, 2004).

Cascudo (2004) delineia que a mais espantosa conquista intelectual nesse século, no plano positivo e generalizador da mentalidade científica, foi a valorização das culturas, defendendo-as dos desníveis da apreciação unitária, mostrando que as mais rudimentares

e obscuras talvez, fossem portadoras de soluções de muito maior coerência funcional que outras de esplendor e notoriedade.

Nesse mote, o conceito de cultura na atualidade mantem-se sem estipular escalas de valores positiva ou negativa em relação ao modo de vida de uma coletividade específica.

Também, no andamento do século XX, os debates se deram principalmente em torno da cultura erudita, popular e de massa.

A cultura erudita associa-se aos valores da elite (classe dominante), cujas expressões são cingidas numa esfera restrita para a grande maioria da população brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, tornou-se comum a compreensão de que a cultura, já bastante relacionada à arte e ao mercado estabelecido a seu redor, deveria ser entendida como um elemento de distinção social, algo somente acessível em sua plenitude a uma minoria (burguesia), que necessitaria selecionar e dar “alguma cultura” a uma minoria, para que esta aprendesse a se comportar (MELO, 2006).

Nas sociedades que se industrializavam, como o Brasil, a classe operária foi espoliada de diversas maneiras, evidenciando-se a exploração do trabalho, os baixos salários e a exclusão no acesso e na produção cultural.

A exclusão econômica impediu a classe operária de frequentar teatros e festas promovidas pelas elites, assim como barraram o acesso às publicações literárias ou de entretenimento, como livros, revistas, almanaques, gibis e fotonovelas. Geograficamente, os trabalhadores mantiveram-se confinados em bairros pobres, periféricos, onde não havia áreas de entretenimento ou de lazer. No caso das vilas operárias, os trabalhadores eram vigiados e controlados pelos patrões, que determinavam as atividades culturais que poderiam frequentar.

Em *Nem pátria, nem patrão!*, Hardman (2002) narra o caso de um grande contingente de operários têxteis que em 1899 foram proibidos de entrar no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Questionado sobre a proibição, o diretor do parque público alegou que “tratavam-se de ladrões”. Além do preconceito contra os trabalhadores, vistos como desonestos, Petta e Delfini (2004), nos dizem que o caso revela que a exclusão cultural era intencional, uma prática promovida racional e explicitamente pelas classes dominantes.

Em oposição à exclusão que eram submetidos, os anarquistas desenvolveram e difundiram expressões culturais nascidas no seio da classe trabalhadora, discutindo os

problemas vividos, suas aspirações e lutas. Criou-se uma cultura operária, popular, que se opôs à cultura burguesa.

Com a ascensão da industrialização, a submissão do trabalho ao ritmo determinado pela indústria e fábrica, foi responsável também pela extinção das práticas culturais tradicionais entre os artesãos.

Thompson (1989) descreve uma prática comum aos artesãos, que era a recusa em trabalhar às segundas-feiras, a fim de se recuperarem dos abusos de comida e bebidas alcoólicas praticadas aos domingos.

O primeiro dia útil da semana era satiricamente considerado “feriado santo”: comemorava-se o *San lunes*, e, portanto, não era dia para o trabalho. Essa tradição foi extinta pelo sistema de trabalho, impondo-se aos trabalhadores a obrigatoriedade de jornadas nos dias e horários que interessavam aos patrões.

Na análise da participação cultural dos sujeitos, não se pode esquecer, todavia, a estrutura social em que eles estão inseridos. Trata-se precisamente, de uma questão que envolve, entre outros aspectos, as suas condições de classe.

Essa participação, diz Caldas (1987), está inextricavelmente ligada não só ao lugar – posição social – que o sujeito ocupa, mas também, ao grau de instrução por ele anteriormente adquirido que lhe permita ou não, desfrutar de tal posição, assim como outros fatores que se interpõem e que resultam em privação cultural.

As manifestações culturais produzidas e organizadas em torno da cultura erudita são estruturadas pelas participações denotada de membros das classes abastadas da sociedade, o que significa dizer que são forjadas em meio a um certo poder de decisão e prestígio a seu redor. E além disso, são expressões cingidas numa esfera restrita e que somente os mais ricos têm ou devem ter acesso a tais manifestações.

Para Ortiz (2017), a noção de cultura de massa surgiu no século XX, decorrente das transformações do capitalismo nas sociedades industriais. No Brasil, foi após a Segunda Guerra Mundial que a indústria cultural começou a se estabelecer, cuja produção e difusão cultural pode penetrar nas diferentes classes e camadas sociais em larga escala.

Melo e Alves Júnior (2003) consideram que a indústria cultural, normalmente, realiza produções padronizadas e desenvolvidas de modo superficial e unidimensional, muito embora, existam produtos de qualidade.

Nesse quesito, tende-se a prestar atenção com zelo para não se tender como preconceituosos ou elitistas, reforçando a ideia de que “tal” produto cultural deva ser desvalorizado.

Em todo caso, tem-se por obrigação estar atentos à ação da indústria cultural e a percepção de que lógicas diferenciadas produzem manifestações diversas e que, ideologicamente, sempre existe um projeto político definido.

Assim, “a cultura de massa sequer passa por um processo de produção original, partindo quase sempre de outras manifestações, e distorcendo seus sentidos originais para torná-las formas de consumo fácil e banal” (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 58).

O quadro abaixo demonstra as diferenças de classes na produção cultural.

Quadro 2 – Diferenças de classes na produção cultural.

Divisões culturais	Expressões
Cultura Erudita (Cultura produzida pela elite)	Informações produzidas pela música clássica (erudita), ópera, escultura, pintura, quadros, literatura, obras de arte, <i>ballet</i> , alta gastronomia, moda (alta costura).
Cultura Popular (Cultura produzida pelo povo)	Informações produzidas pelo grafite, festas populares diversas (carnaval, festa junina etc.), criações folclóricas, manifestações populares diversas, danças regionais (frevo, gaúcha), comidas típicas (feijoada, mungunzá etc.), artesanatos.
Cultura de Massa (Cultura produzida pelos meios de comunicação)	Informações produzidas pelos veículos como imprensa, rádio, cinema, música, televisão e internet.

Fonte: elaboração própria.

A cultura erudita está associada aos valores da elite, aos padrões da classe dominante, organizando-se em escolas, grupos ou tendências com características em comum. Assim, nas artes plásticas, por exemplo, tem-se o barroco, o neoclassicismo, o realismo, o romantismo, o surrealismo, entre outros. No cinema, temos o expressionismo alemão, a *nouvelle vogue*, francesa, o neorrealismo italiano etc. (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

Com os desníveis de acesso decorrentes do ordenamento político brasileiro, os sujeitos oriundos das classes populares não podem ter o acesso às informações, à riqueza de linguagens das manifestações produzidas pela cultura erudita.

Neste território de embates e tensões culturais, ocorre a ausência de um processo contínuo de educação que permita aos sujeitos descobrirem as possibilidades ocasionadas pelas manifestações culturais, sejam quais forem.

Um outro padrão de organização cultural é a cultura popular. Esta, refere-se aos valores das manifestações de um povo (dos trabalhadores, dos populares, dos guetos, dos marginalizados, dos dominados). Neste caso, está se referindo às produções locais, ligada a uma determinada tradição.

São temas ligados à cultura popular: o folclore e a cultura popular tradicional. Rios (2014) diz que a cultura popular tradicional é constituída por bens simbólicos criados por trabalhadores, homens e mulheres do povo, normalmente com baixo poder aquisitivo e baixo nível de instrução formal, e que têm ligações diretas com as condições concretas de uma luta intensiva pela sobrevivência.

As manifestações da cultura popular abrangem os artesanatos; os trançados (como a cestaria do Vale do Ribeira e do Litoral norte e sul do Estado de São Paulo com a utilização de cipós encontráveis na mata atlântica); cerâmicas; bonecos de panos; danças (catira, jongo); cavalgadas; cavalcadas e festas religiosas (Cosme e Damião, festa do Divino) etc.

Tomando essa classificação de produções culturais, pode-se inferir que a atuação do bibliotecário mediador terá como desafios: difundir os elementos da cultura erudita, possibilitando a descoberta de novas linguagens e de novas formas artísticas; recuperar e difundir os elementos da cultura popular, que se encontram muitas vezes esquecidos, deteriorados ou obliterados pela ação da indústria cultural; lidar com critérios com os elementos da cultura de massa, procurando direcionar o desenvolvimento de perspectivas críticas.

Em tempos mais recentes, a concepção simbólica da cultura foi posicionada no centro dos debates antropológicos por conta de Clifford Geertz (2012), em sua obra *A interpretação das culturas*:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2012, p. 4).

Para Thompson (1999), a abordagem interpretativa de Geertz sobre o estudo da cultura é de grande valia, representando um desenvolvimento dentro da antropologia, mas que converge em certos aspectos com desenvolvimentos em outros pontos das ciências sociais e humanas.

Subjacente a abordagem de Geertz, Thompson (1999, p. 176) apresenta a sua concepção de cultura como:

o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças.

Para Thompson (1999) a obra de Geertz (2012) oferece a mais relevante formulação do conceito de cultura que emerge da literatura antropológica. Ao mesmo tempo em que reorientou a análise da cultura para o estudo do significado e do simbolismo, destacou a centralidade da interpretação como uma abordagem metodológica.

Desse modo, pode-se apreender a cultura como um padrão de significados historicamente transmitidos e incorporados aos símbolos (GEERTZ, 2012).

E ainda, como um fenômeno integral de uma coletividade, o que compreende a totalidade das criações humanas. Trata-se de um patrimônio material e intelectual, compartilhado, composto por linguagens, formas de comportamento e de pensamento que atribuem sentido às relações humanas ou divinas, símbolos representativos, técnicas empregadas e objetos produzidos.

As definições de Coelho (2012, p. 115) corroboram com as afirmações ditas acima, em que a cultura “[...] apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intricado sistema de significações”. Assim, atualmente, o termo cultura se abre para uma rede de significações ou linguagens (COELHO, 2012).

De tal modo, tem-se neste contemporâneo, “a noção de cultura como processo, como bem simbólico, como algo que se produz na vida social e que se modifica constantemente” (RAMOS, 2008, p. 41).

No circuito comunicacional, os diversos elementos formadores da cultura se manifestam através de fenômenos que abrangem ações ou práticas interpretativas através de linguagens e símbolos. As linguagens se materializam através das ações ou das práticas exercidas em nosso cotidiano.

Nessa vertente, a cultura é formadora das características coletivas e anônimas de um povo ou grupo social, criadas e transmitidas de geração a geração, através da comunicação (informação simbólica) e da interação social.

Assim, o homem é formador da cultura, sendo que qualquer ação social é cultural, “e que, por isso, as práticas sociais que expressam, comunicam e produzem significados são práticas de significação, discursivas” (GODOY; SANTOS, 2014, p. 34).

A cultura é produzida, herdada, e ao se constituir, vai viabilizando sentido e significado à vida em sociedade.

Corroborando com essa visão, Corá (2011) distingue que se permite uma interpretação da cultura como prática produzida e com significação simbólica de um sistema sociocultural em constante movimento. Nessa abordagem, a cultura está sempre em transformação, sendo reflexo da necessidade de identificação dos agentes da sociedade.

Para Cascudo (2004) a cultura é sempre uma fórmula de produção: transmitida, difunde-se pela migração, imitação, irradiação. Compreende um processo mecânico-tradicional, orgânico-continuador e o espiritual criativo.

A cultura é um processo em permanente evolução, sendo produto e criação de um processo contínuo. A esfera da cultura é sempre uma fórmula de produção, um domínio dos símbolos.

O símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas, neste sentido, o homem, como um animal simbólico, tem na linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define a sua humanidade. Os universos simbólicos nomeiam as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo.

Cultura, então, é o universo do sentido, do significado. É o sentido que o homem projeta no mundo (visão de mundo, filosofia, ciência, religião etc.), nas relações humanas (organização social, usos, costumes, ética, educação, política etc.), enfim, é o sentido que o homem dá ao mundo através do seu fazer (arte, técnica, tecnologia, economia, administração, ciência).

Feitosa (2017, p. 102) afere que “a cultura é o processo através do qual o homem cria o algo onde antes imperava o nada. Esse algo é toda complexidade de criações simbólicas, de sentidos e significados que damos às coisas e ao mundo”.

Nessa acepção, a noção de cultura refere-se à expressão global de nossa existência no mundo, podendo ser avaliada como expressões com significados e sentidos.

Elabora-se cultura ao produzir as condições materiais (habitação, vestuário, utensílios, instrumentos etc.) e imateriais de vida (modos de pensar, de agir, gostos, valores, hábitos, significando ideias, conceitos etc.), mantendo, aperfeiçoando, modificando, traduzindo, significando, criando e recriando a nossa existência.

mineira etc. Em cada espaço, região, uma identidade cultural aflora, diferente no sotaque, no hábito, nos modos de ser, pensar e existir.

O desenho, assim esboçado, revela uma cultura em meio a outras culturas existente num processo de constante mudanças e influências e que se funde com outras, novas e acasos inesperados num vasto processo aberto e mutante.

O bibliotecário que se pretenda trabalhar com as atividades culturais, terá como desafios: lidar com as contradições sócio culturais da comunidade, sempre respeitando, contudo, as características culturais do grupo com o qual trabalhará.

3.3 Cultura e informação

*A cultura e a comunicação são constitutivas de toda vida coletiva
(CAUNE, 2014).*

O termo informação é derivado do latim (*informatio*), cujo significado está na ação de dar forma a algo material, como também no de comunicar conhecimento a alguém.

Para Logan (2012) a palavra informação na língua inglesa, de acordo com a Oxford English Dictionary, aparece por escrito pela primeira vez em 1386, por Chaucer.

A noção de informação como algo que pode ser armazenado, transferido ou comunicado a um objeto inanimado e a noção de informação como uma quantidade definida matematicamente não surgiu antes do século XX.

Araújo (2010) nos fala que logo em seu início a Ciência da Informação se viu diante da necessidade de construir um conceito científico de informação, o que resultou no surgimento do conceito “físico” de informação.

O termo “físico” surgiu enfatizando a dimensão material da informação (sua existência sensível, inscrita em algum tipo de suporte) e, também, as propriedades objetivas dessa materialidade, passíveis de serem cientificamente determinadas, cuja construção de tal conceito fundamenta-se na Teoria Matemática da Comunicação.

A consequência mais imediata da adoção desse modelo pela Ciência da Informação é que a área se voltou prioritariamente para os processos de transporte, de transferência e da informação – a “efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Outra perspectiva de definição de informação começou a ganhar corpo nos finais da década de 1970, bastante influenciada pelo sucesso das teorias cognitivistas nas várias ciências. Inspirados na teoria do conhecimento objetivo de Karl Popper, pesquisadores desenvolveram um conceito “cognitivo” de informação, que ganhou fôlego após o congresso ocorrido em Copenhague, em 1977.

Para se definir informação, portanto, é preciso considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso pensar, também, o que está na mente dos sujeitos. Buckland (1991) tratou do assunto, fazendo a distinção entre informação como coisa (entidade tangível) e como processo de construção de conhecimento (entidade intangível).

Capurro (2003) apresentou ainda um terceiro paradigma, que estaria se formando desde o início da década de 1990 (que ganharia na verdade seus primeiros traços na conferência sobre conceitos de informação ocorrida em Tampere, Finlândia, em 1991): trata-se do modelo que vê a informação como um fenômeno social.

Tal modelo se constrói a partir da crítica ao modelo cognitivo, que visualiza a informação como produto de um sujeito isolado (que não está inserido num contexto sócio histórico nem em relações interpessoais, ou pelo menos em nada é afetado por elas na sua relação com a informação) e numênico (que apenas se relaciona com o mundo de uma forma cognitiva, inserindo em sua mente definições conceituais sobre as coisas, como se a mente fosse um grande “quebra-cabeças” e cada informação obtida formando uma nova peça).

O paradigma social, por sua vez, apresenta-se como uma abordagem sócio cognitiva, levando em consideração o conhecimento compartilhado por uma comunidade ou grupo. Enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando suas visões de mundo. A partir dessa concepção, a CI volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário.

Nesse sentido, Perrotti (2016, p. 9) diz que:

tomada em sua perspectiva sociocultural, a informação apresenta facetas que contemplam, mas ultrapassam patamares meramente físicos ou técnicos, já que ela apresenta uma incontornável e distintiva dimensão simbólica, forjada na cultura, por meio de signos que são constituídos e compartilhados em relações históricas e sociais.

Em lugar de se vislumbrar formas de pensamento que se opõem (o modelo cognitivo “contra” o físico, o social “contra” o cognitivo), o que a análise da presença dos três paradigmas nas várias subáreas permite evidenciar é, antes de tudo, sua complementaridade. Um modelo não surge para substituir o outro, mas sim para completá-lo, buscando analisar justamente aquilo que o modelo precedente não dá conta, ou deixa de fora (ARAÚJO, 2010).

Considerando os paradigmas apresentados acima, pode-se acompanhar com Barreto (2005) a informação como uma ferramenta da consciência dos indivíduos. Desse modo, a informação somente exercerá sua função de gerar/complementar conhecimento quando assimilada e compreendida como tal, ou seja,

quando usamos o termo informação em Ciência da Informação, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso) (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154 - 155).

A assimilação da informação é compreendida como apropriação. Nesse aspecto, a geração de conhecimento difere, portanto, de sujeito para sujeito, avaliando que “uma mesma informação pode ter diferentes significados para diferentes pessoas e para a mesma pessoa em diferentes tempos” (BARRETO, 2005, p. 7).

Considera-se desse modo, a participação ativa do sujeito no processo de apropriação das informações, revelando uma complexidade, cuja importância da ação do bibliotecário se faz em estabelecer mediações, interações simbólicas entre os sujeitos e o mundo cultural.

Sendo assim, é através de outros (bibliotecários) que o sujeito (usuário) estabelece relações com objetos de conhecimento, ou seja, que a elaboração cognitiva (apropriação cultural) se funda na relação com o outro, processo visto como mediação.

A apropriação cultural está inserida no processo de produção de significados, constituindo em experiências para os sujeitos, não como meros decodificadores de conteúdos, mas como produtores de novos significados. Ao verificar as informações no contexto social-cultural, a CI poderá contribuir com pesquisas centradas em políticas, dinâmicas e em práticas culturais nos equipamentos informacionais.

Uma das características do panorama da chamada Sociedade da Informação implica na apropriação de novos e complexos saberes, como condição ao enfrentamento

das novas relações entre bibliotecário-comunidade-informação, sobretudo promovida pelo advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Os altos índices de produção e distribuição de informação, aliados às formas contemporâneas de circulação, nas quais se incluem diferentes tramas socioculturais e fontes informacionais de variadas naturezas, resultam na necessidade de alternativas capazes de posicionar os sujeitos em diálogo efetivo com o universo informacional e cultural.

Para esta pesquisa, a informação é tratada como um fenômeno intensamente relacionado à ordem do conhecimento, à interação social e à comunicação, “sendo produto de uma construção social que ocorre num contexto cultural-histórico-político, marcado por diferenças e disputas de classe, não só de natureza econômica e material, mas também simbólica” (AZEVEDO; MARTELETO, 2008, p. 277).

Na abordagem do binômio informação e cultura, acompanha-se junto a Azevedo e Marteleto (2008, p. 277) que:

a informação é abordada como um fenômeno intimamente relacionado ao conhecimento, à interação e à comunicação, sendo produto de uma construção social que ocorre num contexto cultural-histórico-político, marcado por diferenças e disputas de classe, não só de natureza econômica e material, mas também simbólica.

Nessa tônica, tem-se a informação como artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura. Pode-se, então, entender junto a Ramos (2006) que a informação é matéria-prima para a elaboração da cultura.

Tem-se, desse modo, que a informação é o elemento primordial para a prática social e a construção da cultura. Segundo Marteleto (1994) a cultura é constituída pelos agentes e instituições sociais em constante interação baseada na produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos.

Atualmente, o aprendizado do mundo é mediado pelas informações que ordenam a cultura e dão sentido à relação com o mundo.

Os estudos que abarcam essa corrente epistemológica, discutem a informação como procedimento, fenômeno e artefato da ordem da cultura, sendo contextual e historicamente circunscrita e atrelada à instituição de sentidos e significados para as coisas e fenômenos do mundo.

Nessa instância, a informação referencia tanto os modos de relação dos sujeitos com a realidade, como os artefatos criados nas e pelas relações e práticas sociais.

De tal modo, a cultura é entendida como um conceito nuclear na apreensão do fenômeno informacional, quando compreendida como:

um sistema dinâmico de estruturas simbólicas e materiais reproduzido socialmente por meio da memória e da tradição, ou mesmo, como um código de informação social que constitui as maneiras próprias de agir, relacionar e representar da sociedade (MARTELETO, 1995, p. 4).

A sociedade representa simbolicamente as experiências vividas transformando-as em vários modos de discursos, que por sua vez são significados através da comunicação.

Tomada em sua perspectiva sociocultural, Perrotti (2016) interpõe que a informação apresenta facetas que contemplam, e ultrapassam patamares meramente físicos ou técnicos, já que a mesma apresenta uma incontornável e distintiva dimensão simbólica, forjada na cultura, por meio de signos que são constituídos e compartilhados em relações históricas e sociais.

Nesse aspecto, as informações emergem nos quadros culturais contemporâneos, cujos fluxos informacionais são constituídos através das necessidades informacionais da comunidade, na apropriação das diversas fontes de informação e sobretudo, nos equipamentos de informação e cultura, onde as bibliotecas se situam num complexo imbricado sistema de produção cultural e de informação.

3.4 Bibliotecas e políticas culturais

Após o período da Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa, as questões culturais assumiram uma relevância política e programática, corroboradas por discursos e práticas ressaltando a importância do desenvolvimento de programas na formação, qualificação e atração de públicos para as artes e atividades culturais.

Num retrospecto, na década de 1960 na França, foram criados o Ministério dos Assuntos Culturais e as *Maisons de la Culture* (Casas ou Centros de Cultura), tendo à frente André Malraux.

A iniciativa francesa, além de ser a mais estudada, tem maior densidade e envergadura, pois para Fernández (2007, p. 111, tradução nossa) “*la creación del ministerio de cultura en Francia, constituye de entre todas la experiencia más acabada de institucionalización de la cultura*”⁷.

⁷ “A criação do ministério da cultura na França, constitui entre todas a experiência mais acabada da institucionalização da cultura” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 111).

Se historicamente a relação entre cultura e política, sempre caracterizada pelo predomínio da finalidade política e pela instrumentalização da cultura, naquele momento acontecia uma radical guinada nessa história, inaugurando uma nova conexão, na qual a cultura era o fim e a política apenas o recurso para atingir os propósitos pretendidos.

Coelho (2003) assume que naquele instante, a França não conhecia um problema, para citar apenas um, hoje de dimensões gigantescas nesta parte do hemisfério sul: a violência.

A invenção francesa das políticas culturais na contemporaneidade e a amplificação de sua vigência internacional, patrocinada pela UNESCO, possibilitaram que o período compreendido entre 1970 e o início dos anos 80 fosse perpassado pela primeira emergência do tema na cena pública mundial, com significativas repercussões em inúmeros países.

No Brasil, a expressão política pública começou a ser discutida a partir da década de 1970, substituindo, de certa forma, o espaço antes ocupado pela expressão “planejamento estatal” (FERREIRA, 2006).

A política cultural adotada pelo Brasil a partir do século XIX foi protecionista, uma vez que exerceu o mecenato junto aos artistas que viviam na Corte, promovendo viagens à Europa para jovens talentosos que tinham seus projetos financiados pelo governo, além de postos diplomáticos e políticos para poetas e romancistas em uma verdadeira troca de favores (LINDOSO, 2004). Essa situação perdurou durante todo o Império, alterando-se apenas no período denominado de República Velha, graças à expansão do sistema educacional e à autonomia alcançada em algumas áreas da produção artística.

Habitualmente, entende-se a política cultural como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazerem as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por essas instâncias visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (COELHO, 2012).

Corá (2014) argumenta que as políticas culturais são ainda pouco exploradas pelos estudos acadêmicos no Brasil. Como hipótese a esse fato, “é que a cultura é incipiente como prioridade na agenda política, mesmo havendo um fortalecimento na dimensão

cultural nos últimos anos” (CORÁ, 2014, p. 1094). Essa realidade se reflete nos âmbitos das bibliotecas quando falamos de cultura e de políticas culturais para o setor.

Segundo Ferreira (2006), em se tratando de políticas públicas na área de bibliotecas, existem poucos estudos que demonstram concretamente o investimento do Estado nessa área e os resultados alcançados nas últimas décadas. Além do mais, insuficientes são os trabalhos que tratam especificamente de políticas públicas locais, como atesta Assis (2013), ao proferir que para os profissionais de informação, um grande problema enfrentado na área é a ausência de literatura sobre as bibliotecas públicas dentro do campo das políticas culturais.

O quadro abaixo apresenta as principais instituições e ações governamentais sobre as políticas culturais relacionadas ao livro, leitura e bibliotecas no Brasil no decorrer do século XX.

Quadro 3 - Políticas Públicas e Ações para o livro, leitura e bibliotecas.

Políticas culturais públicas	Criação	Situação
Departamento de Cultura da cidade de São Paulo	1936	Extinto em 1938
Instituto Nacional do Livro – INL	1937	Extinto em 1990
Serviço Nacional de Bibliotecas – SNB	1961	Extinto em 1969
Programa Nacional de Livro Didático – PNLD	1985	Até o momento
Fundação Nacional Pró-Leitura – Pró-Leitura	1987	Extinto em 1990
Fundação Biblioteca Nacional – FBN	1990	Até o momento
Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER	1992	Até o momento
Projeto “Uma Biblioteca em cada Município”	1995	Extinto em 2002
Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE	1997	Até o momento
Política Nacional do Livro e da leitura – Lei do Livro	2003	Extinto em 2006
Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”	2003	Até o momento
Programa “Fome de Livro”	2004	Extinto em 2006
Prêmio “VIVALEITURA”	2006	Até o momento
Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL	2006	Até o momento
Plano Nacional de Cultura – PNC	2010	Até o momento

Fonte: elaboração própria.

Considera-se como marco inicial das políticas culturais no Brasil a criação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1935, tendo à frente os idealizadores Mário de Andrade e demais intelectuais paulistas como Rubens Borba de Moraes, Antônio de Alcântara Machado, Paulo Duarte e Sérgio Milliet.

Esse grupo de intelectuais remanescentes da Semana de Arte Moderna de 1922, entendiam as bibliotecas “como centros de irradiación de civilidad e instrumento de desarrollo social” (GALINDO, 2012, p. 33, tradução nossa)⁸.

Dessa forma, a proposta do Departamento de Cultura estava voltada para a democratização da cultura: instituindo cursos musicais, incentivando pesquisas sociológicas, etnográficas; valorizando a cultura popular; estabelecendo uma recreação infantil pedagogicamente orientada; assim como criou também a Biblioteca Mário de Andrade. A atuação do Departamento perdurou até 1937 quando foi instaurado o Estado Novo, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas.

No mesmo ano foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com os objetivos de organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. Até a criação do INL, as poucas bibliotecas existentes eram de iniciativa particular e atendiam a pequena parte da sociedade, pois a população era em grande parte analfabeta.

Todavia, para Suaiden (2000), a criação do INL foi uma resposta do governo à demanda dos intelectuais da Semana de Arte Moderna de uma política cultural para combater os altos índices de analfabetismo da classe operária.

Em 1961 é criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), apresentando uma estrutura paralela ao INL, tendo como objetivo integrar e aperfeiçoar os serviços bibliotecários que ainda eram isolados. Oito anos após a sua criação, o SNB foi incorporado ao INL. No ano de 1976, o INL implantou o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)⁹ com a proposta de realizar um planejamento de bibliotecas que fosse integrado, cooperativo e racionalizado. Em 1992, o SNBP foi instituído como órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que por sua vez está vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

⁸ “como centros de irradiação de civilidade e instrumento de desenvolvimento social” (GALINDO, 2012, p.33).

⁹ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/>.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)¹⁰ foi criado em 1992, na vigência do governo Fernando Collor, está vinculado à FBN, e encontra-se ativo até hoje. Após a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o PROLER passou a integrar um dos seus eixos.

Em 1995, foi criado o projeto “Uma biblioteca em cada Município”, com objetivo de ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais. Entretanto, Mozer (2006) entende que o projeto sofreu críticas, pois o Ministério da Cultura não exigia a contratação de bibliotecários para a gestão das bibliotecas que estavam sendo criadas, como também não contribuía para a manutenção e fortalecimento das bibliotecas já existentes.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) criado em 1997, distribuiu acervos de literatura para escolas públicas em todo o território. Em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PNBE deixou de distribuir os acervos para as bibliotecas escolares, passando a destiná-los diretamente aos estudantes, o que deu início ao projeto Literatura em Minha Casa.

Em 2004, o governo de Luís Inácio Lula da Silva suspende o projeto, redirecionando os livros novamente para as bibliotecas escolares.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras¹¹, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objetivo incentivar o acesso e a leitura no meio rural.

Ainda no ano de 2003, foi sancionada a Lei do Livro (10.753), instituindo a Política Nacional do Livro. Em 2004 o Ministério da Cultura desenvolveu e coordenou o Programa Fome de Livro vinculado à FBN, dando início à Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas instituída pela Lei do Livro. Essas ações deram início ao desenvolvimento das bases futuras para o Plano Nacional do Livro e Leitura. O Prêmio VIVALEITURA¹², criado em 2005, tem o apoio dos Ministérios da Cultura e Educação, do Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). São premiados projetos nas categorias: 1) Biblioteca Viva; 2) Escola Promotora de Leitura; 3) Território da Leitura; e 4) Cidadão Promotor de Leitura (pessoa física), que desenvolvam trabalhos na área de leitura. O VIVALEITURA integra as ações do PNLL, e em 2016, apresentou a

¹⁰ Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Disponível em: <http://proler.culturadigital.br/>.

¹¹ Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arcadasletras/>.

¹² Prêmio VIVALEITURA. Disponível em: www.premiovivaleitura.org.br.

sua oitava edição. O PNLL¹³ foi lançado em 2006, desdobra-se em quatro eixos: 1) Democratização do acesso; 2) Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e 4) Desenvolvimento da economia do livro.

O Plano Nacional de Cultura (PNC)¹⁴, foi instituído em dezembro de 2010, tendo por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.

A partir deste retrospecto, aponta-se que várias políticas públicas não atenderam as demandas informacionais e culturais da população em geral.

Tal entendimento, para Corá (2011), recai em verificar que para toda política pública, as políticas culturais têm de levar em consideração diferentes grupos de atores que influenciam e possuem interesses divergentes.

Tais interesses devem ser pensados nas tomadas de decisões sobre as ações desenvolvidas pela biblioteca em conjunto com o Estado no âmbito cultural, tanto na dimensão das necessidades culturais da comunidade, quanto na qualificação dos bibliotecários para atuarem como mediadores culturais.

Considera-se também que várias bibliotecas no território brasileiro sofrem pela ausência de políticas públicas culturais, de investimentos e de bibliotecários com competências específicas para atuar no sistema cultural contemporâneo.

O fortalecimento das instituições culturais depende também de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território e a visão e inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Toda produção cultural parte de um princípio de vontade, de querer transformar algo; por isso, ela é sempre um momento de liberdade. Do ponto de vista da Política Cultural, a realização de um ato cultural é em si uma libertação. Nesse ponto fica fácil a compreensão de que nenhum regime ditatorial convive bem com as esferas culturais.

As manifestações culturais serão sempre vistas como subversivas aos olhos de um poder autoritário (FEIJÓ, 1983).

¹³ Plano Nacional do Livro e Leitura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>.

¹⁴ Plano Nacional de Cultura. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lci+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>.

Buscando um significado para cultura numa perspectiva de se almejar transformar o mundo, ou como quer Coelho (2008, p. 17), “viabilizar as condições para que o mundo se transforme (para melhor) [...] é uma ideia de cultura efetivamente motriz”. O entendimento da cultura como ação, observando-a como instrumento nas sociedades atuais desemboca na noção de desenvolvimento humano:

Quando a meta que se propõe com dignidade é a da cultura como ação, a cultura aberta ao poder ser no sentido de experimentar ser uma coisa ou outra, livre de toda restrição ou imposição. A tragédia mora aí: na passagem, na redução da *cultura como ação* à cultura como estado. Aliás, a noção contemporânea de ação cultural é condizente com a visão mais ampla da cultura como ação: o objetivo da ação cultural (a meta de toda política cultural) é a criação das condições para que *as pessoas inventem seus próprios fins* (COELHO, 2008, p. 22, grifo do autor).

Indelével que nas atuais circunstâncias da nossa sociedade as políticas culturais públicas percebem e funcionalizam a cultura como estado, e não como ação. Como estado, a cultura é apreendida como uma permanência, uma estagnação. Vista como ação e, numa análise funcional, além de se compreender o processo cultural, objetiva-se atuar sobre ele, percebendo a cultura no seu presente, no seu contemporâneo.

Uma abordagem da análise cultural centrada no presente, segundo Coelho (2008) é a única que o pesquisador, antropólogo ou outro, pode realizar de modo objetivo ou tão objetivo quanto possível — a única, cabe acrescentar, à qual se pode recorrer “com objetividade” numa situação de ação cultural. Fora dessa proposta, numa exemplificação das tradições culturais repassadas (herança cultural), estas apresentam-se como estratégia ideológica da classe dominante (costumes, ideias, religião), inculcando valores que supostamente se repetem e que alegadamente estabelecem uma continuidade com o passado, sem a proposta de se fazer pensar ou criticar algo pré-estabelecido.

Na prática da ação cultural, um dos aspectos relevantes a observar é justamente as relações que o público estabelece com a herança cultural, pois como afirma Flusser (1983, p. 150), “existem duas maneiras de herdar, ativamente, reelaborando o que recebemos e passivamente, aceitando o que recebemos sem modificá-lo”. O trabalho na ação recusa certas ocorrências sedimentadas, contrapondo-as, para depois conter a força de transformá-las.

O foco dos estudos culturais no presente reconhece a dinâmica cultural da sociedade com a inteligência ou correção histórica pertinente. Como ação, a cultura tem seu enfoque, segundo Coelho (2012, p. 334, grifo do autor) “[...] para aquelas atividades

que movem um grupo ou comunidade numa determinada direção, previamente definida sob um ponto de vista estético, ideológico etc.”.

Ressalta-se que o acesso à cultura, às artes, a partir da segunda metade do século XX, passou a se processar muito mais por meio dos produtos culturais (consumo cultural através da indústria cultural) do que propriamente pelo contato direto com a criação cultural e artística.

Nesse quesito, reveste-se de extrema relevância formulações pelo Estado de políticas socioculturais que promovam tanto a expressão multicultural de nossas sociedades, como também proporcionem o avanço científico e tecnológico, ambos centrados no crescimento da participação democrática de seus cidadãos (ALMEIDA, 2008).

Quando pensamos na esfera local, estamos nos referindo às políticas públicas criadas para bibliotecas pelos governos municipais e estaduais. No Brasil, de modo geral, as bibliotecas públicas estão subordinadas às Secretarias de Cultura dos Municípios ou dos Estados, sendo que em alguns municípios, as áreas de cultura e educação são tratadas de maneira integrada em uma única secretaria – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Dentro desse contexto, as bibliotecas públicas municipais sempre permaneceram vulneráveis às vontades de seus governantes locais. A maioria dos municípios não possui políticas públicas específicas para a área de bibliotecas e (8%) deles não possui sequer uma biblioteca pública (CENSO, 2010).

Torna-se conveniente perceber, sobremaneira, que alguns governos locais visualizam como um diferencial em sua gestão a construção de um prédio para abrigar a biblioteca pública. Em muitos desses casos, a inauguração é usada como fins eleitoreiros e a biblioteca como espaço de ação fica relegada em últimas instâncias, tendo os governos subsequentes de lidar com o déficit deixado pelo seu antecessor.

Problemas como falta de recursos para manutenção do acervo e infraestrutura, além de salários inadequados, são comuns nos municípios do interior do país, o que inviabiliza a contratação de bibliotecários para atuar e implementar serviços de qualidade para a população.

Ferreira (2006) também observa que o papel desempenhado pelo Estado na gestão das organizações públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, diminuta renovação dos quadros de pessoal, o que contribui para que as bibliotecas

públicas estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir suas diversas funções.

Através de levantamento bibliográfico, constatou-se que são poucos os trabalhos que tratam especificamente de políticas públicas locais para bibliotecas, como atesta Assis (2013), ao apontar que para os profissionais de informação, um grande problema enfrentado na área é a ausência de literatura sobre as bibliotecas públicas dentro do campo das políticas culturais. Tendo em vista a existência das várias bibliotecas públicas presentes nos municípios brasileiros, nota-se um descompasso na ausência de literatura que discuta as relações entre os equipamentos culturais e as políticas culturais.

Apesar de alguns avanços, a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda continuam sendo um dos problemas centrais do Brasil. Pode-se então estabelecer que o desenvolvimento de práticas culturais como a leitura e escrita respondem a um conjunto de variáveis econômicas e culturais.

Nesse quesito, Aguileta (2000, p. 113, tradução nossa)¹⁵ dispõe que:

Um municipio, y más aún un municipio de tamanho mediano, dificilmente puede articular medidas potentes de apoyo a la industria fiscal o económicamente, ni tiene competencias para remodelar el marco legal que afeta al libro.

Ainda que o município não possa interferir na indústria cultural do livro, ele, no entanto, pode intervir no estabelecimento e desenvolvimento de bibliotecas públicas através de políticas culturais.

A lei nº 12.244/2010¹⁶ que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares, determinou que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino deverão num prazo de 10 anos, portanto, até 2020, na implantação de bibliotecas nessas instituições.

Um dos órgãos que pode auxiliar os municípios na implantação de bibliotecas públicas são os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs). Os Sistemas Estaduais possuem coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)¹⁷, cujo órgão é subordinado à Fundação Biblioteca Nacional. O SNBP tem o intuito de apoiar os municípios na ampliação e no fortalecimento de suas bibliotecas públicas e

¹⁵ Um município, e mais ainda um município de tamanho mediano, dificilmente pode articular medidas potentes de apoio a indústria fiscal e economicamente, não tem competências para remodelar o marco legal que afeta o livro (Aguileta (2000, p. 113).

¹⁶ Lei N. 12.244 de 24 de maio de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm.

¹⁷ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/sistemas-estaduais/>.

comunitárias, para atender às demandas locais e fomentar a constituição de sistemas municipais de bibliotecas.

A superação do atual panorama educacional no Brasil implica na participação política dos vários membros envolvidos, e não somente dos bibliotecários, para a implementação de políticas culturais que desenvolvam ações consistentes ao redefinir, afirmar e legitimar a centralidade da cultura na contemporaneidade como fator de desenvolvimento econômico e social.

Acredita-se também que as universidades podem realizar um desempenho satisfatório em debates e no fortalecimento das políticas culturais, já que são através de pesquisas que serão realizados os diagnósticos e indicadores de monitoramento necessários para a avaliação de resultados e impactos dessas políticas.

Dentro do sistema cultural contemporâneo, torna-se imprescindível um programa de política cultural para bibliotecas que vise o trabalho com a cultura visando o desenvolvimento social. Vista desta forma, uma prática para a cultura em sua efetividade precisa colaborar com a elaboração de políticas culturais comprometidas com o acesso, a democratização, criação e fruição de bens simbólicos.

3.5 Biblioteca e a diversidade cultural

Nas últimas décadas do século XX, o estudo da cultura abrolhou discussões de valores em relação ao homem em toda a sua diversidade. De acordo com Dias (2010, p. 50), “manter a diversidade dentro da globalização e no encontro de valores universais deve ser o maior desafio da humanidade hoje”.

No que tange às bibliotecas, Almeida (2013, p. 42) argumenta que “[...] uma das formas convencionais de uso da cultura é seu direcionamento como um recurso para a melhoria das condições sociais, como na criação de tolerâncias multiculturais e de participação cívica, e no crescimento econômico [...]”.

Expressões como “diversidade cultural” e “multiculturalismo” estão cada vez mais vigentes, ramificando-se em movimentos sociais, nas mídias, nos meios de comunicação de massa, nas escolas, nas universidades, nas organizações e no trabalho.

Nessa tônica, entra em voga a noção de multiculturalismo considerado crível, descreve Coelho (2012), quando permite à sociedade refletir as diversidades em todos os

níveis, propiciando a igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos que a compõem.

Ao explanar sobre a diversidade cultural, é usual atribuir a sua correlação às expressões de raça, de diferenças múltiplas, de elementos constituintes das identidades culturais, como classes sociais, religiões, gêneros, sexualidade, o que comumente direciona-se também para a noção de multiculturalismo.

Posicionar o “[...] multiculturalismo é, acima de tudo, pensar sobre identidades plurais que perfazem as sociedades e em respostas que garantam a representação e a valorização dessas identidades nos espaços sociais e organizacionais” (CANEN; CANEN, 2005, p. 42).

De uso corrente a partir da década de 1980, em particular nos EUA e na Europa, a expressão multiculturalismo indica um novo modo de interação entre grupos étnicos e, em sentido abrangente, entre culturas distintas pela orientação religiosa, pelo sexo e pelas preferências sexuais etc.

Sob o aspecto étnico, o multiculturalismo apresenta-se como lutas de minorias raciais por uma política de igualdade de oportunidades, sendo um herdeiro dos movimentos dos anos 1960 nos Estados Unidos (COELHO, 2012).

Observa-se recentemente, através de programas de ação afirmativa, diretrizes legais educacionais introduzidas para garantir às minorias acesso ao mercado de trabalho e às universidades, através de um sistema de quotas de vagas reservadas, para beneficiar índios e negros, por exemplo.

A cultura implica no complexo sistema social que se reflete nas relações vivenciadas cotidianamente. Em cada grupo social, são observados elementos formadores de uma determinada cultura, com nuances, diferenças e características distintas.

Não há cultura sem diversidade. O conceito de cultura corresponde à multiplicidade dos grupos humanos e, consecutivamente, relaciona-se à pluralidade, multiplicidade cultural de um povo, espalhando-se num determinado tempo e território, formando a imensa diversidade cultural da espécie humana.

Oliveira e Souza (2011, p. 128), articulam que as:

[...] diferenças culturais que existem entre as pessoas, como a linguagem, danças, vestimenta e tradições, bem como a forma como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como eles interagem com o ambiente, etc. O termo diversidade diz respeito à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente.

Tal entendimento pode ser verificado, ainda, “[...] na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua” (OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 128).

O movimento multicultural é visto como digno e necessário aos objetivos educacionais e culturais, a fim de tornar a sociedade mais justa e igualitária. É relevante lembrar que todas as formas de ação pela cultura atuam como intervenção social e a implementação pelas bibliotecas leva à reconstrução da sociedade.

O Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Multicultural, proclama que:

As bibliotecas, ao servir a interesses e comunidades diversas, funcionam como centros de aprendizagem, culturais e de informação. Ao abordar a diversidade cultural e linguística, os serviços da biblioteca são regidos por seu compromisso com os princípios de liberdades fundamentais e igualdade de acesso à informação e conhecimento para todos, em respeito pela identidade e valores culturais (Manifesto IFLA / UNESCO por la Biblioteca multicultural, 2008, tradução nossa).

A biblioteca deve ter uma política e um plano estratégico. Definir sua missão, objetivos, prioridades e serviços relacionados com a diversidade cultural, cujo plano deverá se constituir a partir de uma análise das necessidades da comunidade e dos recursos apropriados para atingir estas ações.

Gerlin, Fraga e Rosemberg (2013), discursam que o desenvolvimento de projetos que envolvam atividades de caráter multicultural sob uma perspectiva de um amplo respeito ao ambiente social multicultural, exige um olhar plural sobre a sociedade, cuja capacidade está em reconhecer a diversidade cultural presente no cotidiano e que se alastra por todos os segmentos sociais, e consequentemente, também nos ambientes e na ambiência dos equipamentos culturais.

Com o propósito de se implantar uma política cultural nas bibliotecas públicas, tomou-se como exemplos norteadores os seguintes serviços, elaborados a partir da reflexão e da bibliografia consultada:

- a) Elaborar um mapeamento das diversas etnias existentes na comunidade a fim de se desenvolver estratégias e ações específicas;
- b) Oferecer cursos de línguas (maternas e outras);
- c) Desenvolver programas e projetos evidenciando os elementos culturais das diferentes nacionalidades;
- d) Estabelecer parcerias com grupos e Ongs que desenvolvem trabalhos sobre a consciência da diversidade cultural em direção à cultura de paz;

- e) Apoiar e incentivar a formulação de políticas culturais para a diversidade cultural e anti-discriminação racial;
- f) Fomentar junto ao governo local o desenvolvimento de um “Plano Intercultural” para o município;
- g) Promover eventos, debates e oficinas sobre diálogos interculturais;
- h) Incentivar representações culturais e artísticas para fortalecer as identidades culturais;
- i) Oferecer recursos multilíngues em diferentes suportes e linguagens;
- j) Possibilitar ações e atividades culturais destinadas às comunidades multiculturais que podem ser divididas em três categorias: programações culturais, educativas e informativas.

O quadro abaixo demonstra diversas atividades que podem ser desenvolvidas em bibliotecas a partir das esferas: cultural, educacional e informacional.

Quadro 4 – Atividades de integração cultural, educacional e informacional

Integração Cultural	Integração Educacional	Integração Informacional
Celebração de datas comemorativas da cultura local	Grupos de leitura em diferentes línguas	Programas de informação sobre imigração e cidadania
Celebração de datas comemorativas de outras culturas		
Apresentação de artes populares da cultura local		Grupos de aprendizagem de diferentes idiomas
Seminários sobre culturas de outros grupos	Programas de informação sobre leis e direitos	
Apresentação de artes populares de outras culturas		
Encontro com autores		
Exposições de artes da cultura local e demais culturas	Cursos de inclusão e letramento digital	Programas de informação sobre serviços governamentais
Clubes de leituras		
Seminários sobre cultura local	Grupos de leitura nas línguas mais faladas na comunidade	Programas de informação sobre sistema educacional
Exibição de filmes de várias nacionalidades		

Fonte: elaborado a partir de Castro (2012).

Segundo Castro (2012), as programações culturais com o objetivo de acolher e celebrar diferentes culturas efetivam-se através de ações diversas, como comemorações de feriados, apresentações de artes populares, leituras, filmes, concertos musicais etc.

As programações educativas referem-se aos recursos de aprendizagem dos idiomas oficiais do país, palestras e workshops sobre o ensino de línguas.

Já as programações informativas se destinam a ajudar os imigrantes a se adaptarem ao novo país através de disponibilização de informações e serviços sobre cidadania e serviços sociais.

A prestação de serviços da biblioteca pública frente à diversidade cultural resulta-se em ações de atuação na promoção e preservação das identidades culturais presentes em determinadas comunidades.

Ao promover a integração da comunidade culturalmente diversa com elementos culturais de sua própria cultura e com as culturas de outros povos, a biblioteca pública alinha-se com as diretrizes do Manifesto da Biblioteca Multicultural IFLA/UNESCO (2001).

Perante a diversidade cultural e linguística, os serviços da biblioteca são impulsionados pelo seu compromisso com os princípios das liberdades fundamentais e da equidade de acesso à informação e ao conhecimento para todos, no respeito da identidade e dos valores culturais.

Ao discutir as bibliotecas públicas na Colômbia como territórios de paz, Jaramillo (2016) as expõe como um lugar estratégico na comunidade, ponto de encontro, mediador e provedor de conteúdos, de acesso à cultura, recreação e educação.

Nesse aspecto, torna-se possível encontrar outras formas de convivência, diferentes daqueles gerados pela violência, abrindo-se em novos horizontes, aumentando a participação, a auto-estima, e, especialmente, a promoção da justiça social, segurança, negociação de conflitos; em suma, mediações que ajudam a criar e consolidar uma cultura de paz.

Imagem 6 – Operários - Tarsila do Amaral (1933)¹⁸



Fonte: Artes & ARTISTAS¹⁹.

¹⁸ A obra *Operários*, de Tarsila do Amaral foi pintada em 1933. O quadro representa o vasto número e a variedade racial de migrantes vindos de todas as partes do Brasil para trabalhar em fábricas, que começavam a surgir no país, principalmente em São Paulo na década de 1930, impulsionando o capitalismo e a imigração. O quadro se encontra no Palácio Boa Vista e faz parte do Acervo do Governo do Estado de São Paulo.

¹⁹ Arte e ARTISTAS. Disponível em: <http://www.arteeartistas.com.br/operarios-tarsila-do-amaral/>.

4 A FUNÇÃO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS

Em fins do século XIX, as características das bibliotecas começaram a se alterar. A efígie de biblioteca medieval, guardiã da memória, enclausurada em sua própria espiral de labirintos secretos, de acesso a eruditos, vinculada às instituições religiosas, com acervos restritos e acorrentados, foi-se tornando coisa de outrora.

Com as transformações sociais derivadas do desenvolvimento da indústria e da crescente urbanização desordenada dos séculos XVIII e XIX, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, apareceram as bibliotecas públicas.

Para Almeida Júnior (2013, p. 66) as características dessas bibliotecas diferenciavam-nas das anteriores: “mantida integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda sociedade”.

Mueller (1984, p. 9) atesta que “esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia”.

Na Inglaterra, o governo ambicionava que as bibliotecas públicas pudessem oferecer o acesso à boa literatura, fazendo destas o meio mais econômico de se tentar manter homens exaustos e sem dinheiro, entretidos em prazeres inocentes, e, portanto, fora das prisões, tribunais e asilos (MUELLER, 1984). Almejava-se de tal modo, uma instituição que colaborasse para a manutenção da ordem pública, agindo em consonância com os ideais dominantes e burgueses.

Perante o Estado burguês, competia à biblioteca pública recrutar para seus espaços a classe marginalizada pela estrutura de dominação, como também a de colaborar para o processo de ideologização, e, em segundo plano, contribuir para a qualificação da força de trabalho (NOGUEIRA, 1986).

No sistema de implantação do modelo de produção fabril e da organização do trabalho em fábricas, o cotidiano das pessoas passou a ser demarcado pela jornada de trabalho. Nessa fase inicial do capitalismo, a marcha de trabalho apresentou-se absolutamente excessiva (de 12 a 16 horas diárias), além de indefinida no que se refere à faixa etária e sexo (homens ou mulheres, adultos, crianças ou idosos) e não regulamentada (não havendo férias, aposentadoria, dia de não trabalho remunerado etc.) (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

Uma crítica contundente ao modelo do homem submetido às imposições das máquinas pode ser observada no filme de Charles Chaplin, *Tempos modernos* (1937).

Entretanto, a confiança na biblioteca pública como um instrumento necessário à educação não se fez presente em todos os discursos.

A classe dominante receava que as bibliotecas se tornassem ameaçadoras para a sociedade, pois, segundo Mueller (1984, p.10), “temiam que o excesso de leitura de romances, pelos operários, pudesse afastar-lhes a disposição para o trabalho”.

Um retrato desse período pode ser localizado no filme *Germinal*, de Claude Berri, baseado no romance homônimo de Émile Zola²⁰, onde na França do século XIX, trabalhadores de uma mina de carvão reuniram-se para fazer greve e protestar diante da exploração da mão de obra e da miséria a que eram expostos.

De modo progressivo, as expectativas em torno das bibliotecas públicas com a sua função primordial (o auxílio na instrução e na autoeducação das classes dominadas) foram se alterando para absorver também funções relacionadas a outros elementos componentes da cultura em geral.

No alvorecer do século XX, na Inglaterra e Estados Unidos, as bibliotecas começaram a ser percebidas com potenciais para atuar na comunidade através de serviços de lazer (leitura de romances e outros materiais como semanários e revistas em geral) e demais atividades vinculadas a cultura de modo geral.

No tocante a função recreacional, temia-se por parte de alguns que a literatura popular, julgada potencialmente perniciosa, viesse a diluir a mente. “Educação sim, mas lazer não”, escreveu Mueller (1984, p. 30), ao mencionar as críticas e protestos que as bibliotecas públicas sofreram, na medida em que a quantidade de leitura de lazer ou compensatória aumentava e sua função educacional diminuía, passando a ocupar espaço cada vez menor. “Pois, muitos, dentro e fora da profissão, não achavam certo financiar o lazer público com dinheiro de impostos” (MUELLER, 1984, p. 30).

Uma relevante configuração a ser observada foi a formação de uma indústria de lazer e de entretenimento, dando seus primeiros passos no final do século XIX (o circo, o teatro, a indústria editorial), mas que se organizou e tomou impulso notável no transcorrer do século XX, destacadamente a partir do aprimoramento dos meios de comunicação de massa (cinema, rádio e televisão).

Nos Estados Unidos, novos tipos de serviços foram iniciados, principalmente nos anos de 1960 e 70, como serviços voltados aos setores carentes, recrutamento das minorias, tomada de posição em assuntos sociais e políticos, cooperação com outras

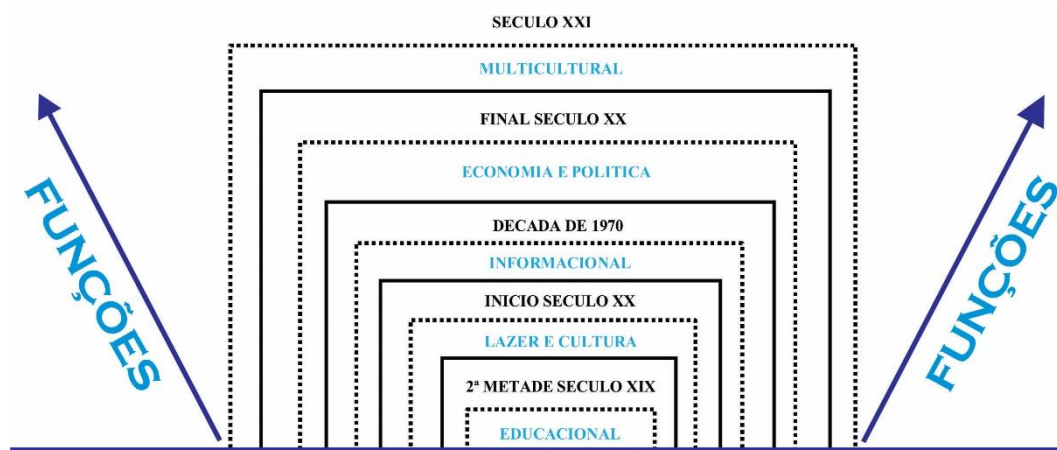
²⁰ ZOLA, ÉMILE. *Germinal*. Paris: Hatier, 1970. (Perfil D'une Oeuvre; 8)

agências, defesa atuante da liberdade intelectual e de seus praticantes, reestruturação das bibliotecas pouco utilizadas e rejeição a toda limitação ao acesso às bibliotecas.

Foi durante esse período, entretanto, que se viu surgir uma nova função da biblioteca pública: a informacional, cuja meta de caráter comunitário, estava ligada às necessidades de informações em atividades diárias. A biblioteca principiava-se em ser vista como uma instituição social, com responsabilidades em relação a grupos e comunidades, influenciada e influenciando a estrutura social que a circundava.

A figura abaixo demonstra, de modo progressivo, a evolução das funções sociais das bibliotecas, tomando-se como referência a biblioteca pública.

Figura 2 – Evolução das funções das bibliotecas.



Fonte: elaborado a partir de: Mueller (1984), Nogueira (1986), Almeida Júnior (2013) e Moncada Patiño (2006).

Em suas origens, as bibliotecas públicas tiveram como função primordial a educação. Para Almeida Júnior (2013) essa função continua sendo a básica da biblioteca pública, apesar das alterações, mudanças e transformações ocorridas na sociedade, acrescentando-se à educacional, outras e novas funções.

No início do século XX, os objetivos das bibliotecas públicas ampliaram-se: seus serviços foram alterados passando a incorporar atividades relacionadas com a cultura geral e o lazer. As funções cultural e de lazer surgiram e foram agregadas à função educacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

Desde sua inclusão entre as funções exercidas pela biblioteca pública, a cultural sempre foi entendida como sinônimo de erudição. A biblioteca deveria propiciar à população meios para que as pessoas pudessem ampliar sua “inteligência” através de materiais, em especial o livro, considerados de “lastro”. A preocupação era, e ainda é, levar as

peessoas à leitura dos “bons” livros, entendidos esses a partir de conceitos dos próprios bibliotecários e de análises mais ou menos sedimentadas e consensuais de críticos da literatura (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 72).

Observa-se que nas atividades culturais e artísticas da biblioteca, o trabalho de mediação deverá absorver as diferentes manifestações culturais, respeitando-se as identidades culturais das comunidades. Assim, uma programação cultural poderá conter atividades voltadas para os diversos interesses, a exemplos da cultura popular, da cultura regional, da cultura de gueto etc.

De acordo com Moncada Patiño, a função cultural está em:

convertir el espacio de la biblioteca en centro cultural para la comunidad, donde se genere, rescate, preserve y difunda los valores y la identidad cultural, por medio de una participación activa, del disfrute y la apreciación de todas las expresiones culturales e artísticas. Como también, motivar a las personas para el buen uso del tiempo disponible, con la realización de servicios, programas y actividades para el entretenimiento, la recreación y la cultura (MONCADA PATIÑO, 2006, p. 41- 42, tradução nossa)²¹.

O autor destaca a biblioteca como um centro cultural, onde pode ocorrer ações de resgate, preservação e apropriação dos valores das identidades culturais.

Avalia-se que na função cultural da biblioteca estejam incluídas atividades de captação, preservação e divulgação dos bens culturais (materiais e imateriais), incluindo as diversas formas de manifestações culturais e artísticas.

Em relação a função de lazer ou recreacional da biblioteca, Almeida Júnior (2013, p. 72) entende que a mesma deve oferecer entretenimento através da leitura, promovendo-a e intensificando o empréstimo de livros. “Ao lado do atendimento a alunos, essa é a função mais conhecida da biblioteca pública”.

Saldanha e Pereira (2016), a seus turnos, entendem o lazer como uma prática de liberdade, posicionando a biblioteca como possibilidade de espaço para a construção do entretenimento, contudo, evidenciam que a biblioteca como espaço de lazer representa uma linha de pesquisa ainda pouco desenvolvida pela literatura especializada.

²¹ “converter o espaço da biblioteca em um centro cultural para a comunidade, onde os valores e a identidade cultural são gerados, resgatados, preservados e disseminados, através da participação ativa, apreciação de todas as expressões culturais e artísticas. Além disso, motivar as pessoas a aproveitarem bem o tempo disponível, com a realização de serviços, programas e atividades de entretenimento, recreação e cultura” ((MONCADA PATIÑO, 2006, p. 41- 42).

Melo e Alves Júnior (2003, p. 51) interpõe que “os momentos de lazer não podem ser compreendidos como instantes de alienação, desconectados da realidade social, tampouco como espaços de fuga [...]”.

Inserir a biblioteca numa política de lazer é considerá-la como espaços abertos, de convivência, de encontros, de sociabilidade, onde ao lado de atividades relacionadas a leitura, outras opções como os jogos eletrônicos, possam distrair, envolver e trazer ainda mais para a biblioteca crianças e jovens.

Na conjugação entre o lazer e a educação, Saldanha e Pereira (2016) ponderam as atividades de lazer como veículo de educação.

Além da leitura, um exemplo para se trabalhar momentos de lazer na biblioteca, são atividades relacionadas com a música.

O *hip-hop*, ao mesmo tempo em que pode se constituir em oportunidade de diversão para a juventude (principalmente por grupos de jovens que moram longe dos centros, com poucas opções de lazer), também veiculam mensagens críticas acerca da difícil situação social, como demonstrado no trecho da letra da música *Rap da felicidade*²², de Cidinho e Doca:

*Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado
Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido à tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela*

*Já não aguento mais essa onda de violência
Só peço a autoridade um pouco mais de competência*

*Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci,
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
Onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar*

²² Cidinho & Doca. **Eu Só Quero É Ser Feliz**. Spotlight Records, 1995.

Junto à música, com o mesmo princípio, podem ser trabalhadas manifestações de dança (*street dance*, *breaak*, por exemplo) e de artes plásticas (o grafite, pretendendo-se liberar a arte dos espaços das ruas, colocando-as para dentro da biblioteca).

Apesar do *hip-hop* ser uma manifestação artística originária dos Estados Unidos, de acordo com Melo e Alves Júnior (2003) não absorvemos de forma direta o movimento norte-americano, mas demos a ele uma cara nacional, tratando de temáticas afeitas a nossa realidade e misturando o ritmo original norte-americano com a rica musicalidade brasileira.

Neste contemporâneo, Moncada Patiño (2006, p. 42) também destaca as funções econômicas e políticas. Para o autor colombiano, a função econômica remete-se em “brindar y permitir el acceso a información pertinente y necesaria para el desarrollo económico de la comunidad y de esta manera dinamizar y apoyar las relaciones productivas que en ella se tejen, contribuyendo a mejorar su calidad de vida”.

Já a função política é denotada por Moncada Patiño em:

apoyar y estimular la participación conciente y activa en la política. Esta función se advierte como consecuencia de las posibilidades organizativas que pueda generar la biblioteca pública, además de su compromiso democrático que en esencia es político (Moncada Patiño, 2006, p. 42, tradução nossa)²³.

Almeja-se que as bibliotecas públicas possam suscitar a participação política da comunidade, com vistas à inserção da população à cidadania. Nesse quesito, várias ações podem ser levadas à efeito, transformando a biblioteca em espaços para palestras, debates e reuniões acerca das plataformas dos candidatos, das intenções verdadeiras dos partidos políticos e das melhorias necessárias para a comunidade e biblioteca.

É impressionante, hoje em dia, a intensidade dos fluxos migratórios, tanto no Brasil, quanto em países da Europa e no mundo. Centenas de milhares de pessoas refugiam-se em lugares distantes, em busca de uma vida melhor, de proteção social, saúde, educação, alimentação, trabalho e segurança pública.

Nessa instância, Pérez (2016) conclama que as bibliotecas, principalmente as públicas, não podem se omitir, mas precisam, necessariamente, se adaptar a essa realidade sócio-cultural em contínuo movimento.

²³ “apoiar e incentivar a participação consciente e ativa na política. Essa função é vista como uma consequência das possibilidades organizacionais que a biblioteca pública pode gerar, além de seu compromisso democrático que é essencialmente político” (Moncada Patiño, 2006, p. 42).

Um dos desafios contemporâneos para as instituições culturais está fundamentado nas relações sociais que envolvem as diferenças dos sujeitos. Num todo complexo, formamos e estamos imersos em culturas plurais, onde diversidades múltiplas e infindáveis ocorrem formando o tecido social.

Uma biblioteca comprometida com a cidadania, ou melhor, que tenha como princípio o respeito aos “outros”, deve estar atenta às transformações sociais constantes e que resultam em diferentes maneiras de ser, viver e aprender.

Nessa tônica, existe a necessidade de se implementar ações programáticas, subsidiadas por políticas públicas culturais, que estabelecem diretrizes, projetos de leis e atividades voltadas à integração interdisciplinar entre educação, cultura, direitos humanos e informação.

Ao discutir as possibilidades de atuação cultural na biblioteca pública, Lessa e Gomes (2017) apontam seu potencial transformador ao representar um espaço de encontro e de diálogo em meio à diversidade cultural e de dispositivos tecnológicos, que resultam na diversificação dos modos de produção e circulação de elementos culturais.

Discussões envolvendo as atividades culturais em bibliotecas como alavanca do desenvolvimento social, surgem na literatura especializada brasileira no início dos anos de 1980, sob as denominações de animação e ação cultural.

Ainda hoje, para diversos bibliotecários as diferenças conceituais entre **ação cultural**, **animação cultural** e **fabricação cultural** são objetos de desinformação. Talvez, uma das possibilidades desse desentendimento esteja embutida no discurso de Almeida Júnior (2013), quando diz que a literatura da área preocupa-se muito pouco com a função cultural da biblioteca.

Perante isso, através de revisão bibliográfica, com recorte temporal a partir de 1980, discorreremos abaixo sobre as perspectivas e as diferenças conceituais entre animação e ação cultural.

4.1 Animação cultural

O conceito de animação, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surgiu em meados do século XIX, mercê da recomposição do sistema social provocada pelo nascimento das sociedades industriais e da desintegração das chamadas sociedades tradicionais (MELO, 2006).

Coelho (2012, p. 53) diz que a animação cultural é a “primeira expressão a que se recorreu, contemporaneamente, para indicar o processo de mediação entre indivíduos e modos culturais genericamente considerados”.

No decorrer da década de 1960, em função da ideologização crescente das políticas culturais (principalmente na França), juntamente com a multiplicação dos equipamentos culturais, cada vez mais diversificados e complexos, exemplificando-se as “casas de cultura” e os “centros de cultura”, a animação cultural passou a ser percebida frequentemente, ainda de acordo com Coelho (2012), como atividades de integração passiva de indivíduos e coletividades.

Nesse aspecto, os programas de animação cultural foram sendo paulatinamente postos de lado junto com a própria expressão. Firmou-se, no entanto, o termo ação cultural para designar um processo no qual descortinavam-se mais espaços para a participação ativa dos sujeitos (COELHO, 2012).

Segundo Almeida (1987, p. 31, grifo da autora) no Brasil, o tema da animação cultural começou a circular entre os bibliotecários “justamente em um momento de crise ao se perceber que a biblioteca tinha de mudar, arejar, permitir a entrada de energia *nova*, combatendo a situação de desgaste entrópico em que se encontrava”.

O desgaste a que se refere Almeida (1987), derivava-se do histórico de descaso com a educação pública, desconhecimento da centralidade da cultura nos processos de apropriação das informações, da ausência de investimentos públicos, da inexistência de políticas públicas para a biblioteca, livro e leitura, da formação do bibliotecário (excessivamente centrada nas técnicas e esquecendo, sobremaneira, de assuntos primordiais como a alfabetização e formação de leitores), como também da censura federal instaurada através da ditadura militar (1964 - 1985).

Suaiden (2000) destaca que nesse período era necessário que a biblioteca fosse dedicada à propagação de uma política de leitura. A outra questão crucial era a questão do leitor. Como formar um público leitor em um país com problemas educacionais e culturais que refletiam um alto percentual de analfabetismo, analfabetismo funcional, ausência de habilidades em informação, alienação (indústria cultural) e desnutrição infantil? E ainda mais: as bibliotecas eram vistas como um local de castigo para os estudantes e espaço de diferenciação para eruditos.

Ortiz (1989) observa que o Estado Novo, assim como a ditadura militar, fora ao mesmo tempo repressores e incentivadores de atividades culturais. Da mesma maneira que o governo militar desenvolveu a indústria cultural, Getúlio Vargas criou uma série de

instituições como o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo, museus, bibliotecas, além de sua atuação na área do ensino.

Ainda que se perceba uma atuação significativa dos governos ditatoriais na área cultural, as expressões artísticas estiveram cerceadas pelo escudo da censura. Em quase vinte anos de regime ditatorial, a produção cultural e artística, o pensamento da intelectualidade brasileira, os movimentos estudantis e as possibilidades de transformação da sociedade foram totalmente sufocadas, reprimidas e combatidas.

A censura federal baniu livros por razões bizarras, como descreve Manguel (2003, p. 102):

Por vezes aqueles que se arrogam a tarefa de guardar a entrada do acervo de uma biblioteca vêm perigo onde outros nada vêm. Na década de 1970, durante a caça aos elementos ‘subversivos’ sob o regime militar na Argentina, no Uruguai e no Chile, qualquer pessoa na posse de um livro suspeito podia ser presa e detida sem processo. “Suspeitos” eram os poemas de Neruda e Nâzim Hikmet (os dois eram comunistas), os romances de Tolstói e Dostoiévski (por serem russos) e qualquer livro que tivesse uma palavra perigosa no título como *O vermelho e o Negro*, de Stendhal, e o clássico japonês do século XVI, *Amor de camaradas entre os Samurais*. Temendo batidas policiais, muita gente queimou sua biblioteca em fogueiras acesas no banheiro, [...].

Existem raras informações registradas sobre as práticas de censura em bibliotecas brasileiras. Sabe-se que publicações de editoras consideradas de "esquerda" pelo regime militar não eram adquiridas pelas diversas bibliotecas municipais, resgata Vergueiro (1987).

Nesse período de censuras e repressões, no contexto das bibliotecas, Silva (1986, p. 74), recorda que:

através de manobras ideológicas do poder dominante, as bibliotecas foram colocadas na condição de “receptáculos passivos” do sistema. Com isso, semelhante ao que ocorreu em muitos outros órgãos sociais, tentou-se abstrair o caráter político e educativo do trabalho biblioteconômico.

Em março de 1974, a revista *Visão* publicou uma extensa matéria sobre a cultura brasileira intitulada *Da ilusão do poder a uma nova esperança*²⁴, cuja reportagem fundamentava-se na ideia de que a cultura brasileira havia passado de um período de onipotência para outro de impotência e, que naquele momento, dividia-se entre o

²⁴ Da ilusão do poder a uma nova esperança. *Visão*. São Paulo, 11 de março, 1974.

conformismo e o seu compromisso crítico; muitas vezes atraindo ódio e suspeitas e mergulhando no vazio e na fossa.

Seguindo esse raciocínio, a produção cultural sofreu uma falta de incentivo, incorporando o lamento como uma nova temática e o escapismo como estratégia de sobrevivência. Tal perda de aspiração se deu exatamente no momento em que a sociedade passava por transformações que acabaram por moldar novas formas de relações sociais e pessoais, produzindo assim uma cultura mais adequada à expansão do mercado interno, do consumismo, em suma, da indústria cultural.

Imagem 7 – Atrizes na passeata dos cem mil – Ditadura Militar, 1968.



Fonte: Blog Zonacurva²⁵.

Apesar da grande efervescência dos movimentos sociais urbanos (teatrais, estudantis, operários) que proliferaram nas décadas de 50, 60 e 70 e, enquanto toda essa agitação política e cultural acontecia em várias partes do mundo, as bibliotecas ficaram à parte desse processo evolutivo, como se fossem entidades a-históricas, neutras, imunes aos acontecimentos que ocorriam à sua volta (CABRAL, 1999).

Somente após os anos de 1970, os bibliotecários, até então indiferentes à questão do atendimento às classes menos favorecidas da população, começaram a discutir as bibliotecas populares, vislumbrando uma possível alternativa aos serviços oferecidos

²⁵ Blog Zonacurva. Mídia livre em política e cultura. Disponível em:
<http://zonacurva.com.br/wpcontent/uploads/2014/01/mulheres.jpg>.

tradicionalmente pelas bibliotecas públicas, cujos serviços privilegiavam tão somente a sociedade letrada como também serviam apenas às pesquisas escolares, instituídas em 1971, pela Reforma do Ensino.

Ainda na segunda metade do século XX, as bibliotecas, principalmente as públicas, começaram a serem consideradas centros culturais e de informações, sendo anexados aos seus acervos diferentes suportes informacionais, além de livros, jornais e revistas.

São englobadas em seus espaços as mais variadas possibilidades da manifestação do pensamento humano e os fluxos de informação, a partir da década de 1980, ultrapassaram a linguagem impressa e verbal, podendo ser veiculadas informações através de vários suportes como o disco (*Long Play*); fotografias; *slides*; fitas de vídeos (BETAMAX e após o VHS); fitas cassete (K7); Disquetes; CDs; CD-ROM.

Em algumas bibliotecas do Brasil iniciaram-se as atividades de incentivo à leitura, começando a fazer parte da rotina, eventos culturais artísticos como palestras, exposições, apresentações de teatro, oficinas diversas e cursos de capacitação etc.

O conceito de animação cultural em bibliotecas, segundo Almeida (1987), surgiu primeiro em referência a atividades próprias das bibliotecas públicas, principalmente das bibliotecas infanto-juvenis, que desenvolviam atividades de extensão ligadas, sobretudo, às áreas da leitura e das artes. “Pretendia-se animar a leitura, estimulando a criança e o jovem a ler, e utilizar as artes (as atividades de desenho, de pintura, de música, etc.) como isca para o livro” (ALMEIDA, 1987, p. 31).

Com o intuito de estabelecermos interlocuções com autores acerca da animação cultural, procuramos elencar alguns dos conceitos emitidos, respeitando-se a sua cronologia.

Quadro 5 – Definições sobre a animação cultural.

ANIMAÇÃO CULTURAL – DEFINIÇÕES	
Flusser (1982)	“[...] animação sendo a prática política de uma profissão [...] para que uma formação de bibliotecários assuma a sua dimensão de animação, ela deve se articular em torno de três eixos complementares: 1-formação técnica; 2- formação humanística; 3- formação prática. Todos os três, impregnados de um espírito de pesquisa e ao mesmo tempo procurando manter um contato direto com o terreno de ação [...] Como todo agente social, o bibliotecário-animador é um criador, pois somente a criação é meio e meta do engajamento político da ação cultural ”. (FLUSSER, 1982, p. 231-232, grifos do autor).
Sperry (1987)	“Segundo o modelo francês, é a denominação dada às atividades desenvolvidas pelos bibliotecários em conjunto com outros membros da comunidade onde a biblioteca estiver instalada, com o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura e artes. Geralmente, essas atividades são coordenadas e realizadas por

	bibliotecários e por outros profissionais do livro (autores, editores e livreiros) em colaboração com atores teatrais, historiadores e pesquisadores. Utilizam todos os meios disponíveis para comunicação”. (SPERRY, 1987, p. 14).
Granja (1987)	“A animação cultural procura despertar no indivíduo o espírito crítico e criativo face aos meios de comunicação de massa, no sentido de que possa estabelecer critérios de seleção quanto ao conteúdo desses meios, auxiliando sobretudo quanto à escolha do que se mostra útil e daquilo que <i>deve</i> ser rejeitado. Os programas de animação cultural [...] visam, entre outros objetivos, a atrair o público potencial e transformá-lo, gradativamente, em público participante. Despertam o público alvo, para a descoberta de novos caminhos, suscitando a criatividade, a imaginação e contribuindo, desta forma, para uma formação mais ampla, a serviço de uma maior e melhor integração do indivíduo no seu meio”. (GRANJA, 1987, p. 42-43, grifo da autora).
Almeida (1987)	“O conceito surgiu primeiro em referência a atividades próprias das bibliotecas públicas, principalmente das bibliotecas infanto-juvenis, que sempre desenvolveram atividades de extensão ligadas, sobretudo, às áreas da leitura e das artes. Pretendia-se "animar" a leitura, estimulando a criança e o <i>jovem</i> a ler, e utilizar as artes (as atividades de desenho, de pintura, de música, etc.) como "isca" para o livro. [...]” “O que se fazia - e ainda se faz - nas bibliotecas públicas era "animação", eram atividades com o objetivo de se consumir o livro de fazer o "marketing" da biblioteca”. (ALMEIDA, 1987, p. 31-32, grifo da autora).
Coelho (1997)	“[...] A partir do início dos anos 1960, com a ideologização crescente das políticas culturais [...], a animação cultural passou a ser vista frequentemente como modalidade de integração passiva de indivíduos e coletividades ao <i>status quo</i> cultural e, por tabela, político. [...] Os programas de animação cultural foram sendo gradativamente postos de lado junto com a própria expressão. Firmou-se, substitutivamente, a expressão ação cultural para designar um processo no qual se abria mais espaço para a participação ativa e não dirigida daqueles aos quais os programas se dedicavam e para os quais se procurava abrir horizontes mais amplos que os da simples diversão imediata”. (COELHO, 1997, p. 53-54, grifo do autor).
Cabral (1999)	Quanto à “animação cultural”, esta não passa de uma atividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer. Nela o agente é o sujeito que cria, conduz e é o ator principal de todo o processo, tratando-se, pois, do oposto da “ação cultural”. (CABRAL, 1999, p. 40).
Cunha; Cavalcanti (2008)	Implementação de atividades para atrair o público e chamar-lhe a atenção para os produtos e serviços da biblioteca (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 17).

Fonte: elaborado a partir de Flusser (1982), Sperry (1987), Granja (1987), Coelho (1997), Cabral (1999) e Cunha; Cavalcanti (2008).

A partir das descrições e definições de animação cultural postuladas acima, pode-se destacar várias vertentes que não se excluem, mas que, todavia, são complementares umas às outras.

A primeira publicação sobre animação cultural em bibliotecas surgiu em 1982, com artigo de Flusser (1982), intitulado *O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação*. Flusser (1982) esboçou a proposta de uma biblioteca viva num processo de democratização cultural, articulando que a formação do bibliotecário como animador cultural deveria absorver as questões técnicas, humanísticas e experiências práticas.

Flusser (1982, grifo nosso) destacou **a animação cultural como prática política do bibliotecário.**

Ao definir a formação do bibliotecário-animador, Flusser (1982) denotou a sua formação humanística, chamando a atenção para as múltiplas definições de cultura, além da antropológica, atentando-se também, aos aspectos etnográficos e a problemática da herança cultural.

Alguns anos após, Sperry (1987, grifo nosso), postulou a **animação cultural com objetivos de aprimorar o gosto pela leitura e artes.**

Para Sperry (1987, p. 16), “A animação cultural lança mão de todos os meios de comunicação passíveis de atrair, motivar e estimular o público para a leitura formal do livro”.

Sperry (1987) frisou a importância da cooperação efetiva de professores e pais no intuito do livro percorrer outros espaços, extrapolando os muros da biblioteca para se aproximar mais perto do público.

Apoiando-se nas experiências de animação cultural na França, a autora elucidou diversas atividades de animação cultural, como a reconstituição da memória local, relatos de autores e exposições diversas.

Ainda, a autora complementou que a animação cultural em bibliotecas deveria ser planejada de modo cooperativo, envolvendo os profissionais do livro – e não apenas a classe bibliotecária -, preferencialmente com a participação de diversas bibliotecas e entidades, sem esquecer, sobretudo, o homem do campo, sempre deixado de lado pelos movimentos culturais (SPERRY, 1987).

Granja (1987, grifo nosso), tratou a animação cultural de modo a **despertar no indivíduo o espírito crítico e criativo face aos meios de comunicação de massa.**

Na abordagem de animação cultural com criticidade frente aos meios de comunicação da indústria cultural, Granja (1987) percebeu a necessidade de se estabelecer critérios de seleção quanto ao conteúdo dos meios de comunicação de massa.

Para Granja (1987, grifo nosso) os programas de animação cultural em bibliotecas, visavam, entre outras metas, **despertar o público alvo, para a descoberta de novos caminhos, suscitando a criatividade e a imaginação.** Nessa proposta, o movimento da animação cultural contribuiria para **uma formação mais ampla, a serviço de uma maior e melhor integração do indivíduo no seu meio.**

Já Almeida (1987, p. 32), em seu artigo intitulado *A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática*, ao contextualizar a animação cultural junto à atuação do bibliotecário, escreveu que:

Muitos bibliotecários, com a auto-imagem tão negativa que costumam carregar, em função, principalmente, de sua formação deficiente e dos esteriótipos seculares que lhes impingem, se sentiam valorizados com a expressão que virou moda e passaram a se auto-denominar animadores culturais.

Almeida (1987, p. 33) fez a distinção entre o animador cultural e o agente cultural: “No caso do animador, a ênfase está no consumo, enquanto que o agente enfatiza a criação, a expressão das pessoas”.

A autora frisou, ainda, que o bibliotecário brasileiro não estava preparado para enfrentar essa nova dimensão de sua profissão (o agente cultural realizando a ação cultural), afirmando que a formação profissional do bibliotecário deveria ser repensada a fim de responder às necessidades sociais. Propôs algumas sugestões para os cursos de graduação, programas de especialização e projetos interdisciplinares, como possíveis soluções imediatas para minimizar o problema.

Coelho (2012, p. 53, grifo do autor), examinou que a animação cultural, em seus primórdios,

consistia em atividades de iniciação do **público** às artes eruditas, na condição de espectadores, e a **práticas culturais** e artísticas a seu alcance, geralmente como amador (pintura, cerâmica, teatro amador etc.) Incluía, ainda, programas como passeios turísticos, reuniões dançantes e atividades esportivas.

Até a primeira metade do século XX, a animação cultural também esteve ligada ao lazer, utilizada no tempo livre dos trabalhadores, no afã de estimular as relações de convivialidade imediata entre os membros de um determinado grupo, como trabalhadores de uma atividade específica, ou ainda, de uma coletividade específica (COELHO, 2012).

A partir do início da década de 1960, alguns fatores provocaram a substituição da expressão animação cultural para “ação cultural”, como a ascensão das políticas culturais na França e a multiplicação de equipamentos culturais cada vez mais diversificados e complexos (casas de cultura e centros de cultura).

Nesse período, a animação cultural começou a ser analisada frequentemente como **modalidade de integração passiva de indivíduos e coletividades**. As atividades de animação cultural, então, foram sendo gradativamente postas de lado junto com a própria expressão (COELHO, 2012, grifo nosso).

Ao tecer críticas sobre a animação cultural, Cabral (1999, p. 40, grifo nosso), escreveu que “[...] esta não passa de uma **atividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer**. Nela o agente é o sujeito que cria, conduz e é o ator principal de todo o processo, tratando-se, pois, do oposto da “ação cultural”.

Nas palavras de Cabral (1999), o animador cultural se apresenta como o único agente nas atividades culturais, tornando-se aquele que cria e realiza as atividades sozinho, o que posiciona a comunidade em meros participantes passivos.

No verbete do *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, Cunha e Cavalcanti (2008, grifo nosso) destacaram a animação cultural como **implementação de atividades para atrair o público para os produtos e demais serviços**.

Nota-se que Cunha e Cavalcanti (2008), viabilizam o conceito de animação cultural como diversas atividades para aproximar a comunidade da biblioteca.

Observa-se que os autores Flusser 1982, Sperry (1987), Granja (1987), Cunha e Cavalcanti (2008) destacaram a animação cultural de modo positivo, sem, no entanto, especularem sobre a passividade do sujeito frente a efetividade da apropriação cultural.

Almeida (1987), Cabral (1999) e Coelho (2012), por outro lado, detiveram-se na animação cultural como atividade passiva, onde o bibliotecário, ou outro animador, efetivava-se somente como o criador da atividade, deixando a comunidade alheia aos processos de criação cultural.

É interessante notar que, no verbete mediação cultural, do *Dicionário crítico de política cultural*, Coelho (2012, grifo nosso) destacou a **animação cultural** como um dos diferentes níveis de atividades que caracterizam modos diversos da **mediação cultural**, já que seu livro *O que é ação cultural*, Coelho (1999, p. 16) ressalta a animação cultural de forma pejorativa, posicionando-a como “[...] uma expressão inadequada, viciada, [...]. [...] que nunca levaram a nada além da alienação e do conformismo [...]”.

4.2 Ação cultural

A ideia de ação cultural surgiu na Europa após a Segunda Guerra Mundial, incidindo entre os esforços da reconstrução social e educativa das regiões atingidas. Segundo Cunha (2010), a denominação é de origem francesa – *action culturelle* – igualmente utilizada em países francófonos como Suíça e Bélgica.

No Brasil, a expressão vem sendo empregada desde os anos de 1970, muitas vezes, como sinônimo de animação cultural ou, ainda, de animação sociocultural (CUNHA, 2010).

Retrospectivamente, podem-se apontar como os predecessores dessas atividades culturais alguns movimentos de educação popular surgidos na França, na Alemanha e nos países nórdicos. Exemplificam-se certas agremiações religiosas de educação, como a Associação para a Juventude Francesa (1880) ou a Juventude Operária Católica (1925).

A República de Weimar estabeleceu em sua constituição de 1919, o financiamento e a fundação de universidades populares (Volkshochschule), ainda hoje em atividade, encarregadas de suprir as necessidades de desenvolvimento cultural e aquisição de técnicas profissionais, artísticas e esportivas entre as camadas mais pobres da população.

Na Europa, Coelho (2012) identifica, ao longo da história, três momentos distintos da ação cultural, cada uma, entretanto, com objetivos próprios e determinados.

No primeiro momento, ainda no século XIX, muito embora sem falar a rigor em ação cultural, pelo menos no conceito difundido por Francis Jeanson na obra *L'action culturelle dans la cité* (1973), tem-se o período não da ação, do processo, mas daquilo que é contrário à ação: a instituição. Foi o tempo dos museus, das bibliotecas ainda com resquícios medievais, do paradigma conservacionista, do armazenamento de obras, com o intuito dominante de preservá-las.

No segundo momento, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, é que se pode dizer em ação cultural com mais propriedade; quando as instituições culturais passaram a ater-se mais com as pessoas que entram em contato com a cultura e a arte do que com o objeto cultural ou artístico em si. Nesse prospecto, a atenção voltou-se para o homem, a visão patrimonialista da cultura se enfraqueceu abrindo espaço para o que se convencionou chamar de abordagem social da questão cultural (COELHO, 2012).

Por fim, num terceiro momento, localizável em fins da década de 1960, surgiu uma preocupação que já não recaiu mais na arte nem no coletivo, mas com o indivíduo, através de sua apropriação nos espaços culturais.

Todavia, para Coelho (2012), não há traços desses momentos da ação cultural em países como o Brasil, o que se explica, sobretudo, por sua condição econômica.

No terreno das bibliotecas, o primeiro documento a abordar a questão da ação cultural foi um artigo publicado pelo francês Victor Flusser (1980). Para Flusser (1980, p. 136), uma biblioteca verdadeiramente pública é aquela “[...] (que podemos chamar

também de biblioteca-ação cultural), a saber, a procura do contato com o não-público e a síntese dialética entre criação e mediação cultural”.

O quadro abaixo estabelece algumas definições sobre a ação cultural, respeitando a sua cronologia.

Quadro 6 – Definições sobre a ação cultural.

AÇÃO CULTURAL – DEFINIÇÕES	
Flusser (1983)	“[...] a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo , inseridas em contexto cultural bem definido.” (FLUSSER, 1983, p. 148, grifo nosso). “[...] a ação cultural é a injeção de um pensamento político em uma atividade profissional, ou em outros termos, que ela é a síntese da interação entre moral e conhecimento [...]”. (FLUSSER, 1983, p. 155, grifo nosso).
Milanesi (1987)	“A ação cultural, nesses termos, pretende o aprimoramento cultural do indivíduo através de uma educação informal do mesmo, incentivando a produção cultural da comunidade em todos os níveis. Dessa forma, busca a diversidade de público atingido, inclusive, as camadas mais carentes da população”. (MILANESI, 1987, P. 96).
Coelho (1997)	“Conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural . Para efetivar-se, a ação cultural recorre a agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte. A ação cultural pode voltar-se para cada uma das quatro fases, níveis ou circuitos do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo) . A ação cultural de produção tem por objetivo específico concretizar medidas que permitam a geração efetiva de obras de cultura ou arte .” “A ação cultural de distribuição propõe-se criar as condições para que obras de cultura ou arte entrem num sistema de circulação que lhes possibilite o acesso a pontos públicos de exibição (cinemas, teatros, livrarias, galerias, museus, bibliotecas, etc.). A ação cultural voltada para a troca visa promover o acesso físico a uma obra de cultura ou arte por parte do público [...]. Finalmente, a ação cultural voltada para o uso procura promover o pleno desfrute de uma determinada obra [...]”. (COELHO, 1997, p. 31, grifo nosso).
Cabral (1999)	[...] Na “ação cultural” o agente prepara as condições e fornece os recursos que propiciem o desenrolar e o avanço da produção cultural, deixando que os membros dos grupos exerçam o papel de sujeitos do processo de criação. Nela o indivíduo é o CRIADOR, e tem autonomia para escolher com ampla liberdade os meios e técnicas que prefere utilizar no ato criativo”. (CABRAL, 1999, p. 39-40, grifo da autora).
Arruda; Chagas (2002)	Sob este nome compreende-se as atividades realizadas pelo pessoal da biblioteca, em conjunto com outros membros da comunidade, com o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura. A ação cultural não tem limites de fronteiras, de conteúdos e nem é restrita a determinados espaços. No momento em que se desenvolvem atividades práticas, e em que se abre espaço para a troca de ideias, de informações e discussões sobre temas de interesse do grupo, está se fazendo ação cultural (ARRUDA; CHAGAS, 2002, p. 17).
Milanesi (2002)	“Ação cultural” é denominação que se aplica a tipos diferentes de atividades e raramente associada a bibliotecas”. (MILANESI, 2002, p. 96 - 97).
Cunha; Cavalcanti (2008)	“conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural ”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 2, grifo nosso).
Sanches; Rio (2010)	“A ação cultural que queremos enfatizar constitui-se como um ato de reflexão político e democrático. Ação que organize meios que desperte a valorização e transformação do espaço sociocultural . Ação que, ao promover atividades construídas organicamente, isto é, constituída mediante as circunstâncias vividas como experiências humanas, potencialize e fomente a capacidade criativa de

	repensar o novo a partir do antigo, num efeito de superação mediada por um processo contínuo de emancipação intelectual. ” (SANCHES; RIO, 2010, p. 115, grifo nosso).
--	---

Fonte: elaborado a partir de: Flusser (1983); Coelho (1997); Cabral (1999); Arruda; Chagas, 2002; Milanesi (2002); Cunha e Cavalcanti (2008) e Sanches e Rio (2010).

Flusser (1983) destacou a ação cultural, reportando-a no que denominou de biblioteca-centro cultural ou biblioteca-ação cultural, estabelecendo as definições de cultura e os modos de assimilação da herança cultural com criticidade.

Em sua abordagem de biblioteca-ação cultural, Flusser (1983, grifo nosso) denominou o bibliotecário como animador cultural ou animador bibliotecário, sintetizando o acervo cultural e o contexto cultural em que se está vivendo, resultando, desse modo, numa **prática política da profissão**.

Em 1987, os debates sobre a ação cultural retornaram ao cenário da biblioteconomia através de uma publicação²⁶ destinada, especialmente, para as temáticas da animação e ação cultural.

Nessa edição, Milanesi (1987, p. 96, grifo nosso), na época, diretor do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, em depoimento, esclareceu que a ação cultural, “[...] **pretende o aprimoramento cultural do indivíduo através de uma educação informal do mesmo, incentivando a produção cultural da comunidade em todos os níveis**”.

Na busca da diversidade do público atingido, sem esquecer das camadas carentes da população, Milanesi (1987) listou uma série de atividades, abrangendo, desde cursos vários (artes, artesanato, história do Brasil, crochê), palestras e conferências, concertos de músicas, exibição de filmes, exposições, concursos até encontros e semanas comemorativas.

Um teórico pioneiro sobre o tema da ação cultural no Brasil foi Teixeira Coelho (1986; 1989). Tomando como referência a obra *L'action culturelle dans la cité*, de Francis Jeanson (1973), Coelho (2012, p. 42, grifo nosso)²⁷ postulou que **o processo de ação cultural se resume na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim, sujeitos da cultura e não seus objetos**.

O entendimento que Coelho (2012) propõe, busca distinguir a **ação cultural** da **animação cultural** e da **fabricação cultural**.

²⁶ REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO., São Paulo, v. 20, n. 1/4, jan./dez. 1987.

²⁷ COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

Para Coelho (2012, p.12, grifo do autor)²⁸, a ação é um conceito cujo sentido fica mais claro quando confrontado com o de fabricação. “A *fabricação* é um processo com um início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido”. Na fabricação, o sujeito produz um objeto, já na perspectiva da ação, o agente gera um processo.

Cabral (1999) teceu relevantes opiniões acerca da ação cultural e da atuação do bibliotecário como agente cultural:

verifica-se pouco interesse e desestímulo de sua parte, no sentido de exercerem efetivamente as funções de agentes culturais, supondo-se que se sintam **despreparados e/ou inseguros para assumirem tal tipo de trabalho**. Talvez uma das razões principais seja a pouca informação dos bibliotecários com relação à ação cultural, haja vista a **escassa literatura produzida na área**. Por ser uma prática nem sempre usual em bibliotecas públicas e escolares brasileiras, conta com **pequeno número de experiências registradas e publicadas em periódicos científicos**; deste modo, a **reflexão teórica sobre a ação cultural bibliotecária é ainda incipiente**, carecendo de mais esforços de pesquisa para fazer avançar o desenvolvimento conceitual relativo à área (CABRAL, 1999, p. 39, grifo nosso).

Cabral (1999) trouxe à tona algumas das problemáticas que os bibliotecários possuem no que tange a sua atuação na área cultural. Estas, perpassam desde a sua formação, proeminentemente técnica e distanciada da cultura e informação, incidindo também na escassa bibliografia científica sobre os temas relacionados à cultura em geral, à ação cultural e em experiências efetivadas e registradas pelas bibliotecas.

Nessa tônica, também Milanesi (2002, p. 95-96, grifo nosso) apregoa que a “**Ação cultural é denominação que se aplica a tipos diferentes de atividades e raramente associada a bibliotecas**”.

Essa afirmativa, deve-se possivelmente, ao desconhecimento de experiências que envolvem a ação cultural levadas a efeito pelas bibliotecas brasileiras.

No *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, Cunha e Cavalcanti (2008), relacionam a ação cultural com a política cultural. Nota-se que no verbete do dicionário de Cunha e Cavalcanti (2008), o conceito de ação cultural fora retirado do *Dicionário crítico de política cultural*, de Coelho (1997).

Em sua segunda edição do *Dicionário crítico de política cultural*, Coelho (2012, grifo nosso), destacou dois tipos básicos de ação cultural, segundo seus objetivos: a **ação cultural de serviços** e a **ação cultural de criação**.

²⁸ COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

De acordo com Coelho (2012, p. 43, grifo do autor),

*A ação cultural de serviços é, antes, uma forma de **animação cultural** que lança mão das diferentes modalidades de relações públicas, de propaganda ou de publicidade, com o objetivo de vender tal livro, tal espetáculo de teatro etc. ou de aproximar, desses produtos, um público (ou clientela) pouco receptivo, por motivos econômicos ou outros.*

Já a ação cultural de criação ou ação cultural propriamente dita,

*[...] propõe-se, diversamente, a fazer a **ponte** entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo e aproximen-se umas das outras através da invenção de objetivos comuns (COELHO, 2012, p. 43, grifo nosso).*

Na definição do autor, a ação cultural de criação propõe fazer a ponte entre os sujeitos e as obras de cultura. No entanto, a noção de ponte nos parece um termo inadequado, já que tende a nos remeter para a ideia de algo estático, para uma estrutura sem movimento, o que em nosso entendimento representa o oposto da ação cultural.

Por outro lado, na possibilidade de ação cultural de criação, “sua proposta consiste em eliminar ou diminuir a tentação à inércia e à passividade que indistintamente afeta a ampla maioria nos tempos da comunicação de massa” (COELHO, 2012, p. 44).

Em tempos de comunicação de massa, a indústria cultural muitas vezes determina o que se pode ver. O acesso cultural torna-se, desse modo, estabelecido pela ideologia do poder dominante. Na vertente dos produtos culturais produzidos pela indústria cultural de massa, existe a possibilidade apenas do consumo cultural, caracterizado pela mera exposição aos produtos culturais, insuficiente para deixar, nos sujeitos, qualquer resquício para reflexões futuras.

Na acepção da ação cultural propriamente dita, também denominada de ação sociocultural, há uma tendência em posicionar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade em plenas condições de exprimir-se em todos os aspectos da vida social, seja em âmbito político, educacional, cultural, social e econômico.

4.3 Animação cultural e ação cultural: diferenças conceituais e perspectivas

A animação cultural é temática presente e discutida em países como a Espanha (animación sociocultural) e Portugal (animação sociocultural). No Brasil, Melo (2006) diz que ainda estamos dando os primeiros passos ao nos aproximarmos da animação

cultural como possibilidade de intervenção pedagógica. Para o autor, atualmente, a animação (sócio) cultural existe e não existe no Brasil.

Diante disso, Melo (2006) explica que apesar do grande número de experiências que, de alguma forma, dialogam – ora mais, ora menos intencionalmente – com os autores ligados à temática, o termo ainda é pouco utilizado, as referências teóricas são pouco conhecidas, em função do pouco material acerca do assunto publicado no Brasil e o campo acadêmico praticamente inexistente.

Após o surgimento da UNESCO, seus técnicos incorporaram a noção de animação cultural (reunião de Mondsee, Áustria, 1950), entendendo-a, de acordo com Cunha (2010, p. 63, grifo do autor), “como ‘métodos e técnicas de educação dos adultos’, exercidos ou aplicados fora dos regimes escolares convencionais”.

No destaque a função cultural das bibliotecas, Almeida Júnior (2013) elencou um rol de atividades, englobando as denominações de animação cultural, ação cultural e animação da leitura, sem, no entanto, distinguir seus conceitos.

Também Milanesi (2002) na busca por um conceito de ação cultural, situou que, de modo geral, são atividades que giram em torno de práticas associadas às artes: música, teatro, dança, literatura, ópera. Podendo ser uma exposição, um recital, um concurso literário. Todavia, Milanesi (2002, p. 96), concluiu “que muitas atividades que levam essa denominação nem sempre se relacionam com a ação cultural”.

Pode-se compreender, dessa maneira, que não há um consenso entre os autores pesquisados sobre os conceitos de animação cultural e ação cultural em bibliotecas e, ainda, quais atividades pertencem a animação, ação ou ainda a fabricação cultural.

Entretanto, Almeida Júnior (2017) diz que o conceito de animação cultural foi aceito por uma expressiva parte de bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas e escolares, no decorrer da década de 1980. Aliás, “muitos entenderam seus trabalhos de animação cultural como sendo de ação cultural” (ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 47).

Flusser (1982) utilizou-se do termo bibliotecário animador, referindo-se a sua atuação para um engajamento político, sinalizando os problemas da herança cultural, da democratização cultural, em rumo a uma biblioteca nova, com significados e serviços indispensáveis a sua comunidade.

Ainda, na análise da literatura pesquisada, no contexto das bibliotecas, a animação cultural esteve ligada, **ao incentivo à leitura**, como também em atividades voltadas para os **fenômenos artísticos** e de **divulgação e marketing dos serviços da biblioteca** (SPERRY, 1987; GRANJA, 1987; CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Almeida (1987), Coelho (1999) e Cabral (1999) propuseram a animação cultural como expressão inadequada, onde o público apenas tem a possibilidade de consumir o conteúdo apresentado de modo passivo, sem que a atividade possa deixar resquícios ou margens para reflexões futuras.

Contudo, Coelho (2012, p. 268, grifo do autor) trouxe à tona a expressão animação cultural em seu *Dicionário crítico de política cultural*, incluindo-a no rol de atividades englobadas pela mediação cultural: “Os diferentes níveis em que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a **ação cultural**, a **animação cultural** e a **fabricação cultural**”.

Entretanto, se os termos animação e ação cultural podem ser utilizados genericamente como sinônimos, isto é, na posição de estratégias pedagógicas de mediação ou de intervenção, é possível, entretanto, distinguir características singulares para cada uma delas.

Quadro 7 – Diferenças conceituais das atividades culturais em bibliotecas.

ATIVIDADES CULTURAIS	CONCEITOS
AÇÃO CULTURAL	Processo que enfatiza a criação, a expressão e a criatividade das pessoas. Diz respeito a produção cultural coletiva. Através de atividades práticas, as ações se abrem para troca de informações e discussões sobre variados temas. Na ação cultural, a atuação do bibliotecário é a de um agente cultural. A ação cultural também está vinculada a políticas culturais.
ANIMAÇÃO CULTURAL	Atividades que se relacionam com o incentivo à leitura, como a hora do conto e com os serviços de divulgação da biblioteca como exposições. Nesse caso, o bibliotecário é o animador cultural.
FABRICAÇÃO CULTURAL	Processo com um início, etapas e fim preestabelecido, com fins de se produzir um objeto cultural. Sua realização não envolve os sujeitos da comunidade.

Fonte: elaborado a partir de Almeida (1987) e Coelho (1989; 2012).

Na ação cultural, o mediador gera um processo, não um objeto. Segundo Coelho (2012, p. 54), diversamente da fabricação cultural, a animação não tem, necessariamente, a finalidade de se produzir um objeto de cultura. A animação cultural, “é, antes, uma atividade que se esgota no ato, não gerando necessariamente resíduos ou pontos de partida para novos processos análogos ou diferentes”.

Finaliza-se este capítulo deixando emergir as dificuldades encontradas para estabelecer os conceitos sobre a animação cultural e a ação cultural em bibliotecas, verificando-se que a produção científica sobre a função cultural das bibliotecas é ainda limitada e insuficiente em solo brasileiro.

Também, pouco se discute sobre as outras funções ou objetivos das bibliotecas, como o lazer, em especial, as públicas e escolares (SALDANHA; PEREIRA, 2016).

Chama-se a atenção para os currículos das escolas de Biblioteconomia, já que pouco evidenciam a importância de disciplinas voltadas para as esferas dos fenômenos culturais, das artes, da leitura e da ação cultural junto às comunidades.

Para que se altere essa situação entrópica, existe a necessidade de se revisar os processos educacionais que envolvem a escola, a biblioteca e os cursos de Biblioteconomia.

De acordo com Milanesi (2002) na esfera da escola, há política para a ação dos professores, definida e desenvolvida pelos órgãos de educação, porém, quase sempre, está localizada no âmbito da aula/discurso, da adoção de texto e até mesmo de pesquisa, mas não se identifica uma política de informação e cultura envolvendo as bibliotecas.

Nessa perspectiva, a informação, a cultura, a arte, o lazer, a leitura, não se fazem presentes, desse modo, as bibliotecas, progressivamente, perdem usuários, espaços e, em diversos casos, a razão de existir.

Implica-se dizer que apesar das reflexões suscitadas em torno da ação cultural no período citado, as bibliotecas brasileiras não absorveram e muito menos desenvolveram atividades com essa proposta. Além do mais, através de levantamento bibliográfico, notou-se que a partir da década de 1980 pouco se produziu na literatura especializada sobre a função cultural e artística das bibliotecas.

Em extrato, diante do diálogo travado com a literatura apresentada, podemos destacar as diferenças conceituais entre os dois modos de se trabalhar com as atividades culturais e artísticas:

- **Animação cultural** (entendendo que nesta modalidade a comunidade não participa da criação do produto cultural). Na animação, comporta-se a noção da comunidade ser apenas receptora e consumidora da cultura. A comunidade na animação cultural torna-se meramente expectadora, assistente, sem quaisquer ou poucas possibilidades de interferência (ALMEIDA, 1987; COELHO, 1989; CABRAL, 1999; ALMEIDA JÚNIOR, 2017).

- **Ação cultural** (nesta modalidade a comunidade participa de todo o processo da criação cultural: desde a pesquisa, discussão, criação, organização e recepção do produto cultural). Na ação, a ideia está na comunidade elaborar, criar e produzir cultura, indo além

de receptores, mas transformando-se em sujeitos da ação e da criação cultural, tornando-se protagonistas culturais (ALMEIDA, 1987; COELHO, 2012; ALMEIDA JÚNIOR, 2017).

Todavia, apesar de estabelecidos os seus conceitos, Almeida Júnior (2017) profere que não existe ação cultural pura:

Da mesma forma, há sempre uma fabricação cultural na ação cultural; há sempre uma animação cultural na ação cultural. De igual modo, há sempre uma ação cultural na fabricação cultural, uma ação cultural na animação cultural ou na animação da leitura (ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 54).

No revelar desses encruzamentos, e sobretudo, em que pese as dificuldades para se estabelecer limites e fronteiras entre essas atividades culturais, pauta-se em Coelho (2012), no entendimento que tanto a animação cultural, a ação cultural e a fabricação, são atividades abarcadas pela mediação cultural.

5 ATIVIDADES CULTURAIS EM BIBLIOTECAS

A biblioteca incorporou a sua função cultural no início do século XX (ALMEIDA JÚNIOR, 2013; MUELLER, 1984; NOGUEIRA, 1986), momento em que Mueller (1984) fala que nos Estados Unidos a biblioteca pública estava sendo idealizada como uma força cultural em sua comunidade.

No Brasil, um marco expressivo da biblioteca e sua função cultural foi a atuação do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1936, tendo à frente Mário de Andrade e demais intelectuais.

Milanesi (2003, p. 98, grifo do autor) resgata que “a palavra ‘Cultura’ foi entronizada nas atividades públicas, e destacada, por Mário de Andrade, Paulo Duarte e outros na década de 30, em São Paulo”.

Uma das ações do Departamento de Cultura foi o desenvolvimento da Seção de Extensão Cultural, incluindo diversas atividades culturais, artísticas e serviços como o carro-biblioteca e a caixa-estante com propósito de levar cultura a bairros distantes para todas as faixas etárias.

Milanesi (1987) relata que com a criação do Departamentos de Bibliotecas Públicas e Infanto Juvenis de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980, a política de ação cultural desenvolvida pela equipe de Mário de Andrade foi resgatada e adquiriu nova roupagem. Os serviços de carro-biblioteca, caixa-estante e extensão cultural foram retomados e difundidos dentro de uma nova linha centrada, principalmente, na modernização das bibliotecas e de seus serviços.

No destaque que se imprime ao Departamento de Cultura revela-se o seu papel pioneiro e multiplicador (MILANESI, 2003). Pioneiro porque inédito até então, em se tratando da biblioteca e atividades culturais. Multiplicador em função da dimensão nos serviços oferecidos a uma população distanciada das letras e das artes.

No Estado Novo, a política cultural desenvolvida pelo Departamento sofreu profundos cortes orçamentários até definir completamente. Nos anos que se seguiram, o que se percebeu no cenário brasileiro foi a fundação de bibliotecas públicas e doações de livros por intermédio da política cultural do Instituto Nacional do Livro.

No mais, uma das imagens que se seguiu foi a permanência da ideia de um acervo bibliográfico, com uma senhora à frente que protege os livros e que pede silêncio a escolares frenéticos na cópia de verbetes de enciclopédia (MILANESI, 2003, p. 104).

A imagem da biblioteca pública correspondeu, dessa maneira, a uma clássica repartição pública: monocromática, silenciosa, austera e com cheiro de coisa antiga. Ao seu espectro, imprimiu-se também uma representação de uma instituição estática, ineficaz no acesso, na democratização e produção de cultura.

Finda a ditadura, renasceu na sociedade lampejos de liberdade que as canções durante o regime ditatorial não paravam de clamar, a exemplo:

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

“Pra não dizer que não falei das flores”
Geraldo Vandré, 1968²⁹.

Também conhecida como “caminhando”, a música de Geraldo Vandré tornou-se um ícone musical de resistência.

No processo de recomeço, de redemocratização, marcado em suma pelas eleições diretas, reformulação da constituinte e reorganizações partidárias, reascendeu-se o debate em torno da cultura.

Coelho (1986) resgata que durante todo o ano de 1984, pelos meses que antecederam a instalação da “Nova República”, o Brasil foi tomado por debates sobre a questão cultural.

Na onda desses debates, falou-se sobre o direito à cultura, o incentivo à cultura, a proteção de nossa cultura, cultura popular e cultura nacional, repercutindo na criação do Ministério da Cultura com a instalação do governo de José Sarney.

Concomitante, discutiram-se novos padrões para as bibliotecas, museus e arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores

²⁹ Pra dizer que não falei das flores, também conhecida como “Caminhando” é uma música escrita e interpretada por Geraldo Vandré em 1968. Teve sua execução proibida durante anos pela censura federal, depois que tornou-se um hino de resistência em oposição à ditadura militar.

culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seus verdadeiros papéis de espaços públicos a serviço dos cidadãos.

Tomado nessa proporção, o trabalho na biblioteca com a cultura evoca a perspectiva de sua força motriz para o desenvolvimento sociocultural.

Aliar a cultura à ideia de desenvolvimento, de instrumento para se galgar a cidadania e ainda como fator de adiantamento econômico, direito do cidadão, de inclusão social e ação integradora com potencial transformador, foi, em grande parte, preconizada pela Unesco, fazendo reverberar preceitos dessa natureza nas esferas políticas internacionais como segmento protagonista do desenvolvimento humano (CUÉLLAR, 1997).

A partir da segunda guerra mundial generalizou-se a ideia de que o acesso à cultura deveria ser encarado como um elemento de cidadania contemporânea, constituindo um importante instrumento de reforço da integração e coesão social (QUINTELA, 2011).

No binômio “cultura e desenvolvimento” expressa-se um posicionamento dos sujeitos como participantes em suas culturas, o que nos leva a descrevê-los como protagonistas culturais.

Perrotti (2017, p. 23) traça o protagonista cultural como a luta com os signos, como também pelos signos, pela palavra e pelo direito de nomear o mundo. “É luta, portanto, pelo verbo que poderes despóticos usualmente tentam usurpar mediante artifícios que conduzem à palavra única”.

Buscou-se em Paulo Freire (1981), a prerrogativa de liberdade de sujeitos livres frente à instituição da ideologia dominante, da palavra única, correta, hegemônica, que quer abafar e silenciar a classe dominada. Freire (1981) conclama a prática de ação na cultura pautada na liberdade, onde o diálogo envolveria ação e reflexão crítica da realidade.

No destaque a uma biblioteca verdadeiramente pública, Flusser (1980) chama a atenção para que a biblioteca se aproxime em dar voz ao não público. Dar voz, significa então, envolver atos com a ação e reflexão. Ao dar a palavra, a biblioteca responde à missão fundamental de igualdade (FLUSSER, 1980).

Para Freire (1981, p. 40) dizer a palavra, num sentido verdadeiro, traduz-se “no direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”. Serão, enfim, vozes livres que ecoam expressando criticamente as suas realidades.

Partindo desta lógica, as vozes, por meio das linguagens, darão condições à apropriação da cultura como uma ferramenta para a criação de práticas socioculturais (LESSA; GOMES, 2017).

Nessa esfera, o “apropriar-se” da cultura oportuniza a ressignificação da categoria de dominação, do pensamento hegemônico, pois quando a cultura passa a receber significado e é construída por todos, torna-se agente de libertação, uma vez que impulsiona os sujeitos a serem participativos, criando seus próprios modos de vida (LESSA; GOMES, 2017).

Vivenciar, manifestar, transmitir e criar cultura direciona os sujeitos como atores participativos em suas culturas, o que para Pieruccini (2017) reverte-se em condição democrática, crítica e criativa dos sujeitos na cultura, transformando-os como protagonistas culturais.

O protagonista “age e diz, portanto, num processo humanizador e humanizante, de conhecimento e reconhecimento, político, social e cultural, de defesa da *polis* e dos sentidos de cada um e de todos nós, por atos e palavras” (PERROTTI, 2017, p. 24, grifo do autor).

Perrotti (2017) delinea o protagonista como sujeito participativo em defesa de uma sociedade com homens livres e iguais.

Se por ventura, a participação na cultura for fragmentada, ocorre o que Tébar (2011, p. 75) descreve como síndrome de privação cultural: “A privação cultural diz respeito à carência de pessoas adultas para realizar a transmissão da cultura e aos valores referenciais nos quais cada pessoa se desenvolve”.

Grande parte da população no Brasil e no mundo sofrem privações culturais. São seres culturalmente fragmentados, não estão inseridos e não podem participar de suas culturas porque não são alfabetizados e não possuem habilidades em torno das ferramentas digitais, por exemplo.

Dando atenção ao panorama atual no país, muitos brasileiros ainda não estão alfabetizados, outros tantos, permanecem como analfabetos funcionais e digitais, o que dificulta sobremaneira suas inserções numa sociedade letrada e tecnológica.

Caldas (2011) confirma que vários são os fatores que têm contribuído para solidificar a função das unidades culturais na sociedade atual, tendo em conta que tais instituições são reconhecidas como espaços para o fomento à leitura, disseminação da informação, preservação da memória e investigação científica, configurando-se em instituições que atuam no processo cultural e social das suas comunidades.

A quarta edição da pesquisa, *Retratos da Leitura no Brasil*³⁰, demonstrou que 66% da população pesquisada não frequentam a biblioteca. A pesquisa também revelou que apenas 3% dos entrevistados participam de concertos, exposições ou eventos culturais em bibliotecas.

Entre os motivos para não frequentarem a biblioteca, 19% responderam que não gostam de ler e 40% alegaram que não dispõem de tempo. Na questão sobre o que os fariam frequentar mais a biblioteca, 32% disseram que iriam às bibliotecas se estas dispusessem de mais livros ou títulos novos e 15% responderam que iriam às bibliotecas para participarem de atividades culturais.

A pesquisa ainda denotou que apenas 1 em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática.

Segmentos amplos da população no Brasil permanecem à margem da vida, excluídos da pluralidade necessária de acesso às informações que caracteriza a Sociedade da Informação.

Dentre os diversos motivos dessa exclusão está a incapacidade simples de leitura – por ausência dessa habilidade, fator este que também se estende por muitos países, já que “vastos segmentos da população mundial não conhecem o alfabeto” (MILANESI, 2013, p. 102).

A dimensão da cultura se manifesta no contexto das práticas culturais onde no espaço público, a biblioteca como equipamento social e cultural é pretendida como polo irradiador de cultura, informação, artes e desenvolvimento de competências em torno da leitura e escrita.

Para uma sociedade como a brasileira, onde grande parcela da população vive exclusões sociais e culturais, a biblioteca como mediadora de atividades culturais assume aspectos favoráveis como modalidade para a apropriação cultural.

O quadro abaixo demonstra diversas possibilidades de atuação da biblioteca no campo cultural, trazendo para a discussão autores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre outros.

³⁰ Desde 2007, em sua primeira edição, a pesquisa define como leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos 3 meses. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - 2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa%20Retratos%20da%20Leitura%20no%20Brasil%20-%202015.pdf).

Quadro 8 – Exemplos de atividades culturais em bibliotecas.

Apresentação musical (audições)	Apresentação de teatro (criação de grupos)	Apresentações diversas (marionetes, fantoches)
Caça ao tesouro	Campeonatos	Concursos literários (poesia, contos, crônicas)
Conferências	Debates	Encontro com autores
Encontro com pessoas da comunidade (relatos pessoais, memória local, depoimentos, encontros artísticos)	Eventos diversos (eleições, diretas, derrubadas de presidentes etc.)	Exibição de filmes
Exposições diversas (artes plásticas, livros, documentos, mapas, estampas, artesanatos, folclore, fotografias)	Filatelia	Gincanas
Eventos especiais (natal, semanas comemorativas)	Jogos recreativos educativos (eletrônicos, damas, baralho, xadrez etc.)	Jornais (fanzines)
Hora do conto (crianças, jovens, adultos e idosos)	Laboratórios de leitura (oficinas)	Numismática (estudo das coleções)
Laboratórios de redação (oficinas de escrita)	Museu de rua	Oficinas de cursos artísticos (artesanatos, artes plásticas, desenhos, histórias em quadrinhos, mangá etc.)
Ônibus-biblioteca (serviços de extensão como biblioteca móvel)	Murais	Oficinas de cursos diversos (primeiros socorros, higiene, culinária, puericultura etc.)
Oficinas diversas (workshops: comédia stand-up, teatro, cinema)	Oficinas de letramento digital	Palestras
Semanas comemorativas (da mulher, do jovem, da 3ª Idade)		

Fonte: elaborado a partir de: Almeida Júnior (2013); Sperry (1987); Tsupal (1987); Milanesi (1987) e Vieira (2014).

De acordo com Tsupal (1987, p. 158),

Convencionou-se denominar as atividades culturais de acordo com seus níveis e natureza dos seus conteúdos de ação cultural, animação cultural e divulgação cultural. Ao lado dessas atividades, incluem-se também as dirigidas ao lazer.

Tsupal (1987) apontou que os modos de atividades culturais estão calcados na ação cultural, animação cultural, divulgação cultural e atividades de lazer.

No que tange à divulgação cultural, Tsupal (1987) disse que são ações de divulgação de acontecimentos, eventos culturais, notícias e informações. Por evento cultural pode-se exemplificar a “feira de livros” com o intuito de se propiciar trocas de livros com a comunidade, como fomentadora e incentivadora da leitura.

Dumazedier (1976) situa a leitura como uma atividade de lazer, expondo-a desinteressada do caráter literário, de ficção, podendo enquanto distraem, aumentar os conhecimentos e melhorar o gosto de um enorme público.

Saldanha e Pereira (2016) argumentam que as atividades de lazer se dão também através da animação cultural e da ação cultural.

Os autores frisam que a animação cultural pode, através de atividades e eventos, incentivar o uso dos serviços e produtos da biblioteca, cujas práticas podem suscitar rumos para a contextualização e promoção do espaço, serviços e produtos, pertinentes ao lazer.

Na ideia dos autores, o lazer proporcionaria maior frequência à biblioteca, e consequentemente, a utilização de mais serviços e produtos.

Na acepção da ação cultural como lazer, os autores dispõem que pode “utilizar de seus processos como meio para também vir a contextualizar e promover o espaço, os serviços e os produtos (da biblioteca) referentes ao lazer” (SALDANHA; PEREIRA, 2016, p. 16 - 17).

Ao discutirem a ação cultural como proposta para a promoção do lazer, os autores elencam atividades referentes à leitura, à projeção de filmes, à implantação de auditório para atividades diversas como encenações, constituindo-se em modos para o usuário se distrair e divertir-se.

Com relação às atividades de lazer, Saldanha e Pereira (2016) lamentam que a biblioteca como espaço de lazer representa uma linha de pesquisa ainda pouco desenvolvida pela nossa literatura especializada.

Reis e Alves (2016, p. 216) percebem a relevância de iniciar, desde cedo, as crianças no universo literário, como também é fundamental que as novas gerações

percebam a biblioteca como um espaço de lazer e, por isso mesmo, um espaço lúdico, rico em experiências e descobertas.

As atividades lúdicas podem ser jogos e brincadeiras dirigidas, respeitando-se as faixas etárias, num contexto de descoberta, criatividade e expressão, incentivadas em ambientes favoráveis.

Milanesi (2003) chama a atenção para a necessidade dos auditórios. Nos países desenvolvidos a instalação de um auditório é a regra. No auditório, podem ser realizadas conferências, cursos, recitais (poesia), encenações (teatro) e projeção de filmes ou qualquer outro evento formulado pela comunidade.

Os espaços para as exposições são primordiais, podendo ser expostos livros, além de diversos objetos artísticos: artes plásticas, esculturas e objetos diversos etc.

Disponibilizar locais de convivência, revertem-se também em espaços onde ocorrerá a ação mais importante que uma biblioteca pode propiciar: a troca de informações entre as pessoas. Nesse âmbito, os espaços de convivência podem tornar-se cenários propícios para o diálogo, a interatividade e compartilhamento da cultura (MILANESI, 2003).

Vieira (2014) classifica as atividades de ônibus-biblioteca, contação de histórias, roda de leitura, bate-papo com o escritor, inclusão digital, visitas monitoradas e oficinas de criação literária como exemplos de ações culturais.

Saldanha e Pereira (2016) imaginam a prática de ação cultural como atividades relacionadas ao incentivo à leitura, a projeção de filmes e encenações como modos de lazer.

Milanesi (2013, p. 98) diz que, de um modo geral, as ações culturais “giram em torno de práticas ligadas às artes: música, teatro, dança, literatura, ópera...Pode ser uma exposição, um recital, um concurso literário... [...]”.

Em sua obra *A casa da invenção*, Milanesi (2013) sinaliza algumas atividades que podem ser implantadas em bibliotecas ou centros de cultura. Para o autor, uma das atividades que mais estimula o gosto pela leitura, pela busca do conhecimento é o debate sobre um determinado tema.

Os debates podem ser realizados através de ciclos de palestras de acordo com o interesse e necessidade da comunidade. Como enriquecimento do assunto a ser tratado, o uso de exposições ou de exibição de filmes traduz-se em possibilidades de se enriquecer os debates (MILANESI, 2013).

No tocante às exposições, Milanesi (2013) informa que se trata de uma das atividades mais dinâmicas dos espaços culturais, independentemente daquelas que buscam novas formas de expressão, quanto as que tratam de um determinado tema com o objetivo de se prestar informação.

Em relação aos cursos, Milanesi (2013, p. 254) destaca que “esse tipo de atividade, quase sempre, está no âmbito da criação de bens culturais: permite desenvolver ideias e práticas, todas levando a rever, permanentemente, formas e conceitos”.

De maneira geral, os cursos ou oficinas podem ser vistos como ações para o desenvolvimento de habilidades e conhecimento, englobando desde a literatura até a confecção de um objeto.

Os objetos são resultados de uma produção (material ou imaterial) elaborados num contexto de interação, leitura, pesquisa, reflexão e ação.

No processo de se minimizar o fosso que separa as pessoas de suas culturas, a produção cultural pode aproxima-las de suas realidades, atingindo seus repertórios, já que a elaboração da cultura requer conhecimentos, competências e habilidades em torno de cada objeto cultural.

No universo comunicacional, várias são as linguagens e suportes nos fluxos informacionais, requerendo cada vez mais da sociedade o domínio das práticas de leitura, escrita e letramento digital. Além do mais, para Santos Neto (2000) a utilização dos meios eletrônicos e das tecnologias de comunicação precisam ser pensados com a finalidade do pleno desenvolvimento humano.

A formação de leitores é desafio constante para as bibliotecas, pois de acordo com Silva e Almeida Júnior (2018, p. 72) “a leitura é um dos mais complexos e completos recursos sócio históricos para a formação do indivíduo tanto intelectual quanto social”; de modo que junto à apropriação do conhecimento ocorra também a produção de conhecimento.

Em diversas bibliotecas o incentivo à leitura é realizado através da “contação de histórias”.

Imagem 8 - Hora do conto na biblioteca

Fonte: Aquarela sobre papel. Artista plástica: Ivone O. Ramos, 2018.

Desde os tempos remotos, a necessidade de exprimir os sentidos da vida, buscar explicações para nossas inquietações, transmitir valores, aprendizagens e manter o laço social, têm sido alguns dos motivos que impulsionam o ato de contar, ouvir e recontar histórias.

Coelho (1999, p.11) diz que “a força da história é tamanha que narrador e ouvintes caminham juntos na trilha do enredo e ocorre uma vibração recíproca de sensibilidades, a ponto de diluir-se o ambiente real ante a magia da palavra que comove e enleva”.

A contação de história pode ser mediada em múltiplas formas e performances, iniciando-se num movimento de interação, de significados e de dialogia.

As histórias contribuem para o desenvolvimento cultural e social, alimentam a fantasia, colaboram com o processo de concentração, socializam, incentivam a querer ouvir outras histórias e a ler outras histórias. Se as crianças as escutam desde pequeninas, diz Coelho (1999), provavelmente gostarão de livros, vindo a descobrir neles histórias como aquelas que lhes eram contadas.

As histórias refletem a expressão artística e o imaginário de uma pessoa, uma comunidade ou um povo. Ler, contar ou narrar oralmente são expressões artísticas que se aproximam da arte teatral. Voz, entonação, gestos, expressões faciais e corporais compõem a ação dramática, não apenas no plano prático, real, mas também no nível do pensamento e, sobretudo nas dimensões do mítico-simbólico e do mistério.

As histórias contadas podem ajudar a formar leitores, valorizar as etnias, as diferenças, manter a história viva, resgatar significados para a nossa existência. Abramovich (2001) destaca o quão importante é para a formação de qualquer criança ouvir muitas histórias. Escutá-las é o início de aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo.

O repertório de um contador de histórias pode se estender vastamente: contos de fadas, também conhecidos como maravilhosos ou de encantamentos, os mitos, as fábulas, as histórias de animais, os contos acumulativos, os contos da mentira, os contos etiológicos, os contos do Demônio logrado, os contos da natureza denunciante, as anedotas, as lendas, enfim, os contos populares e os contos de tradição oral.

As histórias são imprescindíveis para a formação humana, para o amadurecimento psicológico e é uma maneira de nos humanizarmos, uma forma de nos encontrarmos com aquilo que a humanidade cultiva para a alma, para o intelecto e para a relação social civilizada ao longo da história (SILVA, 2015).

A oralidade, como apontado por Silva (2015) circunscreve-se aos mecanismos que embasados nos objetivos dos conteúdos das histórias estimula a fala, o argumento, o constatar referente a histórias quando contadas às crianças. Nesse contexto para o mesmo autor pode-se afirmar que a oralidade contribuirá para a mediação de leitura, mediação da informação ou seja, a contação de histórias está diretamente ligada a mediação pedagógica da leitura.

O processo de contação de histórias auxilia na formação de futuros leitores e de indivíduos com menor índice de problemas de aprendizagem, portanto, com maior preparo para inserir-se em sociedade. No contar histórias, coloca-se em um grau de maior atenção a atividade de contar histórias em si, como forma de passar valores ou trabalhar de forma psicológica, formadora ou social (CÂNDIDO, 1972).

A arte de contar histórias é um instrumento de resgate do patrimônio cultural, produção e de acesso ao conhecimento, e ao mesmo tempo é uma forma de aprendizagem ao propor a reflexão sobre a condição humana e sobre a sua relação com o mundo. O desenvolvimento do narrador de histórias, urbano e contemporâneo, aproxima-se também do contador tradicional, dos tempos ancestrais. No percurso criador em torno da palavra oral, o narrador experimenta a oportunidade de reativar em si mesmo a experiência ancestral da arte de contar histórias.

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio

dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas.

Essa forma de pensar a preservação do patrimônio cultural junto as instituições sociais (escola, biblioteca, arquivo e museu) possibilitaria maior abrangência na atuação, ampliar a valorização e a preservação das mais variadas manifestações culturais tão latentes em nossa sociedade. Reafirma-se, assim, que a história local passa por uma renovação com o conhecimento da realidade local.

A recuperação da história local e regional, sem dúvida, é um procedimento de preservação da identidade e da diversidade cultural de cada comunidade. Ao tratar dos equipamentos culturais enquanto espaços para a ação e preservação do patrimônio cultural, destaca-se o papel dessas instituições na valorização dos bens culturais materiais e imateriais abarcando a diversidade de manifestações culturais que se mostram pertinentes numa coletividade.

Quando suscita-se a contação de histórias, podemos perceber outros elementos que se relacionam ao ato de ler, como apresentado na figura abaixo.

Figura 3 - Contação de histórias e seus desdobramentos.



Fonte: elaboração própria.

Almeida (2013) relata que o processo tecnológico em curso descortina possibilidades inéditas e promissoras em direção à democratização do acesso à informação cultural. O uso coletivo das TIC “estimularia a produção e troca de conhecimento em todos os níveis da sociedade, orientando-se para as necessidades específicas das comunidades e favorecendo a inclusão digital” (ALMEIDA, 2013, p. 46).

Um dos desafios para as instituições de cultura está em vencer a divisória digital ocasionada pela exclusão social no país.

Na sociedade contemporânea, os processos comunicacionais alteraram sociabilidades, suscitaram novos aprendizados e domínio das tecnologias digitais onde leitura e escrita assumiram uma dimensão essencial.

Oferecer cursos, oficinas e *workshops* possibilita o desenvolvimento coletivo de diversas habilidades digitais fundamentais para a navegação autônoma, segura e eficaz.

A alfabetização digital refere-se à utilização das tecnologias de informação e comunicação de forma satisfatória, valendo-se das ferramentas tecnológicas para expressar-nos de modo colaborativo e interativo com criticidade.

Para cada atividade cultural, Milanese (2013) diz ser fundamental que se disponibilize todas as informações referentes sobre o tema da ação, informações estas que estão plasmadas ou disponíveis em suportes físicos: livros, fotos, vídeos e gravações sonoras, como também no universo digital.

A leitura de uma obra, a projeção de um filme, a audição de uma música e o recital de uma poesia desdobram-se, por exemplo, em possibilidades que ativam, remetem para outros textos, outras obras, outras informações numa simbiose infinita de descobrimentos, de conhecimentos, discussões, reflexões e de criações.

Pensadas dessa forma, as atividades elaboradas com os sujeitos da comunidade podem suscitar vozes há muito tempo abafadas, impostas pelo silêncio das classes dominantes. Nesse prospecto, a cultura poderá ser suscitada através de múltiplas linguagens, onde a fala, a leitura e a escrita, permitirão trocas, apropriações e criações culturais.

Ambiciona-se a transformação das bibliotecas, independentemente de sua tipologia, em espaços para as atividades culturais, onde sujeitos possam ter possibilidades de pensar, de agir, de participar e de criar, ou como quer Flusser (1980), onde os sujeitos possam vir a ter voz.

Figura 4 – Biblioteca: espaços de cultura e artes.

Fonte: elaboração própria.

A biblioteca pode ser expandida em vários espaços, que além do acervo com vários suportes informacionais, abrigaria auditório (debates, apresentações, ensaios, conferências), locais de convivência, espaços para exposições, leitura e escrita, música, teatro, dança, cinema, artes plásticas, jogos eletrônicos, acesso digital, laboratórios de artes, propondo-se na transformação e ampliação da biblioteca em espaços para a criação e apropriação cultural.

Os recursos para a criação, ampliação e manutenção de bibliotecas em centros de cultura poderão vir da União, do Estado e do município. Nesse empreendimento, a atuação do bibliotecário será voltada para um mediador cultural, dando lugar a um profissional participante da vida da comunidade.

Pelo exposto, as atividades culturais em bibliotecas, de modo geral, estão vinculadas às noções de **incentivo à leitura, de animação cultural, de animação da leitura, de ação cultural, de divulgação cultural, de atividades de lazer e serviços de extensão.**

No início do século XX, Fonseca (2005) resgata que a biblioteca, em especial a pública, passou por mudanças procedentes da necessidade de estender seus serviços às populações rurais e da periferia numa ação educativa por meio da propagação da leitura.

Nesse período, iniciou-se a ação bibliotecária extensionista que desenvolveu-se com sucesso em países mais avançados e, muito tempo depois, em países do Terceiro Mundo, como o Brasil.

Nos Estados Unidos, o programa de extensão da biblioteca pública, caracterizado pela organização das bibliotecas móveis, iniciou-se por volta de 1900, sendo viabilizado em carretas de livros puxadas por tração animal (WHEELER; GOLHOR, 1970).

Fonseca (2005, p. 54) informa que pretendia-se levar a outras comunidades a ação educativa-cultural, facilitando o acesso à informação e à cultura, ampliando-se espaços, permitindo o acesso de camadas populares aos serviços e programações.

Na década de 1980, Fonseca (2005) nos fala que quase todas as capitais brasileiras dispunham de bibliotecas públicas e de serviço de extensão através de carros-bibliotecas e caixas-estantes, realizando programas de animação cultural e oferecendo uma leitura diversificada.

Os esforços traçados até aqui tiveram como finalidade descrever sobre os modos de atividades culturais em bibliotecas, posicionando as bibliotecas como potenciais para preservar, difundir e de apropriação de cultura, artes e informações.

Nesse aspecto, a biblioteca se desenvolverá como uma instituição necessária, aberta, assumindo contornos de um centro cultural, privilegiando todos os suportes e linguagens informacionais, transformando-se em espaços para informação, discussão e criação da cultura.

5.1 Biblioteca e ação cultural

Organizar a informação não basta, diz Milanesi (1987, p. 104). “É necessário torná-las públicas. Essa tarefa que dá potência à informação, que potencializa a informação é ação cultural”.

Não se pode inferir com segurança sobre a existência de práticas de ação cultural em bibliotecas brasileiras, ao menos na concepção de ação cultural trabalhada por Coelho (2012) quando articula que o objetivo da ação cultural não é o de construir um tipo determinado de sociedade, mas, sim, o de provocar as consciências para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta.

Mas, como o próprio Coelho (2012) argumenta, é difícil manter essa aposta, maiormente em âmbito brasileiro, onde fatores diversos tornam-se congruentes para a manutenção do atual panorama em que as bibliotecas estão inseridas.

Os relatos encontrados na literatura da área sobre a ação cultural e a biblioteca são pautados, muitas vezes, nos conceitos de autores como Freire (1981), Flusser (1983), Almeida (1987) e Teixeira Coelho (2012).

No enfoque às bibliotecas universitárias, Sanches e Rio (2010) destacam não existir uma fórmula ou uma receita para o desenvolvimento de uma ação cultural dentro da biblioteca universitária ou em qualquer outro segmento de biblioteca, mas tem-se somente a existência de um princípio e de um envolvimento.

Nesse quesito, os autores propõem em dizer que o conceito de ação cultural mescla-se com a noção de atividades com atos de reflexão político e democrático. Uma ação mediante atividades culturais constituídas de circunstâncias-problemas vividas como experiências humanas, que potencialize e fomente a capacidade criativa de repensar o novo a partir do antigo, num efeito contínuo de emancipação intelectual (SANCHES; RIO, 2010).

No estudo de práticas de ação cultural no cotidiano das bibliotecas públicas de Salvador, Ribeiro e Cunha (2007) atestam que as atividades consideradas como ação cultural relatadas pelos bibliotecários são: atividades de hora do conto para as crianças, murais educativos, filmes, exposições e oficinas de arte.

Porém, Ribeiro e Cunha (2007) também observam que as bibliotecas de Salvador não estão promovendo a ação cultural proposta por autores como Freire (1981), Flusser (1983), Milanesi (2003) e Coelho (2012).

Todavia, os autores consideram que não se deve permitir ao usuário sair da biblioteca após permanecer passivamente ao que aconteceu, mas sobretudo envolvê-lo como elemento participante, produzindo, trocando ideias e experiências culturais (RIBEIRO; CUNHA, 2007).

Incidindo sobre a atuação do bibliotecário no campo da cultura e na ação cultural como operação sociocultural, Cunha (2010, p. 75) entende que o trabalho de agentes culturais volta-se:

Para a realização de processos e a promoção de serviços, ou seja, para a dinamização e para as mudanças de estado ou de situações que conduzam ao enriquecimento intelectual, cognitivo, sensitivo (estético), associativo, social ou mesmo corporal, e que possam ocorrer na medida em que se estabeleçam oportunidades diferenciadas em face das atitudes, vivências e do senso-comum cotidianos.

Assim, numa perspectiva abreviada, Cunha (2010) traça a ação cultural como uma intervenção simultaneamente técnica, política, social e econômica, podendo ser levada a efeito pelas bibliotecas, que conceba, coordene, gere ou participe de programas, projetos e atividades diversas.

Em linhas gerais, Cunha (2010) também aponta que o discurso da ação cultural segue a tradição humanista ou iluminista da pluralidade das experiências e da diversidade do pensar, implicando que, por seu intermédio, possam ser geradas novas ações individuais e coletivas.

Nesse quesito, pensa-se que a ação cultural possa produzir um efeito contínuo em elaborações, em experiências e em conhecimentos.

Entretanto, apesar do conceito de ação cultural ter surgido em meados do século passado, atualmente, no contexto das bibliotecas, presencia-se pouca produção científica sobre a questão.

Almeida Júnior (2017) atesta que, na década de 1990 e em boa parte dos anos de 2000, o tema da ação cultural foi quase esquecido. Fenômeno este percebido não apenas nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas presente em todos os segmentos do conhecimento e da sociedade, em especial na política e em todos os movimentos organizados da população (ALMEIDA JÚNIOR, 2017).

Dessa maneira, Almeida Júnior (2017) escreve que as discussões em torno da ação cultural em bibliotecas permaneceram longínquas de debates e preocupações de pesquisadores, estudiosos e bibliotecários fazendo-se com que outros assuntos emergissem em pautas como tecnologia, informática, gestão da informação e do conhecimento.

Contudo, na década de 1980, Paulo Freire (1981) trabalhou a noção de ação cultural constituindo-a de quatro ações básicas: o diálogo, a conscientização, a atividade educativa e a libertação. Na acepção de Freire (1981), os sujeitos assumem os papéis de criadores da ação.

Imagem 9 – O Semeador de Livros.



Fonte: Aquarela sobre papel. Artista plástica: Ivone O. Ramos, 2018.

Para uma compreensão crítica e consciente, existe a veracidade de perceber-se os sujeitos como seres “abertos” ou libertos existentes no mundo e com o mundo. Somente sujeitos, como “seres abertos”, serão capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformar o mundo através de sua ação, captando a realidade e expressando-a por meio de sua linguagem criadora (FREIRE, 1981).

Para Flusser (1980), uma biblioteca ação cultural é aquela que participa no processo de oferecer a palavra ao não público. Nesse aspecto, dar a palavra implica em fornecer à aspiração fundamental de igualdade, onde a classe dominada tem o direito de criar, recriar, decidir e optar.

Barros (2007) argumentou que a ação cultural “[...] implica um projeto, a partir do público-alvo e de objetivos claramente definidos, girando em torno de imaginação, ação e reflexão [...]”³¹.

Transportadas para a prática, as três premissas (imaginar, agir e refletir) podem ser desenvolvidas a partir de um problema detectado, a preocupação, as ideias e o

³¹ Os três verbos: imaginar, agir e refletir foram desenvolvidos por Milanesi. BARROS, M. H. T. C. Sobre ação cultural. Infohome, jul. 2007. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=309. Acesso: 18 mai. 2018.

pensamento criativo, como pontos de partida para seguir em direção à realidade e à solução concreta (BARROS, 2007).

Barros (2007)³² apoiou-se como estratégia pré-definida na prática da ação cultural, no alcance de uma pedagogia aplicável: informar-debater-criar/resgatar conhecimento.

A autora analisou a ação cultural como uma intervenção sociocultural, respeitando-se cada comunidade e suas características, com propósito de se atingir conhecimento, afetando, desse modo, a condição cultural e social da sociedade em foco.

Para Coelho (2012) uma proposta pedagógica para a ação cultural é a utilização do modo operativo da arte: livre, libertário e questionador, para, assim, revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por cotidianos fragmentados, ocasionados pelos disparates sociais.

Nessa proposta está a noção de provocar-se as consciências para que os sujeitos se apropriem da cultura e criem as condições de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto de tensões e conflitos surgidos na prática social concreta (COELHO, 2012).

Cunha (2010, p. 75) utiliza simultaneamente as expressões ação cultural e animação cultural descrevendo-as como “uma intervenção simultaneamente técnica, política, social e econômica”, exercida pelo poder público ou organizações privadas que concebem, coordenem, gerem ou participem de programas, projetos e atividades relativas à:

- 1) Formação ou aprendizado de técnicas e/ou de conhecimentos artesanais, artísticos e científicos; 2) difusão de obras simbólicas e de experiências estéticas por meio de espetáculos, festivais, exposições, debates, seminários; 3) formação e desenvolvimento de grupos sociais, com seus objetivos específicos e os gerais de melhoria de vida, em defesa de direitos civis ou de cidadania – grupos de idosos, de adolescentes, de mulheres, de bairro, de proteção ambiental, etc.; 4) educação popular, vinculada a temas delimitados; mas de tratamento informal e adesão voluntária – alfabetização, vulgarização científica e tecnológica, dinamização de bibliotecas, habilidades artesanais ou *bricolagem*, línguas, etc.; 5) formação ou aprendizado de habilidades corporais ou desportivas – cursos e treinamentos; 6) difusão de modalidades esportivas (jogos, torneios, campeonatos); 7) turismo social (de férias, de fins de semana, acampamentos); 8) conservação e popularização do acesso e do conhecimento a patrimônios e acervos históricos, científicos e artísticos; 9) criação ou estímulo à formação de centros ou de movimentos de informação e de formação culturais em pequenas e médias comunidades; 10) treinamento de quadros

³² BARROS, M. H. T. C. A intervenção sócio-cultural no ambiente dos centros de informação. **Infohome**, set. 2007. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=316. Acesso: 3 de mai. 2018.

voluntários, semiprofissionais ou profissionais de agentes ou animadores (CUNHA, 2010, p. 75 -76).

Nota-se que Cunha (2010) determina um campo de trabalho amplo para a ação ou animação cultural, abrangendo diversas áreas da cultura como a artística, científica, popular (artesanatos), educacional, patrimonial, ambiental e fortalecimento de grupos sociais, entre outros.

Cunha (2010, p. 76) defende a ação cultural como “Todo o sistema de símbolos que resume e representa os comportamentos e a criação cultural faz parte de seu universo possível”. A ação cultural é luta “contra a barbárie e, conseqüentemente, a favor de um processo civilizatório”.

Na vertente de processo emancipatório, Coelho (1986) fala que a ação cultural é a contínua descoberta, o reexame constante, a reelaboração da vida. Analisa-se assim, que o grupo se descobrirá, bem como seus fins e seus meios.

A ação cultural também se manifesta no oferecimento de oportunidades para a criação, o entendimento e a difusão de bens culturais não-industrializados; selecionados com critérios, manifestações e obras qualitativas produzidas pela cultura de massa (CUNHA, 2010).

Na proposta formulada por Paulo Freire (1981), a ação cultural é um processo de afirmação do homem como ser consciente de sua realidade, voltada para a libertação e fundamentada no diálogo.

No âmbito das linguagens artísticas, a ação cultural tende a levar os sujeitos a reconhecerem seus problemas e sua realidade, abordando-os criticamente através das expressões culturais.

Intitulada de arte engajada, a arte como protesto expressa os dilemas, representa realidades conflituosas e inadequadas, expõe simultaneamente a ação cultural, política e social.

5.2 Plano de cultura para a biblioteca

Coelho (2012) diz que não pode existir educação sem uma base sólida na cultura. Assim como a cultura deve estar no centro das decisões de todas as políticas públicas, deve igualmente estar no centro das propostas de escolas e bibliotecas.

No deserto cultural que envolve o povo brasileiro, não é tarefa simples o desenvolvimento de uma política cultural para a biblioteca, haja vista o panorama atual

das bibliotecas públicas e escolares no Brasil, como também em questões que se referem à formação e atuação do bibliotecário no campo da cultura e das artes.

Ainda, as dificuldades do trabalho com a cultura, de acordo com Rubim (2011), espalham-se no próprio reconhecimento da organização como imanente à cultura. “Não existe cultura sem seu momento organizativo” (RUBIM, 2011, p. 110), incidindo até a ausência de sedimentação para a sua nomeação.

Nesse caso percebemos que são diversas as expressões, as mais distintas, quando acionadas para intitular a organização da cultura e os responsáveis por seu tratamento. O quadro abaixo demonstra as suas denominações de acordo com os países.

Quadro 9 - Denominação de profissionais relacionados à cultura.

Denominação	País
Gerente e administrador cultural	Estados Unidos
Mediador cultural	França; Brasil; Canadá
Animador cultural Agente cultural Promotor cultural	Brasil; Espanha
Animador sociocultural Programador cultural	Portugal
Gestão cultural	Brasil e países ibero-americanos
Produtor cultural	Brasil
Trabalhadores culturais	Países ibero-americanos

Fonte: elaborado a partir de Rubim (2011).

A pluralidade de denominações indica que as práticas e estudos acerca da organização e do trabalho com a cultura são recentes (RUBIM, 2011), como também são atuais os debates que envolvem a produção e o acesso à cultura em âmbito brasileiro.

Afastando-se de práticas amadoras, a cultura necessita de profissionais qualificados e competentes nos mais diferentes ramos, sendo que a formação de pessoal para o campo cultural torna-se essencial.

Por conseguinte, a formação e a capacitação permanentes de bibliotecários aparecem como uma das exigências mais vitais para a renovação do panorama e do circuito cultural.

A organização de atividades culturais pode se realizar em diferentes dinâmicas e eixos, traduzidas e formuladas através de políticas culturais.

Na biblioteca, através de uma política cultural, pode-se desenvolver um Plano de Cultura (PC).

O PC é um documento, um norteador para se planejar, para orientar a execução da política cultural para a biblioteca. O PC se faz como parte indispensável do Sistema Nacional de Cultura (SNC)³³, sendo este um norteador entre o Estado, o município e os setores culturais.

O SNC disponibiliza dados culturais oriundos da sociedade, dos órgãos públicos e privados, tendo o objetivo de reunir e divulgar o maior conjunto de informações sobre a cultura brasileira.

Para a elaboração de um PC, terá que se avaliar a situação da cultura da comunidade, apontando desafios e oportunidades, contemplando as necessidades regionais e locais, devendo-se expressar as especificidades de cada setor que se quer atender (artes, leitura, letramento digital, eventos, patrimônio, acervos etc.).

As particularidades da diversidade cultural, no que tange a etnias, gêneros, orientações sexuais, afro-brasileiros e indígenas, deverão ser atendidas pelo PC, sem esquecer-nos dos fenômenos das migrações e imigrações.

No planejamento de um PC, reuniões e debates entre os atores participantes dos setores criativos da produção cultural: artesãos, artistas, representantes de culturas tradicionais e populares, produtores, gestores culturais, animadores, mediadores da leitura, mediadores culturais e profissionais do lazer, permitirá ampla participação na elaboração de políticas culturais.

Faz parte da elaboração do Plano elementos que dispõem sobre diretrizes, prioridades, objetivos, estratégias, metas e ações. Desse modo, o PC deverá promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade das expressões e manifestações culturais (BRASIL, 2013)³⁴.

Sem o acesso e a apropriação, a cultura não se realiza. Permanece ela incompleta, promovendo fragmentos nos repertórios culturais da comunidade. Nesta perspectiva, todos nós estamos imersos em ambientes culturais e modalidades desiguais, obstruídos por requisitos econômicos, sociais e educacionais que limitam o contato com os fenômenos da cultura.

³³ Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/snc>.

³⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. **Como fazer um plano de cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013.

A formulação e realização do PC para a biblioteca busca estruturar a organização das atividades culturais, como também em colaborar para uma maior intensidade na cidadania cultural.

O quadro abaixo apresenta os eixos e ações que podem ser contemplados na elaboração de um PC para as bibliotecas.

Quadro 10 - Plano de cultura para a biblioteca: eixos de atuação.

EIXOS	AÇÕES
Artes	- Realizar ações de aproximação do livro com outras linguagens (cinema, música, teatro, artes plásticas etc.), envolvendo os leitores nas artes, dessacralizando as bibliotecas como espaços únicos de livros.
Leitura	- Acesso ao livro, à leitura, à literatura. Estimular atividades de incentivo à leitura e escrita. Estímulo à produção literária. Promover e fomentar a literatura não-hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT. - Planejar ações conjuntas de incentivo à leitura e à literatura que integrem espaços culturais e educacionais, públicos e privados, incluindo movimentos sociais de defesa de direitos civis e urbanos da cidade, e que possam envolver diversas linguagens artísticas e projetos socioeducativos no esforço de democratizar o acesso ao livro e de elevar os índices de leitura da comunidade.
Letramento digital	- Assegurar o acesso digital. Desenvolver atividades de inclusão digital. Promover oficinas digitais. Assegurar a utilização de computadores e leitores de livros digitais em perfeito funcionamento, em número suficiente, com infraestrutura e suporte técnico adequados e acesso à internet para garantir a conectividade como direito do cidadão.
Eventos	- Envolver todos os espaços públicos em ações de difusão do livro, da leitura e da literatura e criar e/ou fortalecer espaços alternativos e iniciativas que permitam a oferta de livros e ações de estímulo à leitura, tais como saraus, contação de histórias, clubes e rodas de leitura etc.
Capital Intelectual	- Formar bibliotecários como mediadores da leitura e mediadores culturais através de cursos, oficinas, <i>workshops</i> ; - Capacitar a equipe de profissionais das bibliotecas para acolher adequadamente populações estrangeiras.
Patrimônio	- Preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município; - Reconhecimento às tradições escritas e orais.
Diversidade	- A defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento; - Realizar atividades contemplando a urgência do respeito à diversidade cultural.
Integração	- A integração entre as secretarias e órgãos municipais para a implementação do Plano de Cultura. A interação com as políticas nacional, estadual e municipal voltadas ao livro e à leitura.
Acessibilidade	- Contemplar, para assegurar a acessibilidade, o acervo regular em papel por escaneamento acessível, com voz -, a forma digital, com possibilidade de audição de texto, e, tanto para o livro em papel quanto para o digital, a ampliação de textos para aqueles com baixa visão e o uso do teclado “Linha Braille”, que torna possível a leitura pelos dedos; - Considerar a pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas, sejam lúdicas ou culturais, como brincadeiras, ações literárias, cinema, teatro, saraus e sessões de contação de histórias, incluindo a capacitação para receber a pessoa com deficiência, e exercer

	a mediação, também por meio de recursos de audiodescrição, legendagem e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.
Acervos	- Assegurar o estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções que abarque todas as mídias impressas e eletrônicas e a diversidade de temas conforme o perfil da biblioteca, contemplando as sugestões da comunidade; - Garantir que as bibliotecas possuam acervos multilíngues para permitir o atendimento a pessoas de diferentes origens, incluindo a crescente população de estrangeiros na cidade; - Assegurar que o acervo contenha livros dos escritores da comunidade e obras que retratem a literatura marginal periférica e a ancestralidade; - Promover a atualização permanente dos acervos; - Garantir a assinatura de periódicos pautados pela lógica da diversidade; - Favorecer a difusão de livros digitais gratuitos ou em domínio público.
Turismo	- Organizar transportes (ônibus) para passeios em espaços turísticos; monumentos e instâncias; - Posicionar a biblioteca como atração no circuito turístico da cidade;
Educação	- Ampliar o atendimento e as ações voltadas a analfabetos; - Assegurar transporte para os alunos visitarem as bibliotecas; - Criar ações para aproximar as bibliotecas de escolas e universidades, para divulgar seu acervo e promover o incentivo à leitura, de maneira a promover a integração entre esses espaços;
Cooperação	- Favorecer a formação de bibliotecas temáticas (como feministas ou de autores da periferia, entre outras), que sejam referência em seus temas e possuam acervo adequado para essa função; - Parceria com o IPHAN no empenho de tombamento e preservação de bens culturais materiais (monumentos etc.).
Extensão	- Garantir mais espaços que disponibilizem obras literárias, incluindo terminais de ônibus; - Desenvolver projetos com o carro-biblioteca.

Fonte: Elaborado a partir da Lei do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) de São Paulo.³⁵

São recentes os debates sobre a implantação de planos de cultura nos municípios, como também é inédito um plano cultural para as bibliotecas.

As manifestações culturais nas bibliotecas apresentam-se hoje revestidas de fundamental relevância para o desenvolvimento da cultura e das políticas culturais contemporâneas.

O acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às informações digitais, enfim, à produção cultural são direitos fundamentais do cidadão.

Com a Constituição de 1988, a cultura conquistou um patamar de relevância política sem precedentes: “foi reconhecida a importância do pleno exercício dos direitos culturais e a necessidade de garantir o acesso às fontes da cultura nacional” (BRASIL, 2013, p. 88).

³⁵ Lei do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) de São Paulo. Disponível em: <https://pmllb.files.wordpress.com/2016/03/diario-oficial-lei-publicada-dez-2015.pdf>.

A partir disso, tornou-se responsabilidade do Estado na adoção de políticas públicas de valorização, proteção e desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro.

No fomento à cultura, através do desenvolvimento de atividades culturais, a biblioteca se reinventa.

Ao buscar alternativas para incentivar a produção cultural da comunidade em vários âmbitos, a biblioteca se posiciona como um polo irradiador de cultura, colaborando no desenvolvimento sociocultural da comunidade.

Pensar a biblioteca e o desenvolvimento cultural significa gerar condições para que os sujeitos se desenvolvam, estabelecendo relações estáveis com a comunidade.

A proposta de execução das atividades culturais em bibliotecas pressupõe uma convergência de diversos fatores para a sua concretização, entre eles pode-se citar:

- a) A indústria cultural - principalmente a televisão - como forte concorrente da biblioteca em relação as atividades de lazer. Na quarta edição da *Pesquisa Retratos da leitura no Brasil* (2016), 73% da população participante disseram que gostam de assistir televisão em seu tempo livre;
- b) As competências necessárias referentes ao capital intelectual da biblioteca para mediar as atividades culturais;
- c) As tecnologias de informação e comunicação (a inserção da biblioteca no universo digital) disponibilizando catálogos OPACs e realizando atividades de letramento digital;
- d) O trabalho com as políticas culturais. A elaboração de um Plano de Cultura sinalizará quais áreas deverão ser desenvolvidas, identificando quais as políticas culturais que poderão ser pretendidas para a biblioteca, o livro, a leitura e as artes. O trabalho do bibliotecário como *advocacy* tende a surtir efeitos positivos na implementação das políticas. O bibliotecário pode lançar mão de vários mecanismos para atuar de maneira estratégica e fomentar a mobilização da sociedade a favor das bibliotecas públicas. Uma fonte de informação é o *Manual das Pessoas que Advogam pelas Bibliotecas*³⁶, que orienta na elaboração de um plano de ação local para mobilizar a comunidade;

³⁶ *Manual das Pessoas que Advogam pelas Bibliotecas*, traduzido para o português do Library advocat's Handbooks, da American Library Association (ALA). Disponível em: <http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Advogando%20pela%20biblioteca.pdf>.

- e) A diversidade cultural da comunidade. Atualmente, os fluxos migratórios transformaram as cenas urbanas em espaços multilíngues e multiculturais onde a diversidade tornou-se a regra;
- f) O diagnóstico das necessidades informacionais e culturais da comunidade. O estudo da comunidade deverá reunir informações sobre a realidade concreta em que vivem as pessoas: sua história, seu ambiente, suas condições econômicas, sociais e culturais, possibilitando traçar um diagnóstico da situação cultural e informacional, identificando-se fragilidades, obstáculos e desafios a serem superados;
- g) O acervo bibliográfico em constante atualização. O desenvolvimento de coleções deverá atender as demandas de informação, pesquisa e cultura observando-se todos os suportes disponíveis;
- h) A implantação de serviços de extensão. Projetos, como o ônibus-biblioteca, poderão levar à zona rural e bairros distantes a cultura por intermédio de materiais bibliográficos e atividades que envolvam o incentivo à leitura.

A função social das bibliotecas está em permitir a apropriação ao conhecimento, sua amplificação através da busca, da pesquisa, do debate e da análise.

A ação informacional está implícita nas atividades culturais promovidas pela biblioteca, pois segundo Ramos (2008), no mundo contemporâneo, cultura e informação constituem-se em duas faces de uma mesma moeda.

Trazendo a discussão dos centros de cultura para a biblioteca, Coelho (1986) e Milanesi (2003) dizem que devem-se realizar ações que integrem três campos comuns ao trabalho cultural: criação, circulação e preservação.

A criação cultural remete-se em incorporar ações para estimular a produção de bens culturais. Nesse caso, Ramos (2008) diz que deve-se promover oficinas, cursos e laboratórios, investindo também na formação artística e na educação estética da comunidade.

No tocante à circulação de bens culturais, a possibilidade de eventos pode ampliar a participação das pessoas. Para Milanesi (2003) a circulação de bens culturais cria demandas culturais e informacionais, condição básica do trabalho cultural.

O terceiro campo diz respeito a preservação, já que depois de criado e tornado público, o bem cultural deve ser preservado, pois a sua preservação garante a manutenção da memória cultural de determinada coletividade.

Tomados nessa perspectiva, os três campos têm na informação a sua matéria-prima. Assim, no ciclo constitutivo da ação na cultura, a comunidade acessa às informações, as elaboram e as discutem, para após, criar seus próprios discursos, expressando-os através das diversas linguagens e atentando-se para o seu registro, possibilitando, dessa maneira, uma ação cultural contínua e permanente.

As políticas sociais podem objetivar na universalização dos direitos sociais, auxiliando os gestores de bibliotecas na função de materializar ideias, propostas e ações, atuando junto aos governos locais, estaduais, federais, associações, Ongs e sociedade civil em prol do desenvolvimento das bibliotecas públicas e consequentemente da comunidade envolvida.

Compreende-se que através de políticas públicas possam se desenvolver estratégias para mudanças sociais, tendo como princípio a igualdade social, tornando-se, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo.

É no terreno da cultura, compreendida como propulsora para o desenvolvimento social, vinculada a instituições como as bibliotecas, atuando no circuito de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos, que o termo cultura e informação se aproximam. Pois, o desenvolvimento cultural promove a centralidade da informação na vida social, transformando-a em instrumento de mediação entre o homem e a realidade.

6 MEDIAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

6.1 Mediação cultural: perspectiva histórica

A origem do termo mediação deriva-se do latim *mediatiōne*, cujo significado original designa intervenção humana entre duas partes, ação de dividir em dois ou estar no meio (RUSS, 1994).

Na língua inglesa, Williams (2014) aponta em Chaucer, na obra *The Man of Law's Tale*, de 1386, dois dos exemplos mais antigos do uso de mediação: o primeiro - de intervir entre adversários, com o forte propósito de reconciliá-los pela mediação do Papa e o segundo - um meio de transmissão ou a agência como um meio, pela mediação.

Entretanto, Williams (2014, p. 273) também aponta que “desde aproximadamente 1425, registra-se o terceiro sentido original, hoje obsoleto: dividir ou partir ao meio [...]”.

No uso geral, os dois primeiros sentidos tornaram-se mais comuns, sendo que o primeiro foi utilizado repetidas vezes para referir-se à intercessão de Cristo entre Deus e o homem. No âmbito da política, diz respeito ao ato de reconciliar adversários.

É o que também explana Signates (1998) quando diz que o conceito de mediação procede, principalmente, de duas vertentes filosóficas: a idealista de origem cristã, e a hegeliana de tradição marxista. A primeira vertente relaciona-se com a herança teológica, a mediação de Cristo entre Deus e o mundo, a mediação dos santos entre os pecadores e Deus: ação de interceder junto a uma divindade (santo) para conseguir sua proteção (SIGNATES, 1998).

Para o segundo sentido, Williams (2014, p. 273) diz que o conceito de mediação “abarcava a agência intermediária, desde as coisas materiais – não se deve tocar exceto por mediação de uma vara [...]” incidindo também “até os atos mentais – o entendimento recebe coisas pela mediação, primeiro dos sentidos externos e depois da fantasia [...]”.

No âmbito da Filosofia será, pois, pela dialética que a mediação se desenvolverá como importante categoria para se pensar o movimento que constitui o real.

Na filosofia idealista de Hegel, a dialética é a pedra angular (MARTINS, 2010). Partindo do princípio da identidade de opostos, ela compreende o movimento racional que permite a superação de uma contradição, fundamentando-se, pois, nas unidades tese, antítese e síntese. A tese é pensada como o momento da afirmação; a antítese como o momento da negação da afirmação, provocando uma tensão que gera a síntese, o último

momento que corresponde à negação da negação, ou seja, o resultado da antítese anterior, no qual suspende a oposição entre a tese e a antítese.

Como categoria filosófica, a mediação atinge seu pleno desenvolvimento em Hegel. Daí o seu caráter dialético, que a impede de ser entendida fora dessa perspectiva de análise, bem como de ser considerada como produto: ela é processo, pois funda-se na tensão e no movimento (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2006, p.2).

Ao aprofundar a dialética em Hegel criticando a sua concepção idealista, Marx postulou a concepção de dialética junto ao materialismo histórico. Pela visão de Marx, buscou-se superar a dicotomia entre sujeito e objeto, fundamentando-se, pois, na consideração de que uma realidade socioeconômica, inscrita em um dado período histórico, comporta-se como um todo articulado, perpassado por contradições específicas (MARTINS, 2010).

O conceito operatório de mediação, de acordo com Silva (2010), foi-se tornando central nas pesquisas e nas reflexões sobre a comunicação, sobretudo a partir da expansão e da influência social dos *mass media*, a imprensa diária de grande tiragem, a rádio e a televisão, tornando-se entrada obrigatória de dicionários relativos às Ciências da Comunicação.

No século XX, na área da comunicação, a obra *La mediación social*, de Martín-Serrano (1978), surgiu dentro da linha de estudos teóricos e metodológicos que se ocupou em analisar, de diferentes perspectivas, o papel da comunicação nas sociedades capitalistas avançadas, abrindo-se para um novo campo das ciências sociais dedicado ao estudo das mediações sociais.

Nos anos de 1990, a questão da mediação também adquiriu expressiva relevância a partir do trabalho de Martín-Barbero (1997) intitulado *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Ao longo de sua obra, o autor desdobrou um caleidoscópio de reflexões socioculturais com foco nas manifestações midiáticas – enfatizando a televisão.

Nesse contexto, Martín-Barbero (1997) tornou-se responsável pela revivescência da figura das mediações nas pesquisas latino-americanas, estabelecendo uma nova relação entre culturas populares e cultura de massa. Para isso fez uma análise das mediações acontecidas nos meios de literatura de cordel, no século XVI na Espanha, no rádio, no cinema e na televisão da América Latina contemporânea.

Da análise dos processos sociais à análise comunicacional, Martín-Barbero (1997) inaugurou uma linha teórica em que resgatou a criatividade dos sujeitos, a complexidade

da vida e o caráter interativo exercido com as mídias. Observou, também, junto aos processos comunicacionais que os dispositivos socioculturais influenciaram o modo dos sujeitos envolvidos interpretarem o mundo.

Contudo, Martín-Barbero (1997) não defende um conceito fechado de mediação, mas aborda uma perspectiva crítica de investigação que tomava a recepção como um lugar a partir do qual se torna possível problematizar todo o processo da comunicação social.

Assim, a Teoria das Mediações Culturais colocou a academia latino-americana em uma condição de destaque no cenário acadêmico internacional por seu reconhecido esforço multidisciplinar de enxergar o processo de comunicação a partir dos dispositivos socioculturais que influenciaram o modo dos sujeitos envolvidos interpretarem o mundo.

Ainda no decorrer do século XX, os estudos do linguista e psicólogo Vygotsky (1896 - 1934) ganharam projeção ao abordar a perspectiva histórico-cultural no processo de construção do conhecimento.

Para Vygotsky (1991) toda experiência humana se estabelece, antes, como uma experiência mediada. O psicólogo percebeu que a mediação interfere ou modifica as operações psicológicas ao ampliar e amadurecer as atividades históricas, culturais, sociais e psicológicas do sujeito, significando mencionar que a combinação entre o instrumento mediado e o resultado promovido na atividade psicológica do ser concebe uma função psicológica superior ou comportamento superior.

Em extrato, a mediação na teoria sócio histórica de Vygotsky (1991) colaborou nos processos de apropriação e aprendizagem por intermédio das interações e internalizações. A mediação possui um sentido de intervenção que liga o método da *práxis* à zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

A mediação, pela visão de Vygotsky (1991), assumiu grande relevância no desenvolvimento humano, observando que através de outros e dos signos (elementos culturais) que o sujeito estabelece relações com os objetos de conhecimento. Desse modo, a elaboração cognitiva dos sujeitos se funda na relação social com o outro (mediador) e com os elementos culturais (linguagens) nos circuitos da comunicação e nos espaços sociais.

Quando se refere que a aprendizagem se funda no social, cujas relações com o mundo não são diretas, mas profundamente mediadas, assume-se a visão de Vygotsky (1991), quando o desenvolvimento do sujeito acontece na relação com o mundo, mediado por instrumentos culturais (signo, palavra, símbolo), o que comprova, nessa instância, que o conhecimento é uma produção cultural, diretamente relacionado às informações e

a mediação é a ação que se interpõe entre os sujeitos e os objetos de aprendizagens através das linguagens.

Ao tomar esse ponto de vista, reforça-se o axioma de que esta pesquisa se ancora no viés do paradigma social da Ciência da Informação com abordagem sócio interacionista, por ter a mediação como construção social a partir dos fenômenos e da complexidade que os processos mediadores se instauram em equipamentos culturais e informacionais como as bibliotecas.

Pautado na abordagem sociocultural, o paradigma social corresponde à informação como produtora de conhecimento, constituindo o que se intitula de conhecimento tácito, fruto de experiências, vivências e habilidades pessoais, cujo paradigma alicerça-se nesses conceitos: comunicação, seres humanos, contexto social, institucional e individual e, por fim, as necessidades dos sujeitos (SANTA ANNA, 2017).

Na abordagem das bibliotecas como instâncias mediadoras de atividades culturais, está considerando-as como locais de construção, compartilhamento e apropriação de informações que transitam e se constituem em múltiplos fluxos informacionais, estabelecendo-as como referenciais às condições de desenvolvimento local.

No panorama brasileiro, diversas comunidades, em função das fraturas históricas de exclusão, vivenciam situações cotidianas proporcionadas por defasagens culturais implicando no desenvolvimento social dos sujeitos.

Não ter o domínio da leitura e da escrita, bem como não ter o acesso à produção do universo cultural e artístico, impede que os sujeitos participem ativamente na construção da cultura.

Outro fator que barra o desenvolvimento está no fato de que muitas famílias se apropriam apenas de conteúdos informacionais através da indústria cultural, apenas pelos programas e telejornais de televisão e rádio, os quais orientam as suas visões de mundo, de política, de formas de pensar, de ser e viver de modo limitado.

Para colaborar nessa realidade, aposta-se que as bibliotecas possam constituir-se em instâncias para a apropriação de informações, para a interpretação de significados dos universos vivenciais e simbólicos, resultando em produções de sentidos para as ações críticas sobre a realidade.

Nessa tônica, o mediador é o profissional da informação, que de acordo com Almeida Júnior (2009) é quem interfere e pode participar concretamente na construção da sociedade, cujas mediações (implícitas e explícitas), consideram os sujeitos como seres participativos e ativos nos processos de apropriação e participação na cultura.

6.2 Mediação cultural e a Ciência da Informação

No decorrer do século XX, precisamente após a Segunda Guerra Mundial, a noção de mediação cultural irradiou-se pelos quadros da cultura ganhando gradativamente interesse nos campos da informação, da comunicação e da cultura em várias partes do mundo.

Em âmbito brasileiro, atualmente, fecundam cursos de extensão relacionados à mediação cultural em faculdades privadas (com abordagens em ações e captações de recursos), grupos e linhas de pesquisas em universidades, colóquios, eventos e publicações, dentre outras ações de relevância nos campos científico e social vastos e, especialmente, nas áreas de Educação, Artes e Ciência da Informação.

Moraes e Almeida (2013), a seus turnos, defendem que no campo da Ciência da Informação e da Educação, o conceito de mediação vem tomando cada vez mais espaço, especialmente, com o surgimento do que se convencionou chamar de Sociedade da Informação.

Na área da educação, encontra-se diversas publicações, a exemplo dos trabalhos publicados pelo Grupo de Pesquisa em Mediação Cultural: provocações e contaminações estéticas, da Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie³⁷.

No Programa de Pós-graduação em Artes, do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), presencia-se, na concentração Arte e Educação, a linha de pesquisa “Processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural”³⁸.

Na Ciência da Informação, verifica-se o curso de especialização em mediação cultural na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), onde publicou-se o livro digital *Mediação Cultural*, com organização de Salcedo (2016)³⁹.

No resgate em documentos pertencentes à década de 1980, encontrou-se publicações acerca da biblioteca e sua função cultural, deparando-se com a primeira menção do termo mediação cultural, no artigo do bibliotecário francês Victor Flusser, onde o autor discutiu sobre:

³⁷ Grupo de Pesquisa Mediação Cultural. Acesso:

<http://gpmediacaocultural.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>

³⁸ Programa de Pós-Graduação em Artes. Acesso: <http://www.ia.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto---artes/linhas-de-pesquisa/>

³⁹ SALCEDO, D. A. (Org.) **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. Acesso: <https://drive.google.com/file/d/0B0DneSsHmlj-YzVKVE84RzVneDQ/view>

[...] as duas dimensões fundamentais da biblioteca verdadeiramente pública – ou biblioteca-ação cultural. Dentro deste contexto preconiza a procura do contato com o não-público e a síntese dialética entre criação e **mediação cultural** (FLUSSER, 1980, p. 131, grifo nosso).

Observa-se em Flusser (1980) uma determinação em transformar a biblioteca pública em espaços para a ação cultural, estabelecendo interações com a comunidade, aproximando o cotidiano das pessoas junto à biblioteca.

Flusser (1980) também referiu-se à biblioteca pública como instância de criação cultural e consequentemente de mediação cultural. Apesar de citar a expressão “mediação cultural”, Flusser (1980) não se aprofundou em delinear mais aspectos acerca da questão.

Após esse episódio, o tema das mediações ressurgiu no final da década de 1990, quando é possível estabelecer um parâmetro histórico.

Nesse caso, Mostafa (2012) descreve que:

[...] com a crítica ao fechamento da Ciência da Informação e da categoria Informação, passou-se a falar em Mediação cultural e a entender o conhecimento também artístico ou cultural e não apenas informacional. Como a área da educação desenvolvia estudos sócio-culturais na teorização de Vigotski e as ciências sociais como um todo se apropriava dos Estudos Culturais ingleses, principalmente via Stuart Hall, a Ciência da Informação abrigou o tema das mediações culturais para pensar outros contextos e práticas de produção e circulação do conhecimento (MOSTAFA, 2012, p. 95).

Mostafa (2012) discute a necessidade de se perceber o conhecimento além das esferas do discurso científico, portanto das comunicações científicas. Nota-se, que até em meados da década de 1990, o objeto reconhecido pela Ciência da Informação foi apenas as informações registradas em algum suporte físico.

Ainda hoje, entretanto, percebe-se que nos discursos científicos da área, que os fluxos de informações, como os forjados em esferas verbais e artísticas, não fazem parte das discussões.

Em defesa pela apropriação de informações que não estejam apenas registradas em suportes físicos, Almeida Júnior (2009) argumenta que as atividades culturais desenvolvidas pelas bibliotecas (apresentação de vídeos, peças teatrais, contação de histórias, espetáculos musicais, palestras, debates, etc.), ao lado das informações eletrônicas (muitas vezes efêmeras), também deveriam fazer parte do objeto de estudos da Ciência da Informação.

Nessa instância, percebe-se que se durante a década de 1990, a mediação cultural ainda era uma promessa embrionária nos discursos e na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, foi somente a partir dos anos de 2000 que as investigações da mediação tomaram corpo e *status* como objeto de estudo no escopo da Ciência da Informação.

Na escavação de um cenário histórico, buscou-se nas palavras de Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 66) que a mediação da informação:

[...] surge de um vácuo teórico do Serviço de Referência e Informação, principalmente a partir de meados dos anos 1990. É possível que a expressão ‘vácuo teórico’ não seja apropriada, dado que nunca houve propostas teóricas específicas para esse Serviço, mas modelos, práticas e metodologias voltadas para o atendimento de usuários. Em meados dos anos 1990, portanto, esses modelos, práticas e metodologias passaram a focar não o Serviço de Referência e Informação em seu todo, mas aspectos pontuais dele. A mediação da informação passa a ocupar esse vazio de concepções ou, melhor dizendo, inicia o processo de refletir sobre as ações desenvolvidas pelos equipamentos informacionais em seu relacionamento com seus usuários.

A partir daquele momento, os estudos sobre mediação da informação deslocaram a ênfase sobre o atendimento ao usuário para abarcar todo o fazer dos bibliotecários (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR, 2014).

Ainda em fins da década de 1990, Oddone (1998) trabalhou o tema da mediação abordando o bibliotecário em contextos culturais, onde se firmava, fortemente, aspectos tecnológicos novos, suscitando novas sociabilidades e necessidades, cujo trabalho do bibliotecário deveria “configurar-se, de fato, como tarefa de mediação, de interfaciamento, de filtragem, de elo de ligação no processo de apropriação de novos conhecimentos, requerendo qualificações diferenciadas e em constante evolução” (ODDONE, 1998. p. 2).

Foi também na década de 1990 que o primeiro conceito de mediação cultural emergiu na cena brasileira, aparecendo no verbete do *Dicionário crítico de política cultural*, de Teixeira Coelho (1997), que a definiu do seguinte modo:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura – ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. Entre as atividades de mediação cultural estão as de orientador de oficinas culturais, monitores de

exposições de arte, animadores culturais, museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, bibliotecários de bibliotecas públicas, arquivistas e guias turísticos. Os diferentes níveis que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a **ação cultural**, a **animação cultural** e a **fabricação cultural** (COELHO, 1997, p. 268, grifo do autor).

Atenta-se, que para Coelho (1997) as atividades de mediação cultural irradiam-se em atuações de profissionais das diversas áreas como os bibliotecários de bibliotecas públicas e arquivistas.

No conceito elaborado pelo autor, a mediação cultural abrange as três formas de se trabalhar com as atividades culturais e artísticas em bibliotecas ou centros culturais, quais sejam: a animação cultural, a ação cultural e a fabricação cultural.

Muitas abordagens à mediação ancoram-se, também, na noção de um elo que uniria sujeitos e produtos culturais, os quais, por motivos diversos estariam dissociados. “[...] uma relação entre fatos, ações e experiências que de outra forma estariam separados” (WILLIAMS, 2014, p. 275).

Por essa vertente, a mediação atuaria de modo a cerzir o tecido social que a cultura moderna ocidental cingiu em polos opostos: o urbano e o rural; o popular e o erudito; o asfalto e a favela; a grande e a pequena tradição (DUARTE, 2001).

Perrotti (2016), porém, acredita que definir a mediação cultural, pelo viés da Ciência da Informação, é uma tarefa que se encontra ainda em processo e não podemos afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade, referindo-se a realidades e/ou fenômenos tomados num mesmo e preciso sentido.

Ao estudar o conceito de mediação, Almeida (2014, p. 192) faz duas distinções: a primeira verifica que o termo é “[...] intrinsecamente polissêmico, derivando seu significado do contexto em que era utilizado – tanto das concepções teóricas a que se vinculava como à prática cultural, comunicacional ou informacional a qual se aplicava”.

No segundo brio, Almeida (2014) relata que as ações de mediação não seriam o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível.

Ao levar-se em conta essas avaliações, pode-se refletir que a apropriação social do conhecimento, através dos processos de mediação cultural, não se dá de forma simples e linear, mas, sobretudo, atingindo uma complexidade que abrange diferentes níveis e fatores.

Feitosa (2016) dialoga que muitas vezes a mediação se confunde com interação, mas, que dela se difere pelo alto grau de complexidade presente nas mais variadas formas de mecanismos gregários, civilizatórios e de ordenações socioculturais que interferem em nossas vidas.

Almeida (2014) também observa uma complexidade no encontro de indivíduos e de grupos com as instituições, merecendo ser compreendido como um processo complexo povoado por práticas heterogêneas e não excludentes.

Ao tratar dos fluxos tecnoculturais contemporâneos, Almeida (2014) ainda discorre que a apropriação social da informação, dos conhecimentos e da tecnologia não se fazem num processo simples e linear.

O conjunto de ações, práticas e políticas culturais de mediação apontam para a complexidade, sendo que na construção de processos de mediação cultural voltados para o empoderamento dos sujeitos enfrentam-se dificuldades de distintas naturezas para tentar se enraizar socialmente.

Nesse caso, buscamos em Lima e Perrotti (2016, p. 178) a contemplação de que:

somos desafiados a pensar a formação do mediador cultural bibliotecário com atenção às concepções de cultura, às políticas culturais, às regulações da cultura e às hegemonias, [...]. Ou seja, uma formação que inclua a pesquisa e as práticas das dimensões sociopolítica, pedagógica, comunicativa e emancipatória da mediação cultural.

Logo, para se pensar a respeito da mediação cultural, é salutar percebê-la como movimento transdisciplinar, dada suas associações disciplinares com a Psicologia (comportamento dos indivíduos), Sociologia (processos de relações sociais: poder dominante e dominados), linguística e semiótica (representação e significação das linguagens nos processos de apropriação cultural), Antropologia (significados do termo cultura) e Ciência da Informação (informação), entre outras.

Além dessas dimensões, outros fatores contribuem para posicionar a mediação cultural como processo não linear, mas, sobretudo, plural e complexo, visto as diversas problemáticas que cercam o trabalho do bibliotecário, mencionando-se ainda as transformações e transições perante os fenômenos culturais e informacionais decorrentes dos novos tempos.

A sociedade contemporânea apresenta-se com mutações constantes e intensas, estando sobretudo associada a um conjunto de valores que se conectam, conforme

argumenta Morin (2005) a um processo de complexidade, subjetividade e instabilidade social.

Nesta atualidade, diversos problemas têm despertado a atenção como o acesso às informações, à inclusão digital, à participação da comunidade nos diversos modos culturais, às diferenças culturais (classes sociais), às diversidades culturais, às tecnologias de informação e comunicação, entre outros fenômenos, somente para citar alguns.

Para que o conhecimento social possa ser apropriado, não basta a biblioteca estar aberta, disponibilizando acervos e tecnologias, mas, sobretudo, de acordo com Varela e Barbosa (2009, p. 189), “é preciso estimular os múltiplos processos cognitivos, a mediação e a contextualização que se constituem pré-requisitos para aprender e compreender conteúdos formativos e informativos”.

Martins (2010) também entende que informação e mediação se conjugarão nas dinâmicas cotidianas de consenso (hegemonia) e conflito (contra hegemonia), pelos vínculos dialéticos atrelados ao funcionamento simbólico da realidade, relação que toma corpo nos espaços híbridos da comunicação, a qual pode ser entendida como o *lócus* privilegiado das relações intersubjetivas e da circulação dos sentidos.

Davallon (2007) chama a atenção para tratar a mediação cultural de forma situacional, isto é, pensá-la como categoria em relação a contextos e processos precisos, já que para Perrotti e Pieruccini (2014) pode-se falar tanto em mediação cultural em contextos difusos, como em museus, bibliotecas, teatros e outros equipamentos culturais, considerando-se, ainda, em relação a estes uma gama diversificada de manifestações diferenciadas em cada um desses equipamentos.

Davallon (2007, p. 4), de modo funcional diz que a mediação cultural:

visa fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua acção consiste em construir um interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objecto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro. Mas, na prática, ela não deixa de cobrir coisas tão diversas como a prática profissional dos mediadores (de museu ou de património, por exemplo); uma forma de acção cultural por oposição à animação cultural; a construção de uma relação com a arte; produtos destinados a apresentar ou a explicar a arte ao público; etc. Podemos vê-lo, logo que ela é contextualizada, logo que ela está situada, a definição que parecia poder fazer consenso explode para designar realidades muito diferentes.

Detectou-se, dessa maneira, que Davallon (2007) percebe a mediação cultural como uma ação com fins de apropriação, observando-se também realidades distintas em

cada situação, em cada contexto. Para Davallon (2007) a mediação cultural é uma forma de ação cultural contrária a animação cultural.

Nos ambientes em que os bibliotecários atuam, constata-se que a ideia de acesso e a democratização da informação não produz atos de criação e significação (PERROTTI, 2016). Espreita-se, portanto, a mediação cultural como um território que visa à criação e significação dos conteúdos informacionais produzidos pela cultura.

Além disso, autores como Dufrêne e Gellereau (2004), Perrotti e Pieruccini (2014) e Lima (2016) reconhecem a mediação cultural como ato complexo, já que, em equipamentos como bibliotecas, pode-se falar em não apenas uma, mas sobre várias formas e tipos de mediações.

Nesta observação, a mediação cultural circunscreve-se na complexidade, face ao amplo e diversificado universo da cultura e da informação, submergindo questões várias relacionadas à cultura e informação e aos contextos culturais e sociais por onde se ocorrem os fluxos de informação e cultura.

Almeida (2009) reflete acerca das tecnologias de informação e comunicação (TIC), indagando sobre como as formas inéditas de produção, circulação e recepção de produtos simbólicos também contribuíram para tornar a cena cultural contemporânea cada vez mais complexa.

Neste cenário, o informar é ato complexo, onde transitam fatores múltiplos que irão sinalizar a apropriação cultural, como os diversos dispositivos produtores de sentidos, as programações culturais das bibliotecas, as políticas culturais para o setor, a dimensão histórica e contextual dos interesses sociais, as concepções de cultura, o pensamento hegemônico, as regulações, os paradigmas norteadores das bibliotecas (acesso, democratização e apropriação cultural), a formação e as competências do bibliotecário como mediador cultural.

Além disso, Lima e Perrotti (2016) ao concordarem com Davallon (2007), compreendem uma teoria da mediação que é a dos saberes que remetem à mediação da informação, à sociologia e à semiótica da comunicação, como também à política.

No que tange a mediação da informação, Almeida Júnior (2009) destaca em seu conceito dois elementos: a interferência e a apropriação. O conceito, forjado em 2009, depois de reflexões, foi reformulado dando também destaque a outros elementos como processo, ambiência e conflito:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos

informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

O autor estipula a mediação da informação como toda ação de interferência, com objetivos para a apropriação da informação. No processo de mediação, Almeida Júnior (2015) destaca um ciclo informacional, fazendo parte uma necessidade de informação, a geração de conflitos em função da descoberta de novas informações o que resulta em novas necessidades informacionais.

Lessa e Gomes (2017, p. 36) também defendem que “a mediação não é passiva, ela provoca, porque interfere”.

Não se pode dizer que a imparcialidade e a neutralidade fazem parte das atividades bibliotecárias, muito pelo contrário: “A interferência não deve ser negada, mas, sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar/minimizar possíveis problemas que dela decorram” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 94).

Dessa forma, no conceito elaborado por Almeida Júnior (2015), a mediação somente efetiva-se em um processo envolvendo sujeitos e situações, entre outros elementos, o que despertará novas necessidades informacionais e, como consequência, suscitará novas mediações num processo contínuo.

Entende-se, dessa maneira, que o bibliotecário é um mediador social que realiza uma ação substantiva e transformadora e não uma ação meramente instrumental e neutra.

Considera-se assim, que na realização das atividades culturais o trabalho do mediador cultural não é neutro, existindo de fato interferências.

Nos afazeres dos bibliotecários, Almeida Júnior (2009) destaca a mediação implícita e explícita. A implícita diz respeito às mediações em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários e a mediação explícita se realiza nos espaços em que a presença do usuário é inevitável.

No conceito elaborado por Almeida Júnior (2015), emerge a relevância da noção de interferência em qualquer atividade do bibliotecário, seja nas mediações explícitas (atividades culturais, artísticas e de lazer com o contato direto com o público) ou nas mediações implícitas (formação e desenvolvimento de coleções, processamento técnico, conservação e restauração, estudo de usuário e biblioteca digital, etc.).

Englobando as mediações implícitas e explícitas, nota-se que são várias as formas e tipos de mediações envolvidas nos processos culturais em bibliotecas. Nesse sentido, os processos de mediação cultural desdobram-se em contextos de organização, de produção, de circulação, de disseminação, de recepção e apropriação de informações.

Nos processos mediadores, Feitosa (2016, p. 108) conclama que é preciso “focar no humano, nas ações humanas, nas suas formas de vida; na construção e ressignificação de seus cotidianos”.

Nesse aspecto, é necessário o foco nos sujeitos centralizando-os em suas particularidades individuais, suas inclinações indidentitárias; seus papéis na construção de suas culturas, identidades, memórias e tradições.

Percebida dessa maneira, a mediação é comunicação em perspectivas de interação e de compartilhamentos. É garantir a liberdade e o exercício de um pensar juntos, unidos e integrados aos sujeitos e as suas necessidades ditas e reivindicadas por eles e suas demandas, e não pelas ordenações socioculturais, sempre impositivas (FEITOSA, 2016).

Ainda numa abordagem comunicacional, Caune (2014, p. x) explora que:

As formas de mediação cultural se fundam, em primeiro lugar, sobre atos de enunciação que se inscrevem em espaços ou suportes destinados a estabelecer vínculos entre a palavra viva, o passado do qual ela tira a sua memória e o futuro que ela contribui a construir.

Nessa acepção, Caune (2014) estuda a cultura e a comunicação como lugares de mediação. A cultura está associada ao campo da literatura, das humanidades e da estética e a comunicação, aos suportes técnicos que viabilizam a sua realização.

Assim, tem-se a cultura como um conjunto de sistemas simbólicos entre os quais a linguagem se situa em primeira instância. Pelas linguagens, os sujeitos exercem sua influência e são influenciados pelos outros membros da comunidade.

Nessa determinante, Caune (2014) pensa a cultura como ato de comunicação e a linguagem como modo de transmissão e de interpretação das formas culturais.

Pensa-se, portanto, a cultura como o espaço onde se desdobra a natureza humana e que por meio das linguagens comunicam-se as culturas.

No âmbito social, os processos de mediação ocorrem por meio da linguagem, da comunicação e das instituições, como as bibliotecas. A perspectiva adotada na consecução desta investigação perpassa, portanto, a compreensão de que as bibliotecas configuram-se como instâncias de linguagens, comunicação e expressão, onde o

bibliotecário mediador assume um papel imprescindível nos processos de construção do conhecimento.

6.3 Mediação cultural: perspectivas conceituais

A expansão da Ciência da Informação no Brasil teve seu impulso a partir das implantações dos grandes sistemas de informações (1950-1980)⁴⁰, como também da criação dos cursos de pós-graduação na área.

Em 1989 foi criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), considerada a principal sociedade científica da área. A partir de 1994, a ANCIB realiza o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)⁴¹.

No âmbito dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, a mediação aparece em primeiro momento vinculada aos estudos sociais da informação tratados pelo grupo de trabalho “Informação e Sociedade/Ação Cultural” que passou a se chamar em 2005: “Mediação, circulação e uso da Informação” e posteriormente, em 2009, passou a ser denominado de “Mediação, circulação e apropriação da informação”, nomenclatura que segue até hoje.

De acordo com a pesquisa realizada por Martins (2010), o mapeamento do termo mediação nos anais do ENANCIB demonstrou que se a exibição do conceito no grupo de trabalho “Informação e Sociedade/Ação Cultural” foi tímida durante os cinco primeiros encontros em que o Grupo de Trabalho (GT) esteve atuante, no entanto, intensificou-se de modo significativo a partir da alteração do nome do grupo de trabalho, em 2005.

Nos anos iniciais do século XXI, os olhares para o núcleo epistemológico da mediação ganharam força na Ciência da Informação no Brasil.

De acordo com Silva e Silva (2012), os estudos da mediação estão associados e aplicados a diversos contextos teóricos e empíricos a outros processos de informação,

⁴⁰ Os sistemas de informação compreendem o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), em 1954, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); a Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME), em 1967; além das tentativas de implantação de um sistema de informação agrícola, como o SNIDA, em 1974, e o SITCE da EMBRAPA, em 1977; e da organização do COMUT, na década de 1980.

⁴¹ A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), fundada em 1989, promove o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados e organizados em Grupos de Trabalho (GT). Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/index/about>.

como a organização/representação, acesso, recuperação, uso e apropriação da informação, além de sua contiguidade com as tecnologias digitais.

Na Ciência da Informação, é possível perceber pesquisas e estudos sobre a mediação cultural a partir de 2007, destacando-se publicações de Almeida (2007), Pieruccini (2007), Perrotti e Pieruccini (2007) e Almeida e Crippa (2008).

A partir desse período, outros trabalhos foram surgindo posicionando a mediação cultural em torno de espaços diversos e atuações: exposição de artes (ALMEIDA; CRIPPA, 2008); abrigo de crianças e adolescentes (PASCHOAL, 2009); museu (BRAGA; CRIPPA, 2011; RODRIGUES; CRIPPA, 2011); biblioteca escolar (SALCEDO; ALVES, 2014); biblioteca pública (RASTELI; CAVALCANTE, 2014; LESSA; GOMES, 2017); arquivo (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015); formação do bibliotecário como mediador cultural (LIMA, 2016; LIMA; PERROTTI, 2016); mídias sociais (GALEGALE; OLIVEIRA, 2018); serviço externo a biblioteca (SOUZA, 2018); grafite (SILVA; NUNES; SILVA, 2018) e relacionada a questões editoriais (ANDRETTA; PERROTTI, 2018).

A partir da seleção e análise dos documentos, foi possível compor uma amostra dos autores que tratam sobre a mediação cultural sob a ótica da Ciência da Informação, dispostos de forma cronológica.

Quadro 11 – Definições sobre a mediação cultural na Ciência da Informação.

MEDIAÇÃO CULTURAL – DEFINIÇÕES	
Perrotti; Pieruccini (2007)	“O conceito de mediação cultural é central em nossos trabalhos, referindo-se a um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação” (p. 82 – 83). “Diferentemente, portanto, de compreensões meramente instrumentais ou funcionais, tomamos em nossos trabalhos a mediação cultural como categoria intrínseca aos processos de significação, portanto, essencial, condição que leva a considerar os elementos que constituem seus processos não simplesmente como ferramentas, mas como signos, portadores de sentidos, agregados à economia das significações. A mediação cultural, tal como se apresenta nas pesquisas em curso, é, pois, ação de produção de sentidos e não mera intermediação ou transmissão anódina de signos. [...] Nesse sentido, os dispositivos informacionais são dispositivos de mediação e estão carregados de conceitos e significados. Necessitam, portanto, ser considerados além de suas dimensões funcionais. São processos simbólicos, discursos. Contam. Narram”. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 83 - 84, grifo dos autores).
	“Não estabeleceremos, assim, uma definição fechada de mediação - a ideia de mediação acaba por cobrir atividades bastante diferentes entre si, desde aquelas focadas no “atendimento ao usuário”, como, por exemplo, a atividade de um agente cultural em uma dada instituição (museu, biblioteca, arquivo, centro cultural) até a construção de produtos destinados a introduzir

Crippa; Almeida (2011)	o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia). Também compreenderia a elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação”. “Torna-se fundamental, portanto, pensar em processos de apropriação e construção de significados de mão dupla, que envolvam sujeitos que, marcados ao entrarem em contato com as produções culturais (artísticas, científicas, técnicas), também tenham a possibilidade de imprimir nessas produções as suas marcas, ressignificando-as e reinventando-as em outras palavras, apropriando-se criativamente delas”. CRIPPA; ALMEIDA, 2011, p. 203).
Oliveira (2014)	“[...] compreender a mediação como categoria ativa na relação entre sujeitos e signos; em outros termos, como elemento sempre presente nos processos culturais, mas que se define em relação aos quadros, contextos, sujeitos e paradigmas histórico-culturais nos quais se inscreve” (OLIVEIRA, 2014, p. 69).
Dias (2015)	“[...] podemos compreender a <i>mediação cultural</i> como uma ágora contemporânea, espaço privilegiado para o exercício da cidadania por meio do diálogo e da ação, considerando, por sua vez, a diversidade típica do espaço público que não deve silenciar conflitos nem vozes discordantes, tampouco isolar ou impedir a emergência da pluralidade, das tensões que lhe são próprias”. (DIAS, 2015, p. 54).
Silva (2015)	[...] a mediação cultural pode ser entendida como uma construção e representação dos processos sociais e artísticos que busca no diálogo com indivíduos e/ou grupos promover significados e sentido a realidade humana a partir de um conjunto de atividades pensadas e constituídas coletiva e dialogicamente”. (SILVA, 2015, p. 98).
Lima; Perrotti (2016)	“[...] a mediação cultural desenvolvida pelo “educador” é aquela que visa à apropriação e o protagonismo de indivíduos, grupos e coletividades, pois não pretende controlar a oferta de bens pré-definidos, dados, estabelecidos, que precisam ser acessados por meio de sua intervenção. A intervenção na perspectiva de um mediador cultural “educador” que pretende viabilizar a apropriação e o protagonismo cultural é no sentido de uma dialética de emancipação e filiação, construção dinâmica de identidades individuais e coletivas”. (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 176).
Feitosa (2016)	“Para além dos discursos sobre a importância das mediações culturais e informacionais, é necessário entender essa mediação contemplando as formas contemporâneas de interação, de interacionismo simbólico, de cumplicidades culturais, de trocas simbólicas e de como esses fenômenos modificam os contextos de onde são produzidas as informações, mas também aqueles por onde elas circulam e nos quais são recebidas para provocarem, aí sim, as verdadeiras mediações socioculturais”. (FEITOSA, 2016, p. 113). “Assim, mais do que apenas um elemento da comunicação, a mediação é, por excelência, cultural. As diversas modalidades de mediação são apenas sotaques diferenciados dessa mediação cultural”. (FEITOSA, 2016, p. 102).
Galegale; Oliveira (2017)	“No nosso entender, a mediação cultural para existir e transcender para além de um conceito teórico, opera, de um lado, no desenvolvimento e promoção da construção de sentidos/significados, seja ela coletiva ou individual, e de outro, no estímulo à participação dos sujeitos sociais que compõem essa coletividade na esfera pública”. (GALEGALE; OLIVEIRA, 2017, p. 48).
Lessa; Gomes (2017)	“[...] verifica-se que a mediação sociocultural ocorre a partir das interações entre os sujeitos e a construção e reconstrução de suas identidades”. (LESSA; GOMES, 2017, p. 37). “Desse modo, a mediação se apresenta como uma ação voltada para a promoção e integração da sociedade, intervindo nos contextos socioculturais como um processo comunicacional de transformação e reorganização das relações sociais”. (LESSA; GOMES, 2017, p. 36).

Fonte: elaborado a partir de Perrotti; Pieruccini (2007); Crippa; Almeida (2011); Oliveira (2014);

Dias (2015); Silva (2015); Lima; Perrotti (2016); Feitosa (2016); Galegale e Oliveira (2017) e Lessa e Gomes (2017).

Perrotti e Pieruccini (2007, p. 82) dizem que o conceito de mediação cultural é correlato ao de dispositivo. Ao fazerem essa consideração, os autores destacam que o conceito de mediação cultural é central em seus trabalhos, “referindo-se a um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 82 - 83).

Os autores vinculam a mediação cultural com as noções de “dispositivo”, “conjunto de elementos de dessemelhantes ordens” e “processos de significação”.

Nesse olhar, a mediação cultural para os autores é tida como:

categoria intrínseca aos processos de significação, portanto, essencial, condição que leva a considerar os elementos que constituem seus processos não simplesmente como ferramentas, mas como signos, portadores de sentidos, agregados à economia das significações (PERROTTI, PIERUCCINI, 2007, p. 83 – 84).

A abordagem dos autores leva a pensar **a mediação cultural como processos**, cujos **dispositivos** e elementos que a compõem, não constituem-se apenas de ferramentas, mas influenciam as interpretações e produzem objetos mistos e portadores de sentidos.

A mediação cultural é vista, portanto, como “[..] ação de produção de sentidos e não mera intermediação ou transmissão anódina de signos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 84).

Na visão dos autores, entende-se que todos os **dispositivos** e elementos envolvidos nos **processos** de mediação cultural atuam na **produção de sentidos**.

Pieruccini (2004, p. 33) esclarece que dispositivo é “[...] uma instância, um local de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico [...]”.

Nessa vertente, pode-se perceber que nas bibliotecas, os dispositivos referem-se às linguagens informacionais, as técnicas (mediações implícitas), aos suportes informacionais (papel, digital) e produtos culturais, cujas instâncias são pensadas como portadores de sentidos, o que ressalta suas possibilidades discursivas nos atos de significação cultural e que influem nos processos de apropriação cultural.

Nota-se que a mediação cultural vista como processo de significação (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007), ultrapassa os aspectos meramente técnicos ou formais de disponibilização de dados (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 59).

Outros destaques apresentados junto à noção, remetem-se ao paradigma da **apropriação cultural** e de questões como a **negociação de significados** e do **protagonismo cultural**.

Apropriar-se, conforme Perrotti e Pieruccini (2007, p. 74), “[...] é atividade de invenção, produção de significados”. A apropriação, desse modo, é concebida como atuação e afirmação dos sujeitos nas dinâmicas de negociação de significados e na transação de significados, que diferenciam e constituem os negociadores como sujeitos da cultura, protagonistas e cidadãos.

Na perspectiva da apropriação cultural, Perrotti e Pieruccini (2014) dialogam que as bibliotecas passam a ser concebidas como instâncias de negociação de signos por sujeitos tomados em sua dimensão de criadores culturais, da mesma maneira, os processos de mediação passam a ser entendidos como ato constitutivo dos processos de construção de sentidos. Mediar é ato autônomo e afirmativo de criação.

A noção de protagonismo cultural relaciona-se à afirmação, participação ativa dos sujeitos na vida coletiva. “[...] o protagonismo significa uma nova forma de compreender, tratar e conceituar os diferentes aspectos dos movimentos sociais, em especial, seus atores, tomados agora como centrais nos processos históricos [...]” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 75).

Em suma, em direção contrária à atividade meramente passiva, a noção de protagonismo cultural indica a atuação do sujeito como participante na sociedade, produtor de significados e construtor da cultura na coletividade.

Crippa e Almeida (2011, p. 193) destacam a mediação cultural visualizando-a em instituições várias (museu, biblioteca, arquivo, centro cultural), desdobrando-se em atividades diversas e diferentes entre si, como atendimento ao usuário, construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia), até a elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Desse modo, mediante a instauração da mediação cultural proliferando-se por distintas instituições e atividades, Crippa e Almeida (2011, p. 193) afirmam que uma definição consensual de mediação parece impraticável.

Em todo caso, os autores discursam tornar-se fundamental,

pensar em processos de apropriação e construção de significados de mão dupla, que envolvam sujeitos que, marcados, ao entrarem em contato com as produções culturais (artísticas, científicas e técnicas) também tenham a possibilidade de imprimir nessas produções suas

marcas ressignificando-as e reinventando-as, em outras palavras apropriando-se criativamente delas (CRIPPA; ALMEIDA, 2011, p. 203).

Os autores idealizam a mediação cultural favorecendo os processos de **apropriação e construção de significados**, onde os contatos com as produções culturais possam ressignificar cultura e a si próprio, por meio da **apropriação cultural**.

Ainda, em se tratando da mediação artística e patrimonial, os autores comunicam que se tratam de um processo complexo, implicando um conjunto de operações e decisões que demandam, além da capacidade técnica dos mediadores, sensibilidade cultural e habilidades criativas (CRIPPA; ALMEIDA, 2011, p. 193).

Crippa e Almeida (2011) tratam a mediação das artes e dos patrimônios como um processo complexo, que envolvem diferentes fatores de ordem técnica, de sensibilidade e de habilidades.

Oliveira (2014) compreende a mediação:

como categoria ativa na relação entre sujeitos e signos; em outros termos, como elemento sempre presente nos processos culturais, mas que se define em relação aos quadros, contextos, sujeitos e paradigmas histórico-culturais nos quais se inscreve (OLIVEIRA, 2014, p. 69).

A autora destaca a mediação cultural sempre presente nos processos que se instauram entre os sujeitos e a cultura.

Oliveira (2014, p. 81 – 82) analisa o mediador cultural como um educador e aprendiz, “[...] em processo constante de interlocução, de busca e construção de conhecimentos e sentidos que se redefinem e o redefinem permanentemente, bem como redefinem aqueles com quem interage”.

Vista por esse ângulo, a mediação cultural é compreendida como possibilidades de encontros onde a renovação é imperativa tanto no âmbito individual do mediador quanto para o sujeito mediado.

Ao investigar a **negociação cultural** como paradigma para a mediação cultural, Oliveira (2014) diz que a experiência de apropriação cultural se constrói em relações dinâmicas e contínuas entre as esferas dos bens culturais, das suas mediações e das recepções. Todos os participantes operam **negociações** entre reconhecimentos e estranhamentos, entre a memória e o novo, o que está pronto e o que está por vir.

A autora posiciona a apropriação cultural sendo forjada em encontros enérgicos e com continuidades abarcando os elementos culturais, os processos mediadores e as recepções culturais.

Na perspectiva das recepções aliada ao paradigma da negociação, compreende-se os processos comunicativos, a inter-relação emissores/ receptores e a construção de significados, construídos através de uma ordem de negociação.

O mediador negociador torna-se também autor, interprete e reinventor da cultura. “[...] o mediador negociador abre possibilidades novas de sentidos com sua atuação, seus modos de ser, de se expressar, de se vincular” (OLIVEIRA, 2014, p. 230).

Dias (2015, p. 52) descreve sobre o rompimento da noção do antigo esquema diádico, onde na relação comunicacional os sujeitos eram percebidos como seres passivos no processo de apropriação.

Na contramão dessa perspectiva, a autora elabora “o sujeito ativo de uma relação inscrita em um jogo dinâmico estabelecido entre eles, as ideias e contextos e relações sociais concretas” (DIAS, 2015, p. 52).

Visto dessa forma, a atuação dos mediadores culturais é avaliada não como um intermediário, mas como atores da transformação cultural, mobilizando um conjunto diversificado de mediações que agem na **produção de sentidos**.

Silva (2015) percebe a mediação cultural largamente ligada às construções tensionadas e contraditórias (singular/coletivo) da sociedade por meio de representações simbólicas e na aspiração das concepções dialéticas.

É pertinente reconhecer que a mediação cultural se dá num processo que envolve fatores diversos, cuja tríade (bibliotecário-cultura-comunidade) demandam questões onde se reconhece a informação como fenômeno transformador, e que direciona para a construção de novos conhecimentos.

Desse modo, Silva (2015) nota a mediação como uma construção social, crítica e deliberada da prática à teoria, necessitando ser pensada a partir das relações sociais, materiais e históricas à formação de uma consciência crítica.

O autor concerne à mediação cultural o exercício de apropriação imbuída da criticidade. Nesse aspecto, torna-se essencial identificar os atributos técnicos, pedagógicos e institucionais da mediação nos centros de informação, visando promover consistência a prática da mediação como fenômeno que promove igualdade de oportunidades, reconhecimento das diferenças, integração, inclusão e autonomia (SILVA, 2015).

Nas ponderações do autor, a mediação cultural é observada como atributo para construção do conhecimento, configurando-se histórica e social na ligação, **intervenção, interferência, solução de conflitos, transformação e interação**, visando auxiliar em uma realidade comumente enviesada por uma modernidade/pós-modernidade fragmentada e passível de incertezas e inseguranças.

Lima e Perrotti (2016, p. 162) analisam a mediação cultural como um termo mais amplo e que engloba a mediação da informação,

por ser a informação um objeto cultural - requer do mediador competências e atitudes de um protagonista cultural, para atuar como tal junto a outros protagonistas, com conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social.

Os autores examinam o desafio da formação de bibliotecários como mediadores culturais com competências para a **negociação** com os **protagonistas da cultura** - que não apenas reproduzem ou consomem, mas criam e recriam a cultura e seus significados (LIMA; PERROTTI, 2016).

Segundo Lima e Perrotti (2016, p. 162), a mediação cultural é vista como categoria central da profissão de bibliotecário, dos processos de apropriação e protagonismo cultural.

Contudo, para que se viabilize a apropriação cultural dos sujeitos e da coletividade, tem-se a noção da mediação cultural como recurso privilegiado para o desenvolvimento de relações e conhecimentos culturais a serem construídos em ambientes de formação – formais e não formais (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 176).

Nota-se que os pesquisadores referem-se a mediação cultural como recurso privilegiado para o desenvolvimento de relações e conhecimentos, viabilizadas por uma dialética de emancipação e filiação, construção dinâmica de identidades individuais e coletivas.

Lima e Perrotti (2016) identificam, tanto o desafio, quanto a necessidade de se pensar a formação do mediador cultural bibliotecário com olhares para as às concepções de cultura, às políticas culturais, às regulações da cultura e às hegemonias.

Em outras palavras: “[..] uma formação que inclua a pesquisa e as práticas das dimensões sociopolítica, pedagógica, comunicativa e emancipatória da mediação cultural” (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 178).

Segundo os autores, a formação do bibliotecário deve-se pontuar as lógicas culturais, comunicativas, e dos dispositivos culturais ofertados à sociedade, além de mediar os processos de aprendizagem informacional.

Feitosa (2016) percebe que a mediação é vista como uma ponte pragmática que liga dois pontos – muitas vezes sem os unir.

Autores como Almeida Júnior (2009) e Oliveira (2014) chamam a atenção sobre a noção errônea de ponte nos processos mediadores, onde ligar-se-ia dois pontos impedidos, de alguma forma, de se aproximar.

Perante este fato e diante da prática de ação cultural em bibliotecas, Feitosa (2016, p. 105) dialoga que:

mais do que ligar, possibilitar uma "ponte", o que se estabelece é uma troca, uma simbiose perceptual e cognitiva; o que prevalece é uma interação e uma "semiose" em movimento. Há mais do que trocas instantâneas de informações. Estabelecem-se múltiplas produções sógnicas, infocomunicacionais e semióticas; construções de sentidos que – ainda que inapreensíveis, porque fugazes e efêmeros – são produções de informação e de conhecimentos recíprocos.

Implica-se dizer que nas relações de mediação entre os sujeitos e a cultura, a construção de significados assume os dois lados (a do mediado e a do mediador) nos processos, onde os sentidos se intercambiam, numa perspectiva dialógica, em que a construção de conhecimento ocorre em todos os atores.

Feitosa (2016) chama a atenção para se entender a mediação contemplando as formas contemporâneas de **interação**, de interacionismo simbólico, de cumplicidades culturais e de trocas simbólicas, observando como esses fenômenos modificam os contextos de onde são produzidas as informações, mas também aqueles por onde elas circulam e nos quais são recebidas para provocarem, aí sim, as verdadeiras mediações socioculturais.

Nas mediações complexas, visitada por Feitosa (2016), as interações sociais se desdobram para além de relações mecânicas entre emissor e receptor; entre códigos de representação da informação e seus conteúdos; entre estes e os meios tecnológicos ou digitais que servem para o armazenamento e a recuperação da informação, compreendendo os fenômenos atuais da comunicação e informação em constantes trocas e compartilhamentos.

Feitosa (2016) observa, então, os processos mediadores materializando-se através das interações e desdobrando-se em constantes trocas e compartilhamentos.

Galegale e Oliveira (2017) verificam a mediação cultural, operando, de um lado, **no desenvolvimento e promoção da construção de sentidos/significados, coletiva ou individualmente**, e de outro, **no estímulo à participação dos sujeitos sociais** que compõem essa coletividade na esfera pública.

Na abordagem da mediação cultural no âmbito da web 2.0, destacando-se as mídias sociais, os autores verificaram que as tecnologias provocaram mudanças na dinâmica cultural contemporânea, mas, que, no entanto, não se pode menosprezar a valorização do convívio, da experiência coletiva, conflituosa, negociada e diversificada (GALEGALE; OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, os autores chamam a atenção para a necessidade de se verificar a mediação cultural como **interação social**, valorizando as experiências na coletividade, em domínios tecnológicos e fora dele.

Lessa e Gomes (2017) evidenciam a mediação cultural na biblioteca pública apontando seu potencial transformador ao representar **um espaço de encontro e de diálogo em meio a diversidade cultural e de dispositivos tecnológicos**, que diversificam o modo de produção e circulação dos bens culturais.

Ao posicionar a biblioteca pública como espaço social, as autoras discorrem sobre seu potencial transformador quando esta se coloca como espaço do encontro e do diálogo, oferecendo o acesso aos diversos bens culturais, aos serviços e produtos, que reflitam a **diversidade cultural**, que possibilite o **encontro** e o **diálogo**, tanto no espaço virtual quanto no seu espaço físico, proporcionando o conforto que gera no usuário o sentimento de pertença, potencializador da sua condição de **protagonista social** (LESSA; GOMES, 2017).

Numa síntese, analisa-se que a mediação cultural apresentada por Lessa e Gomes (2017), incide em ações relacionadas com a **diversidade cultural**, possibilitando a **interação**, a **dialogia**, o **respeito mútuo** e a **criatividade**, requisitos para que se potencializem o **protagonismo cultural**.

6.4 Mediação cultural: vertentes expandidas

“A mediação cultural é um amplo campo aberto para muitas pesquisas e estudos” (MARTINS; PICOSQUE, 2012, p. 134).

Percebe-se, desse modo, a mediação cultural como processo sociocultural, expandindo-se em distintos olhares e em múltiplas áreas do saber dada a sua complexidade e alcance multidisciplinar.

Por intermédio da revisão bibliográfica sobre a temática apresentada até aqui foi possível investigar indícios que auxiliarão em reflexões sobre a construção de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas (MCB).

Quadro 12 – Perspectivas conceituais sobre a mediação cultural.

AUTORES	PERSPECTIVAS CONCEITUAIS
Perrotti; Pieruccini (2007; 2014) Gomes (2014; 2017) Lima (2016) Lima; Perrotti (2016)	Apropriação cultural
Gomes (2014) Perrotti; Pieruccini (2007; 2014) Perrotti (2016) Lima; Perrotti (2016) Galegale; Oliveira (2017) Silva (2015)	Construção de sentidos
Perrotti; Pieruccini (2007; 2014) Gomes (2014) Galegale; Oliveira (2017)	Dispositivos de informação e cultura
Gomes (2008; 2014) Feitosa (2016) Lessa; Gomes (2017) Lima; Perrotti (2016)	Interação social
Lima; Perrotti (2016) Oliveira (2014; 2016)	Negociação cultural
Oliveira (2008; 2014) Gomes (2010; 2014; 2017) Perrotti; Pieruccini (2007) Perrotti (2016; 2017)	Protagonismo cultural

Fonte: elaboração própria.

6.4.1 Apropriação cultural

Os modelos antigos e medievais de bibliotecas estiveram pautados no paradigma conservacionista. Já nos tempos modernos, para corresponder a demandas atuais, as bibliotecas balizaram não mais a conservação cultural, mas assumiram um outro paradigma, o da difusão cultural. “Desse ponto de vista, os ideais *difusionistas* tinham em mira a integração social, via assimilação cultural e não por meio de questionamento e negociação dos signos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 62, grifo dos autores).

No decorrer dos períodos, o que se percebeu foram que os equipamentos como bibliotecas públicas e escolares (quando existentes), não se voltaram às demandas de

criação e participação cultural, incapazes, portanto, de responder a demandas de conhecimento que signifiquem modos afirmativos de atuação e de relação com os signos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

Nesse propósito, Perrotti e Pieruccini (2007) ainda dizem que se romperam com os ideais difusionistas e conservacionistas para elaborarem e adotarem o paradigma da apropriação cultural, onde bibliotecas, por exemplo, não serão mais vistas como meros depósitos inertes, “mas repositórios culturalmente marcados, onde contemporâneos podem se alimentar para protagonizar o presente e o futuro” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 63).

Tomando como referência o *Dicionário Michaelis*⁴², a apropriação tem em seu significado o ato ou efeito de apropriar-se; ação de apoderar-se de algo, legal ou ilegalmente. E ainda, é ato de tornar algo adaptado ou adequado a um fim ou uso; adaptação, adequação. No âmbito jurídico, a apropriação vincula-se ao ato de apoderar-se de algo abandonado ou aparentemente sem dono; invasão, ocupação.

Todavia, a noção de apropriação que interessa aqui, atrela-se à ordem moral, psicológica e afetiva diante dos objetos de informação, e segundo Perrotti e Pieruccini (2007), numa dinâmica de ação sobre o mundo material e social com uma intenção de construção do sujeito.

A apropriação da cultura, nesses termos, é da ordem simbólica, envolvendo objetos de informação e fenômenos culturais, impingindo sentidos, contemplando dimensões materiais, imateriais e subjetivas nos processos de mediação cultural.

Em sua acepção cultural e artística, Marques (2007, p. 16) analisa a apropriação como “uma forma específica de cópia, pois não pressupõe apenas a repetição modelar do mesmo, mas a consciência e identificação de um referente existente que se utiliza e (re)significa num outro contexto, deslocado do inicial, mas com traços da sua presença”.

Mesmo tratando sobre a cópia e a apropriação da obra de arte na atualidade, concorda-se com Marques (2007) sobre a possibilidade de ressignificação dos objetos culturais a partir de contatos e identificações.

Assim, tem-se a apropriação cultural como um processo de criação, de significação de signos, algo que se concretiza e se desdobra em todos os instantes em que está se significando, reinterpretando os significados dos elementos culturais. “Desse

⁴² Dicionário Michaelis. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apropriacao%20C3%A7%C3%A3o/>.

modo, apropriação é transformação que vai no sentido do semelhante para o diferente, do mesmo para o outro” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 73).

Portanto, a crença na apropriação implica atuação e afirmação dos sujeitos nas dinâmicas de negociação de significados. A apropriação representa invenção e criação de significados, o que diferencia e constitui os negociadores como sujeitos da cultura, protagonistas, cidadãos ((PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

Para Gomes (2014) o paradigma da apropriação cultural passou a assinalar a relevância das ações de mediação direta para favorecer o acesso e uso da informação, privilegiando a dialogia, a troca de informações, o compartilhamento e o debate em torno delas, condições necessárias ao processo de construção do conhecimento e apropriação dos conteúdos, substrato da formação de protagonistas sociais e culturais.

Ao interrogarem a formação do bibliotecário como mediador cultural no Brasil, Lima e Perrotti (2016) apontam para profissionais competentes, agindo na negociação com os protagonistas da cultura – que não apenas reproduzem ou consomem, mas criam e recriam a cultura e seus significados.

Ainda, a formação do mediador cultural bibliotecário posiciona-se nos domínios das lógicas culturais e comunicativas, e dos dispositivos culturais ofertados à sociedade e apontam para a demanda da apropriação cultural. A apropriação cultural refere-se, desse modo, para o movimento que torna próprios saberes e objetos construídos, transformados e significados nas interações sociais, em que são elaborados e negociados os sentidos (LIMA; PERROTTI, 2016).

Pensar a apropriação em bibliotecas leva a conferir que as linguagens dão condições as apropriações simbólicas como recursos para a criação de práticas informacionais e culturais.

6.4.2 Construção de sentidos

Para vários autores da Ciência da Informação, a mediação é vista como um processo de produção de sentidos, conforme assinala D’Ávila (2001).

D’Ávila (2001) assegura que o processo de mediação ocorre a partir da produção dos sentidos e que se efetiva por intermédio das interações sociais que se estabelecem no interior de um contexto sociocultural. Nessa constante, a mediação seria responsável pelo desencadeamento das tramas de sentidos que se estabelecem entre a comunicação, a cultura e a informação.

Gomes (2014) aborda a mediação, assinalando imprescindivelmente, que esta consiste em uma ação ligada à vida, ao movimento e ao processo de construção de sentidos.

Na visão simbólica dos fenômenos culturais, entende-se que os sujeitos, através da interação social, compartilham os processos de significação dos signos, com os objetos informacionais, com os artefatos, ferramentas e técnicas, perfazendo ao mesmo tempo instâncias dialógicas na comunicação, linguagens, apropriação e formação da cultura.

Varela, Barbosa e Farias (2014) aferem que no âmbito cultural, a mediação baseia-se em objetivos, permitindo a construção de sentidos e sedimentando a relação do sujeito com o mundo.

Ao considerarem os espaços culturais, a exemplo das bibliotecas, Varela, Barbosa e Farias (2014) detectam ser ambientes de renovação de significados e sentidos, estimulados, não só pelos conteúdos dos acervos documentais, mas, também, pela mediação que ocorre entre os sistemas organizativos e informativos representativos destas coleções e ainda pelo diálogo estabelecido entre o profissional e o público. São, portanto, fontes de novas elaborações cognitivas, porque criam processos de internalização, que se dá pela reflexão e pelo compartilhamento de experiências.

Nesse destaque, os autores percebem a biblioteca como espaços de renovação de significados, possibilitados pelo diálogo, reflexão e compartilhamento, cuja responsabilidade social está em estimular os múltiplos processos cognitivos do sujeito social, por meio da mediação e da contextualização, que se constituem pré-requisitos para apreender e compreender conteúdos formativos e informativos (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014).

Orozco Gómez (2000) estima que a mediação é o espaço de onde se outorga o sentido ao processo da comunicação, que sempre se dá no interior de alguma cultura. No mundo da cultura, os signos são construídos, a partir dos quais, a consciência emerge e se afirma como realidade.

Correlato ao conceito de mediação cultural enquanto produção de sentidos está a definição fornecida por Coelho (2012) quando diz que a cultura se apresenta sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intricado sistema de significações.

O olhar para a mediação cultural como ação produtora de sentidos levou a considerar as expressões da cultura sendo experiências vivenciadas pelos cinco sentidos e internalizada através de atos de apropriação. Opondo-se a noção de passividade, de

transmissão e assimilação cultural, tem-se na mediação cultural a visão de criação e recriação, de compartilhamento e ampliação de significados.

6.4.3 Dispositivos produtores de sentidos

A mediação, para Paschoal (2009), pressupõe sujeitos em relação com outros sujeitos, objetos, linguagens, processos e suportes de diferentes naturezas, físicos, concretos, objetivos, mas também relacionais, abstratos e subjetivos. “O termo dispositivo nomeia esse conjunto diversificado de elementos constitutivos da cultura [...]” (PASCHOAL, 2009, p. 22).

Autores como Pieruccini (2007), Paschoal (2009), Perrotti (2016), Perrotti e Piruccini (2007, 2014), Gomes (2014) e Lima (2016) destacam as bibliotecas atuando como e com dispositivos.

O conceito de dispositivo foi prioritariamente desenvolvido por Foucault para o campo das Ciências Sociais, implicando noção de intencionalidade (PIERUCCINI, 2007).

Foucault (2001, p. 299, tradução nossa) entende como dispositivo

um todo resolutamente heterogêneo compreendendo discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, declarações científicas, proposições filosóficas, morais e filantrópicas⁴³.

Nessa perspectiva, Pieruccini (2007, p. 4, grifo da autora) elabora que “[...] um *dispositivo* é uma instância, um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios.

Para Perrotti e Pieruccini (2007) dispositivo é considerado em duas dimensões da mediação (material e simbólica) e, se aplicado ao campo da informação e do conhecimento, permite constatar que o indivíduo não é mais o centro exclusivo dos processos de significação do mundo, passando a compartilhá-los com os objetos, os artefatos, as ferramentas e os não humanos em geral.

⁴³ “[...] un ensemble résolument hétérogène comportant des discours, des institutions, des aménagements architecturaux, des décisions réglementaires, des lois, des mesures administratives, des énoncés scientifiques, des propositions philosophiques, morales, philanthropiques; [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 299). FOUCAULT, M. **Le jeu de Michel Foucault**: dans *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, 2001.

Nessa vertente, considera-se as bibliotecas envolvidas com dispositivos produtores de sentidos. “Ao assumir sua condição de dispositivo de mediação cultural, a biblioteca pública necessariamente estabelecer-se-á a partir de uma ‘ordem informacional dialógica⁴⁴’ (GOMES, 2014, p. 159).

Ao destacar os paradigmas da conservação, difusão e apropriação cultural, Gomes (2014, p. 159) destaca que:

Posicionando-se na zona de interseção desses três paradigmas a biblioteca pública potencializará suas ações em favor da memória, da mediação e da identidade social, o que lhe conferirá o perfil de um dispositivo de mediação cultural.

Na biblioteca, tem-se a conexão entre vários dispositivos e, “cada qual, tem a sua especificidade, seu modo de estruturação do espaço e do tempo, do conjunto de relações práticas, discursivas e tecnológicas” (PASCHOAL, 2009, p. 23).

Nessa vertente, consideram-se as bibliotecas como dispositivos produtores de sentidos. No entanto, “todo *dispositivo* informacional é uma configuração complexa, constituída por elementos heterogêneos: ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais” (PIERUCCINI, 2007, p. 6).

A mediação está vinculada ao processo de construção de sentidos nos circuitos comunicacionais, destacando processos que incluem os vários dispositivos produtores de sentidos como os equipamentos culturais, as técnicas, os suportes, as práticas culturais, as linguagens etc.

6.4.4 Interação social

Gomes (2008; 2014) e Lessa e Gomes (2017) destacam a mediação intrinsecamente relacionada à interação entre os sujeitos.

Pensar a interação social no âmbito da mediação remete aos postulados de Vygotsky (1991), ao se entender que o desenvolvimento humano efetiva-se por meio das relações mediadas entre os sujeitos e a realidade.

⁴⁴ A ordem informacional dialógica é um conceito definido por Pieruccini (2004) a partir de pesquisa de doutorado que teve como objetivo o estudo da busca de informação em dispositivos informacionais em contextos escolares. Pieruccini (2004) destacou a dialogia como critério organizador da ordem informacional dos dispositivos, identificando, descrevendo e avaliando categorias e respectivos elementos essenciais desta ordem nos processos de busca significativa.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991) embasa-se na dialética de Karl Marx, centrando-se na noção de que o ser humano desenvolve-se na perspectiva interacionista, estabelecendo-se o conhecimento como uma produção cultural, diretamente relacionada com a linguagem e com a interação social.

Segundo Gomes (2014), a mediação tem origem nas interações sociais e nas mediações simbólicas, razão pela qual a linguagem é um elemento singular, ao sustentar a experiência humanizadora do viver em comum, do conviver.

Feitosa (2016, p. 113) argumenta ser necessário que se entenda a mediação cultural contemplando as formas contemporâneas de interação, de interacionismo simbólico, de cumplicidades culturais, de trocas simbólicas e de como esses fenômenos modificam os contextos de onde são produzidas as informações.

A interação é um elemento essencial do processo de comunicação e de construção de sentido, correspondendo a um fenômeno sociocultural (GOMES, 2008).

Os sujeitos, através da interação social partilham os processos de significação cultural com os outros homens, com os objetos, com os artefatos, com as ferramentas, com as técnicas e com os conteúdos informacionais, determinando ao mesmo tempo instâncias dialógicas na comunicação, na linguagem, na apropriação e formação da cultura.

Nessa abordagem, o bibliotecário é percebido como o agente responsável e capacitado (ou com potencial para tal) para o exercício da mediação. Ele é o mediador, aquele que participa da trama entre a comunidade e a apropriação da cultura, cujo resultado poderá incidir na construção de conhecimentos pelos sujeitos em interação social.

Pressupõe-se que a interação entre o bibliotecário e a comunidade torne a mediação cultural uma ação de compartilhamento simbólico, cuja proposta está em participar, interagir e construir significados, em direção a apropriação cultural.

A aquisição do conhecimento a partir do contato com as mediações de qualquer modalidade discursiva, portanto, oriunda de qualquer atividade cultural, representa fontes de novas elaborações cognitivas, porque criam processos de internalização (VYGOTSKY, 1991), que se dá pela interação, reflexão e pelo compartilhamento de experiências.

Nesse predomínio, as bibliotecas podem estimular os múltiplos processos cognitivos dos sujeitos, onde mediação e contextualização (histórica e cultural),

constituem-se em pré-requisitos para apreender, compreender e criar conteúdos formativos, informativos e culturais.

Ao pensarem a biblioteca pública como lugar de interação, Lessa e Gomes (2016) instituem-na como um espaço para o encontro e diálogo, o que pressupõe pensá-la como espaços para a participação e convívio.

Nesse aspecto, a interação relaciona-se intimamente com a questão das diferenças sociais e culturais, no sentido de se potencializar a participação da comunidade na reconstrução de laços sociais, do conviver e, em direção a uma cultura de paz mediante as diferenças.

6.4.5 Negociação cultural

Para Oliveira (2014) o conceito de negociação cultural aponta para perspectivas novas, tanto em relação à apropriação da cultura escrita, como da cultura em geral.

As experiências de Oliveira (2014, p. 110) como pesquisadora e mediadora de leitura levaram a sua compreensão de que a apropriação da cultura escrita como atos e gestos de conflitos, “sendo a negociação a estratégia e o valor que orienta esse processo, implicando simultânea e dinamicamente relações de cooperação e luta entre leitor, texto e contexto”.

A negociação é estratégia que contempla a busca pelo diálogo na diferença, em situações de divergência, implicando sempre em movimento (OLIVEIRA, 2014).

No confronto entre leitores, incidindo em textos e contextos (da escrita e dos leitores), a apropriação cultural, opostamente a noção da assimilação, implica atuação, intervenção e, indubitavelmente, negociações de sentidos, da cultura.

O conceito de negociação cultural demanda uma dimensão operatória capaz de lidar com situações concretas e simbólicas de conflito, que além de procedimentos, demanda atitudes, modos de ser e de se relacionar.

Para Lima (2016, p. 130) o mediador cultural é um ator privilegiado dos processos de negociação de sentidos.

A apropriação da cultura pode ser elaborada numa dinâmica de negociação entre os protagonistas da cultura. Segundo Lima e Perrotti (2016, p. 174) “Esses protagonistas não apenas reproduzem ou consomem, mas negociam a cultura e seus significados”.

Nesse caso, o mediador cultural é aquele que protagoniza, junto a um público, ações que possam modificar e ressignificar a cultura e a si próprio, por meio da negociação de sentidos (LIMA; PERROTTI, 2016).

Nos dispositivos (instituições de cultura) estudados por Oliveira (2014), a apropriação da escrita deu-se por meio de negociações entre leitores, textos, seus diferentes suportes e sentidos, onde a ação das mediações efetivou-se em sua diversidade e dinamicidade.

Os aspectos culturais de uma comunidade somam-se e espalham-se em diferenças culturais, traduzidas por diferentes modos de pensar, de agir e de se apropriar. Na integração de universos sociais e culturais distintos, a negociação dos signos objetiva a integração dos repertórios dos sujeitos.

6.4.6 Protagonismo cultural

A expressão protagonista advém do grego *próton* (primeiro), *agon* (luta) e *agoniste* (lutador), referindo-se ao ator principal de uma peça teatral ou aos soldados presentes na primeira fila de um embate (MOURA, 2017).

A ideia de protagonismo cultural remete a uma nova forma de se perceber os sujeitos. A noção de protagonistas culturais foi elaborada por Perrotti e Pieruccini (2007) destinada a nomear o fenômeno de participação ativa e afirmativa na vida cultural, na condição de produtor e criador de significados e sentidos, seja individualmente ou enquanto membro de um grupo ou uma coletividade.

O protagonismo cultural é categoria básica desenvolvida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), resultante de trabalhos de pesquisas destinados à definição de infoeducação, pelo Grupo de Pesquisa Colaboratório de Infoeducação⁴⁵.

Perrotti (2017, p. 11, grifo do autor), aborda o protagonismo cultural tomando por referência a *Antígona* de Sófocles, propondo um retorno à compreensão grega, “uma vez que tal caminho permite definir protagonismo cultural como ação de luta, de embate *com*

⁴⁵ O Colaboratório de Infoeducação - Colabori, criado na ECA/USP, é uma iniciativa de pesquisadores interessados na problemática da apropriação simbólica, tendo em vista processos sociais de protagonismo cultural. Tal problemática é enfocada a partir do estudo das relações entre os dispositivos de informação e cultura e as aprendizagens informacionais próprios da contemporaneidade.

Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/?author=4>.

e pelos *signos*, tendo em vista a criação e recriação de significações que dão sustentação ao ‘viver junto’.

O protagonismo indica, assim, resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos.

Para Gomes e Novo (2017, p. 7) “a atitude do protagonismo nos estudos de informação tem por fundamento a valorização da interação social, do capital intelectual e cultural e da produção social dos saberes”.

Nessa concepção, o protagonismo cultural indica uma ação de luta essencial ao processo criador e humanizador que sustenta a construção e afirmação do espaço público (GOMES; NOVO, 2017).

Nota-se que o protagonismo cultural embasa a interação social e as dinâmicas relacionadas as apropriações das informações que resultam em conhecimentos.

Ao tomar a apropriação simbólica como objeto de estudo, Perrotti e Pieruccini (2007, p. 56, grifo dos autores) consideram-na “em sua dimensão de apropriação de signos e significados, condição indispensável aos processos gerais de afirmação do *protagonismo cultural*”.

As ações do protagonista são de lutas, resistências, combates e embates com e pelos signos, tendo em vista a criação e recriação de significações que dão sustentação ao viver junto, onde cidadãos negociam os signos e em processos dinâmicos de conhecimento e de reconhecimento mútuos (PERROTTI, 2017, p. 11).

As bibliotecas pautadas pelo paradigma da apropriação cultural, segundo Perrotti (2017), têm em vista a negociação dos signos e não sua simples difusão/assimilação. Tal perspectiva é inferida por mediações que favorecem as interações, as relações e as trocas.

Nessa acepção, os sujeitos discutem, trocam experiências, atuam sobre os signos, são produtores de informação, conhecimento e cultura.

O protagonismo desponta a centralidade e a pertinência da participação social de sujeitos identificados com a ação coletiva necessária à transformação social e à construção da história (MOURA, 2017, p. 96).

Neste momento, o conceito aponta para aspectos políticos, socioculturais e tecnológicos, diversificando-se e expandindo-se para diferentes contextos.

Ao tratar sobre o protagonismo na biblioteca pública, Gomes (2014) frisa o desafio de atuar e desenvolver ações dialógicas; de promover o processo de negociação dos sujeitos com o mundo material, social e simbólico, contribuindo para a formação de

protagonistas sociais e culturais; para a construção da própria cultura e da identidade social.

Todavia, resgata-se em Perrotti e Pieruccini (2007) que seja necessário reatar vínculos entre a mediação e a educação, as vivências culturais e as aprendizagens, afim de que os domínios da mediação cultural permitam que os atores desenvolvam saberes e fazeres culturais específicos e necessários à apropriação cultural, para o protagonismo cultural, que, para Perrotti e Pieruccini (2008), é a participação e afirmação na vida cultural, de forma individual ou coletiva, produzindo e criando significados e sentidos, não apenas usando ou consumindo cultura.

A mediação cultural, nesses termos, é a atividade que visa proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas sejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los (LIMA, 2016, p. 173).

Tal perspectiva é pautada por mediações que beneficiem as interações, as relações, os encontros e as experiências. Como protagonistas, os sujeitos discutem, trocam experiências, atuam sobre os signos, são reconhecidos pelas diferentes dimensões do dispositivo na qualidade de criadores, produtores de informação, conhecimento e cultura (PERROTTI, 2017).

7 MEDIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO FRANCÊS

O conceito de mediação, na França, é de recente surgimento em vários campos da atividade social, mas se desenvolveu, de acordo com Bordeaux (2008, p. 2), desde os anos 70, de forma inflacionária nos campos do direito, família, medicina, educação e mídia, apenas para citar alguns.

A temática da mediação cultural na França influenciou diversos estudos, pesquisas e discussões ao redor do mundo como na Suíça, Bélgica e Canadá, além de outros países como Espanha e Portugal e latinos como o Brasil.

A pretensão deste tópico foi o de descrever sobre a temática da mediação cultural na França, observando-se o seu histórico, evolução e perspectivas adotadas pelos teóricos da área.

7.1 Cultura e educação popular na França: breve retrospecto

As questões envolvendo a democratização da cultura na França, segundo Moulinier (2012), surgiram na Revolução Francesa em 1789.

Para Georget (2009, p. 8 - 9, tradução nossa)

A idéia de educação popular surgiu da Revolução, mas se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando as transformações do mundo industrial, a urbanização e a disseminação da educação livre, secular e compulsória⁴⁶.

As origens da educação popular remontam ao século XVIII, portanto, em uma época de pensamentos dos enciclopedistas e do relatório sobre a instrução popular de Condorcet⁴⁷, cujo texto intitulado: “A organização geral da educação pública” foi dirigido à convenção da assembleia fundadora da Primeira República francesa.

Esse texto, considerado como marco fundador, declarou em 1792 que a educação, então amplamente reservada ao clero e à burguesia, deveria ser pública e se estender à toda a população, a fim de se promover o avanço social e profissional de todos.

⁴⁶ “L'idée d'éducation populaire est apparue dès la Révolution mais s'est développée à partir de la seconde moitié du XIXème siècle accompagnant les transformations du monde industriel, l'urbanisation et la généralisation de l'enseignement gratuit, laïc et obligatoire” (GEROGET, E. 2009, p. 8 - 9).

⁴⁷ Marie-Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, “Marquês de Condorcet” (1743 - 1794), foi um filósofo e humanista francês do Iluminismo, defensor da reforma educacional e dos direitos das mulheres.

Mesmo que o texto de Condorcet não tenha sido seguido pelos convencionais de sua época, lançou as bases de um ideal de educação para o povo e de que mais tarde iria se tornar a educação popular (GEORGET, 2009).

No início do século XX, a lei sobre associações, também conhecida na França como Lei de julho de 1901, ajudou a ampliar o escopo da atividade social e o desenvolvimento de iniciativas culturais de todos os tipos (BOURGES, 2018, p. 38, tradução nossa)⁴⁸.

De acordo com Moser, Muller, Wettstein et al. (2004, p. 43), a educação popular na França remonta aos primórdios da industrialização. Esses autores discorrem que o desenvolvimento industrial produziu, como em outros lugares, sua parcela de miséria social (especialmente em cidades industriais do norte da França).

Uma das disparidades socioculturais estabelecida pela discrepância entre as classes burguesas dominantes foi atenuada, no âmbito da educação, através dos patrocínios.

A elite comprometeu-se a cuidar da educação de pessoas simples e especialmente, dos jovens. O patronato foi entendido como uma atividade de caridade empreendida pelos fiéis do catolicismo. A burguesia “baseou-se na educação para reduzir um pouco as disparidades e, ao mesmo tempo, impedir um questionamento fundamental das relações dominantes” (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004, p. 43, tradução nossa)⁴⁹.

Nesse constante, a educação popular floresceu amplamente nas décadas de 1940 e 50. Fazia-se necessário o estabelecimento de novos métodos e de novas instituições educativas, cujas mudanças incidiam nas adaptações necessárias frente a uma sociedade fraturada e traumatizada pela Segunda Guerra.

No percurso da Segunda Grande Guerra, a educação popular foi entendida como um elemento de resistência, encontrando sua forma institucionalizada no Instituto Nacional de Educação Popular (INEP) (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004, p. 43).

Em seguida, traçou-se um breve retrospecto da animação cultural na França, uma vez que a educação popular francesa influenciou práticas culturais como a animação cultural e a ação cultural (DELLA CROCE; LIBOIS; MAWAD, 2011).

⁴⁸ “Dans ce même début du XX siècle, la loi sur les associations, dite loi de juillet 1901, contribue à élargir le champ de l'activité sociale et le développement des initiatives culturelles de tous ordres” (BOURGES, 2018, p. 38).

⁴⁹ “Elles misaient sur l'éducation pour réduire un peu les écarts et prévenir en même temps une remise en cause fondamentale des rapports dominants” (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004, p. 43).

7.2 Animação cultural

A animação cultural é uma especialidade sociocultural e educacional circunscrita à França, herdada da educação popular, cujo fenômeno derivou-se da filosofia do Iluminismo (GILLET, 2002, p. 44).

Historicamente, de acordo com Besnard (1986), a animação foi inspirada em modelos herdados da educação popular (com foco em áreas carentes) e modelos recreativos relacionados a atividades de lazer.

De acordo com Gillet (2002, p. 43, tradução nossa):

Na França, historicamente e ideologicamente, ela herdou movimentos de educação popular secular e religiosa, republicana e socialista dos séculos XIX e XX, com o objetivo de finalmente obter acesso à cultura, capacitando adultos, cidadãos responsáveis e críticos. Pedagogicamente, advém de correntes psicossociológicas valorizando o grupo como local de expressão e criatividade. Sociologicamente, é indicativo do surgimento da civilização do lazer⁵⁰.

No que diz respeito ao fenômeno do lazer, diversos fatores foram congruentes para a criação de uma civilização do lazer: o fim da Segunda Guerra Mundial e das restrições impostas por ela; a criação em 1956 da redução do tempo de trabalho com uma terceira semana de férias; a aspiração crescente entre os jovens e adultos em direção as questões de lazer; e o fim, porém, antigo, do controle moral de igrejas e de corporações (MIGNON, 2007).

Dumazedier (1976), destacou as várias formas de tempo livre que podem transformar indivíduos, não só o tempo de recuperação após o trabalho, mas o tempo para si mesmo e progresso através de novos meios de difusão cultural, como museus, cinema, bibliotecas e discos, etc.

Para Rouault (2002, p. 39, tradução nossa):

A animação profissional traça sua própria história a partir da educação popular, está também relacionada ao desenvolvimento da ação cultural dos anos sessenta e ao novo campo da ação social dos anos oitenta. Foi durante os anos 60 que intercâmbios e negociações interativas entre as

⁵⁰ “En France, historiquement et idéologiquement, elle est héritière des mouvements d’Education populaire laïques et confessionnels, républicains et socialistes des 19 et 20 siècles, visant par un accès enfin possible à la culture, à former des citoyens adultes, responsables et critiques. Pédagogiquement, elle est issue des courants psychosociologiques valorisant le groupe comme lieu d’expression et de créativité. Sociologiquement, elle est révélatrice de la montée en puissance de la civilisation des loisirs” (GILLET, 2002, p. 43).

diferentes correntes da educação popular e os serviços do Estado deram origem ao conceito de animação⁵¹.

Historicamente e ideologicamente, a animação sociocultural herdou os movimentos de educação popular secular e religiosa, republicana e socialista dos séculos XIX e XX, com o objetivo de finalmente se obter acesso à cultura, capacitando-se cidadãos adultos, responsáveis e críticos. Pedagogicamente, advém de correntes psicossociológicas valorizando o grupo como local de expressão e criatividade. Sociologicamente, é indicativo do surgimento da civilização do lazer (GILLET, 2002, p. 43).

Em 1936, a França levou ao poder um governo de esquerda que marcaria profundamente o setor de animação (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004)⁵².

O novo governo da frente popular criou o cargo de subsecretário de Estado para o lazer, dirigido por Léo Lagrange, um dos mais ilustres líderes de recreação francês da época. Nesse governo, inaugurou-se também as primeiras férias pagas aos trabalhadores, reverberando-se em multiplicações das colônias de férias pelo país.

Organizações de diversos tipos construíram suas próprias instâncias de férias, incluindo-se também programas com uma ampla gama de atividades direcionadas ao lazer. Em torno dessa filosofia foram construídas redes de hotéis e colônias de férias, a exemplo do movimento de albergues da juventude.

Para Cortesero (2012, p.1, tradução nossa) “A animação sociocultural é frequentemente associada à educação popular e movimentos de juventude dos quais é uma extensão no espaço de intervenção social profissionalizada”⁵³.

A animação sociocultural é uma realidade que pode ser datada dos anos 1960: é uma resposta no período do pós-guerra à necessidade de acompanhar a reconstrução e urbanização através da recriação do laço social (CORTESE, 2012).

Para Rouault (2002, p. 39, tradução nossa):

A animação profissional traça sua própria história a partir da educação popular, está também relacionada ao desenvolvimento da ação cultural dos anos sessenta e ao novo campo da ação social dos anos oitenta. Foi

⁵¹ “L’animation professionnelle tire sa propre histoire de celle de l’éducation populaire, elle est aussi reliée au développement de l’action culturelle à partir des années soixante et à la nouvelle donne de l’action sociale à partir des années quatre vingt. C’est au cours des années soixante que les échanges interactifs et les négociations entre les différents courants de l’éducation populaire et les services de l’État ont donné naissance au concept d’animation” (ROUAULT, 2002, p. 39).

⁵² En 1936, la France portait au pouvoir un gouvernement de gauche qui allait profondément marquer le secteur de l’animation (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et. al., 2004).

⁵³ “L’animation socioculturelle est souvent associée à l’éducation populaire et aux mouvements de jeunesse dont elle fait figure de prolongement dans l’espace professionnalisé de l’intervention sociale” (CORTESE, 2012, p. 1).

durante os anos 60 que intercâmbios e negociações interativas entre as diferentes correntes da educação popular e os serviços do Estado deram origem ao conceito de animação. Ao mesmo tempo em que o Estado impõe sua visão, essa institucionalização de um método de intervenção social e cultural é uma das especificidades francesas⁵⁴.

Historicamente, a animação nasceu de um movimento social baseado no ativismo e no voluntariado, observando-se a atuação de professores, padres, senhoras padroeiras, sindicalistas e ativistas políticos. A necessidade de desenvolver uma formação específica e clarificar o papel do animador como facilitador foi reforçada nos anos de 1960.

Em suma, Gillet (2002, p. 43) afirma que a animação como uma forma profissionalizada de prática coletiva foi formada na França, na esteira da Educação Popular e da Ação Social.

A partir de 1958 intensificou-se a colaboração entre as autoridades públicas e as associações, sendo que diversas instalações foram financiadas pelo estado e município, onde as associações participaram nos órgãos de reflexão e consulta.

Em 1968 foi criado o Conselho Nacional de Associações da Juventude e Educação Popular (CNAJEP). Em 1970 foi criado o primeiro diploma de animador, com certificado de aptidão à função socioeducativa (CAPASE) pelo Ministério da Juventude e Desportos.

Na década de 1960, o conceito de animação rapidamente se espalhou para outros países através de dois canais: a Francofonia em primeiro lugar, o que lhe permitiu ganhar uma posição na Bélgica, na Suíça e no Canadá, depois em organizações (Unesco e o Conselho da Europa), através do qual se tornou conhecido além das fronteiras da língua francesa, como em países de línguas hispânicas, lusitanas e latino-americanos (GILLET, 2002; MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004).

Através da língua francesa e das organizações sociais e culturais, difundiu-se a adoção do termo nas antigas colônias francesas do continente africano.

A animação era então vista como um método de induzir a população indígena a participar da cooperação para o desenvolvimento e, nesse sentido, é semelhante aos conceitos de Paulo Freire (1963) e une as demandas atuais pelo desenvolvimento sustentável. Na África, as condições são comparáveis às prevalentes na França quando o termo apareceu (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004, p. 45)⁵⁵.

⁵⁴ “L’animation professionnelle tire sa propre histoire de celle de l’éducation populaire, elle est aussi reliée au développement de l’action culturelle à partir des années soixante et à la nouvelle donne de l’action sociale à partir des années quatre vingt. C’est au cours des années soixante que les échanges interactifs et les négociations entre les différents courants de l’éducation populaire et les services de l’État ont donné naissance au concept d’animation. Dans le même temps l’État impose sa vision, cette institutionnalisation d’une méthode d’intervention sociale et culturelle est une des spécificités française” (ROUAULT, 2002, p. 39).

⁵⁵ “L’animation était considérée alors comme une méthode incitant la population indigène à participer à la coopération au développement et, dans ce sens, elle s’apparente aux concepts de Paulo Freire (1963) et rejoint les

O termo também se estabeleceu na Espanha e em Portugal, de onde incidiu para a América do Sul, e mais particularmente para a Argentina e Brasil.

Na Península Ibérica, a adoção do termo é provavelmente o resultado da fração republicana do campo social, cultural e educacional (por referência à República Espanhola de 1936-1939, cuja ambição esteve em estabelecer a primeira democracia na Península Ibérica). Assim, seria necessário aguardar o fim da ditadura de Franco na Espanha e a de Salazar em Portugal, para que o termo realmente ganhasse destaque (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et al., 2004).

Rouault (2002, p. 40) destaca que a profissão de animador abrange múltiplas profissões e tipos de empregos em constante crescimento, tanto nos papéis desempenhados no exercício da função de animação, tanto nos empregadores, no público, nos lugares de intervenção, em se tratando de atividades variadas e específicas.

De acordo com o *Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation* (2005, tradução nossa), o conceito de animação é a:

Estimulação de indivíduos e grupos para se tornarem conscientes de suas próprias necessidades como uma comunidade social, para que eles possam definir a natureza dessas necessidades, identificar as soluções para satisfazê-la, e agir em consequência, a animação é essencialmente iniciação, orientação, catálise (BESNARD, 2005, p. 83)⁵⁶.

Desse modo, a animação é um fenômeno sócio-cultural e um processo dinâmico para a implementação das relações sociais em conjunto com o conteúdo cultural: está na interseção da ação social e da ação cultural (BESNARD, 2005).

A animação supõe a existência de um grupo, de um público, de uma coletividade, de uma comunidade, cuja aculturação e desenvolvimento são objetos de animação. Implica a presença ativa de um ou mais agentes voluntários e a gestão de animação (BESNARD, 2005, p. 83).

Em extrato, pode-se estabelecer que a animação cultural foi inspirada em modelos herdados da educação popular (com foco em áreas carentes) e modelos recreativos relacionados a atividades de lazer.

revendications actuelles pour un développement durable. En Afrique, les conditions sont comparables à celles qui prévalaient en France au moment où le terme est apparu" (MOSER, MULLER, WETTSTEIN et. al., 2004, p. 45).

⁵⁶ "Stimulation des individus et des groupes à prendre conscience de leurs, propres besoins en tant que collectivité sociale, de sorte qu'ils puissent définir la nature de ces besoins identifier les solutions pour le satisfaire, et agir en conséquence, l'animation est essentiellement initiation, orientation, catalyse" (BESNARD, 2005, p. 83).

Apesar da animação cultural ter florescido e ganhado destaque, Rouault (2002, p. 40) observa que o desenvolvimento das *Maisons de la Cultura* (André Malraux) no final dos anos 60, favoreceu o recrutamento de reconhecidos profissionais da cultura, mas não o de animadores socioculturais, já que a política cultural estabelecida por André Malraux repeliu o papel do animador ou de qualquer tipo de mediação.

Contudo, Rouault (2002, p. 40) também considera que o *métier* de animador ainda é uma profissão vaga, difícil de se definir, mal configurada, especialmente porque o *background* cultural do animador nem sempre é óbvio, mesmo que a sua função social seja necessária e reconhecida.

7.3 Ação cultural

Na França, a transformação social, através do projeto de cultura, pode ser datada pelo famoso discurso do Marquês de Condorcet sobre a educação pública, apresentado à Assembléia Legislativa entre 20 e 21 de abril de 1792 (ARNAUD, 2015, p. 45).

Após esse período, no momento em que se estabeleceu a Quinta República, a ideologia dominante dos franceses se expressou em torno da noção de "cultura", termo que ocupou o lugar, em nível emblemático, daquele ocupado pela "educação" à época da instalação da Terceira República.

No percurso da Quinta República, todos os projetos que se expressaram em torno do termo "lazer" são prescritos como contraditórios a um projeto de cultura.

No verbete ação cultural do *Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation* (2005, tradução nossa), descreve-se:

André Malraux denuncia constantemente "a ideia absolutamente falsa de que os problemas culturais são problemas de uso de lazer" (discurso à Assembleia Nacional em 1963). Para o Ministro dos Assuntos Culturais, os lazeres são um meio e não um fim (BARACCA, 2005, p. 44)⁵⁷.

Nos anos de 1960, a ação cultural firmou-se como uma bandeira de ação do governo, tendo o termo "setor socio-cultural" para descrever o novo papel atribuído as *Maison de la Culture* (Casas de Cultura) na divulgação de obras artísticas de qualidade (BORDEAUX, 2008).

⁵⁷ "André Malraux n'aura de cesse de dénoncer "l'idée absolument fausse que les problèmes culturels sont des problèmes d'utilisation des loisirs" (discours à l'Assemblée nationale em 1963). Pour le nouveau ministre des Affaires culturelles, les loisirs sont un moyen et non une fin" (BARACCA, 2005, p. 44).

Na década de 1970, o desenvolvimento cultural, que permitiu o pensamento em conjunto do desenvolvimento pessoal através da cultura, o desenvolvimento territorial e posteriormente o desenvolvimento econômico, tornou-se o termo para significar o projeto político do governo, além das mudanças ministeriais.

Caune (2018, p. 9) explícita que entre as décadas de 1960 e 1980, os debates sobre a cultura cresceram, muitas vezes, a partir de oposições da cultura dominante e cultura dominada. A cultura dominante identificada com a cultura burguesa e em relação a cultura dominada, buscando-se expressões emergentes nas lutas sociais e na emancipação nacional.

De acordo com Midy (2002, p. 7, tradução nossa) “Ação cultural: a palavra é recente, assim como o fenômeno a que se refere e as análises que tentam definir o fenômeno”⁵⁸. Ainda, o autor diz que a ação cultural programada tem sua fonte, seu princípio e sua base na Carta Universal dos Direitos Humanos, na proclamação da Assembléia da ONU em 1948 do "direito à cultura" (MIDY, 2002, p. 11).

Diversos autores são unânimes ao proferirem que a ação cultural é um fenômeno recente; emergiu e começou a institucionalizar-se na segunda metade da década de 1950 (CHARPENTREAU, 1967; GAUDIBERT, 1972; DUMAZÉDIER; SAMUEL, 1976; FUMAROLI, 1991).

Labourie (1978, p. 20) menciona que nos anos de 1956-1965, após a proliferação de criações de educação popular na libertação (término da segunda guerra), surgiu o desenvolvimento cultural, invocando as noções de ação cultural e difusão cultural. Desse modo, uma rede de "Centros Regionais de Arte Dramática", as "Casas de Cultura" e o Ministério de Assuntos Culturais foi criada em 1959.

Entretanto, a ação cultural é um conceito conectado que não segue sozinho. O termo faz parte de uma constelação que sempre inclui "política cultural" e "desenvolvimento cultural", muitas vezes "democratização cultural e democracia cultural", em companhia de "animação cultural" (MIDY, 2002, p. 7).

Midy (2002, p. 7 – 8, tradução nossa) ainda esclarece:

O Estado, por meio de suas políticas culturais, é a fonte e os recursos, o desenvolvimento cultural é o objetivo e a finalidade, a democratização cultural e a democracia cultural são suas principais modalidades,

⁵⁸ “Action culturelle : le mot est récent, tout comme le phénomène qu’il désigne et les analyses qui tentent de cerner le phénomène” (MIDY, 2002, p. 7).

enquanto a animação cultural é pedagogia e metodologia. É uma noção especializada⁵⁹.

Em 1959, o General Charles de Gaulle criou o Ministério da Cultura atribuindo-o a André Malraux, escritor de temas políticos e culturais, que elaborou um vasto programa de acesso e desenvolvimento da cultura francesa.

De acordo com o decreto de 1959⁶⁰, o Ministério da cultura, em linhas gerais, teve como missão:

tornar acessível ao maior número as obras capitais da humanidade, e primeiro da França, no maior número possível de franceses, para garantir a mais ampla audiência ao nosso patrimônio cultural, e para favorecer a criação de obras de arte e do espírito que as enriquecem.

Neumann (2012, p. 4) discorre que mesmo que Malraux nunca tenha utilizado a terminologia de democratização cultural, o objetivo maior era esse: criar as *Maisons de la Culture*, articulando a política cultural em seis objetivos principais: criação, valorização da conservação, difusão, treinamento, pesquisa e gestão.

A política de Malraux é baseado no ‘choque cultural’ ou ‘estética de choque’, recusando-se em desenvolver ferramentas pedagógicas para facilitar o encontro entre a obra e o público. Segundo ele, o trabalho tem qualidades intrínsecas; ela transmite diretamente uma emoção para o espectador sem usar a mediação (NEUMANN, 2012, p. 4, grifo do autor, tradução nossa)⁶¹.

As novas abordagens da política cultural estabelecida por Malraux permitiram a descentralização da cultura em toda a França e uma distribuição mais igualitária no acesso aos bens culturais.

Construídas na década de 1950, de acordo com o conceito do ministro da cultura Malraux, as Casas de Cultura tinham a missão essencial de difundir a cultura, ou seja, tornar acessíveis as pessoas o maior número de obras de arte, promover a produção cultural ou criação artística popular.

⁵⁹ “L’État, à travers ses politiques culturelles, en est la source et les ressources, le développement culturel en est le but et la finalité⁴, la démocratisation culturelle et la démocratie culturelle en sont les principales modalités (CCCE, 1978), tandis que l’animation culturelle en est la pédagogie et la méthodologie. C’est une notion spécialisée” MIDY, 2002, p. 7 - 8).

⁶⁰ MALRAUX, A. Décret n°59-889 du 24 juillet 1959 portant sur l’organisation du ministère chargé des Affaires culturelles. Article 1. Site Legifrance. 26 juillet 1959. [En ligne]. www.legifrance.gouv.fr/jopdf/common/jo_pdf.jsp?numJO=0&dateJO=19590726&numTexte=&pageDebut=07413&pageFin

⁶¹ “La politique de Malraux est fondée sur le « choc culturel » ou « choc esthétique » et le refus de développer des dispositifs pédagogiques pour faciliter la rencontre entre l’oeuvre et le public. Selon lui, l’oeuvre a des qualités intrinsèques ; elle transmet directement une émotion au spectateur sans faire usage de la médiation” (NEUMANN, 2012, p. 4).

Essas casas deveriam apresentar obras de arte ao cidadão comum de forma apropriada e compreensível e, ao mesmo tempo, abrigar, promover e exibir as criações da população. Malraux reviveu os alicerces da educação popular com um sopro de modernidade. Ao fazê-lo, ele abriu um vasto debate sobre cultura que terá então uma imensa ressonância, especialmente nos trabalhos de Pierre Bourdieu (*La distinction*, 1979).

Ao desenvolver as primeiras políticas culturais francesas, Malraux ensejou fornecer a chance para que todos tivessem acesso à oferta cultural, supondo-se que fosse suficiente colocar em contato um trabalho cultural a uma audiência para que surgissem interesses.

Entre o período de 1971 a 1973, o ministro Jacques Duhamel assumiu o Ministério da Cultura desenvolvendo um novo conceito de desenvolvimento cultural, substituindo a ação cultural de Malraux. Duhamel estava convencido de que a política cultural não poderia ser feita apenas pelo Estado: pois constrói-se laços estreitos com as comunidades locais, estabelecendo parcerias culturais entre o estado e as cidades (NEUMANN, 2012, p. 4 – 5).

A paisagem cultural se expandiu graças a parcerias e intervenções interdepartamentais e culturais. Sob a ótica de Duhamel, a cultura não ficou mais limitada a obras-primas da humanidade, defendendo também o esforço na mediação cultural entre as obras e o público, rejeitando a visão do "choque cultural" apoiado por Malraux (NEUMANN, 2012).

Neumann (2012, p. 5, tradução nossa) corrobora que “Já na década de 1980, o público tornou-se a principal referência para as políticas públicas”⁶².

Através do governo de François Mitterrand, Jack Lang tornou-se Ministro da Cultura em 1981. O ministério abriu-se, portanto, para novas formas de arte, seu orçamento é multiplicado em 1982, a educação artística escolar se abre para novas disciplinas, ações de conscientização da cultura são realizadas. Lang desenvolveu cobertura da mídia sobre eventos culturais, organizando grandes eventos populares, como os *Fête de la musique* (Festivais de Música).

⁶² “Dès les années 1980, le public devient la référence majeure des politiques publiques” (NEUMANN, 2012, p. 5).

Neumann (2012, p. 5, grifo do autor, tradução nossa) destacou que “Não foi antes da década de 1990 que o termo "mediação cultural" apareceu, graças ao programa do governo lançado em 1997, intitulado "novos serviços - empregos para jovens"⁶³.

A mediação cultural é finalmente reconhecida como função e trabalho específico, aparecendo pela primeira vez na lei de 4 de janeiro de 2004 relativa aos Museus da França. (NEUMANN, 2012; BORDEAUX, 2008).

Neumann (2012, p. 5) estabelece que esta visão geral da evolução das políticas culturais na França e, em particular, o termo mediação que substitui os de ação cultural, desenvolvimento cultural e comunicação cultural mostra que as questões de acesso à cultura foram centrais desde o início do Ministério da Cultura, implantado em 1960.

7.4 Mediação cultural: origens e percurso histórico

Em busca de um marco histórico em relação ao surgimento da mediação cultural, Clouet (2012, p. 85) informa que:

A transmissão da história e da mediação cultural são questões relativamente novas. Embora existam museus e ensino de história no século XIX, a questão da mediação realmente surge a partir dos anos oitenta⁶⁴.

O historiador Prost (2007) resgata a evolução da mediação cultural especialmente com o surgimento da indústria do lazer e a mudança de instituições públicas e culturais.

Os locais de conservação do patrimônio também se tornaram lugares de transmissão e animação cultural com a instalação de exposições, visitas guiadas e oficinas temáticas, voltados para todos os públicos, escolas e adultos (PROST, 2007).

Clouet (2012, p. 86) refere-se à mediação histórica, “[...] indispensável no sentido de que vestígios, arquivos, testemunhos e documentos são objetos do passado que não falam por si sós”⁶⁵.

⁶³ “Il faudra attendre les années 1990 pour que le terme « médiation culturelle » fasse son apparition, notamment grâce au programme gouvernemental lancé en 1997 et intitulé « nouveaux services-emplois jeunes »” (NEUMANN, 2012, p. 5).

⁶⁴ “La transmission de l’histoire et la médiation culturelle sont des enjeux relativement nouveaux. Même s’il existe des musées et un enseignement de l’histoire au XIXe siècle, la question de la médiation se pose véritablement à partir des années quatre-vingt” (CLOUET, 2012, p. 85).

⁶⁵ “La médiation historique est indispensable dans le sens où les traces, archives, témoignages et documents sont des objets du passé qui ne parlent pas d’eux-mêmes” (CLOUET, 2012, p. 86).

Nas exposições e transmissões da história, criou-se um novo discurso pedagógico, onde o mediador garante a ligação entre o passado e o presente. Em se tratando de uma exposição, os mediadores, em colaboração com historiadores e cenógrafos, projetam novos horizontes, ferramentas e suportes para se tentar superar as lacunas e ambiguidades das fontes históricas. Nesse caso, objetos do passado se misturam a objetos contemporâneos para facilitar a compreensão da história (CLOUET, 2012, p. 85-86).

Da palavra grega “mesos”, que se tornou “mediatio” no latim tardio, a noção de mediação, literalmente, diz respeito a uma ação que intervém entre duas entidades (ABOUDRAR; MAIRESSE, 2018, p. 3).

Originalmente anexado no domínio de gestão de conflitos, a mediação emergiu na década de 1980 no setor cultural a fim de criar novas ligações entre as classes populares e as instituições (CHARRETON; LÉPINE 2013, p. 105).

Para Caune (2018, p. 9, tradução nossa) “O surgimento do tema da mediação cultural no início dos anos de 1990 é consciência contemporânea dos fenômenos de exclusão, fratura e de segmentação da sociedade francesa”⁶⁶.

Segundo Caune (2018, p. 9), esta aparição expressou o desejo de colocar fim ao tempo da desconfiança e do confronto entre o campo da cultura e o da cultura da educação popular para abordar o período de trabalhar juntos em torno de uma ambição compartilhada: desenvolver abordagens para a apropriação da arte viva e do patrimônio, democratizar o acesso a obras, línguas e práticas.

Quintas (2014, p. 2) percebe o mediador como um intermediário, na perspectiva de que possa ocorrer um encontro entre uma pessoa e um objeto.

De acordo com o Programa Suíço Pro Helvetia⁶⁷ (2012, p. 17, grifo dos autores, tradução nossa):

Quando apareceu pela primeira vez na França na década de 1980, o termo “mediação cultural” estava relacionado principalmente ao trabalho de relações públicas e à transmissão de conhecimento. Foi praticado não só nas artes, mas também no campo da proteção de monumentos e patrimônio. Era, portanto, afiliado a práticas de trabalho educativo e disseminação que existiam há muito tempo no campo cultural. Esse significado de “mediação cultural” como transmissão de

⁶⁶ L'émergence de la thématique de la médiation culturelle, au début des années 90, est contemporaine de la prise de conscience des phénomènes d'exclusion, de fracture et de segmentation de la société française (CAUNE, 2018, p. 9).

⁶⁷ La publication a vu le jour dans le cadre du programme Médiation culturelle, conduit de 2009 à 2012 par Pro Helvetia. L'objectif était de renforcer la médiation culturelle en Suisse et également de contribuer à sa valorisation au niveau de l'encouragement de la culture. Le programme visait à susciter la création et les échanges de savoirs dans ce champ professionnel afin de contribuer à une pratique qualitative de la médiation.

conhecimento ainda é comum hoje e corresponde à maior parte da prática atual⁶⁸.

Bersier (2017, p. 18, tradução nossa) diz que a noção de mediação cultural realmente decolou durante a década de 1990, período que marca o início de sua institucionalização. “Primeiro ligado ao mundo dos museus, logo se expandiu para novos lugares da cultura, como teatros, óperas, centros coreográficos, festivais, patrimônios, etc, sem esquecer as bibliotecas públicas”⁶⁹.

Para a *Médiation Culturelle Association* (2010, p. 2), a palavra mediação é hoje empregada por diversos atores, sendo utilizada em contextos diferentes para falar sobre a intervenção de um terceiro em uma situação de natureza conflituosa: mediação legal, política, familiar, social e intercultural, etc.

Camelo, Dubé e Maltais (2016, p. 17) verificam que a mediação cultural iniciou-se nos anos de 1980 em países de língua francesa e continua a se desenvolver através do aparecimento de duas vontades distintas para pensar nossas relações sociopolíticas com a cultura: a democratização cultural e a democracia cultural.

Como programa público, a democratização da arte vê a cultura como um conhecimento a ser compartilhado por meio da educação. É uma contribuição simbólica. Por sua vez, a democracia cultural usa a cultura para afirmar identidades: tem uma contribuição social (CAMELO; DUBÉ; MALTAIS, 2016).

De acordo com o código de ética da *Médiation Culturelle Association* (2010, p. 2), o termo mediação induz a ideia de uma triangulação, numa situação em que a presença do terceiro é necessária quando duas partes, em diálogo, estão em conflito ou tensão (mal entendido, comunicação impedida, interesses divergentes, etc.).

A noção de mediação surge durante a década de 1960 no campo cultural, e mais particularmente no campo dos museus, nos anos 80. Induz a ideia de um diálogo por vezes difícil entre objetos públicos e culturais, e até mesmo numa tensão

⁶⁸ Lorsqu'elle est apparue en France dans les années 1980, l'expression «médiation culturelle» était surtout liée au travail de relations publiques et à la transmission de connaissances. Elle était pratiquée non seulement dans les arts, mais aussi dans le domaine de la protection des monuments et du patrimoine. Elle s'affiliait donc à des pratiques de travail éducatif et de diffusion qui existaient depuis longtemps dans le domaine culturel. Cette signification de la «médiation culturelle» comme transmission de savoir est aujourd'hui encore courante et correspond à la majeure partie de la pratique actuelle. (PRO HELVETIA, 2012, p. 17).

⁶⁹ “Tout d’abord rattachée au monde des musées, elle ne tarde pas à s’étendre à de nouveaux lieux de culture, tels que des théâtres, des opéras, des centres chorégraphiques, des festivals, des lieux de patrimoine, etc., sans oublier des bibliothèques publiques” (BERSIER, 2017, p. 18).

sentida entre atividades culturais e populações (*MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION*, 2010, p. 2, tradução nossa)⁷⁰.

A mediação, desse modo, refere-se a um esquema triangular, sendo necessário a presença do mediador para sanar as tensões sentidas entre os elementos da cultura e o público, gerando uma situação de intercâmbio e meios de interpretação.

De acordo ainda com a *Médiation Culturelle Association* (2010, p. 2, tradução nossa), dependendo do contexto e do local, essa noção é usada no sentido de "técnica de comunicação cultural", "popularização", "animação" ou então "ação cultural"⁷¹.

Nessa tônica, três pólos são historicamente identificados:

- > De objetos materiais ou imateriais, territórios, ideias;
- > De pessoas, individuais ou em grupo: visitantes, espectadores, telespectadores, usuários, turistas, públicos, populações;
- > Uma estrutura cultural ou um ambiente institucional e sua equipe comprometida em missões de interesse geral: recolha, proteção, conservação, criação, pesquisa, estudos, valorização, difusão, recepção, educação, acompanhamento (*MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION*, 2010, p. 2, tradução nossa)⁷².

No contexto dos livros e da leitura, Garden (1996) diz que em 1991, o Departamento de Livro e da Leitura (DLL), órgão do Ministério da Cultura e Comunicação na França, em parceria com a Associação ATD Quart-Monde⁷³, realizaram uma primeira e pioneira experiência de mediadores de livros, no campo da leitura pública.

Nessa instância, Bordeaux (2008, p. 3, tradução nossa) dissemina que se tratou de "[...] um programa inovador de recrutamento de mediadores de livros, encarregado de disseminar o gosto e a prática da leitura entre as populações mais afastadas da rede de bibliotecas"⁷⁴.

⁷⁰ "La notion de *médiation* émerge au cours des années 60 dans le champ culturel, et plus particulièrement dans le champ des musées, dans les années 80. Elle induit l'idée d'un dialogue parfois difficile entre des publics et des objets culturels, voire d'une tension ressentie entre des établissements culturels et des populations" (*MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION*, 2010, p. 2).

⁷¹ "Selon les contextes et les lieux, cette notion est utilisée dans le sens de « technique de communication culturelle », de « vulgarisation », d'« animation » ou bien d'« action culturelle »" (*MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION*, 2010, p. 2).

⁷² "> des objets matériels ou immatériels, des territoires, des idées,
> des personnes, individuelles ou en groupe : visiteurs, spectateurs, regardeurs, usagers, touristes, publics, populations,
> une structure culturelle ou un environnement institutionnel et ses personnels engagés dans des missions d'intérêt général : collecte, protection, conservation, création, recherche, études, valorisation, diffusion, accueil, éducation, accompagnement" (*MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION*, 2010, p. 2).

⁷³ A Associação ATD Quart-Mond é um movimento que atua em várias países contra a miséria e a exclusão, criado a partir da observação de fraturas sociais profundas. Disponível em: <http://www.atd-quartmonde.org/>.

⁷⁴ "[...] un programme innovant de recrutement de médiateurs du livre, chargés de diffuser le goût et la pratique de la lecture auprès des populations les plus éloignées du réseau des bibliothèques" (BORDEAUX, 2008, p. 3).

Posteriormente, outros programas foram desenvolvidos a partir de 1998, tendo como parcerias o Ministério da Cultura e o Ministério da Juventude, do Esporte e da Vida Comunitária.

Para Bordeaux (2008, p. 3, tradução nossa), “[...] o Mediador de livros torna-se uma opção possível nos ofícios de animação sociocultural”⁷⁵.

Contudo, a mesma autora diz que a mediação cultural ocupa um lugar ambíguo. Aparece como uma competência e não como um quadro estatutário de emprego, exceto no setor de “animação”: aparece, portanto, como uma especialização das profissões de adido de conservação e assistente de conservação do patrimônio, e não como uma profissão por direito próprio (BORDEAUX, 2008, p. 4).

Finalmente, a lei francesa de 4 de janeiro de 2004 sobre os Museus da França mencionou explicitamente pela primeira vez a mediação como uma atribuição dos museus: Cada museu na França tem um serviço encarregado das ações de recepção do público, difusão, animação e mediação cultural. Essas ações são realizadas por pessoal qualificado (BORDEAUX, 2008, p. 4).

Ainda, Bordeaux (2008, p. 4) admite que o trabalho de Elizabeth Caillet, (CAILLET, 1995)⁷⁶, e sua atuação na Diretoria de Museus da França antes de ingressar na Delegação de Desenvolvimento, desempenhou um relevante papel na divulgação da noção de mediação cultural.

Além desses momentos cruciais que pontuam a institucionalização da mediação no sistema cultural, temos, na França, uma visão bastante limitada da importância quantitativa e qualitativa da mediação cultural como atividade profissional (BORDEAUX, 2008, p. 4, tradução nossa)⁷⁷.

7.5 Mediação cultural: perspectivas conceituais

Dufrêne e Gellereau (2004, p. 202) descrevem aspectos concernentes a complexidade da mediação cultural na França:

- a) É um objeto difícil de se pensar;

⁷⁵ “« médiateur du livre » devient une option possible dans les métiers de l’animation socioculturelle” (BORDEAUX, 2008, p. 3).

⁷⁶ CAILLET, E. *A l’approche du musée, la médiation culturelle*, PUL, 1995. (coll. Muséologies).

⁷⁷ “En dehors de ces moments-charnières qui scandent l’institutionnalisation de la médiation dans le système culturel, nous n’avons, en France, qu’une vision assez réduite de l’importance quantitative et qualitative de la médiation culturelle comme activité professionnelle” (BORDEAUX, 2008, p. 4).

b) Vincula-se a existência de uma tradição nacional de democratização da cultura francesa;

c) Atrela-se a necessidade das instituições culturais - privadas e públicas - pensarem nos públicos-alvo;

d) A heterogeneidade de concepções e práticas.

As autoras comunicam que a mediação cultural é um objeto difícil de se pensar, possivelmente, por causa do vasto número de profissionais do universo cultural ou sociocultural que a reivindicam como *métier* (profissão) (bibliotecários, atuantes dos serviços educacionais, museus, dos serviços de público como espetáculos ao vivo, animadores sócio-culturais, diretores artísticos, etc.).

Trata-se, desse modo, de uma profusão de profissionais que estão vinculados ao universo da mediação cultural, como os professores.

Em meio a opacidade do termo, práticas múltiplas, ambientes vários, profissionais diversos e a complexidade que cerca o trabalho e o universo da cultura, as autoras evidenciam que:

Em um contexto institucional, a noção de mediação cultural baseia-se na separação dos mundos da criação artística e das audiências: o mediador seria aquele que tem o conhecimento e as ferramentas para criar as condições para o seu encontro (DUFRÊNE; GELLEREAU, 2004, p. 201, tradução nossa)⁷⁸.

Dufrêne e Gellereau (2004) descrevem a mediação cultural como um encontro. Para o ofício da mediação cultural, destacam que o mediador é aquele que possui conhecimento (competências, habilidades, pedagogias) e as ferramentas (instituições culturais, técnicas, suportes, linguagens etc.).

Em se tratando do desenvolvimento da mediação cultural, Bordeaux (2008, p. 5) elenca as seguintes problemáticas em torno da mediação cultural na França:

- a) forte resistência institucional;
- b) termo hostilizado em certos círculos culturais (teatro);
- c) apesar da noção de mediação estar gradualmente se impondo, ainda não está inscrita em um quadro político assumido;
- d) os raros pesquisadores sobre a temática não possuem pontos de referência comuns.

⁷⁸ “Dans un contexte institutionnel, la notion de médiation culturelle se fonde sur la séparation des mondes de la création artistique et des publics : le médiateur serait celui qui dispose de connaissances et d’outils pour créer les conditions de leur rencontre” (DUFRÊNE; GELLEREAU, 2004, p. 6).

Em se tratando dos pressupostos apresentados e da complexidade que cerca a mediação cultural na França, compôs-se o quadro abaixo descrevendo as suas perspectivas conceituais de forma cronológica.

A composição da amostra considerou documentos em língua francesa, abrangendo além da França, a bibliografia de países como Bélgica e Canadá.

Quadro 13 - Mediação cultural em língua francesa: conceitos.

Autores	Conceitos
FONTAN (2007)	“Quanto ao conceito de mediação cultural, ainda reservado ao espaço francófono, reflete principalmente uma convergência, se não um amálgama, de práticas oriundas de diferentes universos que vão desde as práticas tradicionais de animação social e da educação popular à nova "gestão" cultural e sociológica, através da história da arte e da interpretação (guiada) das obras” (FONTAN, 2007, p. 8, grifo do autor, tradução nossa) ⁷⁹ ,
QUINTAS (2007)	“O território da mediação vai além do simples repasse da difusão para permitir uma apropriação mais ampla das formas artísticas e culturais. A mediação pode ser declarada, em nossa opinião, como uma abordagem: - Acompanhamento: educação artística, complemento pedagógico, etc. ; - Participação direta na criação: arte comunitária, prática artística amadora, etc.; - Ligação e circulação: artista em residência na comunidade, colaboração entre as comunidades culturais e socioeconômicas inclusão do cidadão nas decisões culturais, etc”. (QUINTAS, 2007, p. 2, tradução nossa) ⁸⁰ .
BORDEAUX (2008)	“Mediação cultural é um termo de uso recente em políticas culturais na França. Ela designa funções e habilidades que formam, em alguns domínios culturais (patrimônio, museologia, arte contemporânea e, em menor grau, leitura pública), negócios reais, identificados como tais, e gerentes de emprego que, ao longo do tempo, adquiriram legitimidade e visibilidade frágeis e reais. Em outros setores (cinema, shows), a contratação de pessoal dedicado à mediação é mais episódica, ou problemático e confuso, com o recrutamento de pessoal das funções de RP, marketing cultural, administração de projetos. Alguns campos culturais são, além disso, relativamente hostil à própria ideia de mediação, como é o caso do teatro” (BORDEAUX, 2008, p. 1, tradução nossa) ⁸¹ .

⁷⁹ “Quant au concept de médiation culturelle, encore réservé à l’espace francophone, il traduit surtout une convergence, sinon un amalgame, de pratiques issues d’univers distincts qui vont des traditionnelles pratiques d’animation sociale et d’éducation populaire au nouveau « management » culturel et à la sociologie, en passant par l’histoire de l’art et l’interprétation “guidée” des œuvres” (FONTAN, 2007, p. 8).

⁸⁰ “Le territoire de la médiation dépasse le simple relais de la diffusion pour permettre une appropriation plus élargie des formes artistiques et culturelles. La médiation peut s’énoncer, selon nous, comme une démarche :

- d’accompagnement : éducation artistique, complément pédagogique, etc.;
- de participation directe à la création : art communautaire, pratique artistique en amateur, etc.;
- de mise en relation et de circulation : artiste en résidence dans la communauté, collaboration entre les milieux culturelle et socioéconomique inclusion du citoyen dans les décisions culturelles, etc.” (QUINTAS, 2007, p. 2).

⁸¹ “La médiation culturelle est un terme d’usage récent dans les politiques culturelles en France. Elle désigne des fonctions et des compétences qui forment, dans certains domaines culturels (patrimoine, muséologie, art contemporain et, à un moindre degré, lecture publique), de véritables métiers, identifiés comme tels, et des cadres d’emploi qui ont acquis, avec le temps, une légitimité et une visibilité fragiles, mais réelles. Dans d’autres secteurs (cinéma, spectacle vivant), l’embauche de personnels dédiés à la médiation est plus épisodique, ou bien problématique et confuse, les personnels étant recrutés sur des fonctions de relations publiques, de marketing

MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION (2010)	“A palavra mediação é usada hoje por muitos atores. É usada em contextos diferente para falar sobre a intervenção de um terceiro em situação de natureza conflituosa: mediação legal, político, familiar, social, intercultural, etc. O termo mediação induz assim a ideia de triangulação, numa situação em que a presença terceiro é necessário quando duas partes, em diálogo, estão em conflito ou tensão (mal-entendido, comunicação impedida, interesses divergentes,...)” (MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION, 2010, p. 2, tradução nossa ⁸²).
NEUMANN (2012)	“Em conclusão, a mediação é o conjunto de processos, intervenções, técnicas, estratégias que facilitam o encontro entre obras de arte / fenômenos artísticos e indivíduos / a população. Pretende criar novas ligações entre a cultura e os cidadãos e todas as suas ações visam reduzir o fosso entre as artes e o público, especialmente com os chamados públicos remotos. A mediação cultural coloca os indivíduos no centro do processo de apropriação cultural e garante seu acesso ao maior número possível de pessoas nos níveis social, físico e intelectual” (NEUMANN, 2012, p. 9, tradução nossa) ⁸³ .
LAFORTUNE (2013)	“A mediação cultural põe em jogo as concepções do vínculo social e os objetivos da ação cultural, a aculturação e a inculturação a novos modos e novas formas de expressão, a criação e a promoção de identidades ao redor, a dimensão simbólica dos projetos, estilos de vida e mecanismos de regulação social” (LAFORTUNE, 2013, p. 9, tradução nossa) ⁸⁴ .
MEYER-BISCH (2016)	“A mediação cultural pode ser vista como uma inovação, uma variação na relação da pessoa com seu ambiente cultural, um novo ritual humano, um novo método de circulação do significado” (MEYER-BISCH, 2016, p. 73).
ABOUDRAR; MAIRESSE (2018)	“O termo "mediação cultural" refere-se a um conjunto de ações que visam, através de um intermediário - o mediador, que pode ser um profissional, mas também um artista, um facilitador ou um amigo - conectar um indivíduo ou um grupo com uma proposta cultural ou artística (obra singular de arte, exposição, concerto, espetáculo, etc.), para fomentar a sua apreensão, o seu conhecimento e a sua apreciação” (ABOUDRAR; MAIRESSE, 2018, p. 3, grifo dos autores, tradução nossa) ⁸⁵ .
	“O surgimento do tema da mediação cultural no início dos anos 90 é contemporâneo à conscientização dos fenômenos da exclusão, fratura e

culturel, d’administration de projet. Certains champs culturels sont, par ailleurs, relativement hostiles à l’idée même de médiation, comme c’est le cas pour le théâtre” (BORDEAUX, 2008, p. 1).

⁸² “Le mot médiation est aujourd’hui employé par de nombreux acteurs. Il est utilisé dans des contextes différents pour parler de l’intervention d’un tiers dans une situation de nature conflictuelle : médiation juridique, politique, familiale, sociale, interculturelle, etc. Le terme de médiation induit ainsi l’idée d’une triangulation, dans une situation où la présence d’un tiers est requise lorsque deux parties, en dialogue, sont en conflit ou en tension (incompréhension, communication empêchée, intérêts divergents,...)” (MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION, 2010, p. 2).

⁸³ “En conclusion, la médiation est l’ensemble des processus, des interventions, des techniques, des stratégies qui facilitent la rencontre entre les oeuvres d’art/les phénomènes artistiques et les individus/la population. Elle a pour objectif de créer de nouveaux liens entre la culture et les citoyens et l’ensemble de ses actions visent à réduire l’écart entre les arts et les publics, notamment auprès des publics dits éloignés. La médiation culturelle place les individus au coeur du processus d’appropriation de la culture et assure son accès au plus grand nombre au niveau social, physique et intellectuel” (NEUMANN, 2012, p. 9).

⁸⁴ “La médiation culturelle met ainsi en jeu les conceptions du lien social et des finalités de l’action culturelle, l’acculturation et l’enculturation à de nouveaux modes et de nouvelles formes d’expression, la création et la promotion d’identités autour de la dimension symbolique des projets, les styles de vie et les mécanismes de la régulation sociale” (LAFORTUNE, 2013, p. 9).

⁸⁵ “On appelle "médiation culturelle" un ensemble d’actions visant, par le biais d’un intermédiaire - le médiateur, qui peut être un professionnel mais aussi un artiste, un animateur ou un proche -, à mettre en relation un individu ou un groupe avec une proposition culturelle ou artistique (oeuvre d’art singulière, exposition, concert, spectacle, etc.), afin de favoriser son appréhension, sa connaissance et son appréciation” (ABOUDRAR; MAIRESSE, 2018, p. 3).

CAUNE (2018)	segmentação da sociedade francesa. Esta aparição expressou o desejo de pôr fim “ao tempo de desconfiança e confronto” entre o campo da cultura e o da cultura da educação popular para abordar o tempo “de trabalhar juntos em torno de uma ambição compartilhada: desenvolver abordagens para a apropriação da arte viva e do patrimônio democratizar o acesso a obras, línguas e práticas” ⁸⁶ (p. 9, grifo do autor). “A mediação era então chamada a se opor ao enfraquecimento do laço social; favorecer o nascimento de novas normas, onde as antigas perderam sua legitimidade” (CAUNE, 2018, p. 9, grifo do autor, tradução nossa) ⁸⁷ .
--------------	---

Fonte: elaborado a partir de Fontan (2007), Quintas (2007), Bordeaux (2008), Médiation Culturelle Association (2010), Neumann (2012), Lafortune (2013), Meyer-Bisch (2016), Abouddrar; Mairesse (2018) e Caune (2018).

“A noção de "mediador" existe há muito tempo em nossa história, pois consideramos que a palavra em si pertence à língua francesa desde o século XIII, sendo que o seu significado mudou pouco desde então” considera Fontan (2007, p. 7, grifo do autor, tradução nossa)⁸⁸.

Acerca do significado do termo mediador, Fontan (2007, p. 7, grifo do autor, tradução nossa)⁸⁹ escreve que:

Em 1314, Henri de Mondeville o definiu como “o que serve de intermediário entre duas coisas”. [...] Em 1473, Beautemps-Beaupré, definiu o mediador como “aquele que intervém para obter um tratado, uma paz”. O aspecto do mediador “intermediário entre duas coisas” também é encontrado na definição da religião católica, que faz de Jesus o “mediador entre Deus e os homens”.

⁸⁶ “L’émergence de la thématique de la médiation culturelle, au début des années 90, est contemporaine de la prise de conscience des phénomènes d’exclusion, de fracture et de segmentation de la société française. Cette apparition exprimait le désir de mettre fin « au temps de défiance et de confrontation » entre le champ de la culture et celui de l’éducation populaire pour aborder le temps « du travail en commun autour d’une ambition partagée : développer les démarches d’appropriation de l’art vivant et du patrimoine afin de démocratiser l’accès aux oeuvres, aux langages et aux pratiques” (CAUNE, 2018, p. 9).

⁸⁷ “L’émergence de la thématique de la médiation culturelle, au début des années 90, est contemporaine de la prise de conscience des phénomènes d’exclusion, de fracture et de segmentation de la société française. Cette apparition exprimait le désir de mettre fin « au temps de défiance et de confrontation » entre le champ de la culture et celui de l’éducation populaire pour aborder le temps « du travail en commun autour d’une ambition partagée : développer les démarches d’appropriation de l’art vivant et du patrimoine afin de démocratiser l’accès aux oeuvres, aux langages et aux pratiques ». La médiation était alors, de surcroît, appelée à s’opposer à la fragilisation du lien social ; à favoriser la naissance de nouvelles normes, là où les anciennes avaient perdu leur légitimité” (CAUNE, 2018, p. 9).

⁸⁸ “La notion de « médiateur » est présente depuis bien longtemps dans notre histoire, puisqu’on considère que le mot lui-même appartient à la langue française depuis le XIII^e siècle. Et son sens n’a que peu évolué depuis” (FONTAN, 2007, p. 7).

⁸⁹ “En 1314, Henri de Mondeville le définit comme « ce qui sert d’intermédiaire entre deux choses ». En 1473, Beautemps-Beaupré, dans son ouvrage Coutumes et institutions de l’Anjou et du Maine, définit le médiateur comme « celui qui intervient pour procurer un traité, une paix ». L’aspect du médiateur « inter-médiaire entre deux choses » se retrouve également dans la définition de la religion catholique, qui fait de Jésus le « médiateur entre Dieu et les hommes »” (FONTAN, 2007, p. 7).

Fontan (2007) destaca o mediador como um **intermediário**, realizando uma **intervenção** em prol de algo. Ao longo da história e ainda hoje, o mediador é definido como uma pessoa de **diálogo** entre as partes, um elo de comunicação, tendendo a uma ação de busca de acordo entre opiniões divergentes. ou *a priori* incompatível (FONTAN, 2007, p. 7).

Fontan (2007) defende a ideia de que a tecnologia social representada pela mediação cultural é mais do que um modismo, observando-a como um novo caminho de **intervenção** no campo do **desenvolvimento cultural**:

A mediação cultural é tanto uma pedagogia de ação e criação como uma tecnologia de intervenção social, política, econômica ou cultural cujo objeto, tomado como um todo ou sua especificidade é responder a uma necessidade ou a um desejo individual ou coletivo de ajustar ou superar uma situação localizada [...] (FONTAN, 2007, p. 10, tradução nossa)⁹⁰.

Em suma, Fontan (2007) observa a mediação cultural, situando-a como uma nova abordagem pedagógica de ação, criação e tecnologia social dentro do quadro geral representado pelas práticas de ação cultural e animação social.

Nas palavras do autor, a mediação cultural é uma nova **intervenção pedagógica** no universo representado por atividades que englobam a **ação cultural** e a **animação cultural** (FONTAN, 2007).

Quintas (2007, p. 2) refere-se à mediação cultural como um processo de apropriação mais ampla através de uma relação personalizada e viva entre referências culturais e indivíduos. O território da mediação cultural vai além da simples difusão, mas permite uma apropriação mais ampla das formas artísticas e culturais.

O autor destaca a mediação cultural como um **processo** de **apropriação** amplo, materializando-se através de relações personalizadas e pulsantes que envolvem os elementos culturais, os mediadores e a comunidade.

Para Quintas (2007, p. 2), a mediação cultural é uma abordagem que engloba: acompanhamento, participação, ligação e circulação. Entendemos as premissas de Quinta (2007) como acompanhamento dos mediadores, participação na cultura, ligação da comunidade com as atividades culturais e circulação da produção cultural.

⁹⁰ “La médiation culturelle est à la fois une pédagogie d’action et de création et une technologie d’intervention sociale, politique, économique ou culturelle dont l’objet, pris dans sa globalité ou sa spécificité, est de répondre à un besoin ou à une aspiration individuelle ou collective d’ajustement ou de dépassement d’une situation localisée” (FONTAN, 2007, p. 10).

Ao observar as práticas de mediação cultural em Québec, Canadá, Quintas (2007, p. 2) diz que embora muitos atores locais estejam envolvidos nas práticas de **intervenção** direta (embora nem sempre sejam citados como tais), existem poucas pesquisas e referências sobre esse assunto.

Quintas (2007) observa uma quantidade mínima de publicações científicas sobre a mediação cultural no Canadá. Mesmo assim, consideramos o Canadá um país atuante em torno da temática, podendo-se ser referenciados diversos autores (FONTAN, 2007; QUINTAS, 2007; LACERTE, 2007; LAFORTUNE, 2007 e BÉLANGER, 2007), além de grupos de pesquisa (Laboratoire d'animation et recherche culturelles (LARC) - Université du Québec à Montréal (UQÀM) como também publicações (CAHIERS DE L'ACTION CULTURELLE: Regards croisés sur la médiation culturelle, 2007).

Bordeaux (2008, p. 1) diz que a mediação cultural é um termo de uso recente nas políticas culturais na França, observando que o seu surgimento na França desenvolveu-se sob os limites das políticas culturais e do sistema cultural sob o termo "crise cultural" ou "fracasso da democratização cultural".

Para a autora, “a mediação é uma forma de nomear essa meta não cumprida de justiça social na distribuição da propriedade cultural e a necessidade de reafirmar o paradigma geral da democratização cultural em outras bases” (BORDEAUX, 2008, p. 1, tradução nossa)⁹¹.

Bordeaux (2008) propõe a mediação cultural mediante a necessidade de reafirmar o paradigma da democratização cultural. Nesse aspecto, é relevante recordar que as bases da democratização cultural francesa remontam ao tratado de Condorcet em 1792, na luta pela expansão pela educação popular.

⁹¹ “La médiation est une manière de nommer à la fois cet objectif non satisfait de justice sociale dans la répartition des biens culturels, et le besoin de refonder sur d’autres bases le paradigme général de démocratisation culturelle” (BORDEAUX, 2008, p. 1).

Imagem 10 - Monumento em homenagem a Condorcet, Paris.



Fonte: coleção particular do autor, 2018.

Na Terceira República (1870 – 1940) presenciou-se uma grande política de democratização cultural chamada de instrução pública (MARTIN, 2013), acompanhada de um fenômeno social massivo: a ascensão de uma cultura de massa através da leitura, da imprensa popular, a difusão do livro escolar, a presença de teatros, casas de música e cinemas.

Nesse caso, o autor refere-se à democratização cultural destacando-a através da evolução da indústria cultural, aumentando, exponencialmente, o fluxo de materiais bibliográficos e, consequentemente, o de leitores (MARTIN, 2013).

De acordo com a *Médiation Culturelle Association* (2010, p. 3, tradução nossa) a mediação cultural é entendida como plural, multidimensional, transversal e transdisciplinar, “[...] contribuindo, indubitavelmente, com um objetivo democrático, para a construção compartilhada de uma cultura em formação”⁹².

⁹² “Ainsi, contribue-t-elle sans doute mieux, dans une visée démocratique, à la construction partagée d’une culture en devenir” (MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION, 2010, p. 3).

A intenção da mediação deve corresponder a um real desejo compartilhado de promover o encontro em torno do objeto, do trabalho, do lugar ou da exposição, a fim de possibilitar a apropriação plena, pelo povo (público, populações, usuários, visitantes, ...), do que é proposto. Deve, portanto, irrigar transversalmente o sistema cultural e mobilizar a implementação de um dispositivo comum real compartilhado pelos diferentes atores, servindo ao público (MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION, 2010, p. 4, tradução nossa)⁹³.

A Associação francesa percebe a mediação cultural como um impulso de querer **compartilhar o encontro** de objetos, espaços, obras, possibilitando a **apropriação plena da cultura pela comunidade**.

Neumann (2012, p. 8) argumenta que a mediação cultural é mais uma noção do que um conceito claramente definido. Nascida no setor de museus e bibliotecas, o autor diz que a mediação aparece como uma mala, um resumo que dificulta a sua compreensão. Diz respeito a muitos atores: artistas, educadores, assuntos sociais, escolas, políticos, administrações, parceiros sociais, instituições culturais e uma **heterogeneidade de atividades**.

Neumann (2012, p. 8) através do curso de gestão cultural organizado pela *Universités de Genève et Lausanne* e a *L'association Artos*, em Vevey – Suíça, diz que não existe um modelo genérico de mediação cultural e seus contornos são difíceis de se definirem. Não se trata de um conjunto homogêneo de práticas e técnicas de intervenção, existem diferentes modelos, muitos perfis de mediadores e múltiplas funções referentes a ela.

Neumann (2012) suscita a noção de mediação cultural como heterogênea, composta de múltiplas práticas, técnicas de intervenção e vários perfis de mediadores.

Sobre a abrangência da mediação cultural, Neumann (2012, p. 2, tradução nossa)⁹⁴ descreve que “a mediação está no interstício do campo cultural, social e educacional e deve ser realizada e defendida por todos os parceiros”.

Ao conceituar a mediação cultural, a autora diz:

⁹³ L'intention de médiation doit correspondre à une véritable volonté partagée de favoriser l'entente autour de l'objet, de l'œuvre, du lieu ou de l'exposition afin de rendre possible une pleine appropriation, par les personnes (publics, populations, usagers, visiteurs,...), de ce qui est proposé. Elle doit donc irriguer transversalement l'établissement culturel et mobiliser la mise en œuvre d'un véritable dispositif commun partagé par les différents acteurs, au service des publics ((MÉDIATION CULTURELLE ASSOCIATION, 2010, p. 4).

⁹⁴ “La médiation se situe à l'interstice du champ culturel, social et éducatif et devrait être portée et défendue par l'ensemble des partenaires” (NEUMANN, 2012, p. 2).

A mediação cultural produz significado, dá chaves para a compreensão, oferece espaço e oportunidades para o desenvolvimento de relações interpessoais, aspira a reduzir as desigualdades entre os diferentes grupos sociais e atrai novas audiências. Permite que todos aprendam, adquiram conhecimentos e referências para entender melhor o mundo. Ao ganhar confiança, o espectador pode se tornar autônomo e se deleitar com as obras que encontra (NEUMANN, 2012, p. 11, tradução nossa)⁹⁵.

Neumann (2012) concebe a mediação cultural como produtora de **significados**, oferece espaços e oportunidades para o **desenvolvimento de relação interpessoais**: “Relacionamentos, vínculos entre indivíduos estão no centro da mediação cultural, independentemente da origem do público e de sua cultura de bagagem”, complementa Neumann (2012, p. 12, tradução nossa)⁹⁶.

Lafortune (2013, p. 6) destaca que o surgimento da mediação cultural ecoa uma série de crises que a sociedade quebequense experimentou desde os anos 1980, como as crises enfrentadas em outras sociedades ocidentais.

Fazendo um recorte a partir da década de 1980, Lafortune (2013) detectou, desde então, quatro momentos de crises na sociedade canadense: econômica, política, cultural e ambiental. A cultura, como esfera de criação, educação e informação, foi chamada a desempenhar um papel fundamental na recuperação dessas crises como alavanca central das estratégias para o desenvolvimento (LAFORTUNE, 2013).

Nessa instância, a emergência de práticas e do conceito de mediação cultural ancora-se em uma lógica de **intervenção centrada em processos e atores**, sendo considerada, a partir dos impactos atribuídos a ela, como um vetor de mudança social (LAFORTUNE, 2013).

Meyer-Bisch (2016) verifica a mediação cultural composta e múltipla em suas expressões, voltada às áreas de intervenção de políticas públicas que dizem respeito, entre outras coisas, ao uso da mediação cultural como vetor para o desenvolvimento, manutenção ou afirmação da pertença local e regional.

⁹⁵ “La médiation culturelle produit du sens, elle donne des clefs de compréhension, elle offre un espace et des occasions de développer des relations interpersonnelles, elle aspire à réduire les inégalités entre les différents groupes sociaux et attire de nouveaux publics. Elle permet à chacun de se former, d’acquérir des connaissances et des références pour mieux appréhender le monde. En prenant de l’assurance, le spectateur pourrait ensuite devenir autonome et se délecter seul des oeuvres auxquelles il est confronté” (NEUMANN, 2012, p. 11).

⁹⁶ “Les relations, les liens entre individus sont au coeur de la médiation culturelle, quelque soit l’origine du public et ses bagages en matière de culture” (NEUMANN, 2012, p. 12).

Meyer-Bisch (2016) soma-se ao montante de autores de língua francesa a definir a mediação cultural como **intervenção**. O autor também destaca a habilidade da mediação em provocar **encontros e ligações** intergeracionais contra o **isolamento cultural e social**. “Esses encontros e ações reativam a noção de memória e história coletiva [...] ajudando a reparar o tecido social das comunidades” (MEYER-BISCH, 2016, p. 75, tradução nossa)⁹⁷.

Meyer-Bisch (2016) defende a mediação cultural como intervenção contra a exclusão social, materializados por **encontros** que reativam a questão da **memória** e da **história coletiva**.

Aboudrar e Mairesse (2018, p. 3) referem-se à mediação cultural como um conjunto de ações, visando, através de um intermediário (mediador), conectar um indivíduo ou grupo a uma proposta cultural com fins de apreensão, conhecimento e apreciação.

Para os autores, o mediador cultural conecta público e atividades culturais com objetivos de **apropriação** das informações e apreciação e o desenvolvimento do gosto pelos elementos formadores do vasto sistema cultural (ABOUDRAR; MAIRESSE (2018, p. 3).

De acordo com os autores, o mediador cultural faz a **conexão do público** com as **atividades culturais**, tendo em vista a **apropriação, apreciação e desenvolvimento do gosto** pelos **elementos formadores da cultura** (ABOUDRAR; MAIRESSE (2018).

Jean Caune (2018, p. 9, tradução nossa)⁹⁸, defende que a mediação cultural surgiu nos primeiros anos da década de 1990, cujo fenômeno é contemporâneo à conscientização dos fenômenos da exclusão, fratura e segmentação da sociedade francesa.

O autor corrobora que não é mais possível referir-se à noção de mediação cultural sem levar em consideração as fraturas culturais e sociais que estruturam a sociedade francesa hoje em dia (CAUNE, 2018, p. 10).

Caune (2018) aponta uma crise que perdura em diversos âmbitos: um corte cada vez mais acentuado entre sociedade e política, o enfraquecimento das instituições de transmissão de conhecimentos e normas, a manutenção de um volante estrutural de

⁹⁷ “Ces rassemblements et actions réactivent la notion de mémoire et d’histoire collective. De ce point de vue, les médiateurs/médiatrices culturels endossent les rôles de passeurs, ils/elles contribuent à réparer le tissu social des communautés” (MEYER-BISCH, 2016, p. 75).

⁹⁸ “L’émergence de la thématique de la médiation culturelle, au début des années 90, est contemporaine de la prise de conscience des phénomènes d’exclusion, de fracture et de segmentation de la société française” (CAUNE, 2018, p. 9).

desemprego. Podendo-se citar ainda uma questão cada vez mais acentuada na Europa: os grandes fluxos migratórios.

Apresentada nos discursos como os meios prováveis de reparar a fratura social, Caune (2006, p. 132) diz que a mediação cultural é atribuída a várias funções: opor-se ao enfraquecimento do vínculo social; refundar o sentimento da comunidade e, finalmente, fomentar o surgimento de novas normas, onde as antigas perderam sua legitimidade. A mediação cultural reduziria, portanto, a lacuna entre a cultura e os indivíduos.

“O tempo da mediação é um tempo político, na medida em que a mediação cultural é palavra e ação que permitem aos atores, em um dado e reconhecido contexto, construir relações que modifiquem a respectiva situação de um em relação ao outro” (CAUNE, 2018, p. 10 - 11, tradução nossa)⁹⁹.

A aparição da mediação cultural expressou o desejo de pôr fim ao "tempo de desconfiança e confronto" entre o campo da cultura e o da educação popular para abordar o tempo "de trabalhar em conjunto em torno de uma ambição compartilhada: desenvolver as abordagens de “apropriação da arte e do patrimônio vivo, a fim de democratizar o acesso a obras, línguas e práticas” (CAUNE, 2018, p. 9).

O autor aborda a mediação cultural numa dimensão interativa e colaborativa, desenvolvendo a apropriação e a democratização cultural, atingindo o fortalecimento sociocultural, reavivando questões da diversidade cultural e dos direitos culturais, colocando-a numa perspectiva ética.

Por fim, dois pontos são apontados por Caune (2018, p. 11, tradução nossa) e merecem atenção:

Para se posicionar neste tempo da política, deve-se escapar de uma dupla ilusão: a de uma neutralidade do mediador na relação de interação, a neutralidade que levaria à impotência; esquecer o contexto e as questões políticas que legitimam a relevância da mediação¹⁰⁰.

Na mediação cultural analisada por Caune (2018) não existe a **neutralidade** nas relações estabelecidas. Imparcialidade e neutralidade são quesitos considerados distantes

⁹⁹ “Le temps de la médiation est un temps politique, dans la mesure où la médiation culturelle est parole et action qui permettent aux acteurs, dans un contexte donné et reconnu, de construire des relations qui modifient la situation respective de l’un par rapport à l’autre” (CAUNE, 2018, p. 10 - 11).

¹⁰⁰ “Pour se positionner dans ce temps du politique, il faut échapper à une double illusion : celle d’une neutralité du médiateur dans la relation d’interaction, neutralité qui conduirait à l’impuissance ; celle de l’oubli du contexte et des enjeux politiques qui légitiment la pertinence de la médiation” (CAUNE, 2018, p. 11).

da atuação dos mediadores, uma vez que os processos mediadores estão envolvidos em esferas de significação.

Caune (2006, p. 132) denota que a mediação cultural é o centro do processo cultural. Concentrar-se no fenômeno da mediação é enfatizar a relação e não o objeto; é interrogar a enunciação, em vez do conteúdo da declaração; é favorecer a recepção e não a difusão.

Nessa análise, constata-se que mediação não é difusão, mas converte-se em atos de apropriação, como defende Chantepie (2010, p. 1) ao perceber que as atividades de mediação cultural visam promover a apropriação coletiva de diferentes formas de artes e patrimônio em todos os campos artísticos e culturais.

Dessa forma, a mediação cultural é um ato de apropriação em que vincula ou conecta os atores sociais as mais diferentes formas artísticas e culturais (música, dança, cinema, literatura, escultura, pintura, fotografia, documentos históricos, memória, etc.), enfim, todas as modalidades artísticas e culturais, cobrindo uma heterogeneidade de atividades, práticas e profissionais.

Chantepie (2010, p. 1), analisa que enquanto as atividades de mediação são amplamente aceitas, elas ainda estão fracamente incorporadas em organizações e instituições culturais e são geralmente atores profissionais com condições precárias de emprego, estatutos e formas de reconhecimento incertas.

Essa constatação deve tornar as estruturas culturais conscientes da necessidade de implementar políticas de recursos humanos que visem estruturar, apoiar e renovar essas atividades de mediação com relação a seus problemas atuais e futuros e dada sua função central para as políticas públicas.

Bordeaux (2008) destaca que a mediação cultural se desenvolveu no rastro dos limites do sistema cultural sob o termo "crise cultural" ou "fracasso da democratização cultural", cuja emergência está parcialmente ligada a um desencantamento geral com a utopia fundadora das políticas culturais na França: a acessibilidade para todos aos trabalhos de qualidade.

A mediação é baseada em um questionamento constantemente renovado sobre o lugar, o papel e a legitimidade da instituição cultural, onde a linguagem dos mediadores se desenvolve em um espaço autônomo e com lógicas próprias (BORDEAUX, 2008, p. 2).

8 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória-descritiva, adotando-se os métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) como procedimento para a análise dos dados coletados.

A pesquisa qualitativa nas ciências sociais responde a um nível de realidade que não pode ser quantificado, já que a sua abordagem relaciona-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Para Minayo (2002, p. 21 - 22) esses aspectos correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A abordagem qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais, o que para Neves (1996) compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Considera-se, nesse caso, a medição cultural como um objeto de estudo complexo dada a sua característica multidisciplinar, situacional, de contextos, dispositivos e processos precisos e que recobre um conjunto multiforme de práticas culturais.

De acordo com o objetivo da pesquisa, determinou-se como método de estudo a pesquisa bibliográfica, tendo como base a análise sistemática da bibliografia selecionada, utilizando o suporte teórico da Ciência da Informação nas reflexões sobre a mediação cultural e de seus problemas subjacentes.

Para Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica almeja a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando-se e discutindo-se as várias contribuições científicas.

Marconi e Lakatos (2010, p. 166) dizem também que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito sobre certo tema, mas proporciona o exame sob novo enfoque ou abordagem, chegando-se a conclusões inovadoras.

Por meio da pesquisa bibliográfica foram selecionados e reunidos diversos materiais bibliográficos no intuito de se alcançar contribuições teóricas que nos dessem suporte ao desenvolvimento do embasamento teórico.

Após o fichamento e a análise da bibliografia pertinente, constatou-se que a mediação cultural surgiu na França (CAUNE, 2018; BORDEAUX, 2008; MONTROYA, 2008; NEUMANN, 2012), influenciando pesquisas e estudos em diversos países

francófonos (Bélgica, Suíça e Canadá), países da península ibérica (Espanha e Portugal) e demais países latinos, a exemplo do Brasil.

Mediante essa verificação, tornou-se relevante ao objetivo de pesquisa empreender investigações no país berço da mediação cultural originando-se a necessidade da adoção de pesquisa de campo a fim de se permitir uma aproximação ao objeto de estudo.

Assim sendo, Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a pesquisa de campo exige do pesquisador um encontro mais direto com o objeto. Nesse caso, o pesquisador necessita ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

A pesquisa de campo, no contexto francês, consistiu em investigar e analisar a mediação cultural e seus fenômenos adjacentes, avaliando-se a sua historicidade, surgimento, fenômenos culturais fronteiriços e as teorias, disponibilizados em diversas fontes de pesquisa, como catálogos de bibliotecas e bases de dados.

A pesquisa de campo foi realizada em Lille, cidade no extremo norte francês, com estágio realizado no *Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication* (GÉRiCO), da *Université de Lille 3*, no período de setembro a novembro de 2018.

O desafio de se investigar a mediação cultural, tanto no âmbito brasileiro quanto no francês, exigiu que adotássemos a pesquisa exploratória-descritiva:

- a) Exploratória: É necessária quando se tem pouco conhecimento sobre o assunto. Permite um contato de maior abrangência com o fenômeno investigado, envolvendo um amplo levantamento bibliográfico e a aplicação de questionário para a coleta de dados.
- b) Descritiva: É utilizada para se descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. admite uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo.

Como procedimento para a análise de dados utilizou-se a Análise de Conteúdo, de Bardin (2011).

O campo de aplicação para a análise de conteúdo é extremamente vasto no que se refere aos múltiplos discursos (escrito, oral, icônico, códigos semióticos), além de contemplar comunicações monológicas, dialógicas, grupais ou massivas.

Num último julgamento, qualquer comunicação (textual e imagem), isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, pode ser decifrado pelas técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2011, p. 38).

Nesse caso, os discursos para esta pesquisa referem-se a literatura científica e os dados coletados através da aplicação de questionários no contexto Brasil e França.

Sobre a análise de conteúdo, Minayo (1994, p. 68) diz que em alguns livros, os autores a denominam como análise e interpretação. Há também outros autores que entendem a análise como descrição dos dados e a interpretação como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa. E ainda existem os que compreendem a análise num sentido mais amplo, abrangendo a interpretação.

Minayo (1994, p. 68) diz ser partidária desse posicionamento, por acreditar que a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento, o de olhar atentamente para os dados da pesquisa.

A relevância da análise de conteúdo para esta investigação deve-se a possibilidade de se explorar com rigor os discursos selecionados e obtidos, viabilizando a realização de inferências e interpretações inter-relacionadas aos objetivos propostos nesta investigação.

A análise dos dados obtidos desenvolveu-se, de acordo com Bardin (2011) em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

I. Pré-análise

Tem por objetivo a organização da pesquisa. Esta fase possui três missões: a escolha da bibliografia a ser submetida à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores para a fundamentação e interpretação final.

II. Exploração do material

Ao selecionar o *corpus* da pesquisa, procedeu-se nas leituras de todo o material (análise documental) com o objetivo de organizar de forma estruturada (fichamentos) aspectos importantes para as próximas fases da análise.

Nas leituras efetivou-se o contato mais amplo com os documentos, conhecendo-se o contexto e deixando-se fluir impressões e orientações para se detectar significados e elaborações relevantes com o intuito de atenderem aos objetivos do estudo.

A exploração do material consistiu em operações de codificação, decodificação, enumeração e a categorização.

III. Tratamento dos resultados e interpretação

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é cronologicamente a mais antiga e na prática a mais utilizada (BARDIN, 2011).

A análise categorial funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos, tendo como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos.

Segundo Silva (2018, p. 33), a técnica análise categorial apresenta bons resultados em pesquisa qualitativa, devido à possibilidade de se realizar interpretações embasadas por inferências.

Estabeleceu-se para esta pesquisa as categorias a posteriori-definidas na pré-análise do corpus selecionado, tendo em vista os critérios postulados por Bardin (2011, p.149-150) para a configuração de boas categorias:

- a) A exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias devem ser construídas de tal modo que um elemento não pode ter dois ou vários aspectos suscetíveis de serem classificados em duas ou mais categorias;
- b) A homogeneidade: o princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial só se pode funcionar com um registro e com uma dimensão de análise;
- c) A pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido;
- d) A objetividade e a fidelidade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises;
- e) A produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Pode-se, de acordo com Campos (2004) caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade

ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos da pesquisa.

Os resultados da análise de conteúdo por categorias em conjunto com os resultados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo deram fundamentação para a contribuição de um conceito de mediação cultural em bibliotecas.

Trata-se de uma pesquisa que investigou o conhecimento produzido sobre a mediação cultural por meio da Ciência da Informação no Brasil e na França, concentrando-se em reflexões teóricas a partir de leituras analíticas e críticas de materiais bibliográficos selecionados na literatura e nos dados coletados através da pesquisa de campo com a aplicação de questionário aos envolvidos com a temática.

Dessa forma, o objeto de estudo suscitou o emprego da análise de conteúdo por possibilitar o desenvolvimento de uma análise interpretativa, incidindo tanto numa perspectiva compreensiva dos fenômenos como construtivista, na probabilidade de se empreender esforços para a contribuição no desenvolvimento de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas (MCB).

8.1 Universo da pesquisa

Foram delimitados como universo de pesquisa os pesquisadores brasileiros envolvidos com a temática da mediação cultural; o Grupo de Estudos e de Pesquisas Interdisciplinares em Informação e Comunicação (GÉRiiCO), a *Bibliothèque Municipale de Lille*, bibliotecários franceses e as bases de dados relacionadas ao tema de pesquisa.

8.1.1 Contexto brasileiro

Para a seleção de documentos no âmbito do Brasil consideramos a análise de textos produzidos pela comunidade acadêmica e validados pela mesma a partir das publicações de quatro relevantes canais de comunicações científicas: artigos de periódicos, anais de encontros de pesquisadores, teses e dissertações e livros.

Para tanto, realizou-se uma busca bibliográfica nos periódicos indexados pela Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹⁰¹, nos anais do

¹⁰¹ Base de dados de periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/home>.

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB)¹⁰², na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD - IBICT)¹⁰³.

Além disso, evidenciou-se também os únicos livros publicados sobre a mediação cultural no escopo da Ciência da Informação: Informação e contemporaneidade: perspectivas (LARA; FUJINO; NORONHA, 2007)¹⁰⁴, Mediação cultural (SALCEDO, 2016)¹⁰⁵ e Informação e protagonismo social (GOMES; NOVO, 2017)¹⁰⁶.

A base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) disponibiliza artigos de 57 revistas científicas nacionais impressas e eletrônicas da área de Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia).

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação é promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), sendo que em 2018, o ENANCIB fez a sua 19ª. edição.

As apresentações e palestras dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação estão disponíveis no repositório BENANCIB disponibilizados pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) acessadas pelo *site* do IBICT, integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, estimulando o registro e a publicação das pesquisas em meio eletrônico.

Foram utilizados os seguintes termos na estratégia de busca: <bibliotecas no Brasil>, <cultura>, <informação>, <animação cultural AND biblioteca>, <ação cultural AND biblioteca>, <apropriação cultural>, <construção de sentidos>, <dispositivos de informação e cultura>, <mediação>, <mediação cultural>, <mediação cultural AND biblioteca>, <negociação cultural> e <protagonismo cultural>.

¹⁰² Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2>.

¹⁰³ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>.

¹⁰⁴ LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>.

¹⁰⁵ SALCEDO, D. A. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0DneSsHmlj-YzVKVE84RzVneDQ/view>.

¹⁰⁶ GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

8.1.2 Contexto francês

GÉRiCO

A pesquisa de campo na França deu-se no *Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication* (GÉRiCO), da *Université Lille 3*.

O Grupo de Estudos e de Pesquisas Interdisciplinar em Informação e Comunicação (GÉRiCO) situa-se na *Université Charles de Gaulle - Lille 3*, na cidade de Lille, situada no extremo-norte da França, região conhecida como *Pas-de-Calais*.

O objetivo principal do laboratório de pesquisa GÉRiCO é a análise de práticas, processos e dispositivos de comunicação de informação compreendidos nas suas dimensões linguísticas e discursivas, tecnológicas e simbólicas, invocando os diversos dispositivos construtores de sentidos nos processos de mediação cultural.

O GÉRiCO desenvolve pesquisas em torno de questões amplas que envolvem os temas de cultura, informação, comunicação e sociedade.

Atualmente, o GÉRiCO possui 38 (trinta e oito) membros do corpo docente, compostos por 35 (trinta e cinco) docentes, 3 professores eméritos e 38 (trinta e oito) doutorandos, interessados na produção, organização, circulação e apropriação de informação e conhecimento na sociedade contemporânea.

O laboratório reúne habilidades analíticas e metodológicas adotando-se uma perspectiva multidisciplinar entre as ciências da informação e da comunicação, ciências sociais, ciências da linguagem e ciências cognitivas. Esses aspectos reforçam a Ciência da Informação como ciência multidisciplinar, já que em seus estudos várias disciplinas são conjugadas para a análise dos fenômenos da informação, comunicação e cultura.

Bibliothèque Municipale de Lille - Jean Levy

Como em muitas cidades da França, a Biblioteca Municipal de Lille teve em sua história uma filiação direta com uma biblioteca religiosa, neste caso, a biblioteca do *Collégiale Saint-Pierre* no início do século XVIII (ALLAIN, 2000, p. 3).

Até meados do século XX, as bibliotecas na França representaram divisões culturais tradicionais, mantendo-se numa concepção clássica de biblioteca: refúgios de paz, tranquilas, dedicadas ao estudo, à concentração e ao silêncio. Para Melot (2007), essa era a imagem clichê das bibliotecas encontradas na literatura dos séculos XIX e XX.

A partir da década de 1950, as bibliotecas francesas iniciaram um período de transformação e de redefinição de seus papéis e práticas. Através de levantamento bibliográfico¹⁰⁷, foi possível identificar uma diversificação de serviços, como a adoção gradual de programações culturais como exposições artísticas, conferências, seminários e mediações de leitura (hora do conto), entre outras atividades culturais.

Na década de 1960, em meio a um contexto sociocultural de rápida mutação, da explosão documental e da emergência de políticas culturais municipais, desencadeou-se uma crescente proliferação de bibliotecas modernas, com a criação de espaços infantis e discotecas (POIRIER, 1995).

A leitura pública, no decorrer da década de 1970, segundo Poissenot (2002, p. 24), foi marcada pela multiplicação maciça das criações das bibliotecas de mídia.

Nesse período, o desenvolvimento das bibliotecas públicas deu-se em relação a diferentes fatores: o aumento da parcela da população na busca pelo ensino superior, o impulso através de políticas culturais do Estado, a construção de edifícios específicos e a adoção do paradigma de *médiathèque*.

Em meados de 1970, diversas bibliotecas públicas francesas passaram a ser denominadas de *médiathèques*. Concebidas como um novo espaço cultural, as *médiathèques* (bibliotecas de mídia, biblioteca multimídia ou midiateca), estão pautadas no paradigma moderno de biblioteca, vinculando-se a novas práticas profissionais, novos documentos (audiovisuais), novos fluxos de comunicação e informação, revertendo-se, desse modo, em novas formas de acesso e representação da biblioteca para a sociedade.

Gradualmente, a biblioteca, inicialmente dedicada exclusivamente ao livro, abriu-se para outras mídias: o disco (LP), a fita K-7, o vídeo, depois a internet e o DVD, a ponto de se tornar uma verdadeira biblioteca de mídia (AUBRY, 2005, p. 5).

A *Bibliothèque Municipale de Lille* ganhou espaço próprio na década de 1960 e de acordo com Aubry (2005, p. 5, tradução nossa), foi “[...] considerada na época como uma das mais modernas da Europa, contribuindo fortemente para a renovação urbana do centro de Lille, e especialmente do bairro [...]”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Bulletin des Bibliothèques de France. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/moteur-de-recherche>.

¹⁰⁸ “Cette bibliothèque, considérée à l'époque comme l'une des plus modernes d'Europe, a fortement contribué au renouveau urbain du centre de Lille, et tout particulièrement du quartier Saint-Sauveur” (AUBRY, 2005, p. 5).

Na década de 1980, o desenvolvimento da leitura pública baseada numa política de descentralização e extensão da rede municipal de Lille, iniciou a implementação de outras bibliotecas nos bairros (QUENEUTTE, 2005, p. 54).

Atualmente, as *médiathèques* de Lille oferecem uma ampla variedade de documentos abrangendo materiais impressos (livros, jornais, revistas, e histórias em quadrinhos), e audiovisuais (LPs, CDs e DVDs).

Diversos recursos digitais são oferecidos para pesquisa e *download* (*e-books*, bases de dados, enciclopédias, músicas, filmes, documentários, imagens, histórias infantis, materiais escolares (apostilas, tutoriais com conteúdos para o ensino primário e secundário, de línguas estrangeiras e francesa, de primeiros socorros, de navegação na *web*, criação de *blogs*, etc.), *sites* de busca, jornais eletrônicos, *sites* de notícias, revistas digitais gerais e especializadas, são alguns dos materiais disponibilizados.

No setor Braille da biblioteca central Jean Levy podem ser acessados materiais especiais: audio-livros, livros de letras grandes e filmes legendados para deficientes auditivos.

No seção de patrimônio, estão preservados e digitalizados um suntuoso acervo composto por obras raras (incunábulo, manuscritos, impressos e fotografias).

Os serviços oferecidos pelas *médiathèques* de Lille são diversos, englobando acesso digital a diversos recursos, pesquisa documental (obras raras – coleção do patrimônio), pesquisa bibliográfica, áreas de trabalho e estudos.

Pode-se efetuar o empréstimo de qualquer material bibliográfico pertencente a qualquer *médiathèque* mediante solicitação prévia, já que a rede de bibliotecas possui um serviço de direcionamento de obras solicitadas.

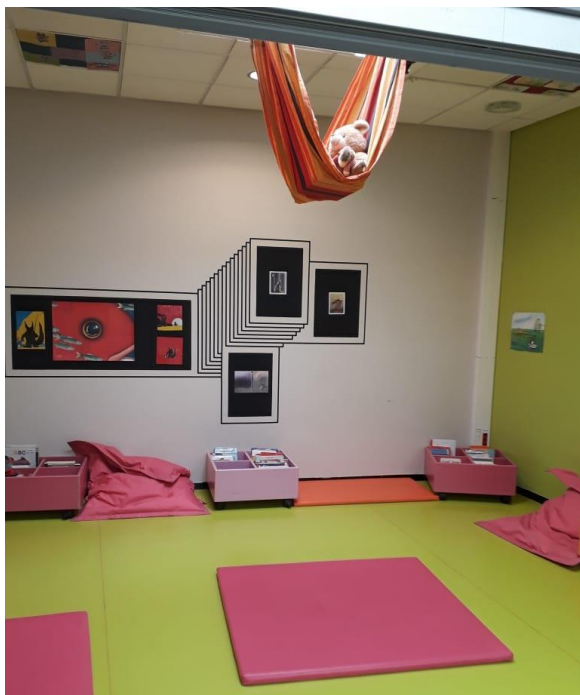
As *médiathèques* dispõem de fotocopiadoras, impressoras e computadores (*notebooks*) para a utilização do público, dispendo também de *Kits* de reparação de bicicletas (bombas de ar, etc.), uma vez que essa modalidade esportiva é bastante utilizada na cidade.

A *Médiathèque Jean Lévy*, também denominada de *Bibliothèque Municipale de Lille*, oferece cabines para pesquisas, piano, salas de audição, *wifi* gratuito, espaço Braille, serviço de bebidas e comidas através de máquinas.

Pode-se consultar o catálogo *on-line*, reservar materiais bibliográficos ou realizar a renovação de empréstimos via internet.

Nos espaços infantis existem trocadores de bebês e espreguiçadeiras, com o acervo disposto também em caixas baixas, para o alcance de bebês e crianças pequenas.

Imagem 11 – Espaço infantil: *Médiathèque de Five*.



Fonte: coleção particular do autor, 2018.

Outro serviço inspirador para as bibliotecas brasileiras e que facilita a devolução de materiais bibliográficos refere-se as caixas coletoras, disponibilizadas em todas as *Médiathèques*.

Imagem 12 – Caixa coletora externa de materiais bibliográficos – *Médiathèque Jean Levy*.



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2018.

O bibliobus (biblioteca móvel) é um serviço de extensão da rede de *Médiathèques* de Lille criado em 1970. O objetivo inicial do bibliobus era permitir que os habitantes rurais tivessem acesso à cultura da mesma forma que os habitantes da cidade.

Atualmente, o bibliobus percorre diversas áreas da cidade, de acordo com uma agenda pré-definida e divulgada através de folhetos e do *site* das bibliotecas de mídia.

O acervo do bibliobus inclui 4.000 trabalhos em forma de álbuns, contos, romances, quadrinhos, mangás, documentários, revistas, CD-books e grandes livros impressos para pessoas com necessidades especiais.

Imagem 13 – Serviço de extensão: Bibliobus.



Fonte: Bibliothèque Municipale de Lille.

Os materiais bibliográficos que compõem o acervo do bibliobus são renovados constantemente, a fim de se oferecer as publicações mais recentes ao público.

“É uma verdadeira biblioteca com rodas”. “Se você não for à biblioteca, a biblioteca virá até você” são os slogans do serviço de extensão, percorrendo 15 bairros e estacionando em lugares distantes das *médiathèques* para facilitar o acesso aqueles que mantem domicílio longe dos equipamentos de informação e cultura.

Mediante reserva de materiais bibliográficos *on-line* nos *sites* das *médiathèques*, o serviço de empréstimo do bibliobus entregará os materiais solicitados em sua próxima parada.

O bibliobus possui, ainda, equipamentos para o acesso as pessoas com mobilidade reduzida.

Ao longo do ano, as *médiathèques* de Lille organizam diversos eventos: exposições, atividades de leituras, conferências, *shows*, debates, prêmios e hora do conto, entre outras atividades.

Quadro 14 - Amostra de atividades culturais nas *Médiathèques* de Lille.

Exposições diversas	Animação musical
Oficinas de artes	Oficinas de escrita
Oficinas de informática	Atividades literárias
Prêmios literários	Atividades com videogames
Contação de histórias	Reuniões diversas
<i>Workshops</i>	Oficinas de leitura
Encontros diversos	Jogos, atividades e histórias para crianças de 0 a 3 anos.
Torneios de videogames	Atividades digitais para crianças a partir de 4 anos.
Sorteio de livros	Bazar (vendas de livros e CDs por 1 euro)
Oficinas de música	Oficinas lúdicas

Fonte: Bibliothèque Municipale de Lille¹⁰⁹.

O programa de atividades culturais e artísticas são extensos, abrangendo uma gama diversificada de atividades e de faixas etárias.

Imagem 14 – Hora do conto, na *Médiathèque Jean Lévy*.



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2018.

Em todas as *médiathèques* são realizadas mediações culturais em torno do incentivo à leitura como o Bazar de vendas de livros e CDs pelo valor de 1 euro. São

¹⁰⁹ Agenda cultural das *médiathèques* de Lille. Disponível em: <http://www.bm-lille.fr/>.

oferecidas oficinas relacionadas à leitura, à escrita, às práticas digitais (confeção de *blogs*), às artes e à confeção de marcadores de livros, entre outras atividades.

As atividades de mediação da leitura são realizadas respeitando-se as várias faixas etárias infantis.

Cada *médiathèque* tem autonomia para criar e desenvolver a sua própria agenda cultural, que são encaminhadas à direção da *Médiathèque Jean Levy*. As atividades culturais são programadas de acordo com as características e necessidades do público em torno de cada *médiathèque*, respeitando-se suas peculiaridades e exigências.

Fontes e estratégia de busca

No país francês, a coleta de dados dividiu-se em 4 (quatro) etapas, constituindo-se de levantamento bibliográfico, aplicação de questionário, observação participativa e o registro de imagens.

De acordo com os objetivos da pesquisa, foram utilizados os seguintes termos na estratégia de busca: <bibliothèque>, <médiathèque>, <médiation>, <médiation culturelle>, <médiation culturelle dans bibliothèque>, <culture>, <politique culturelle>, <animation culturelle>, <animation socioculturelle>, <action culturelle>, <action culturelle dans bibliothèque>, <éducation populaire> e <politiques publiques>.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em diversas localidades e fontes:

- *Groupe d'études et de recherche interdisciplinaire en information et communication* (GÉRiiCO);
 - Catálogo da *Bibliothèques de L'université de Lille Sciences Humaines et Sociales*;
 - Catálogo da *Reseau de Bibliothèques Municipales de Lille*;
 - Catálogo da *École Nationale Supérieure des Sciences de L'information et des Bibliothèques*;
 - Catálogo da *Bibliothèque Nationale de France*;
 - CAIRN.INFO - (base de dados);
 - Catálogo do *Cahiers de L'action Culturelle*;
 - Le portal PERSSE (base de dados);
 - *Bulletin d'informations de l'ABF* (base de dados);
- E demais fontes de informação como revistas eletrônicas (L'Observatoire).

8.2 Sujeitos da Pesquisa

A necessidade de se coletar dados através dos questionários com os sujeitos vinculados à área da mediação cultural e bibliotecas parte da verificação da escassa produção científica sobre a temática.

Desse modo, a discussão estabelecida com os sujeitos envolvidos com a temática teve como intuito suscitar informações para a construção de conhecimento, comportando aspectos essenciais sobre a mediação cultural e a biblioteca.

O diálogo empreendido com os sujeitos pertencentes ao universo pesquisado evidenciou também as percepções e perspectivas conceituais no âmbito das mediações e da biblioteca.

Entretanto, Duarte (2002, p. 141) comenta que a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que comporão o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

O critério estabelecido para a composição da amostra de participantes foi definido pelo envolvimento dos sujeitos com o tema da mediação cultural.

Assim, os dados dos sujeitos ligados à área da mediação cultural nos contextos Brasil e França exigiram um mapeamento da população em estudo em diversas fontes de informação, como *sites* de universidades, bases de dados especializadas, programas de pós-graduação, periódicos, teses, dissertações e livros.

Nesse caso, os sujeitos participantes da pesquisa referem-se aos:

- a) Pesquisadores/professores brasileiros da área da Ciência da Informação imbuídos com a temática da mediação cultural;
- b) *Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication (GÉRiCO)*;
- c) Bibliotecários franceses.

8.2.1 Pesquisadores brasileiros

O mapeamento dos pesquisadores brasileiros deu-se através de levantamentos em bases de dados especializadas, catálogos de universidades, programas de pós-graduação em Ciência da Informação e pelo *site* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Desse modo, delineou-se um quadro com os pesquisadores da área de mediação cultural destacando-se as suas instituições de origem e temas de pesquisas:

Quadro 15 - Pesquisadores brasileiros da área de Mediação Cultural.

PESQUISADOR	INSTITUIÇÃO	LOCAL	TEMAS DE PESQUISA
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	UNESP	Marília	Mediação da informação, mediação da leitura, ação cultural, apropriação e protagonismo cultural.
Giulia Crippa	USP	Ribeirão Preto	Mediação cultural, mediação artística.
Ivete Pieruccini	USP	São Paulo	Protagonismo cultural, dispositivos produtores de sentidos, mediação cultural, apropriação da informação.
Edmir Perrotti	USP	São Paulo	Protagonismo cultural, dispositivos produtores de sentidos, mediação cultural, apropriação cultural.
Henriette Ferreira Gomes	UFBA	Salvador	Mediação cultural, mediação da informação, educação, comunicação, tecnologias da informação, fundamentos históricos e epistemológicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, protagonismo cultural, apropriação.
Lucia Maciel Barbosa de Oliveira	USP	São Paulo	Mediação cultural, ação cultural, política cultural, cultura e cidade, biblioteca, informação e sociedade.
Celly de Brito Lima	UFPE	Recife	Mediação cultural, bibliotecário mediador, apropriação cultural.
Amanda Leal de Oliveira	USP	São Paulo	Mediação cultural, negociação cultural, apropriação cultural.
Marco Antônio de Almeida	USP	Ribeirão Preto	Mediação cultural, tecnologias de informação e comunicação.
Luís Augustto Milanesi	USP	São Paulo	Ação cultural, bibliotecas, centros de cultura, cultura.
Teixeira Coelho	-	São Paulo	Mediação cultural, ação cultural, cultura, política cultural.
Aida Varela	UFBA	Salvador	Mediação cultural, cognição, construção do conhecimento.

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

O quadro onze (11) demonstra um número limitado de pesquisadores/professores em âmbito brasileiro imbuídos com a temática da mediação cultural.

Em vista disso, *a priori*, tinha-se a intenção de que todos os sujeitos listados no quadro onze (11) participassem da discussão através da técnica de questionário.

Após o delineamento das informações, foi realizado contatos via *e-mail* com todos os 12 (doze) pesquisadores listados no quadro onze (11).

Dos 12 (doze) pesquisadores listados no quadro onze (11), apenas 8 (oito) pesquisadores/professores brasileiros aceitaram responder o questionário enviado.

Quadro 16 - Pesquisadores brasileiros da área de Mediação Cultural.

Pesquisadores	Instituição	Local
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	UNESP	Marília
Giulia Crippa	USP	Ribeirão Preto
Ivete Pieruccini	USP	São Paulo
Edmir Perrotti	Professor aposentado da USP	São Paulo
Henriette Ferreira Gomes	UFBA	Salvador
Lucia Maciel Barbosa de Oliveira	USP	São Paulo
Celly de Brito Lima	UFPE	Recife
Amanda Leal de Oliveira	USP	São Paulo

Fonte: Participantes da pesquisa, 2019.

8.2.2 *Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication (GÉRiiCO)*

A participação no laboratório GÉRiiCO possibilitou contatos mais amplos com a temática, englobando no universo de pesquisa, a produção científica, associações de bibliotecários, associações de mediação cultural, bibliotecas universitárias e públicas, pesquisadores, bibliotecários e *blogs*.

A anfitriã e co-orientadora no exterior foi a Profa. Dra. Cécile Tardy, da *Université Lille 3: Sciences Humaines Et Sociales, Département Culture*, Lille, França.

Cécile Tardy é professora de Ciências de Informação e Comunicação, estando vinculada ao Departamento de Cultura. Desenvolve pesquisas em torno de processos e dispositivos de mediações e patrimônios, práticas documentárias fotográficas, coleções de museus e mídias de informação nos domínios do turismo e do patrimônio.

Desenvolveu diversos projetos relacionados as temáticas de pesquisa descritas acima, publicando também livros, artigos e trabalhos em eventos científicos na França e no Brasil.

Atualmente, o universo de investigação de Cécile Tardy refere-se a temas como desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação e documentação.

Para a composição da amostragem descrita no quadro abaixo foi realizada pesquisa exploratória a fim de se explicitar os sujeitos (teóricos, pesquisadores e profissionais) ligados à mediação cultural e demais temáticas circunscritas ao universo das bibliotecas como a ação cultural, animação cultural e atividades culturais.

Quadro 17 – Sujeitos envolvidos com a área de mediação cultural.

PESQUISADOR	INSTITUIÇÃO/LABORATÓRIO DE PESQUISA	TEMAS DE PESQUISA
Marie-Christine Bordeaux	Docente da Universidade Stendhal de Grenoble e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Assuntos de Comunicação (GRESEC) Stendhal Université Grenoble -3.	Mediação cultural, arte, educação.
Michèle Gellereau	Professora Emérita em Ciências da Informação e Comunicação na Universidade de Lille 3. Membro do GERiICO.	Mediação cultural e comunicação.
François Mairesse	Professor na Sorbonne – Paris. Professor e diretor da área de museus. Doutor em história da arte na Universidade Livre de Bruxelas.	Cultura, museus, política cultural, mediação cultural.
Bernadette Dufrene	Universidade Grenoble 2. Laboratório de Cultura e Comunicação.	Museu, informação, comunicação, mediação cultural.
Elisabeth Caillet	Doutora em Educação e Filosofia. Foi chefe do Departamento de Educação e Desenvolvimento das Artes, Ministério da Cultura (em 1995).	Museu, mediação cultural.
Olivier Chourrot	Bibliotecário. Atua na Biblioteca Nacional da França como diretor de público.	Centros de cultura, bibliotecas e mediação.
Francois Debruyne	Professor e membro do GERiICO.	Desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação, documentação.
Simona de Iulio	Professor e membro do GERiICO.	Desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação, documentação.
Marion Dalibert	Professor e membro do GERiICO.	Desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação, documentação.
Juliette Dalbavie	Professor e membro do GERiICO.	Desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação, documentação.
Stéphane Chaudiron	Professor e membro do GERiICO.	Desenvolvimento social, educação, cultura, comunicação, informação, documentação.
Jean Davallon	Autor e pesquisador.	Mediação cultural.
Jean Caune	Autor e pesquisador.	Mediação cultural.
David Sandoz	Bibliotecário e pesquisador.	Mediação cultural, biblioteca pública, animação cultural.
Bruno N. Aboudrar	Professor de estética do Departamento de Mediação cultural da Universidade de Sorbonne Nouvelle.	Mediação cultural, estética.
Malik Diallo	Chefe do projeto Biblioteca Digital de Referência de Sillon Lorrain. Biblioteca de Nancy.	Biblioteca pública, atividades culturais, biblioteca digital.
Catherine Dherent	Diretora da Biblioteca Municipal de Lille.	Biblioteca pública, atividades culturais.

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Após o delineamento das informações do quadro treze (13) procedeu-se ao envio de uma carta contendo a apresentação da pesquisa juntamente com o convite para a participação do questionário¹¹⁰.

Depois de diversas tentativas de comunicação, obtivemos apenas duas (2) respostas afirmativas acerca da participação dos sujeitos listados no quadro treze (13), correspondendo a Malik Diallo (Biblioteca de Nancy) e Catherine Dherent (Biblioteca Pública de Lille).

8.2.3 Bibliotecários franceses

O quadro abaixo demonstra os sujeitos que aceitaram responder o questionário.

Quadro 18 – Bibliotecários franceses.

Profissional	Instituição	Local
Malik Diallo	Bibliothèque de Nancy	Nancy
Catherine Dherent	Bibliothèque Municipale de Lille	Lille

Fonte: Participantes da pesquisa, 2019.

8.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Foram empregados como procedimentos para a coleta de dados o levantamento bibliográfico, a aplicação de questionário Brasil/França e a observação participativa no GÉRiiCO e na Biblioteca Municipal de Lille.

Após a busca por pesquisadores brasileiros envolvidos com a temática da mediação cultural confeccionou-se uma planilha descrita no quadro 11 (onze). Concomitante, foi elaborada uma carta contendo a apresentação da pesquisa juntamente com o convite para a participação do questionário.

Depois da confirmação dos pesquisadores, enviou-se o questionário com o prazo de 2 (dois) meses para o preenchimento e devolução do mesmo. Esta etapa deu-se no decorrer do primeiro semestre do ano de 2017.

Em seguida, iniciou-se o processo de pesquisa acerca de universidades, grupos de pesquisa e pesquisadores franceses envolvidos com a mediação cultural.

¹¹⁰ Encontra-se no apêndice A.

Foram enviadas diversas correspondências, via *e-mail*, para instituições e pesquisadores informando sobre os objetivos desta pesquisa, descrevendo-se também sobre a intenção de realização de estágio no exterior.

Dessas correspondências, obteve-se apenas o retorno de Cécile Tardy, solicitando maiores esclarecimentos sobre esta investigação e um plano de trabalho a ser realizado.

Entre os períodos de 2017 e o primeiro semestre de 2018 foi estabelecido diversos contatos com Cécile Tardy com o objetivo de se viabilizar o estágio no GÉRiiCO.

O estágio realizado no GÉRiiCO foi efetivado no período de 3 (três) meses, compreendendo-se os meses de setembro a novembro de 2018.

No primeiro mês de estágio elaborou-se o questionário. No início de outubro enviou-se o questionário aos sujeitos envolvidos com a temática, descritos no quadro 17 (dezessete), solicitando-se que o seu preenchimento fosse efetivado e devolvido até o final do mês de novembro.

8.3.1 Referencial bibliográfico

Quadro 19 – Etapas para a elaboração do referencial bibliográfico.

ETAPAS	ATIVIDADES
Levantamento bibliográfico	Diversas fontes foram utilizadas no levantamento bibliográfico: livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos de periódicos, manuais, dicionários, enciclopédias, bibliografias, catálogos, índices, bases de dados nacionais e internacionais, textuais e referenciais. A pesquisa realizou-se por meio de leitura e análise de documentos nos idiomas: português, francês e espanhol em diversas fontes, como: P@rthenon, Portal de Periódicos da Capes e a École Nationale Supérieure des Sciences de L'information et des Bibliothèques (ENSSIB).
Seleção da bibliografia	Para a seleção dos materiais levaram-se em consideração os seguintes critérios: pertinência ao tema escolhido, idioma dos documentos e atualidade dos mesmos.
Leitura e fichamento	Ao selecionar o <i>corpus</i> da pesquisa, procedeu-se nas leituras de todo o material (análise documental) com o objetivo de organizar de forma estruturada (fichamentos) aspectos importantes para as próximas fases da análise. Nas leituras efetivou-se o contato mais amplo com os documentos, conhecendo-se o contexto e deixando-se fluir impressões e orientações, para se detectar significados e elaborações relevantes com o intuito de atenderem aos objetivos do estudo. Esse procedimento visa a apropriação de informações e, consecutivamente, de novos conhecimentos, além de uma visão diferenciada sobre os temas circunscritos ao objeto.
	O tratamento dos resultados obtidos deu-se através da interpretação dos documentos selecionados. A interpretação é possível através dos diálogos com os autores. Severino (2002, p. 56) destaca que esta última etapa da leitura analítica é a mais

Interpretação e análise das informações selecionadas	difícil e delicada, uma vez que os riscos de interferência da subjetividade do pesquisador são maiores, além de pressupor outros instrumentos culturais e a sua formação específica.
---	--

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

8.3.1.2 Instrumentos de coleta de dados

As técnicas utilizadas como instrumentos para a coleta de dados foram o questionário no contexto Brasil/França e a observação participativa no Laboratório GÉRiCO e na *Bibliothèque Municipale de Lille*.

Os instrumentos de coleta de dados estão detalhados a seguir.

8.3.2 Questionários

A adoção do questionário como instrumento de coleta de dados teve por objetivo contribuir na ampliação do conhecimento e no avanço teórico sobre a mediação cultural e as bibliotecas.

De acordo com Gil (2008, p. 121), a construção de um questionário é um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas e apresentação.

Contudo, como toda técnica de coleta de dados, o questionário também apresenta uma série de vantagens e desvantagens (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Dentre as vantagens, podem-se citar a obtenção de respostas mais rápidas e precisas; maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais tempo para responder e em horário mais favorável.

Sobre algumas desvantagens, Marconi e Lakatos (2010, p. 185) imprimem que: percentagem pequena dos questionários que retornam; grande número de perguntas sem respostas e impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.

O questionário aplicado no contexto brasileiro¹¹¹ buscou evidenciar questões relevantes acerca do entendimento dos pesquisadores sobre a mediação cultural no contexto das bibliotecas.

¹¹¹ Encontra-se no Apêndice B.

Desse modo, a questão número dois (2) do questionário procurou discutir sobre quais os tipos de bibliotecas que podem trabalhar com a mediação cultural, uma vez que o objetivo da formulação da pergunta deve-se à necessidade de se elucidar quais os tipos de bibliotecas que podem ser mediadoras culturais, já que na literatura da área não se encontram relatos e discussões sobre a questão.

A última questão do questionário trouxe para a discussão a elaboração de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas. A formulação desta questão foi possível após o desenvolvimento de levantamento bibliográfico e exploratório. Depois de selecionados o referencial bibliográfico que compuseram o referencial teórico da pesquisa, foram realizadas diversas leituras, análises e interpretação dos mesmos para que se chegasse a uma proposta de conceito para a mediação cultural em bibliotecas.

8.3.2.1 Brasil

O questionário foi respondido por oito (8) pesquisadores brasileiros envolvidos com a temática da mediação cultural: 5 (cinco) pertencentes à Universidade de São Paulo (USP), 1 (um) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1 (um) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e 1 (um) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

O fato da maioria dos pesquisadores participantes estarem vínculos à USP significa que nesta instituição há uma maior concentração e intensidade de estudos e pesquisas sobre a temática.

O questionário foi composto por perguntas abertas, também chamadas livres ou não limitadas, permitindo aos informantes responderem livremente, com segurança e usando linguagens próprias ao emitirem suas opiniões.

Na investigação por inquérito, o material verbal obtido a partir de questões abertas é muito mais rico em informações do que as respostas a questões fechadas, explica Bardin (2011, p. 182).

Desse modo, a análise do questionário seguiu uma abordagem qualitativa, interpretadas à luz do referencial teórico utilizado na bibliografia selecionada e utilizada.

As transcrições do questionário ocorreram na íntegra, respeitando-se o vocabulário de cada respondente.

Na apresentação da análise e dos resultados, os participantes tiveram suas identidades preservadas, sendo atribuído a cada um deles uma letra (pesquisador a, b, c. etc.).

As questões do questionário aplicado aos pesquisadores brasileiros foram elaboradas tendo como objetivo geral a discussão do conceito de mediação cultural em bibliotecas, assim como as problemáticas subjacentes ao tema, analisados a partir da bibliografia selecionada.

Compôs-se um *rol* de 11 (onze) questões do tipo aberta, requerendo justificativas, não havendo delimitação de espaço para as respostas.

Desse modo, o questionário teve como eixo principal 10 (dez) subcategorias de análise: o papel das bibliotecas, tipos de bibliotecas, estrutura física, gestão local, estratégia de comunicação, estratégia de intervenção, atuação, pedagogia específica e a percepção sobre a mediação cultural,

Um dos pontos fortes gerados pela adoção do questionário foi a sua viabilização por correio eletrônico, o que gerou baixo custo, rapidez, como também na possibilidade de o participante responder da maneira que achar mais conveniente, no tempo e local de cada um.

Um dos pontos fracos foi o entendimento ambíguo referentes a duas questões do questionário, prejudicando o desempenho das discussões. Outro ponto desfavorável foi a demora, por parte de alguns pesquisadores na devolução do questionário respondido.

8.3.2.2 França

A princípio, o questionário a ser aplicado na França seguiria as mesmas perguntas formuladas para o questionário aplicado no Brasil.

No entanto, a orientadora na França, Cécile Tardy, ponderou que refizéssemos o questionário, excluindo perguntas do tipo aberta, enfatizando que os profissionais franceses não dispunham de muito tempo livre para responderem questionários contendo perguntas abertas, argumentando também que na França os questionários de pesquisas eram sucintos e curtos.

Ela solicitou que fizéssemos um questionário com menos perguntas, do tipo fechada e de múltipla escolha.

Entretanto, além da elaboração de questões de múltipla escolha, consideramos um espaço em aberto em todas as questões para que o respondente tivesse a liberdade para exprimir seus apontamentos se assim o desejasse.

A adaptação do questionário aplicado na França requereu esforços na medida em que fomos impedidos a realizar diversas leituras e análises para que se reduzisse as questões e ao mesmo tempo não se diluísse os objetivos da discussão.

Depois de reformulado, o questionário¹¹² ficou composto por 7 (sete) questões, tendo como eixo principal sete subcategorias de análise: percepção sobre a mediação cultural, ação cultural, animação cultural, estratégia de comunicação, estratégia de intervenção, atuação e pedagogia específica.

A aplicação do questionário deu-se no período de outubro/2018, sendo que a coleta de dados obteve 2 (dois) questionários respondidos via correio eletrônico.

Depois de devolvidos os questionários procedeu-se na transcrição e tradução dos dados coletados.

Destacamos alguns pontos fracos quanto ao questionário aplicado aos sujeitos franceses: a necessidade de adaptação de questionário com questões de múltipla escolha e o reduzido número de sujeitos que responderam ao questionário.

As reuniões de trabalho com a orientadora na França foram de suma relevância, na medida em que as orientações contribuíram para o processo de desenvolvimento da pesquisa.

As orientações contribuíram para o alcance de informações acerca do universo da mediação cultural na França, indicando-se instituições culturais, bibliotecas, teóricos, professores, pesquisadores e bibliotecários imbuídos com a temática, além do manejo com os catálogos de pesquisa da biblioteca da *Université de Lille 3* e demais bases de dados disponibilizadas pela biblioteca.

As orientações foram adequadas e frequentes, o que influenciou o processo de construção de conhecimento, tornando-se possível o alcance dos objetivos da pesquisa.

8.3.3 Observação direta

A observação é uma técnica de coleta de dados para a obtenção de informações de determinados aspectos da realidade.

¹¹² Encontra-se no apêndice C.

Para Marconi e Lakatos (2010) a observação é um elemento básico de investigação científica sendo utilizada na pesquisa de campo, possibilitando um contato pessoal e estreito do investigador com o fenômeno pesquisado.

No contexto francês, as observações foram desenvolvidas no Laboratório GÉRiiCO e na *Bibliothèque Municipale de Lille*, tendo como objetivos a identificação, o registro e a acumulação de informações.

Foi utilizada a observação direta assistemática, o que possibilitou meios diretos e satisfatórios no estudo de fenômenos circunscritos ao objeto de estudo.

A técnica de observação assistemática, também conhecida como não estruturada, casual ou simples é, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 278), mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados.

Por meio da técnica da observação direta foi possível a estruturação de informações referentes ao GÉRiiCO e a *Bibliothèque Municipale de Lille*, explorando-se e conhecendo-se as características de cada ambiente.

9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta Seção são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos a partir da convergência entre a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o questionário aplicado aos sujeitos envolvidos com a temática da mediação cultural nos contextos Brasil e França.

A análise de dados foi desenvolvida a partir da aplicação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) com a utilização da técnica de Análise Categórica, onde foram construídas categorias com base no referencial teórico.

9.1 Apresentação das Categorias Construídas para a Análise de Dados

Para a análise de dados optou-se por categorias *a posteriori* ou não apriorísticas, elaboradas a partir da análise da bibliografia e tendo como base o referencial teórico acerca da ‘Biblioteca e função cultural’, ‘Biblioteca e atividades culturais’, ‘Biblioteca e animação cultural’, ‘Biblioteca e ação cultural’, ‘Mediação Cultural e a Ciência da Informação’, delimitados nas Seções 3, 4, 5 e 6.

Desse modo, foram construídas 8 (oito) categorias descritas no quadro abaixo, propiciando o desenvolvimento das análises com enfoque em indícios para colaborar na construção de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas.

Quadro 20 - Categorias de análise e inferências.

Categoria	Inferências
Bibliotecas e atividades culturais	Atividades culturais, artísticas e de lazer em bibliotecas.
Bibliotecas e animação cultural	Evolução histórica, perspectivas e conceitos de animação cultural e sua relação com as bibliotecas.
Bibliotecas e ação cultural	Evolução histórica, perspectivas e conceitos de ação cultural e sua relação com as bibliotecas.
Mediação cultural e a Ciência da Informação	Evolução histórica da mediação cultural nos contextos Brasil e França.
Mediação cultural: conceitos	Conceitos emitidos sobre a mediação cultural nos contextos Brasil e França.
Bibliotecas e mediação cultural	Os modos de mediação cultural em bibliotecas.
O bibliotecário mediador cultural	Pedagogias específicas para o trabalho do bibliotecário com o público.
Dispositivos de mediação cultural	Dispositivos de informação e cultura que compõem os processos de mediação cultural.

Fonte: elaboração própria.

O quadro 21 (vinte e um) apresentou as categorias de análise definidas para a investigação.

Todos os dados coletados e selecionados que compuseram o universo de pesquisa foram analisados em cada uma das categorias e respectivas inferências quanto a presença ou ausência da referida categoria/inferência.

As subseções consecutivas apresentam a análise dos resultados a partir dos documentos que integraram a análise por categorias, discorrendo-se em seguida a análise e discussão dos resultados.

9.2 Análise dos questionários

9.2.1 Análise do questionário aplicado aos pesquisadores envolvidos com a temática no Brasil

Os papéis das bibliotecas neste contemporâneo

No tangente ao desempenho que as bibliotecas possuem na contemporaneidade, o sujeito A destacou a diversidade quanto aos tipos de bibliotecas existentes e o papel de cada uma frente a sociedade.

Os sujeitos B, C e F pontuaram o desempenho como: noções de preservação da memória, acesso, apropriação, construção do protagonismo cultural, encontros com as culturas, contatos dialógicos e desenvolvimento cultural. A biblioteca funcionaria como “laboratórios de cidadania”, atuando próximas das necessidades reais, transformando-se em: “oficinas permanentes de apropriação do espaço coletivo e de ações compartilhadas”. Entendeu-se a complementação de informação entre ambos, pois para o sujeito D, as atuações relacionadas a contemporaneidade são concernentes ao microcosmo e macrocosmo (local e global) uma vez que o localismo reage a globalização e vice-versa.

O pesquisador G destacou a biblioteca atuando fundamentalmente na consolidação democrática: *“A biblioteca pode ser o espaço do conhecimento – em oposição à mera reunião de informações. Pode estar inserida na esfera pública – oposta aos espaços comerciais ou privados, comportando a noção de compartilhamento, troca – em oposição à compra e venda”*.

Apesar de existirem várias tipologias de bibliotecas (pública, infantil, escolar, universitária, comunitária e especializada), verificou-se, de acordo com as respostas dos pesquisadores, que todas as bibliotecas podem assumir e desempenhar múltiplos papéis, atuando em vários eixos e paradigmas: acesso, preservação da memória, desenvolvimento cultural, convivência, interação, negociação, mediação, apropriação, compartilhamento, produção cultural e consolidação democrática.

Tipologias de bibliotecas e mediação cultural

Todos os sujeitos foram unânimes ao responder que todas as bibliotecas (públicas, escolares, infantis, alternativas, especializadas, universitárias e alternativas) são mediadoras culturais, verificando-se que os modos de mediação variam, dependendo da identidade de cada uma.

O sujeito B ponderou que as bibliotecas públicas, escolares e comunitárias ganham mais destaque com as mediações culturais. No destaque às bibliotecas universitárias, nota que são espaços promissores *“para o desenvolvimento de ações que focalizem temas capazes de interligar os domínios do conhecimento científico com a dinâmica da vida em sociedade e às diversas realidades sócias culturais”*.

O sujeito D apontou que ganham mais intensidade as bibliotecas públicas, escolares, infantis e alternativas na atuação com a mediação cultural.

O respondente F observou que todas as bibliotecas são essencialmente instâncias de mediação cultural, porém, ao denotar suas complexidades, notou que todos os elementos que as constituem *“ambiente, linguagens, repertórios, práticas articulam as esferas da produção e da recepção simbólicas”*.

Observa-se, que os modos culturais de mediação variam dependendo da identidade, particularidade e contexto de cada uma, conforme destacou o sujeito A.

Modalidades da biblioteca e mediação cultural

(50%) dos respondentes disseram não entender quais as modalidades da biblioteca que podem ser abarcadas pela mediação cultural. A alegação foi o não entendimento do termo “modalidade”. Apenas os sujeitos B, C, E e H entenderam e perceberam a mediação cultural relacionadas as modalidades cultural, social e educativa.

Notou-se que o termo “modalidade” causou ambiguidade, uma vez que a expressão mais indicada fosse “função”.

De qualquer modo, pode-se pensar que a mediação cultural abarca todas as funções das bibliotecas (educacional, cultural, lazer e informacional), entendendo-se que a cultura circunscreve-se e espraia-se em todos os domínios do homem em sociedade.

Mediação cultural como estratégias de comunicação

As opiniões sobre a mediação cultural como estratégias de comunicação ficaram divididas: (50%) dos pesquisadores disseram que entendem a mediação cultural como estratégias de comunicação, sendo que a outra parte disse não entender dessa forma.

Ao destacar que a mediação não é exatamente uma estratégia de comunicação, mas é dependente do processo de comunicação para se efetivar, o sujeito B argumentou que a mediação cultural *“é uma ação promotora do espaço dialógico, do espaço crítico criador, gerador de sentidos, de criação estética, de construção e compartilhamento de saberes, e de estabelecimento de vínculos de cooperação entre os sujeitos sociais”*. Concluiu que a mediação vai além dos processos comunicacionais, constituindo-se em diversos aspectos, elementos e complexidades.

O sujeito D negou a mediação cultural como estratégias de comunicação, ponderando que o processo de mediação cultural vincula-se ao próprio fazer do profissional da informação.

O sujeito E não pensa a mediação cultural como estratégias, mas sim como sendo a própria comunicação.

Já os sujeitos F e H concordam que a mediação cultural é estratégia de comunicação, porém avaliam a comunicação relacionada a um vetor de mão dupla: biblioteca ↔ públicos e públicos ↔ biblioteca.

Mediação cultural como processos de intervenção

O pesquisador G argumentou que a mediação cultural *“é também uma ponte do individual para o coletivo”*. Discordamos dessa afirmação ao nos embasar em autores como Almeida Júnior (2009), Oliveira (2014) e Feitosa (2016) quando dizem que a noção de ponte é inapropriada, uma vez que remete a algo estático, sem movimento.

A maioria dos pesquisadores (A, B, C, E, H) acreditam na mediação cultural como processos de intervenção na comunidade. Entretanto, o pesquisador A argumenta que o

termo “intervenção” pode adquirir diferentes sentidos, indagando qual seria seu uso para esta pesquisa.

Os sujeitos D e H preferem utilizar a expressão interferência ao invés de intervenção. O sujeito D afirmou que o “*processo de mediação cultural é, com certeza, um processo de interferência na comunidade, quer de maneira individual, quer de maneira coletiva*”. O sujeito H argumentou a mediação cultural como “*uma interferência construída, legitimada, resultante de uma experiência comum*”.

Estrutura física e aplicabilidade da mediação cultural

O sujeito A ponderou a estrutura física relacionando-a a ações presenciais, interpessoais, envolvendo sujeitos fisicamente presentes. “*Neste caso, há, claro, uma “estrutura física”, argumentou. Entretanto, disse que a estrutura física não pode ser definida abstratamente, nem a priori, ou seja, primeiramente, tem-se que ser observado “qual a natureza da mediação, quais os sujeitos envolvidos, quais as possibilidades etc.”*

Os sujeitos B e E pensam no acolhimento como elemento fundamental para a mediação. O sujeito B referiu-se ao “*conforto afetivo e físico, com as condições materiais favorecedoras da mediação*”. Ao relacionar a estrutura física da biblioteca com a mediação, citou as mediações implícitas (indiretas) e explícitas (diretas). Nota-se que a noção de mediação explícita e implícita foi formulada por Almeida Júnior (2009).

O sujeito D argumentou que a estrutura física deve ser “negociada” com a comunidade. Sob o paradigma da negociação cultural desenvolvido por Oliveira (2014), toda a estrutura da biblioteca (espaços, acervos, programação, etc.) pode ser negociada com a comunidade.

O respondente F frisou que a mediação cultural não pode ser considerada como uma etapa de um processo, mas intrínseco à biblioteca, observando que um catálogo, já constitui-se por si só em instância de mediação cultural, assim como as linguagens, as práticas, etc.

Por outra via, a questão da estrutura física suscita o panorama atual das bibliotecas brasileiras, em especial as públicas, escolares e universitárias. Nessa tônica, Milanesi (1998, p. 89) menciona a ausência de instalações adequadas e de pessoal capacitado.

Verificamos que a estrutura física é também um aspecto relevante, já que os diversos recursos materiais podem facilitar o acesso, a implantação de tecnologias,

incidindo também nas melhores condições para o desenvolvimento de atividades culturais.

Gestão pública local e o desenvolvimento da mediação cultural

Por “gestão pública local” está se referindo à administração pública da localidade onde a biblioteca está inserida. Subjacentes a essa questão, encontram-se as problemáticas envolvidas com as políticas culturais e as relações estabelecidas entre o governo local e as instituições de cultura.

Em se tratando de instituições culturais públicas, as políticas públicas locais incidem diretamente no desempenho dessas instituições ao desenvolver ações, leis, diretrizes, incentivos e investimentos para que se possa avançar no desenvolvimento cultural.

O argumento do sujeito B corrobora essa afirmação, ao dizer: *“A gestão pública é importante, no sentido de que ela estabelece as políticas públicas dos equipamentos culturais e pode assegurar o alcance das condições materiais, de infraestrutura e de qualificação do corpo funcional e técnico da biblioteca, dando a elas melhores condições para a mediação cultural”*. Em realidades adversas, como as dos equipamentos culturais no Brasil, o sujeito B concluiu que na ausência ou inexistência da gestão pública, *“o bibliotecário protagonista, portanto resiliente/resistente, cria na atitude consciente, as condições para a mediação”*.

Além das competências necessárias para a atuação do bibliotecário mediador cultural, observamos que a sua atuação também deverá ser pautada na vontade de querer colaborar com a comunidade.

Para o pesquisador D *“a gestão pública local é importante, embora não necessária”*, observando que em alguns casos, a gestão pública local pode comprometer as atividades da biblioteca, existindo uma discrepância de ideais.

O sujeito E denotou que a própria gestão pública é também uma instância da mediação cultural.

Nesse aspecto, avalia-se que os componentes que fazem parte do sistema cultural são todos eles instâncias de mediação cultural.

O sujeito F acredita que ao apoiar a biblioteca, a gestão pública perfaz seu papel no processo de mediação cultural. Nesse argumento tem-se a noção de que são vários os elementos (instâncias) que incidem nos processos de mediação cultural.

O pesquisador G afirmou que *“a vida cultural se realiza no local. A mediação pensada como ação de participação e protagonismo dos sujeitos, se dá no local”*.

Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas

O pesquisador A disse que *“as bibliotecas são instâncias de mediação cultural por definição”*.

O entendimento de mediação cultural para o pesquisador A leva em conta aspectos e categorias subjetivas que compõem as bibliotecas como: *“o espaço físico, os equipamentos, as coleções, as linguagens documentárias, os modos de gestão, de atendimento, as relações estabelecidas, as programações, as práticas explícitas e as tácitas, os ritmos e as dinâmicas gerais do espaço. Da mesma forma, devem constar desse rol as representações e os vínculos estabelecidos entre a biblioteca e os meios socioculturais”*.

O entendimento do pesquisador A destaca que a mediação cultural na biblioteca se perfaz numa variedade de fatores complexos, devendo ser analisada numa perspectiva também subjetiva.

O sujeito B entende o desenvolvimento da mediação cultural em bibliotecas com a atuação de profissionais conscientes e que atuem nas seguintes dimensões: a dialógica, formativa, estética, ética e política. Se a mediação cultural em bibliotecas for desenvolvida sob os auspícios dessas dimensões, estar-se-á cumprindo a missão social da biblioteca.

O pesquisador C destacou o seu entendimento sobre esta questão remetendo-se à questão 3 (três) do questionário. Nesse caso, avaliou que a mediação cultural realiza-se pelas modalidades: cultural, social e educativa.

O pesquisador D entende a mediação cultural além das relações estabelecidas entre bens, expressões culturais e o público – conceito preponderante, percebendo-a também exteriorizada através de ações, atividades e práticas, agindo contra a dominação imposta pela classe dominante, estabelecendo-se como uma resistência cultural, abarcando necessidades, interesses e desejos da comunidade local. Destacou ainda a mediação cultural agindo contra a produção que as mídias comerciais e dominantes (grandes veículos de comunicação: editoras, jornais, Tvs, etc.) impõem sobre a população.

Nesse aspecto, aposta-se que tanto as mídias, escolas e demais aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1983), tendem, através das informações, exercer o controle para favorecer a classe social que está em posição de destaque (burguesia).

O sujeito E imprimiu seu entendimento sobre a mediação cultural descrevendo que “*mediação cultural é o que faz a biblioteca*”. De modo sucinto, finalizou seu entendimento dizendo que “*a biblioteca é um dispositivo de mediação cultural*”.

A mediação cultural como uma noção que orienta relações entre os sujeitos e o universo cultural simbólico foi defendido pelo sujeito F.

Dessa maneira, observa-se a mediação cultural construída numa relação triangular: sujeitos – mediação – cultura.

O pesquisador G não expressou seu entendimento quanto à mediação cultural em bibliotecas, ao invés disso, destacou que “*a mediação cultural não é conceito único para todos os tipos de bibliotecas*”.

O sujeito H pensa a mediação cultural como construção de uma experiência comum, compartilhada entre os sujeitos e um objeto cultural (livro, quadro, local ou outra pessoa). A ação triádica (sujeito/mediador/objeto cultural) é dinâmica, diferentes entre si, passíveis de diferentes interpretações. No entanto, também apontou que no momento da ação é construída uma experiência compartilhada que “desloca” todos para algo “novo”, forjado na relação. *A experiência segue aberta sem fim específico, construindo-se laços sociais e culturais que dão sentido ao momento da ação, também apontando para o futuro, pois ‘reorganiza’ nossa visão / relação com o ‘outro’ (seja um mediador, objeto cultural, ambiente... ou todos).*

O sujeito H ressaltou a mediação cultural como uma ação dinâmica e de compartilhamento, suscitando o novo, a descoberta, contribuindo na construção de laços sociais e culturais.

Sobre a relevância da mediação cultural na contribuição dos laços sociais, apontado pelo sujeito H, Brandão (2009, p. 163) aponta que a exclusão sociocultural, advém, fundamentalmente, da ruptura ou do afrouxamento dos laços entre os sujeitos provocados, sobretudo, pela expropriação dos valores e referências culturais.

Nesse contexto, Brandão (2009) atribui que a expropriação é provocada pela avassaladora destruição dos modos de vida singulares, imposto pelo mercado que vem cruelmente emoldurado pelo poderoso e perverso discurso da mídia.

Pedagogia específica para o desenvolvimento da mediação cultural

Avalia-se que o trabalho do mediador cultural, em se tratando das mediações explícitas (ALMEIDA JÚNIOR, 2009), ou seja, das mediações com o público, requer uma atuação pedagógica que possibilite representar e significar as atividades culturais no universo das bibliotecas.

Um dos desafios para o bibliotecário mediador cultural comprometido com a perspectiva da apropriação cultural (LIMA, 2016; LIMA; PERROTTI, 2016) incide no desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas para esse propósito.

Os pesquisadores A e E apontaram a perspectiva dialógica.

Nas palavras do pesquisador A “a *dialogia é princípio básico e indispensável a ser desenvolvido por bibliotecas comprometidas com processos de apropriação de conhecimento e cultura*”. No entanto, acredita que a dialogia necessita, pois, estar inscrita em todos os processos da biblioteca, “*como elemento estruturador do todo: das políticas, ao espaço, às coleções, aos modos de tratar os documentos, às práticas educativas e culturais explícitas*”.

O respondente B relatou sobre a possibilidade de um investimento teórico e empírico acerca de uma pedagogia específica. Argumentou também que a sua pesquisa em andamento é posicionada na identificação de atributos e indicadores de qualidade para o desenvolvimento de ações mediadoras nas bibliotecas, buscando contribuir com o próprio redimensionamento das metodologias, ou mesmo na proposição de metodologias. Acredita ser possível alguma pedagogia no âmbito de uma metodologia, porém não citou nenhuma específica, justificando-se da seguinte forma: “*nossos estudos no campo da mediação ainda carecem de adentrar, com coragem os meandros desse fazer, analisando-o e formulando proposições para seu avanço. Nesse andamento, creio que possa emergir tal proposição*”.

O pesquisador C não concorda, todavia, com uma pedagogia específica para as mediações envolvendo os bibliotecários e públicos: “*o termo pedagogia só se aplica a mediações específicas ligadas à escola com crianças, enquanto em bibliotecas lida-se com públicos diferentes também por idade e origem. O termo pedagogia me parece pouco indicado*”.

O pesquisador D trouxe para a sua discussão fundamentos embasados em autores como Flusser (1980) e Freire (1987). Ao mencionar que “*a pedagogia que está melhor adequada aos interesses das bibliotecas que abraçam a mediação cultural é aquela que*

dá a palavra à comunidade [...]”, remete-se às postulações de Flusser (1980, p. 133) ao dizer que “a biblioteca verdadeiramente pública é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma que participe do processo de dar a palavra ao não público”. Avaliou-se que ao destacar a melhor pedagogia para a mediação cultural na biblioteca sugeriu os pensamentos de Paulo Freire (Pedagogia do oprimido, 1987 e Educação como prática da liberdade, 1967), referindo-se “aquela que dá a palavra à comunidade, que leva os usuários a perceberem suas necessidades, interesses e desejos, diferenciados que lhes querem ser impostos. A pedagogia melhor adequada é a pedagogia libertadora, a pedagogia do oprimido”.

Freire (1987), autor de fundamentação marxista, empreendeu seus esforços mediante a realidade social brasileira marcada pela pobreza, mazelas, onde detectou a negação do homem, a negação do seu ser como gente. Nos universos de extrema pobreza por onde transitou, viu homens massacrados pelo poder dominante, apresentando-se num estado quase inerte diante da negação da liberdade.

Freire (1987), como educador e através do seu método de alfabetização, manteve seus pensamentos numa pedagogia em que o esforço totalizador da *práxis* humana buscava, na interioridade desta, retotalizar-se como “prática da liberdade”. Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido.

Nessas sociedades governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a educação como prática da liberdade postula, necessariamente, uma pedagogia do oprimido.

Os caminhos da libertação são as veredas que os oprimidos se libertam. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FIORI, 1987, p. 5).

O pesquisador E respondeu a pedagogia dialógica, mas sem se estender sobre o tema.

O respondente F disse sim, porém sem mencionar qualquer noção relacionada a uma pedagogia.

Já o pesquisador G respondeu: “*Não é disso que se trata*”. Avaliamos que a sua resposta tenha sido vaga e ininteligível, não deixando margem para qualquer discussão.

A sugestão de uma pedagogia pautada na negociação cultural foi respondida pelo pesquisador H, onde destacou que “*Minha contribuição para pensarmos nessa ‘pedagogia cultural’ seria o conceito de ‘negociação cultural’*”. Sugeriu a negociação, no terreno de embates e tensões que se constrói a cultura, os sujeitos, a biblioteca, a leitura, o não público e o não leitor. “*Negociar não é ‘abrir mão’, ao contrário, é ‘lutar’ também. Mas é embate com cooperação, ou seja, tem-se em vista uma relação imediata, mas também duradoura*”.

Mediação cultural em diferentes contextos

5 (cinco) pesquisadores responderam que as práticas de mediação cultural podem ser desenvolvidas em quaisquer contextos.

O pesquisador A confirmou que as práticas de mediação cultural podem ser desenvolvidas em todos os contextos, independentemente dos mais simples aos mais complexos, concluindo que “*não há processo cultural sem mediação. Nossas relações com o mundo são sempre mediadas*”.

O respondente B argumentou que “*as práticas de mediação cultural podem e devem ser desenvolvidas em quaisquer contextos*”, entendendo-se que não existam pré-requisitos em qualquer esfera que seja.

O pesquisador C declarou que se tratando de comunidades de diferentes contextos aplicam-se, possivelmente, práticas específicas a ser desenvolvidas junto a essas comunidades.

Esta questão causou dúvida em 3 (três) dos respondentes (F, G, H).

O respondente F disse que sim, observando que as práticas de mediação cultural podem ser desenvolvidas em comunidades de diferentes contextos, não existindo a necessidade de pré-requisitos mínimos. Por outro lado, indagou: “*Pré-requisitos em relação a quem?*”.

O pesquisador G argumentou que a pergunta foi mal formulada, não tecendo nenhum outro comentário a respeito.

O pesquisador H teceu uma resposta afirmativa, contudo, ponderou se havia entendido corretamente a questão.

Proposta de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas

A discussão desta questão refere-se ao conceito apresentado no questionário descrito abaixo:

“Práticas exercidas pelos profissionais de informação em bibliotecas, cujos dispositivos e intervenções podem possibilitar o acesso, a produção, a circulação e a apropriação cultural do conhecimento, resultando na construção de significados e no desenvolvimento sociocultural da comunidade”.

O pesquisador A fez ponderações quanto ao conceito apresentado, destacando que mediação cultural inclui as “práticas”, mas não apenas. Ressaltou que a mediação cultural *“incluem também os objetos, os equipamentos, os aspectos “materiais” utilizados, as linguagens naturais e ‘artificiais’, as relações exercidas, os modos de exercê-las”*. Ponderou também que *“o conceito deverá, assim, incluir todas as suas dimensões: materiais/técnicas, semiológicas, pragmáticas/relacionais”*.

O sujeito B acredita que pode-se pensar sim no conceito apresentado. Entretanto ponderou não entender *“que o profissional da informação e o ambiente informacional atuem diretamente no processo de apropriação cultural, porém, atuam estimulando, oferecendo condições, provocando e sustentando o processo de apropriação cultural”*. Chamou a atenção para a problemática da apropriação, dizendo que *“as práticas de mediação cultural realizadas pelo profissional da informação em bibliotecas integram esse meio que interfere no processo de apropriação, mas não o concretiza”*. Ressaltou a complexidade que cerca o termo apropriação, referindo-se que seu eixo está circunscrito ao universo singular de cada sujeito social.

Percebe-se que a apropriação é um fenômeno complexo e subjetivo, já que cada sujeito irá perceber e entender o objeto cultural de acordo com a sua bagagem ou repertório cultural. Esse aspecto demanda fatores como o histórico de vida de cada um, sobre os objetos com que já teve contato, as leituras que realizou, o que acaba tendo influência em seus modos de significar o mundo, coisas, objetos, situações e discursos.

O pesquisador C apenas concordou com o conceito apresentado, mas sem, no entanto, fazer nenhuma observação.

O respondente D observou que existem alguns itens do conceito apresentado que devem ser melhor explicados, fazendo várias indagações:

“A mediação cultural é apenas uma prática como consta no início do conceito?”

Observa-se que não. A mediação cultural abrange outras variantes, em se tratando de um fenômeno complexo: os dispositivos (bibliotecas, técnicas, linguagens, recursos materiais, objetos) compondo-se em fatores que são todos portadores de sentidos.

“Quais seriam os dispositivos que possibilitam acesso, etc.?”

Buscou-se em Peraya (2002, p. 29) o entendimento sobre dispositivo, verificando-se como a organização “estruturada de meios materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, naturais e artificiais, que tipificam, a partir de suas características próprias, os comportamentos e as condutas sociais, cognitivas e afetivas dos sujeitos”.

Dessa maneira, os dispositivos formam um conjunto de interações que irão influenciar a inclusão dos sujeitos entre os universos técnico, semiótico, social e relacional.

“Qual o significado de intervenção?”

De acordo com o Dicionário Michaelis¹¹³, intervenção é:

- 1- Ato de intervir; 2- Ato de tomar parte em uma discussão, emitindo opiniões ou contribuindo com ideias; 3- Interferência do Estado no domínio econômico, geralmente para regular coisas ou apurar irregularidades.

A noção de intervenção adotada para o conceito de mediação cultural em bibliotecas diz respeito a uma ação, uma interferência. O mediador cultural seria aquele, então, que realiza uma intervenção, interferindo entre os modos culturais e a comunidade, para que esta possa sanar uma necessidade informacional ou uma defasagem cultural.

Nesse caso, a palavra interferência é sinônimo de intervenção.

“O que significa, exatamente, ‘apropriação cultural do conhecimento’?”

Avalia-se que a expressão “apropriação cultural” seja suficiente, já que todos os elementos constitutivos da cultura veiculam informações. Dessa maneira, concluímos que a expressão “apropriação cultural do conhecimento” seja inapropriada.

Um outro ponto destacado pelo pesquisador D refere-se à mediação cultural e a construção de significados: *“A construção de significados é constante em todo o processo, não apenas como resultado da mediação cultural”*.

Concorda-se com esta afirmativa, refletindo-se que a construção de significados seja uma ação constante e não apenas como resultado final de todo o processo.

¹¹³ Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

A mesma questão foi observada pelo pesquisador F, quando este diz que *“É uma formulação interessante, contudo, apenas sairia a expressão ‘apropriação cultural do conhecimento’, bastando a ‘apropriação cultural’*.

O respondente G não concordou com o conceito apresentado, argumentando que: *“Está aquém do conceito de mediação no qual acredito”*. Entretanto, não fez nenhuma justificativa.

“Não sei se concordo em falarmos de conhecimento no singular e também em desenvolvimento sociocultural...”, respondeu o pesquisador H. Todavia, a partir de suas reflexões, postulou que: *“Talvez ‘conhecimentos’ e ‘contribuindo na construção de novos significados socioculturais entre sujeitos, espaços culturais e na comunidade’”* (grifo do respondente).

Desse modo, com a reformulação sugerida, o conceito de mediação cultural em bibliotecas passaria a ser:

“Práticas exercidas pelos profissionais de informação em bibliotecas, cujos dispositivos e intervenções podem possibilitar o acesso, a produção, a circulação e a apropriação cultural de conhecimentos, e contribuindo na construção de novos significados socioculturais entre sujeitos, espaços culturais e na comunidade”.

9.2.3 Análise do questionário aplicado aos bibliotecários franceses

Percepção sobre a mediação cultural

Ambos os sujeitos acreditam que a mediação cultural é um processo de diferentes ações e práticas que possibilita o acesso, a participação e apropriação aos meios culturais.

Por ações, entende-se a atuação do bibliotecário mediador cultural como *advocacy*, por exemplo, trabalhando com as políticas culturais, elaborando projetos, diretrizes, etc.

Em relação as práticas culturais, buscou-se junto à Coelho (2012, p. 333) o entendimento de que dá-se o nome de prática cultural a toda atividade de produção e recepção cultural: escrever, compor, pintar, dançar, tanto quanto frequentar teatro, cinema, concertos, etc.

Acredita-se que as ações se dão por intermédio das mediações implícitas, sem contato com o público. Já as práticas, comportam a noção de as mediações explícitas,

incidindo em atividades de incentivo à leitura, oficinas de leitura e escrita, jogos eletrônicos, exposições, etc.

Nessa possibilidade, as ações (mediações implícitas) e as práticas (mediações explícitas) compõem os processos para possibilitar que o público, a comunidade tenha acesso à cultura, participe da cultura, tornando-se protagonistas culturais e apropriando-se dos elementos culturais.

Mediação cultural, ação cultural e animação cultural

Os respondentes foram unânimes em perceber que a mediação cultural na biblioteca inclui tanto as práticas de ação cultural, quanto de animação cultural.

Observa-se que alguns autores da biblioteconomia na década de 1980 menosprezaram a animação cultural, a exemplo de Almeida (1987), por acreditarem que a animação transformava o público em receptores passivos.

Essa visão, por parte dos profissionais de informação franceses, lança a possibilidade de novos olhares para a questão da noção de animação cultural.

A noção de animação cultural não deve, desse modo, ser desprezada pelos bibliotecários brasileiros, já que na concepção de Coelho (2012, p. 268), os processos de mediação cultural compõem diversos modos como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural.

Mediação cultural como estratégia de comunicação

O sujeito A acredita que o processo de mediação cultural não seja apenas uma estratégia de comunicação. No entanto, disse que a estratégia de comunicação faz parte do processo. Declarou que a mediação cultural destina-se a melhorar os serviços e as coleções das bibliotecas, citando o exemplo de coleções digitais. Relatou que, por ser uma coleção digital de valores elevados, quer que os usuários da biblioteca façam o melhor uso delas. Mas, para isso, utiliza a mediação cultural como estratégia de comunicação para comunicar-se com o público a respeito desses recursos eletrônicos disponíveis.

O sujeito B destacou as estratégias de comunicação visando à elaboração de sentidos com potencial para a construção de interações, apropriações e conhecimentos.

Nessa possibilidade, a comunicação visaria a elaboração de sentidos, contribuindo para as interações e apropriações culturais.

Também ponderou a mediação cultural destacando processos de construção de sentidos que incluem os diversos dispositivos que influenciam os modos de apropriação do conhecimento.

Desse modo, a comunicação seria o viés nos processos de construção de sentidos, incluindo os diversos dispositivos que influenciam as maneiras de apropriação.

Mediação cultural como estratégia de intervenção

O sujeito A considera muito ambicioso a mediação cultural reverter-se em estratégia de intervenção na comunidade, argumentando que as bibliotecas não possuem meios para tal objetivo.

Já o sujeito B traçou três questões quanto ao seu entendimento sobre a mediação cultural como estratégia de intervenção:

- a) A mediação cultural realizaria intervenções, situando e permitindo que o cidadão seja inserido nos processos que incluem as expressões culturais e as apropriações;
- b) A mediação cultural atuaria em reduzir as discrepâncias ocasionadas pelas fraturas sociais entre as camadas da população. Tem-se nessa hipótese, a mediação cultural atuando no acesso, na participação e apropriação da cultura, inserindo os cidadãos no universo cultural;
- c) A mediação cultural seria estratégia de intervenção para que as instituições culturais atuem junto à democratização da cultura.

As questões (b e c) foram formuladas a partir das postulações de Caune (2018, p. 9) quando este diz que o surgimento do tema da mediação cultural no início dos anos 1990 é consciência contemporânea dos fenômenos de exclusão, fratura e segmentação da sociedade francesa, desenvolvendo-se como técnica de intervenção.

Dificuldades enfrentadas pelo mediador cultural

Para exercer a mediação cultural na biblioteca, o sujeito A destacou a questão do tempo. Além da disponibilidade de tempo para atuar com a mediação cultural, necessita-se de um posto específico para tal, já que nas bibliotecas, o bibliotecário possui diversas tarefas, incluindo-se as de mediação cultural. Esta questão não foi respondida pelo sujeito B.

Pedagogia específica e mediação cultural

O sujeito A acredita que apenas bibliotecas muito grandes, como a Biblioteca Nacional da França, trabalham com alguma pedagogia específica para a mediação de atividades culturais e artísticas com o público.

Já o sujeito B elencou as pedagogias da negociação cultural, a dialógica e a libertadora.

Nesse caso, acredita-se que o trabalho do bibliotecário mediador frente às atividades culturais e artísticas possam ser desenvolvidas tendo como norte a negociação cultural, a dialogia e a libertadora, aquela que dá espaço, condições para que a comunidade possa se expressar, tornando os sujeitos participantes da cultura e não excluídos.

Percepção sobre a mediação cultural em bibliotecas

“Práticas exercidas por profissionais da informação em bibliotecas, cujos dispositivos e intervenções podem facilitar o acesso, produção, circulação e apropriação cultural, contribuindo para a construção de novos significados socioculturais entre sujeitos, espaços culturais e comunidade”.

Os dois respondentes concordaram com o conceito para a mediação cultural em bibliotecas apresentado acima. Apesar do sujeito A mencionar que é um belo objetivo, não foi tecido nenhum outro comentário.

9.3 Mediação cultural, animação cultural e ação cultural: resultados e discussões

A presença do termo mediação na Ciência da Informação no Brasil avançou progressivamente a partir dos anos 2000, sendo conjugado habitualmente aos vocábulos: informação, leitura e cultura, designando as expressões mediação da informação, mediação da leitura e mediação cultural.

Detectou-se que a mediação cultural surgiu na França. No entanto, entre os autores pesquisados não há um consenso sobre o período de sua aparição. Para a *Médiation Culturelle Association* (2008), a noção de mediação surgiu durante os anos 60 no campo cultural e mais particularmente no campo dos museus, nos anos de 1980.

Camelo, Dubé e Maltais (2016) afirmam que a mediação cultural surgiu nos anos de 1980 nos países de língua francófona.

Bordeaux (2008) diz que a noção de mediação, na França, desenvolveu-se desde a década de 1970.

De acordo com Caune (2018), o surgimento do tema da mediação cultural deu-se no início dos anos de 1990.

Compreendeu-se que a mediação cultural na França tenha se desenvolvido de fato, no decorrer da década de 1990.

Caune (2018) aponta que o campo da mediação cultural evoluiu através de duas vontades distintas para pensar as relações sociopolíticas com a cultura: os paradigmas da democratização cultural e da democracia cultural.

Retrospectivamente, a democratização da cultura na França remonta aos primórdios da Revolução Francesa vinculada à ideia de educação popular e do relatório sobre a educação popular do Marquês de Condorcet em 1792.

Entretanto, a educação popular floresceu amplamente nas décadas de 1940 e 50, fazendo-se necessário o estabelecimento de novos métodos e de novas instituições educativas, cujas mudanças incidiam nas adaptações necessárias frente a uma sociedade traumatizada pela Segunda Guerra Mundial.

Autores como Della Croce, Libois e Mawad (2011) afirmam que o movimento da educação popular francesa influenciou fenômenos como a animação e a ação cultural.

O quadro abaixo apresenta o período e as características dos fenômenos culturais como a animação, ação e mediação cultural na França.

Quadro 21 – Apresentação cronológica das práticas culturais na França, século XX.

Práticas/Denominação	Período	Características
Animação cultural	1960 - 1970	“A França adotou o termo animação no final dos anos 1960 para designar uma série de funções já presentes no campo sociocultural. Foi na década de 1970 que começamos a entender o fenômeno mais de perto e as primeiras definições se relacionam com mais frequência à prática” (MOSER, H.; MULLER, E.; WETTSTEIN, H. et. al., 2004, p. 43, tradução nossa) ¹¹⁴ .
	1960 – 1970	“Os anos 1960 haviam dedicado a ação cultural como um padrão de ação governamental, tomando emprestado o termo do setor sociocultural para qualificar o novo papel atribuído às Maisons de la culture na disseminação do maior número de obras de

¹¹⁴ La France a adopté le terme d'*animation* à la fin des années 60 pour désigner une série de fonctions déjà présentes dans le domaine socioculturel. C'est dans les années 70 que l'on a entrepris de cerner le phénomène de plus près et les premières définitions se rapportent le plus souvent à la pratique” (MOSER, H.; MULLER, E.; WETTSTEIN, H. et. al., 2004, p. 43).

Ação cultural		qualidade” Urfalino (1996 apud BORDEAUX, 2008, p. 5, tradução nossa) ¹¹⁵ . “A separação entre o setor cultural e o setor educacional (educação formal e não formal) e a rápida profissionalização do setor cultural, rejeita a esfera da animação cultural e sociocultural” (BORDEAUX, 2008, p. 5, tradução nossa) ¹¹⁶ .
	1980 - 1990	O público se torna a principal referência das políticas culturais. São as décadas em que as políticas de educação artística e cultural são desenvolvidas e dedicadas ao "não-público". Um dos parâmetros da ação cultural são os diversos programas dedicados a populações distantes da cultura legítima francesa” (BORDEAUX, 2008, p. 5, tradução nossa) ¹¹⁷ .
Mediação cultural	1990 - 2004	No início da década de 1990, o Departamento de livro e da leitura (DLL), órgão do Ministério da Cultura e Comunicação na França, em parceria com a Associação ATD Quart-Monde, realizam uma primeira e pioneira experiência de mediadores de livros, disseminando o gosto e a prática da leitura entre as populações mais afastadas da rede de bibliotecas (BORDEAUX, 2008, p. 3, tradução nossa) ¹¹⁸ . A lei de 4 de janeiro de 2004 sobre os Museus da França menciona explicitamente a mediação como atribuições dos museus. (BORDEAUX, 2008, p. 4).

Fontes: elaborado a partir de Moser, Muller e Wettstein, H. (2004) e Bordeaux (2008).

Besnard (1994, p. 83) reflete que a animação foi inspirada em modelos herdados da educação popular (com foco em áreas carentes) e modelos recreativos relacionados a atividades de lazer.

Na década de 1960, o conceito de animação cultural rapidamente se espalhou para outros países através de dois canais: a francofonia em primeiro lugar, o que lhe permitiu ganhar uma posição na Bélgica, na Suíça e no Canadá, depois em organizações (Unesco e o Conselho da Europa) através dos quais se tornou conhecida além das fronteiras da língua francesa, como em países de línguas hispânicas, lusitanas e latino-americanos (GILLET, 2002; MOSER, MULLER e WETTSTEIN et. al., 2004).

¹¹⁵ “Les années 60 avaient consacré l’action culturelle comme étendard de l’action gouvernementale, en empruntant le terme au secteur socioculturel pour qualifier le rôle nouveau attribué aux Maisons de la culture en matière de diffusion au plus grand nombre d’œuvres de qualité” Urfalino (1996 apud BORDEAUX, 2008, p. 5).

¹¹⁶ “La séparation entre secteur culturel et secteur éducatif (éducation formelle et non formelle) et la professionnalisation rapide du secteur culturel rejettent alors hors de la sphère légitime l’animation culturelle et socioculturelle” (BORDEAUX, 2008, p. 5).

¹¹⁷ “[...] le public, puis « les publics » deviennent la référence majeure des politiques culturelles. Ce sont les deux décennies où se construisent les politiques d’éducation artistique et culturelle, où se développent les enseignements artistiques, où les « non-publics » [...] deviennent un des paramètres de l’action culturelle à travers de nombreux programmes dédiés à des populations éloignées de la culture légitime ou empêchées d’y participer” (BORDEAUX, 2008, p. 5).

¹¹⁸ “Un modèle alternatif de professionnalisation de la médiation était, à la même époque, proposé dans le domaine de la lecture publique. Le ministère de la Culture, en lien avec le mouvement ATD Quart Monde⁴, avait mis en place, au début des années 90, un programme innovant de recrutement de médiateurs du livre, chargés de diffuser le goût et la pratique de la lecture auprès des populations les plus éloignées du réseau des bibliothèques” (BORDEAUX, 2008, p. 3).

A animação cultural traça sua própria história a partir da educação popular dos séculos XIX e XX, estando também relacionada ao desenvolvimento da ação cultural dos anos de 1960 e ao novo campo da ação social dos anos de 1980 (ROUAULT, 2002, p. 39; GILLET, 2002, p. 43).

Percebeu-se, desse modo, que a animação cultural não transita como um fenômeno cultural isolado, estando relacionada também à ação cultural.

Besnard (2005) vai além ao dizer que a animação é um fenômeno sócio-cultural e um processo dinâmico para a implementação das relações sociais em conjunto com o conteúdo cultural: está na interseção da ação social e da ação cultural.

Verificou-se que a animação cultural na França não é tratada como uma noção que posiciona os sujeitos de forma passiva no contato com as expressões culturais. Nessa instância, Besnard (2005, p. 83) descreve que animação cultural é a:

Estimulação de indivíduos e grupos para se tornarem conscientes de suas próprias necessidades como uma comunidade social, para que eles possam definir a natureza dessas necessidades, identificar as soluções para satisfazê-la, e agir em consequência, a animação é essencialmente iniciação, orientação, catálise.

Essa noção difere, sobremaneira, das postulações empreendidas por autores brasileiros que se debruçaram ao tema, como Almeida (1987) e Coelho (1999).

No entendimento de Coelho (1999, p. 16) a animação cultural é uma expressão inadequada. O animador torna-se o único sujeito da ação e os outros permanecem como meros objetos.

Em 1959, com a criação do Ministério de Assuntos Culturais por Charles de Gaulle, tendo à frente o escritor André Malraux, marca-se uma política cultural onde o encontro da arte com o homem foi efetivado sem existir qualquer mediação em seu processo.

A criação do Ministério de Assuntos Culturais da França representa uma das primeiras experiências de institucionalização da cultura de maior envergadura no cenário europeu, pois além de ser o primeiro Ministério da Cultura do mundo, a instituição será responsável por uma organização do campo cultural através de uma intervenção estatal sem precedentes (LACERDA, 2010).

No decorrer da década de 1960, a ação cultural firmou-se como uma bandeira de ação do governo de Charles de Gaulle, tendo o termo “setor socio-cultural” para descrever o novo papel atribuído as *Maison de la Culture* (Casas de Cultura) na divulgação de obras artísticas de qualidade (BORDEAUX, 2008).

Apesar da animação cultural ter florescido e ganhado destaque, Roualt (2002, p. 40) observa que o desenvolvimento das *Maisons de la Cultura* (André Malraux) no final dos anos 60, favoreceu o recrutamento de reconhecidos profissionais da cultura, mas não o de animadores socioculturais, já que a política cultural estabelecida por Malraux repeliu o papel do animador.

Rouault (2002, p. 40) considera que o *métier* de animador cultural na França ainda é uma profissão vaga, difícil de se definir, mal configurada, especialmente porque o *background* cultural do animador nem sempre é óbvio, mesmo que a sua função social seja necessária e reconhecida socialmente.

Midy (2002, p. 7) destaca que a ação cultural é palavra recente, assim como o fenômeno a que se refere e as análises que tentam definir o fenômeno. Ainda, o autor diz que a ação cultural programada tem sua fonte, seu princípio e sua base na Carta Universal dos Direitos Humanos, na proclamação da Assembléia da ONU em 1948 do "direito à cultura" (MIDY, 2002, p. 11).

Labourie (1978, p. 20) menciona também que nos anos de 1956-1965, após a proliferação de criações de educação popular na Libertação (término da segunda guerra), surgiu o desenvolvimento cultural, invocando as noções de ação cultural e difusão cultural.

Considera-se que a ação cultural é um conceito que não segue sozinho. O termo faz parte de uma constelação que sempre inclui "política cultural" e "desenvolvimento cultural", muitas vezes "democratização cultural e democracia cultural", em companhia de "animação cultural" (MIDY, 2002, p. 7).

Torna-se notório que a animação cultural e a ação cultural são fenômenos conectados, cuja percepção também é destacada por Almeida Júnior (2017, p. 54) ao dizer que “[...] há sempre uma animação cultural na ação cultural. De igual modo, há sempre uma ação cultural na fabricação cultural, uma ação cultural na animação cultural ou na animação da leitura”.

No aspecto evolutivo da mediação cultural, traça-se em 1991 a realização de uma pioneira experiência de mediadores de livros no campo da leitura pública na França. No entanto, somente em 2004 a profissão de mediador cultural foi explicitada como atribuição aos museus franceses.

Bordeaux (2008, p. 5), destaca que o reconhecimento institucional veio após décadas de práticas de mediação profissional dentro dos museus e de uma política voluntarista conduzida dentro do Ministério da Cultura pela Direção de Museus da

França. Além disso, o trabalho de Élizabéth Caillet que atuou na Direção dos Museus da França desempenhou um certo papel na divulgação da noção de mediação (BORDEAUX, 2008).

Desse modo, entre os períodos de 1990 e 2004, verificou-se a institucionalização da mediação cultural vinculada ao incentivo à leitura (BORDEAUX, 2008) e aos museus (CAILLET, 1995).

De acordo com Pignot e Saez (2018, p. 3), a mediação cultural, inscrita desde os anos 80, apresentou-se como uma forte intenção política de refundar em outras bases o paradigma da democratização cultural com o objetivo de conectar e reduzir o fosso entre pessoas e obras.

“É claro que a mediação cultural se desenvolveu consideravelmente tanto como uma competência dentro das instituições culturais, com a contratação de pessoal dedicado, mas também como uma abordagem no trabalho de artistas e atores culturais” (PIGNOT; SAEZ, 2018, p. 3).

A partir da década de 1980, o público tornou-se a principal referência para as políticas públicas francesas (NEUMANN, 2012).

Comprovou-se que a noção de mediação cultural na França é recente. Emergiu no decorrer da década de 1980 no setor cultural a fim de se criar novas ligações entre as classes populares e as instituições (CHARRETON; LÉPINE 2013, p. 105).

Destaca-se que a noção de mediação cultural na França relaciona-se a diversos fenômenos socioculturais, apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 22 - Fenômenos socioculturais relacionados às noções de mediação cultural.

FENÔMENOS	AUTORES
Animação cultural	Midy (2002); Fontan (2007); Médiation Culturelle Association (2010)
Ação cultural	
Democratização cultural	Midy (2002); Bordeaux (2008); Camelo, Dubé e Maltais (2016); Dufrêne e Gellereau (2004); Caune (2018)
Democracia cultural	
Educação popular	Caune (2018)
Exclusão social	Caune (2018)
Fratura social	

Fonte: elaborado a partir de Midy (2002), Dufrêne e Gellereau (2004), Médiation Culturelle Association (2010), Camelo, Dubé e Maltais (2016) e Caune (2018).

Caune (2018, p. 9) dialoga que o surgimento da mediação cultural no início dos anos 90 é consciência contemporânea dos fenômenos de exclusão, fratura e de segmentação da sociedade francesa. Segundo o autor, a mediação cultural vincula-se a democratizar o acesso a obras, línguas e práticas. A mediação cultural reduziria, portanto, a lacuna entre a cultura e os indivíduos (CAUNE, 2018).

A associação do fenômeno da democratização cultural também é referida por Bordeaux (2008) quando avalia que a mediação como uma forma de nomear a meta não cumprida de justiça social na distribuição da propriedade cultural e a necessidade de reafirmar o paradigma geral da democratização cultural.

Entendeu-se, desse modo, que a noção de mediação cultural está vinculada aos fenômenos da animação e ação cultural, que a seus turnos remontam as questões referentes a educação popular e a democratização da cultura.

A princípio, a mediação cultural esteve associada as práticas de mediadores de livros e aos ambientes dos museus. Atualmente, sua emergência no contexto francês associa-se a questões culturais e artísticas entre as instituições de informação e cultura e os públicos, a fim de se reduzir as fraturas sociais marcadas pela exclusão social.

Através dos conceitos emitidos pelos autores franceses, observou-se 5 (cinco) perspectivas em torno da noção, descritas no quadro abaixo.

Quadro 23 – Mediação cultural na França e perspectivas conceituais.

PERSPECTIVAS	AUTORES
Apropriação	Quintas (2007); Médiation Culturelle Association (2010); Chantepie (2010); Aboudrar e Mairesse (2018).
Dialogia	Fontan (2007)
Encontros	Dufrêne e Gellereau (2004); Quintas (2007); Meyer-Bisch (2016).
Intervenção	Quintas (2007); Médiation Culturelle Association (2010); Neumann (2012); LaFortune (2013); Meyer-Bisch (2016).
Produção de significados	Neumann (2012)

Fonte: Dufrêne e Gellereau (2004), Quintas (2007), Fontan (2007), Médiation Culturelle Association (2010), Chantepie (2010), Neumann (2012), Meyer-Bisch (2016), Aboudrar e Mairesse (2018).

Quintas (2007) refere-se à mediação cultural como um processo intervenção e apropriação através de uma relação personalizada e viva entre referências culturais e indivíduos. Ao negar o processo de mediação como simples difusão, a autora pensa a mediação cultural como uma apropriação ampla das formas artísticas e culturais, materializando-se através de relações personalizadas e pulsantes que envolvem os elementos culturais, os mediadores e a comunidade.

A perspectiva da apropriação cultural também é adotada pela Associação francesa *Médiation Culturelle Association* (2010), ao perceber a mediação cultural como um impulso de querer compartilhar o encontro de objetos, espaços, obras, possibilitando a apropriação plena da cultura pela comunidade.

Ideia também compartilhada por Abouddrar e Mairesse (2018), quando refere-se à mediação cultural conectando público e atividades culturais com objetivos de apropriação das informações, apreciação e desenvolvimento do gosto pelos elementos formadores do vasto sistema cultural.

A noção de mediação cultural como intervenção é postulada por Fontan (2007, p. 7) ao entender que o mediador cultural realiza uma intervenção em prol de algo, definindo-o ainda como uma pessoa de diálogo entre as partes, tendendo a uma ação de busca de acordo entre opiniões divergentes. ou *a priori* incompatível.

Além disso, Fontan (2007) posiciona o mediador cultural buscando, através da dialogia, um acordo entre as opiniões incompatíveis para a superação de uma situação localizada.

Para LaFortune (2013) a emergência de práticas e do conceito de mediação cultural ancora-se em uma lógica de intervenção centrada em processos e atores, sendo considerada, a partir dos impactos atribuídos a ela, como um vetor de mudança social.

Nessa concepção, a mediação cultural materializaria-se através de processos, cujas intervenções, atuariam na transformação social.

Neumann (2012) também entende a noção de mediação cultural como heterogênea, composta de múltiplas práticas e técnicas de intervenção, produzindo significados e oferecendo espaços e oportunidades para o desenvolvimento de relações interpessoais e redução das desigualdades sociais.

Chantepie (2010) percebe que as atividades de mediação cultural visam promover a apropriação coletiva de diferentes formas de artes e patrimônio em todos os campos artísticos e culturais.

Meyer-Bisch (2016) analisa a mediação cultural composta e múltipla em suas expressões, voltada às áreas de intervenção de políticas públicas que dizem respeito, entre outras coisas, ao uso da mediação cultural como vetor para o desenvolvimento, manutenção ou afirmação da pertença local e regional.

Meyer-Bisch (2016) soma-se aos teóricos de língua francesa a definir a mediação cultural como intervenção. O autor também destaca a habilidade da mediação em provocar encontros reativando a noção de memória e história coletiva, ajudando a reparar o tecido social das comunidades.

9.4 Mediação cultural: complexidade e construção do conceito

Diversos autores percebem a mediação cultural circunscrita num quadro complexo (DUFRÊNE; GELLEREAU, 2004; DAVALLON, 2004; ALMEIDA, 2009; ALMEIDA; CRIPPA, 2011; NEUMANN, 2012; BORDEAUX, 2012; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014; FEITOSA, 2016).

Diante da complexidade que cerca o termo mediação cultural, Dufrêne e Gellereau (2004) dizem que se trata de um objeto difícil de se pensar, haja vista a heterogeneidade de concepções e práticas e da diversidade de instituições culturais que trabalham com a mediação e do vasto número de profissionais que a reivindicam como *métier* de suas profissões.

Neumann (2012, p. 8) acredita que não existe um modelo genérico de mediação cultural e seus contornos são difíceis de se definirem. Não se trata de um conjunto homogêneo de práticas e técnicas de intervenção, existindo diferentes modelos, muitos perfis de mediadores e múltiplas funções referentes a ela.

Bordeaux (2018, p. 5) a seu turno, diz que o termo mediação, usado no singular, refere-se implicitamente à ilusão de uma categoria homogênea, tanto no mundo profissional quanto no da pesquisa.

Davallon (2004, p. 5) verifica a mediação cultural sempre contextualizada, situando-se em diferentes ambientes, “[...] a definição que parecia poder fazer consenso explode para designar realidades muito diferentes. Uma tal heterogeneidade arrasta qualquer sonhador [...]”.

No âmbito brasileiro, Almeida e Crippa (2011, p. 192) atestam que “Dada a amplitude de ações elencadas sob o rótulo ‘mediação’, parece inviável construir uma definição consensual do conceito”.

Ao estudar o conceito de mediação, Almeida (2014, p. 192) faz duas distinções: a primeira verifica que o termo é “[...] intrinsecamente polissêmico, derivando seu significado do contexto em que era utilizado – tanto das concepções teóricas a que se vinculava como à prática cultural, comunicacional ou informacional a qual se aplicava”.

No segundo brio, Almeida (2014) reporta-se em dizer que as ações de mediação não seriam o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível.

Almeida (2014) também observa uma complexidade no encontro de indivíduos e de grupos com as instituições, merecendo ser compreendido como um processo complexo povoado por práticas heterogêneas e não excludentes.

Ao levar-se em conta essas avaliações, reflete-se que a apropriação cultural, através dos processos de mediação cultural, não se dá de forma simples e linear, mas, sobretudo, atingindo uma complexidade que abrange diferentes níveis e fatores.

Feitosa (2016) dialoga que muitas vezes a mediação se confunde com interação, mas, que dela se difere pelo alto grau de complexidade presente nas mais variadas formas de mecanismos gregários, civilizatórios e de ordenações socioculturais que interferem em nossas vidas.

Diversos fatores contribuem para posicionar a mediação cultural como processo não linear, mas, sobretudo, plural e complexo, visto as diversas problemáticas que cercam o trabalho do bibliotecário com a cultura.

No que concerne as bibliotecas, a mediação cultural pode ser percebida em diversos processos, formas e tipos, exemplificando-se as mediações implícitas e explícitas que incidem desde os serviços de referência, gestão de acervos, processamentos técnicos, tratamento e recuperação de registros em sistemas, da gestão da informação e conhecimento, do desenvolvimento de linguagens classificatórias e demais atividades relacionadas à cultura em geral e às artes (exposições, incentivo à leitura, serviços de marketing etc.).

Neste cenário, o informar é ato complexo, onde transitam fatores múltiplos que irão sinalizar a apropriação cultural, como os diversos dispositivos produtores de sentidos, as programações culturais das bibliotecas, as políticas culturais para o setor, a dimensão histórica e contextual dos interesses sociais, as concepções de cultura, o pensamento hegemônico, as regulações, os paradigmas norteadores das bibliotecas (acesso, democratização e apropriação cultural), a formação e as competências do bibliotecário como mediador cultural.

Para esta investigação, a mediação cultural posiciona-se no contexto das atividades culturais, artísticas e de lazer em bibliotecas.

Não se deve esquecer, no entanto, que Lima e Perrotti (2016, p. 162) compreendem a mediação cultural como categoria central da profissão de bibliotecário.

Também, nos resultados do questionário aplicado aos pesquisadores brasileiros concluíram-se que a mediação cultural é categoria essencial em todas as bibliotecas, independentemente de suas tipologias, plasmando-se em todos os fluxos informacionais que circulam através das mediações implícitas e explícitas.

No tocante as informações como objetos produzidos pela cultura, percebe-se que o binômio informação e cultura fazem parte de processos ininterruptos onde os bens simbólicos são produzidos e que podem ser apropriados nas bibliotecas.

É nesse contexto que os conceitos de cultura e de informação se aproximam, já que na chamada Sociedade da Informação promoveu-se a centralidade da informação na vida social, transformando a informação em instrumento de mediação entre o homem e a realidade. “A informação torna-se, assim, matéria-prima para a elaboração da cultura” (RAMOS, 2008, p. 42).

Torna-se salutar recordar que Coelho (2012, p. 268) destacou que os diferentes níveis em que as atividades culturais podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural.

Nessa vertente, entende-se que a mediação cultural em bibliotecas vinculada a esfera das atividades culturais pauta-se nos 3 (três) modos da mediação cultural como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural.

Através desses modos de mediação cultural, verifica-se diversas possibilidades de atuação como os serviços de extensão, atividades de incentivo à leitura, atividades relacionadas ao lazer e divulgação cultural, entre outras.

Convém, neste momento, assinalar as conclusões provisórias que se pode relacionar até aqui:

- a) Todas as bibliotecas são mediadoras culturais, independentemente de suas tipologias;
- b) A informação é um produto da cultura, compreendendo-se que a mediação cultural é um termo mais amplo e que engloba a mediação da informação e da leitura;

- c) A mediação cultural abrange todas as atividades das bibliotecas, espalhando-se em mediações implícitas e explícitas;
- d) No que tange as mediações explícitas, envolvendo a função cultural e de lazer das bibliotecas, a mediação cultural é desenvolvida através dos modos de ação cultural, animação cultural e fabricação cultural;
- e) Uma pedagogia apropriada ao trabalho do bibliotecário com a comunidade (mediações explícitas) necessita de maiores investigações, apesar dos pesquisadores participantes da pesquisa apontarem propostas promissoras destacando as perspectivas: dialógica, do oprimido e da negociação cultural;
- f) A mediação cultural é um processo que envolve estratégias de comunicação, interferências e dispositivos;
- g) A mediação cultural designa um processo complexo, de práticas heterogêneas, envolvendo dispositivos, suportes, linguagens e técnicas;
- h) A mediação cultural na biblioteca indica as noções de interação, compartilhamento, diálogo, apropriação, protagonismo e cidadania cultural;
- i) A mediação cultural refere-se a processos complexos englobando os diversos dispositivos na construção de sentidos;
- j) Nos processos de mediação cultural, a atuação do bibliotecário abre-se em possibilidades para o acesso, produção, circulação, apropriação e protagonismo cultural, considerando-se a construção de significados e o desenvolvimento sociocultural da comunidade;
- k) Os processos de mediação cultural em bibliotecas vinculam-se a construção de sentidos a partir do contato com os elementos formadores da cultura;
- l) A gestão pública e as políticas culturais também são reconhecidas como instâncias de mediação cultural;
- m) A atuação do bibliotecário requer conhecimentos transdisciplinares para atuar como mediador cultural, de modo a contribuir para a apropriação cultural.

Pode-se, desse modo, entender a mediação cultural em bibliotecas como processos que possibilitam a elaboração de sentidos com potencial para a construção de interações, apropriações e protagonismo cultural.

Para Lima (2016), correlato à noção de mediação cultural, está a ideia de apropriação cultural. O bibliotecário será um mediador cultural quando servir à sociedade focando suas atividades na demanda da apropriação cultural.

A mediação cultural comporta a noção participativa dos sujeitos na cultura, no processo de apropriação das informações, revelando nas ações dos bibliotecários o estabelecimento de interações simbólicas entre os sujeitos e o mundo cultural.

A apropriação cultural está inserida no processo de produção de significados, constituindo-se em experiências para os sujeitos, vistos não como meros decodificadores de conteúdos, mas como produtores de novos significados.

Para esta pesquisa, a cultura e a informação são vistas como um fenômeno relacionado à ordem do conhecimento, da interação social, da comunicação e da mediação.

Por hora, é conveniente recordar que Coelho (2012, p. 268) definiu a mediação cultural como “Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte”.

Colocado dessa forma, analisa-se que este enunciado traz elementos que não podem ser desprezados, uma vez que o autor refere-se a mediação cultural como ‘processos de diferente natureza’.

Todavia, os resultados obtidos até aqui permitem inferir que o termo ‘aproximação’ não parece aplicável, tendo em mente que a noção de mediação cultural é muito mais do que simplesmente aproximar.

Toma-se, para o debate, a noção de Biblioteca *Forum* formulada por Perrotti (2016, p. 21) ao dizer que esta biblioteca caracteriza-se, assim, como dispositivo de mediação cultural que reconhece e coloca sujeitos e repertórios culturais diversificados em relações de negociação simbólica, em processos dinâmicos e afirmativos de apropriação e protagonismo cultural tendo em vista a produção de sentidos.

O enunciado de Perrotti (2016, p. 20-21) destaca a mediação cultural como ‘processos dinâmicos’, estabelecendo-se vínculos, articulando diferenças em diálogos, apresentando a biblioteca como local de aprendizagens e de negociação de sentidos, de ação afirmativa dos sujeitos com e sobre os signos.

Todavia, um conceito para a mediação cultural em bibliotecas não pode desmerecer as seguintes premissas:

- 1- “A mediação cultural é ato autônomo, com identidade e lógicas próprias, definidas em relação com as esferas da produção e da recepção de informação e cultura” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 1).
- 2- A mediação cultural “[...] requer do mediador competências e atitudes de um protagonista cultural, para atuar como tal junto a outros protagonistas, com

conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social” (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 162).

- 3- “[...] entendemos que a mediação cultural, em suas estratégias e práticas, evidencia e favorece as relações interpessoais, especialmente as que envolvem o mediador” (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 176).
- 4- “o paradigma da apropriação cultural, que passou a assinalar a relevância das ações de mediação direta para favorecer o acesso e uso da informação, privilegiando a dialogia, a troca de informações, o compartilhamento e o debate em torno delas, condições necessárias ao processo de construção do conhecimento e apropriação dos conteúdos, substrato da formação de protagonistas sociais e culturais” (GOMES, p. 158).
- 5- “ [...] a mediação é o conjunto de processos, intervenções, técnicas, estratégias que facilitam o encontro entre obras de arte / fenômenos artísticos e indivíduos / população. [...] A mediação cultural coloca os indivíduos no centro do processo de apropriação cultural e garante seu acesso ao maior número possível de pessoas nos níveis social, físico e intelectual” (NEUMANN, 2012, p. 9).

Levando-se em conta todas essas reflexões, observa-se que a mediação cultural é um processo complexo, dinâmico, situacional, autônomo, que envolve diversos elementos e dispositivos e que assinala o paradigma da apropriação e do protagonismo cultural.

Concluiu-se, desse modo, que o objetivo geral da pesquisa: construir um conceito para a mediação cultural em bibliotecas com base na Ciência da Informação tenha sido alcançado.

Assim, a partir dos resultados obtidos, foi possível verificar elementos que podem ser utilizados para compor a proposta na contribuição para o conceito de mediação cultural em bibliotecas, definido como:

“Mediação cultural em bibliotecas é o conjunto de processos, interferências e dispositivos que possibilitam a apropriação cultural, colaborando na construção de significados com o intuito de se alcançar o protagonismo cultural e o desenvolvimento sociocultural”.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período colonial no Brasil foi marcado pela legitimação da cultura europeia, do Estado português e da religião católica. Após um período fecundo, a instrução e as bibliotecas instauradas nos mosteiros e colégios desmoronaram face a expulsão da Companhia de Jesus em 1762.

Durante anos seguidos, milhares de livros ficaram amontoados em lugares impróprios, outros se perderam ou se deterioraram em função das instalações inóspitas e insalubres. Com a decadência dos conventos, a umidade e os insetos encarregaram-se de destruir a maior parte dos acervos.

O período colonial também foi marcado pela proibição de tipografias e pela grande massa de analfabetos. Somente depois da transplantação da corte portuguesa a circulação de impressos e o panorama das instituições culturais principiaram-se em se alterar.

O século XIX também assinalou um panorama desolador frente a instauração de bibliotecas públicas nas capitais dos Estados brasileiros: sem infraestrutura necessária, locais improvisados, acervos desatualizados, muitas vezes compostos apenas por doações ausência de recursos humanos adequados, investimentos e políticas públicas, a maioria das instituições leitoras sucumbiram à própria sorte.

No que tange as bibliotecas públicas, escolares e universitárias, é esta a realidade que ainda persiste no âmbito brasileiro, sendo que qualquer retrospecto das bibliotecas brasileiras não será capaz de resgatar aspectos ufanistas.

A consolidação da biblioteca pública em sua comunidade se dará, de acordo com Lessa e Gomes (2017) a partir da resignificação de sua imagem diante da sociedade à medida que for capaz de adaptar seu espaço físico às exigências do mundo contemporâneo.

Em função de suas próprias existências e relevâncias, caberá as bibliotecas brasileiras atuar e corrigir as deficiências do passado, criando interações adequadas com as comunidades e tornando-se mediadoras de serviços e produtos que propiciem o acesso, a produção e a apropriação cultural.

Nesse aspecto, a atuação das bibliotecas poderá estar norteadas junto aos paradigmas apresentados por Perrotti (2016): conservação cultural, difusão cultural e apropriação cultural.

A presente investigação propôs-se em construir um conceito para a mediação cultural em bibliotecas selecionando dados e materiais bibliográficos no contexto da Ciência da Informação no Brasil e na França.

A delimitação do universo de pesquisa referente à França deve-se ao fato de que a mediação cultural surgiu e se desenvolveu neste país.

Esta pesquisa se aporta teoricamente na transdisciplinaridade, de vários campos do conhecimento que se interconectam ao proporcionar sustentabilidade teórica necessária para a contribuição de um conhecimento indispensável ao desenvolvimento de um conceito de mediação cultural.

Logo, para se pensar a respeito da mediação cultural, é salutar percebê-la como movimento multidisciplinar, dada suas associações disciplinares com a psicologia (comportamento dos indivíduos), sociologia (processos de relações sociais: poder dominante e dominados), linguística e semiótica (representação e significação das linguagens nos processos de apropriação cultural) e antropologia (significados do termo cultura).

Concluiu-se que os debates sobre a mediação cultural na Ciência da Informação no Brasil despontaram no início do século XXI, enfatizando-se o pioneirismo de autores como Almeida (2007), Perrotti e Pieruccini (2007) e Crippa (2008).

A partir de 2007 o interesse sobre a temática resultou no aumento gradativo de publicações tanto em periódicos da área, quanto em pesquisas apresentadas nos ENANCIBs, como também em teses e dissertações produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCI – ECA/USP).

Na análise dos dados coletados, verificamos que a mediação cultural na Ciência da Informação no Brasil vincula-se aos seguintes teóricos e noções:

- O sócio-interacionismo de Vygotsky (GOMES, 2010);
- Construção de sentidos e significados (PERROTTI, PIERUCCINI, 2007; 2014);
- Dialogismo (PIERUCCINI, 2007; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014);
- Pedagogia libertadora (FREIRE, 1981);
- Negociação cultural (OLIVEIRA, 2014);
- Dispositivos produtores de sentidos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007);
- Interferência (ALMEIDA JÚNIOR, 2017);
- Mediações implícitas e explícitas (ALMEIDA JÚNIOR, 2009);
- Apropriação cultural (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007; LIMA, 2016);

- Protagonismo cultural (GOMES, 2017; PERROTTI, 2017).

Nessas acepções, entende-se que as bibliotecas agem como dispositivos produtores de sentidos com suas intervenções, técnicas, suportes, práticas e linguagens.

Observa-se que o conceito de mediação cultural em bibliotecas vincula-se a processos, construção de sentidos, aos paradigmas do acesso, à democratização da cultura, às políticas culturais, à apropriação e o protagonismo cultural.

Circunscrito aos processos de mediação cultural encontram-se questões do patrimônio histórico e cultural, da memória local, das identidades culturais, do multiculturalismo e das necessidades culturais e artísticas da comunidade.

Pode-se pensar a mediação instaurada através dos fenômenos da comunicação, de caráter histórico e social, nos quais se espera que o repertório cultural da coletividade seja modificado através da apropriação cultural.

Na abordagem da cultura destacando sua condição de instrumento para o desenvolvimento humano, preconizam-se nas práticas culturais a ideia de poder transformador, quando os elementos culturais são internalizados e alterados em substância vitalizadora modificando os estados de conhecimento, resultando em apropriações culturais.

Na apropriação cultural o sujeito é visto como ser ativo, participativo, construtor de sentidos em atividades culturais como leitura, escrita e artes. O conceito de mediação ganha destaque por sua centralidade nas interações sociais (perspectiva sócio-interacionista de Vygotsky) cujas práticas podem ser executadas com o auxílio de políticas culturais e tecnologias.

O conceito de mediação evidencia as interações sociais e as mediações simbólicas. Correlato ao conceito de mediação cultural enquanto produção de sentidos está a definição fornecida por Coelho (2012) quando diz que a cultura se apresenta sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intricado sistema de significações.

Neste momento, o conceito de cultura aponta para uma rede de significações e linguagens. Entende-se que a mediação cultural se estabelece como fenômeno eminentemente comunicacional e multidisciplinar, observando as contribuições de Vygotsky (1991), quando entendemos que a mediação pelo outro e pelo signo caracteriza, portanto, a atividade cognitiva.

Assim, o olhar para a mediação cultural como ação produtora de sentidos nos levou a considerar as expressões da cultura como possibilidades de experiências vivenciadas pelos nossos cinco sentidos e internalizada através da apropriação.

Opondo-se a noção de passividade, de transmissão e assimilação cultural, tem-se a noção de mediação cultural como criação, participação, compartilhamento e ampliação de significados.

A cultura é um processo em permanente evolução, sendo produto e criação de um processo contínuo. A esfera da cultura é sempre uma fórmula de produção, um domínio dos símbolos. O símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas, neste sentido, o homem como um animal simbólico tem na linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define a sua humanidade.

Os universos simbólicos nomeiam as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo. Cultura é o universo do sentido, do significado. É o sentido que o homem projeta no mundo (visão de mundo, filosofia, ciência, religião, etc.), nas relações humanas (organização social, usos, costumes, ética, educação, política, etc.), enfim, é o sentido que o homem dá ao mundo através do seu fazer (arte, técnica, tecnologia, economia, administração, ciência).

Consideramos, assim, a mediação cultural como um objeto/fenômeno de investigação de caráter social, histórico e marcado pela técnica, tecnologia, competências, dispositivos e produção simbólica do saber.

A mediação está vinculada ao processo de construção de sentidos nos circuitos comunicacionais, destacando processos que incluem os vários dispositivos produtores de sentidos como os equipamentos culturais, as técnicas, os suportes, as práticas culturais, as linguagens etc. A sociedade age em relação à realidade tomando como referência o significado que atribuem aos fatos, que é construída nas interações sociais e mediações simbólicas (GOMES, 2010).

A mediação, portanto, caracteriza-se como um processo de intersubjetividades, permitindo aos sujeitos interpretar sentidos e gerar novas significações. Como instância cultural, a mediação é vista em espaços onde os sujeitos produzem e se apropriam de significados em esferas comunicacionais e informacionais.

Defende-se que o acesso à cultura e à educação é responsabilidade compartilhada, cujo progresso somente pode ser efetivado por meio de esforços conjuntos. Todos – poder público, iniciativa civil, instituições de ensino, equipamentos culturais e informacionais e os cidadãos – têm a sua parcela de responsabilidade para ajudar a melhorar o panorama atual que o País se encontra.

O momento é de reconhecimento dos direitos culturais como necessidade básica do direito dos cidadãos, o que conduz a busca de uma integração entre biblioteca, políticas sociais, mediações e desenvolvimento.

No atual panorama brasileiro, as bibliotecas podem fazer parte de um cenário de transformações, devendo ser consideradas como equipamentos propícios as condições de desenvolvimento local, inovação e apropriação cultural, suscitando mediações que envolvam as diversas linguagens, suportes, informações, artes e a participação na cultura, resultando no protagonismo social.

Consideramos, assim, a mediação cultural como um objeto/fenômeno com investigação de caráter social, histórico e cultural, marcado por dispositivos, técnicas, tecnologias, produções e apropriações simbólicas do saber.

O olhar para a mediação cultural como ação produtora de sentidos levou a considerar as expressões da cultura sendo experiências vivenciadas pelos cinco sentidos e internalizada através de atos de apropriação. Opondo-se a noção de passividade, de transmissão e assimilação cultural, tem-se na mediação cultural a visão de criação e recriação, de compartilhamento e ampliação de significados.

Na análise sobre o micro e macrocosmo, visualizamos as bibliotecas como dispositivos produtores de sentidos, agindo junto à valorização do próximo, da coletividade, revitalizando o apreço pelo local, pela comunidade a ser atendida, fazendo-nos perceber o mundo por meio das relações e articulações entre o global e local e não apenas pela globalização.

REFERÊNCIAS

ABOUDRAR, B. N.; MAIRESSE, F. **La médiation culturelle**. 2. ed. Paris: Presses universitaires de France – puf, 2018. (Que sais-je?)

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, P. **Função dinâmica das bibliotecas**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

AGUILETA, I. L. **Cultura y ciudad**: manual de política cultural municipal. Espanha: Ediciones Trea, S. L., 2000.

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, v.27, n.3, p. 255-264, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862015000300255&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 22 de mar. 2017.

ALLAIN, A. **Rapport de stage**. Diplôme de conservateur de bibliothèque. Ecole Nationale Supérieure des Sciences de L'Information et des Bibliothèques, 2000. Disponível em: www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/61825-bibliotheque-municipale-de-lille-rapport-de-stage.pdf. Acesso: 24 de out. 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

_____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

_____. **Biblioteca Pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso: 3 de abr. 2018.

_____. Ação cultural e protagonismo social. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7871>. Acesso em: 16 de fev. 2018.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007779/d399aacc8d78e58cf08a56db2ebef623>. Acesso: 11 fev. 2018.

_____. Cultura & informação: perspectivas para a formação e a atuação do profissional da Ciência da Informação. In: CASTRO FILHO, C. M. (Org.). **Olhares sobre a atuação do profissional da informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

_____. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno do conceito. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB. PPGCI-UFBA, 2007.

_____. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000>. Acesso: 3 de jan. 2018.

ALMEIDA, M. A.; CRIPPA, G. Mediações artísticas e informacionais no contexto urbano: algumas reflexões e paradoxos. **Em Questão**, v. 17, n. 1, p. 127-142, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/8802>. Acesso: 5 de jan. 2019.

ALMEIDA, J. L. V.; ARNONI, M. E. B.; OLIVEIRA, E. M. Mediação pedagógica: dos limites da lógica formal à necessidade da lógica dialética no processo ensino-aprendizagem. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, Caxambu, 2006. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. 15p. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT04-1724--Int.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 31-38, 1987. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=18444>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ARAGÃO, E. M. Problemas das bibliotecas universitárias brasileiras. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, v. 1, n. 31, p. 41-43, jan./mar. 1973.

ARAÚJO, A. A. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.3, n. 1, p. 68-79, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193/150>. Acesso: fev. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, p. 95-105, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>. Acesso: 3 de nov. 2017.

ARNAUD, L. Action culturelle et émancipation par la culture. Un éclairage sociohistorique. **Informations sociales**, n. 190, p. 46-56, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2015-4-page-46.htm>. Acesso: 13 de nov. 2018.

ARRUDA, S. M.; CHAGAS, J. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ASSIS, L. S. **Bibliotecas públicas e políticas culturais**: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

AUBRY, M. Préface. In: QUENEUTTE, D.; WESTWWL, I. **La Bibliothèque municipale de Lille fête les 40 ans de la Médiathèque Jean Lévy**. Tourcoing: Achevé d'imprimer, 2005.

AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura**: parte terceira da 5. edição da obra a cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Brasília, INL, 1976.

AZEVEDO, M. C.; MARTELETO, R. M. Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 273-284, set./dez., 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000020350/6edd1cec2e393449e3ec824e31181fa2>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

BARACCA, P. Action culturelle. In: CHAMPY, P.; ÉTÉVÉ, C. **Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation**. 3. ed. Paris: RETZ, 2005.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: São Paulo, 2011.

BARRETO, A. A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Datagramazero**, v. 6, n. 3, p. 1-10, jun. 2005.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>. Acesso: 23 de fev. 2018.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257>. Acesso: 11 de fev. 2018.

BERSIER, T. **Médiation culturelle à la Bibliothèque communale de La Tour-de-Peilz**: de l'organisation d'animations à l'élaboration d'une politique de médiation culturelle. Travail de Bachelor réalisé en vue de l'obtention du Bachelor HES. Haute École de Gestion de Genève (HEG-GE) Filière Information documentaire, Carouge, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/147103662.pdf>. Acesso: 22 de out. 2018.

BESNARD, P. Animation. In: CHAMPY, P.; ÉTÉVÉ, C. **Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation**. 3. ed. Paris: Retz, 2005.

_____. **Animateur socioculturel**: fonction, formation, profession. 2. ed. Paris, E.S.F., 1986.

BILAC, O. **Ironia e piedade**: artigos e crônicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

BORDEAUX, M. C. La médiation culturelle en France: conditions d'émergence, enjeux politiques et théoriques. Actes du colloque international sur la médiation culturelle, Montréal, 4-5 décembre, 2008. Montréal: Culture pour tous/UQAM. Disponível em: <http://www.culturepourtous.ca/forum>. Acesso: 23 de out. 2018.

_____. La médiation culturelle: des dispositifs et des modèles toujours en tension. **L'Observatoire**, n. 51, p. 5-8, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-observatoire-2018-1-page-5.htm?contenu=resume>. Acesso: 3 de nov. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURGES, P. Petite histoire de l'Éducation populaire. In: **L'Éducation populaire, pour construire le citoyen**. Lyon: Chronique Sociale, 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Como fazer um plano de cultura. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013.

BRAGA, J.; CRIPPA, G. A mediação cultural como ferramenta de comunicação nos museus de ciências. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011314/85b5a1f0779efbc08f39ad063cff5776>. Acesso: 23 de fev. 2018.

BROOKES, B. C. The foundations of information science: Part I: Philosophical Aspects. **Journal of Information Science**, Amsterdam, n. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 07 maio 2015.

BRUNO, E. S. Bibliotecas e livreiros na cidade de São Paulo. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 15, p. 70 - 82, 1950.

CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFGM, p. 39-45, 1999. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/106.pdf>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

CALDAS, R. F. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.3, p. 57-69, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/11052>. Acesso: 23 de fev. 2018.

CALDAS, W. **A literatura da cultura de massa: uma análise sociológica**. São Paulo: Lua Nova, 1987.

CAMELO, C.; DUBÉ, M.; MALTAIS, D. Portrait des pratiques de médiation culturelle au Saguenay-Lac-St-Jean. 2016. Disponível em: http://culturesaguenaylacsaintjean.ca/files/portrait_mc_slsj_2016.pdf. Acesso: 22 de out. 2018.

CÂNDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: **Ciência e cultura**. São Paulo. USP, 1972.

CANEN, A.; CANEN, A. G. Rompendo fronteiras curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos do saber. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, p.40-49, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/canen.pdf>. Acesso: em: 24 maio 2017.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: UFGM, 2003. Disponível em: www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 18 fev. 2018.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CASCUDO, L. C. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, D. B. **Multiculturalismo no Canadá: a biblioteca pública canadense frente a diversidade cultural**. 2012. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54260>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CAUNE, J. **La Démocratisation culturelle**: une médiation à bout de souffle. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

_____. **Cultura e comunicação**: convergências teóricas e lugares de mediação. Trad. Laan Mendes de Barros. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

_____. La médiation culturelle: notion mana ou nouveau paradigme? **L'Observatoire**, n. 51, p. 9-11, 2018.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CHANTEPIE, P. Cultural promotion: the human resource management issue. In: AUBOUIN, N.; KLETZ, F.; LENAY, O. (Orgs.) Médiation culturelle: l'enjeu de la gestion des ressources humaines. **Culture études**, n. 1, p. 1-12, 2010. Disponível: <https://www.cairn.info/revue-culture-etudes-2010-1-page-1.htm?contenu=article>. Acesso: 13 de nov. 2018.

CHARPENTREAU, J. **Pour une politique culturelle**. Paris: Editions ouvrières, 1967.

CHARRETON, C.; LEPINE, A. Ethique de la médiation culturelle et actions en bibliothèque. **La revue des livres pour enfants**, n. 272, p. 104-109, sep., 2013. Disponível em: http://cnlj.bnf.fr/sites/default/files/revues_document_joint/PUBLICATION_8835.pdf. Acesso: 23 de out. 2018.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Ano 1, n.1, jun., 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso: 11 de out. 2016,

CLOUET, C. Quelle(s) médiation(s) pour l'histoire ?. **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, n.2, p. 85-86, 2012. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-02-0085-009>. Acesso: 23 de out. 2018.

COELHO, B. **Contar histórias**: uma arte sem idade. 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

_____. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos, 216).

_____. **Usos da cultura:** políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1986. (Educação e comunicação; 16)

CORÁ, M. A. J. Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil. 2011. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3333/1/Maria%20Amelia%20Jundurian%20Cor%20a.pdf>. Acesso: 16 de mai. 2018.

_____. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n.5, p.1093-1112, set./out. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33331/32143>. Acesso: 4 de out. 2017.

CORTESERO, R. Éducation populaire et animation. L'Observatoire de la Jeunesse et des politiques de jeunesse. 2012. Disponible: http://www.injep.fr/sites/default/files/documents/fr9_educpop-animation-1.pdf. Acesso: 15 de out. 2018.

CRUZ, M. Livre acesso à leitura: uma nova política de oportunidades de leitura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 3/4, p. 177-184, jul./dez. 1979. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3177>. Acesso em: 20 de set. 2015.

CUÉLLAR, J. P. (Org.). **Nossa Diversidade Criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas/Brasília: Papirus/Unesco, 1997.

CUNHA, N. **Cultura e ação cultural:** uma contribuição a sua história e conceitos. São Paulo: Edições SESC, 2010.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

D'ÁVILA, C. **Decifra-me ou te devoro:** o que pode o professor frente ao manual escolar? 2001. 410 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: http://www.obdalia.pro.br/tese_cristina.pdf. Acesso em: 3 de mai. 2017.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma – Revista de Ciência da Informação e da Comunicação**, n. 4, p. 03-36, jun., 2007. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/A_mediação_a_comunicação_em_processo.pdf. Acesso: 06 ago. 2010.

DELLA CROCE, C.; LIBOIS, J.; MAWAD, R. Animation socioculturelle: pratiques multiplex pour un métier complexe. Paris: L'Harmattan, 2011.

DENIPOTI, C. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. In:

PIERONI, G.; DENIPOTI, C. (Orgs.) **Saberes brasileiros**: ensaios sobre identidades, séculos XVI a XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DIAS, R. **Fundamentos de sociologia geral**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

DIAS, L. T. **Bibliotecas como livrarias?** Repensando fronteiras entre instituições culturais na contemporaneidade. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em:
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/.../publico/LUCIANATAVARES DIASVC.pdf. Acesso: 3 de mai. 2017.

DUARTE, L. F. Comentários. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.) **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

DUFRENE, B., GELLEREAU, M. **La médiation culturelle**: enjeux professionnel set politiques. *Hermès*, n.38, p.199-206, 2004a. Disponível em:
http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/9450/HERMES_2004_38_199.pdf?sequence=1. Acesso: 23 de nov. 2018.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, J.; SAMUEL, N. **Société éducative et pouvoir culturel**. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

FEIJÓ, M. C. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos, 107).

FEITOSA, L. T. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Inf. Pauta**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064>. Acesso: 22 de fev. 2018.

FERNÁNDEZ, X. B. Acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas. In: **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 9, p. 109-147, jan./jun., 2007.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v.18, n.2, p. 113-122, maio/ago., 2006.

FLUSSER, V. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotec. UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

_____. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, v. 11. n. 2. p. 230-236, set. 1982.

_____. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Bibliotec. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FONSECA, E. N. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FONSECA, M. C. **Biblioteca pública: da extensão à ação cultural como prática de cidadania**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONTAN, J. M. De l'action à la médiation culturelle: une nouvelle avenue d'intervention dans le champ du développement culturel. **Cahiers de l'action culturelle**, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2007. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv6n2.pdf. Acesso: 21 de out. 2018.

FOUCAULT, M. **Le jeu de Michel Foucault**: dans *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, 2001.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade: e outros escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo Hoje, 10).

FUMAROLI, M. **L'Etat culturel**: une religion moderne, Paris: Ed. de Fallois, 1991

GALEGALE, B. P.; OLIVEIRA, L. M. B. Mediação cultural no âmbito da web 2.0: interatividade, participação e experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 46-50, set. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/753>. Acesso: 13 de fev. 2018.

GALINDO, M. Conocimiento: custodia & acceso. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. **Conocimiento: custodia & acceso**. 3. ed. São Paulo: SIBiUSP, 2012.

GAUDIBERT, P. **Action culturelle: integration et/ou subversion**. Paris: Casterman, 1972.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GEORGET, E. L'héritage de l'éducation populaire dans l'action culturelle. In: SÉMINAIRE LES RÉSEAUX DE COOPÉRATION CULTURELLE, 2009. Institut d'Etudes Politiques de Lyon, Lyon, 2009. Disponível em: http://doc.sciencespolyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MF E2009/georget_e/pdf/georget_e.pdf. Acesso: 16 de nov. 2018.

GERLIN, M. N. M.; FRAGA, A. N.; ROSEMBERG, D. S. A biblioteca pública na sociedade multicultural. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – Florianópolis, 07 a 10 de julho de 2013.

Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1272/1273>. Acesso: 22 de mai. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILLET, J. C. L'animation en France et ses analogies à l'étranger: théories et pratiques - état de la recherche. **Cahiers de l'action culturelle**, v. 1, n. 1, p. 41-47, sep., 2002. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf. Acesso: 3 de nov. 2018.

GODOY, E. V.; SANTOS, V. M. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.03, p.15-41, jul./set., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n3/v30n3a02.pdf>. Acesso: 2 de abril de 2017.

GOMES, S. C. **Bibliotecas e sociedade na primeira república**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa brasileira ciência da informação**, Brasília, v.3, n.1, p. 85-99, jan./dez. 2010.

_____. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p. 151-163, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2264>. Acesso: 23 de abr. 2017.

GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Orgs.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

GRANJA, E. C. Da leitura entre estudantes universitários aos programas de animação cultural: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 39-44, 1987.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HEGEL, G. W. F. **Introdução à história da filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IFLA/UNESCO. Manifiesto IFLA por la Biblioteca multicultural: la biblioteca multicultural: portal de acceso a una sociedad de culturas diversas en diálogo. 2008. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s32/pub/MulticulturalLibraryManifesto-es.pdf>. Acesso: 22 maio 2017.

JARAMILLO, O. Bibliotecas públicas en Colombia: territorio de paz. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v.25, n.5, p. 815-821. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2016/sep/12.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

JEANSON, F. **L'action culturelle dans la cite**. Paris, Seul, 1973.

LABOURIE, R. **Les institutions socioculturelles: les mots-clés**. Paris: Presses Universitaire de France, 1978.

LACERDA, A. P. Democratização da cultura X democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL*, 2010. Políticas culturais: teoria e práxis. **Anais...** Bahia: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2010/09/23/comunicacoes-individuais-artigos-em-pdf/>. Acesso: 22 de set. 2017.

LACERTE, S. **La médiation de l'art contemporain**. Thèse (Doctorat en études et pratique des arts, Université du Québec à Montreal. Montreal, 2004.

LAFORTUNE, J. M. L'essor de la médiation culturelle au Québec à l'ère de la démocratisation. **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, 2013, n. 3, p. 6-11, 2013. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2013-03-0006-001>. Acesso: 23 de nov. 2018.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Temas; 58)

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEMOS, A. A. B. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, n.1, p. 51-58, jan./jun.1973. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/19872/18399>. Acesso: 12 de set. 2017.

LESSA; B.; GOMES, H. F. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51350>. Acesso: 5 de mai. 2018.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2., p. 161-180, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22785>. Acesso: 20 mai. 2018.

LINDOSO, F. **O Brasil pode ser um país de leitores?: Política para a cultura/política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004.

LOGAN, R. K. **Que é informação?: a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC - Rio, 2012.

- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MANGUEL, A. **A Biblioteca à Noite**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- MARQUES, S. L. **Cópia e apropriação da obra de arte na modernidade**. 2007, 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas, 2007.
- MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso: 14 de jul. 2017.
- MARTELETO, R. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. Belo Horizonte: **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 32, n. 2, p. 115-137, 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002738/1a36511429b9c2b19939241159e84cbf/>. Acesso: 12 de jul. 2017.
- MARTELETO, R.; NÓBREGA, N.; MORADO, D. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.
- MARTIN, L. La démocratisation de la culture en France: Une ambition obsolète ?. In: Démocratiser la culture. Une histoire comparée des politiques culturelles, Territoires contemporains, nouvelle série 5, avr., 2013. Disponível em: http://tristan.u-bourgogne.fr/CGC/publications/Democratiser_culture/Laurent_Martin.html. Acesso: 11 de out. 2018.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTIN-SERRANO, Manuel. **La mediación social**. Madrid: Akal, 2004.
- MARTINS, A. A. L. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.
- MARTINS, W. **A Palavra Escrita** - História do Livro da Imprensa e da Biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- MARTINS, M. C. Mediação: primeiros encontros com arte e cultura. In: MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MELO, V. A. **A animação cultural**: conceitos e propostas. Campinas: Papirus, 2006. (Coleção Fazer/Lazer).

MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MELOT, M. L'image dans les bibliothèques. **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, n° 2, p. 67-69, 2007. Disponível: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2007-02-0067-015>. Acesso: 12 de out. 2018.

MEYER-BISCH, P. Observations et questions. In: CAMELO, C.; DUBÉ, M.; MALTAIS, D. (Orgs.). **Portrait dess pratiques de médiation culturelle au Saguenay-Lac-St-Jean**. Printemps, p. 73-79, 2016. Disponível em: https://www.culturepourtous.ca/professionnels-de-la-culture/mediation-culturelle/wp-content/uploads/sites/6/2016/10/2016-09-29_Portrait-Mediation.pdf. Acesso: 14 de nov. 2018.

MIDY, F. Préalables à l'étude de l'action culturelle au Québec. **Cahiers de L'action culturelle**, v. 1, n. 1, p. 7 –22, sep. 2002. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf. Acesso: 3 de nov. 2018.

MIGNON Jean-Marie, **Une histoire de l'éducation populaire**. Paris: La Découverte, 2007.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 97 p. 59-70, Març./Abri./Maio, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso: 27 de mai. 2018.

_____. Depoimentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n.1/4, p.95-104, jan./dez. 1987. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010936/551559472478bad167d84eb1557d2eac>. Acesso: 23 de mar. 2018.

MONCADA PATIÑO, J. D. **Políticas públicas para bibliotecas públicas em contextos locais**. Medellín: Libreria Juridica Sanchez R. Ltda, 2006.

MORAES, M. B.; ALMEIDA, M. A. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 175-198, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/12349/pdf_10. Acesso: 12 de jan. 2018.

MORAES, R. B. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

_____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORAES, A. Velhice, mudança social e percepção de risco. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.) **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

MORAES, M. B.; ALMEIDA, M. A. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 175-198, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/12349/pdf_10. Acesso: 23 de mai. 2018.

MOSER, H.; MULLER, E.; WETTSTEIN, A. *et al.* (Org.) **L'animation socioculturelle: fondements, modèles et pratiques**. Genève: Éditions ies, 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/ies/1482>. Acesso: 22 de out. 2018.

MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade**:Est., João Pessoa, v.22, n.3, p. 95-100, set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14993>. Acesso: 1 de fev. 2018.

MOULINIER, P. **Histoire des politiques de démocratisation culturelle**. Ministère de la culture et de la communication. Comité d'histoire, 2012. Disponível em: www.culture.gouv.fr/.../Ecrits+sur+la+democratisation+cult.pdf. Acesso: 22 de out. 2018.

MOURA, M. A. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Orgs.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

MOTT, L. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf. Acesso em: 13 de mai. 2016.

MOZER, J. A. **Gestão pública em livro e leitura: revisitando o projeto uma biblioteca em cada município**. 2006. 179 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2381/155049.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso: 11 de ago. 2017.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984.

NEUMANN, M. **Une cellule de médiation culturelle pour Vevey: enjeux, état des lieux et projet pilote**. Formation continue en gestion culturelle, Universités de Genève et Lausanne et l'association Artos, 2012. Disponível em: <http://www.artos->

net.ch/sites/default/files/memoire/DGC-2012_NEUMANN_Marie.pdf. Acesso: 3 de nov. 2018.

NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

NOGUEIRA, M. C. D. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 15, n. 2, p. 222-248, 1986.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara A. Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso: 3 de dez. 2017.

ODDONE, N. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 8, n.1, p. 1-11, 1998. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000007651/b04b69dbbfe6fc16e7e2c858b54677d4>. Acesso: 04 de mar. 2016.

OLIVEIRA, A. L. **A negociação cultural: um novo paradigma para a mediação e a apropriação da cultura escrita**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-16102014-104805/pt-br.php>. Acesso: 3 de nov. 2017.

OLIVEIRA, E.; SOUZA, M. L. Multiculturalismo, diversidade cultural e direito coletivo na ordem contemporânea. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, v.1, n.15, p. 121-139, 2011. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/776>. Acesso em: 11 jun. 2017.

OLIVEIRA, M. J. S.; WILNER, R. O mediador cultural como profissional reflexivo e o seu campo de formação. In: SALCEDO, D. A. (Org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

OROZCO GÓMEZ, G. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. México: Universidade Nacional de la Plata, 2000.

ORTIZ, R. A problemática cultural no mundo contemporâneo. **Política & Sociedade** – Florianópolis, vol. 16, n. 35, p. 17-66, jan./abr., 2017.

_____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PASCHOAL, S. B. N. **Mediação cultural dialógica com crianças e adolescentes: oficinas de leitura e singularização**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-28102010-103831/pt-br.php>. Acesso: 11 de ago. 2017.

PASSIONI, E.; ARRUDA, M. A. N. Cultura. In: CATANI, A. M., et al. (Orgs.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 4-31, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022796/d73c153e8dd2c69c8e094765b73d542a>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

_____. Mediação cultural: [con]tatos expandidos. In: MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, D. A. (Org.) **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, mai./ago., 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, ECA/USP, 2007. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>. Acesso: 05 jul. 2012.

PETTA, N. L.; DELFINI, L. **Para entender o anarquismo**. São Paulo: Moderna, 2004.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004, 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/cite.php?id=tde-14032005-144512&lang=pt-br>. Acesso: 19 de jun. 2017.

_____. Mediação e protagonismo cultural: a estação memória. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PINO, A. **As marcas do humano**: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

POIRIER, J. Bertrand Anne-Marie, Les bibliothèques municipales. In: **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°46, avril-juin, 1995. Cinéma, le temps de l'histoire. pp. 206-

207. Disponível em: http://www.persee.fr/docAsPDF/xxs_0294-1759_1995_num_46_1_3176_t1_0206_0000_2.pdf. Acesso: 22 de out. 2018.
- POISSENOT, C. De la bibliothèque à la médiathèque. **BIBLIOthèque(s)** – Revue de L'Association des Bibliothécaires Français, n. 5/6, décembre, 2002. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/60952-56-usages-usagers.pdf#page=24>. Acesso: 2 de fev. 2019.
- PRADO, H. A. O auxiliar de biblioteca e sua formação profissional. In: CBBD, 3, Curitiba, 1961, **Anais...** Curitiba, 1961.
- PRO HELVETIA. Le temps de la médiation. Kultur-vermittlung.ch. 2012. Disponível em: http://www.kultur-vermittlung.ch/zeit-fuer-vermittlung/download/pdf-f/TdIM_0_Publication_complette.pdf. Acesso: 3 de nov. 2018.
- PROST, A. **Regards historiques sur l'éducation en France: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 2007.
- QUENEUTTE, D. Histoire de la bibliothèque municipale de Lille: 1939-2005. In: QUENEUTTE, D.; WESTEEL, D. **La bibliothèque municipale de Lille fête les 40 ans de la médiathèque Jean Levy**. Tourcoing: Achevé d'imprimer, 2005.
- QUINTAS, E. Préface. **Cahiers de l'action culturelle**, v. 6, n. 2, p. 2-3, 2007. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv6n2.pdf. Acesso: 23 de nov. 2018.
- _____. La médiation culturelle en question. **Culturepourtous**, 2014. Disponível em: www.culturepourtous.ca/professionnels-de-la-culture/mediation-culturelle/wp-content/uploads/sites/6/2015/05/Guide_mediationCPT_couleur.pdf. Acesso: 23 de ot. 2018.
- QUINTELA, P. Estratégias de mediação cultural: inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 94, p. 63-85, set., 2011.
- RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- RABELLO, O. C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar., 1987.
- RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43>. Acesso: 30 abr. 2018.
- RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 54, p. 01-13, jan./abr., 2019.

Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/109824>. Acesso: 25 de set. 2018.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 44-57, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/72805>. Acesso: 27 de set. 2018.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação [online]**, v.29, n.2, p. 151-161, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200151&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 16 de set. 2018.

REIS, M.; ALVES, V. N. Leitura, informação, lazer e ludicidade nas bibliotecas escolares: contribuições da Biblioteca Mário de Andrade/SP. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 29, p. 215-234, set/dez. 2016. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/1909/1043>. Acesso: 12 de mai. 2018.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO; A. S.; CUNHA, V. A. Ação cultural e biblioteca pública, novos caminhos para a educação e o desenvolvimento humano. In: VII CINFOM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação, 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/4729>. Acesso: 23 de mar. 2018.

RIOS, S. Cultura popular: práticas e representações. **Revista Sociedade e Estado** – v. 29, n. 3, p. 791-820, set./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n3/a07v29n3.pdf>. Acesso: 3 de fev. 2018.

RODRIGUES, B. C.; CRIPPA, G. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.45-64, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a04v16n1>. Acesso: 3 de fev. 2017.

ROMERAL PÉREZ. Los servicios multiculturales e interculturales: la biblioteca pública. Boletín de SEDIC, 2016. Disponível em: <https://clip.sedic.es/article/los-servicios-multiculturales-e-interculturales-la-biblioteca-publica/>. Acesso: 07 de jul. 2017.

ROSA, A. J. S. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 2, p. 372-381, 2009.

ROUAULT, B. L'animation professionnelle em France. **Cahiers de L'action culturelle**, v. 1, n. 1, p. 39 – 42, sep. 2002. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf. Acesso: 3 de nov. 2018.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

RUSS, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

SALCEDO, D. A.; ALVES, R. M. F. A mediação cultural na biblioteca escolar. **Biblios**, n. 54, p. 82-87, 2014. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/>. Acesso: jul. 23 de 2017.

SALDANHA, G. S.; PEREIRA, R. M. V. Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 05-28, mar./ago. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/52252>. Acesso: 23 de abr. 2018.

SANCHES; G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>. Acesso: 3 de fev. 2018.

SANDOZ, D. Repenser la médiation culturelle em bibliothèque publique: participation et quotidienneté. Diplôme de conservateur de bibliothèque. **Mémoire d'étude DCB**, v. 18, 2010. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48311-repenser-la-mediation-culturelle-en-bibliotheque-publique-participation-et-quotidiennete.pdf>. Acesso: 18 de ago. 2017.

SANTA ANNA, J. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCi: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP v.15 n.1 p. 82-98 jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641700>. Acesso: 3 de set. 2017.

SANTOS NETO, E. Educação, tecnologia e tecnologias: uma discussão a partir da reflexão antropológica, da escola e do projeto político-pedagógico. **Educação & Linguagem**. São Bernardo do Campo: UMEESP, ano 3, n. 3, p. 99-113, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SHERA, J. H. Epistemologia Social, Semântica e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, n. 2, p. 37-49, ago./dez., 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315/55382>. Acesso: 23 de dez. 2017.

SILVA, L. A. G. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.67-87, jan./abr., 2010. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1773>. Acesso em 21 de out. 2015.

SILVA, A. B. M. Mediações e mediadores em ciência da informação. **Prisma.com: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC**, n.º 9, Dezembro 2010, p. 1-37. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26174>. Acesso:

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>

SILVA, R. J. Oralidade e mediação pedagógica de leitura na escola. In: BORTOLIN, S. et al (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 45).

SILVA, J. L. C.; SILVA, A. S. R. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Bibl. Esc. em Rev.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106561/105158>. Acesso: 15 de mai. 2018.

SILVA, S. M. C.; ALMEIDA, C. M. C.; FERREIRA, S. Apropriação cultural e mediação pedagógica: contribuições de vigotski na discussão do tema. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 219-228, abr./jun. 2011.

SILVA, R. J.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação: perspectivas conceituais em educação e ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.2, p.71-84, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2772cc>. Acesso: 10 de mai. 2018.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SPERRY, S. Animação cultural em bibliotecas: quando? como? onde? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 13-30, 1987.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

_____. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa; Brasília, INL, 1980.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p. 52-60, ago., 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887/922>. Acesso em: 12 de set. 2015.

TÉBAR, L. **O perfil do professor mediador: pedagogia da mediação**. São Paulo: SENAC, 2011.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de clase**. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

TSUPAL, R. Leitura e atividades culturais na biblioteca pública: aspectos teóricos. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 15, n. 2, p.149-165, jul./dez. 1987.

TYLOR, E. B. **Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom**. Vol. 1. London: John Murray, Albermarle Street, W., 1920. Disponível em: <https://archive.org/stream/primitiveculture01tylouoft#page/n7/mode/2up>. Acesso: 3 de jan. 2018.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 187-203, mai./ago., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a13.pdf>. Acesso: 3 de fev. 2018.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A.; FARIAS, M. G. G. Mediação em múltiplas abordagens. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19998>. Acesso: 14 de fev. 2018.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan. /jun., 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/266/266>. Acesso em: 18 de abr. 2017.

VIEIRA, R. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VILLALTA, L. C.; MORAIS, C. C. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874). In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Orgs.) **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

WHEELER, J. L.; GOLDBERGER, H. **Administración práctica de bibliotecas públicas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Invitation à participer à la recherche

Cher professeur / chercheur :

Je, Alessandro Rasteli, étudiant au doctorat dans le Programme de Post-Diplôme en Sciences de l'information - PPGCI / UNESP Marília - Brésil, je viens de vous inviter à participer à la recherche intitulée: La médiation culturelle dans les bibliothèques: contributions conceptuelles.

La recherche est financée par Fapesp, appartient à la ligne de recherche: Gestion, Médiation et Utilisation de l'information et a pour but de guider le Brésil. Dr. Rosângela Formentini Caldas et à l'Université de Lille 3, Prof. Dr. Cécile Tardy.

L'objectif de la recherche est la proposition pour l'élaboration d'un concept de médiation culturelle dans les bibliothèques.

La raison de vous inviter à faire partie de ce processus méthodologique, met l'accent sur l'observation de sa production scientifique pertinente et sa contribution au domaine des sciences de l'information par rapport aux processus de médiation culturelle.

Votre participation à cette recherche se fera via un questionnaire qui vous sera envoyé par email.

Je souligne la nécessité de leur participation estimée, car le nombre de chercheurs dans ce domaine est encore limité et les résultats peuvent grandement contribuer à faire avancer les discussions sur le sujet.

Apêndice B - Questionário aplicado aos pesquisadores/professores envolvidos com a temática da mediação cultural no Brasil.

- 1- Quais os papéis que as bibliotecas podem desempenhar nesta contemporaneidade?
- 2- Quais os tipos de bibliotecas que podem trabalhar com a mediação cultural?
- 3- Quais as modalidades da biblioteca que podem ser abarcadas pela mediação cultural?

Modalidade cultural

Modalidade social

Modalidade educativa

- 4 Você pensa o processo da mediação cultural em bibliotecas como estratégias de comunicação?
- 5 Você pensa o processo da mediação cultural como processos de intervenção na comunidade?
- 6 Existe uma estrutura física específica da biblioteca para a aplicabilidade da mediação cultural?
- 7 Qual a importância da gestão pública local para o desenvolvimento da mediação cultural?
- 8 Descreva o seu entendimento sobre a mediação cultural em bibliotecas.
- 9 Pode-se pensar numa pedagogia específica para a mediação cultural em bibliotecas?
- 10 As práticas de mediação cultural podem ser desenvolvidas em comunidades de diferentes contextos ou existe a necessidade de pré-requisitos mínimos numa esfera social, política e cultural?
- 11 Pode-se, a priori, pensar num conceito para a mediação cultural em bibliotecas como:

Práticas exercidas pelos profissionais de informação em bibliotecas, cujos dispositivos e intervenções podem possibilitar o acesso, a produção, a circulação e a apropriação cultural do conhecimento, resultando na construção de significados e no desenvolvimento sociocultural da comunidade.

Apêndice C - Questionário enviado aos bibliotecários franceses

1) O que você entende por mediação cultural?

- a) refere-se a todas as maneiras em que a informação é comunicada nos espaços das bibliotecas, independentemente do tipo de biblioteca e de atividades;
- b) processo de diferentes ações e práticas que possibilitam o acesso, a participação e apropriação aos meios culturais;
- c) processos de diferentes naturezas (ação cultural e animação cultural), cujas ações e práticas podem colaborar no desenvolvimento sociocultural da comunidade;
- d) a mediação cultural é necessária para que as informações possam ser preservadas e apropriadas, adquirindo sentido social;
- d) Outra (opinião do respondente):

2) A mediação cultural na biblioteca inclui práticas de ação cultural e de animação cultural?

- a) Sim, inclui a ação cultural e a animação cultural;
- b) Inclui apenas a ação cultural;
- c) Inclui apenas a animação cultural;
- d) Outra (opinião do respondente):

3) O processo de mediação cultural nas bibliotecas é uma estratégia de comunicação?

- a) Sim, visando a elaboração de sentidos com potencial para a construção de interações, apropriações e conhecimentos;
- b) Sim, destacando processos de construção de sentidos que incluem os diversos dispositivos que influenciam os modos de apropriação do conhecimento;
- c) Sim, estratégias de comunicação, de caráter social, histórico e cultural, marcada por dispositivos, técnicas, tecnologias, produções e apropriações simbólica do saber.
- d) Outra (opinião do respondente):

4) O processo de mediação cultural é uma estratégia de intervenção na comunidade?

- a) Como estratégia de intervenção, a mediação cultural posiciona o cidadão nos processos de apropriação da cultura e de expressão cultural;
- b) A mediação cultural tem como aspiração a redução das disparidades entre as camadas sociais da população;

c) Essa estratégia é hoje em dia generalizada nas instituições como uma maneira pertinente de concretizar os objetivos da democratização cultural;

d) Outra (opinião do respondente):

5) Quais as dificuldades encontradas para o mediador cultural em bibliotecas?

a) Ausência de competências, habilidades e conhecimento em torno de temas como cultura, artes e políticas culturais;

b) Ausência de políticas culturais, recursos financeiros, estrutura física ruim, desinteresse do governo pelas bibliotecas;

c) Outra (opinião do respondente):

6) Pode-se pensar em uma pedagogia específica para a mediação cultural, no caso do trabalho com as atividades culturais/artísticas/público?

a) Sim, a pedagogia da negociação cultural;

b) Sim, a pedagogia dialógica;

c) Sim, a pedagogia libertadora, aquela que dá voz à comunidade;

d) Outra (opinião do respondente):